Índice

Títulos	Pág
Apresentação	5
1 – Identificação	6
2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos	17
2.1 – Responsabilidades Institucionais – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	17
2.2 – Estratégia de Atuação	33
2.3 – Programas	38
2.3.1 – Programa Abastecimento Agroalimentar	38
2.3.2 – Programa Gestão da Política Agropecuária	39
2.3.3 – Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	39
2.4 – Principais Ações dos Programas	39
2.4.1 – Aquisição de Imóvel para a Sede da Sureg-SP	39
2.4.2 – Aquisição de Produtos para Comercialização	40
2.4.3 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	41
2.4.4 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	44
2.4.5 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	46
2.4.6 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	48
2.4.7 – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	50
2.4.8 – Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador	54
2.4.9 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	56
2.4.10 – Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia -MG	64
2.4.11 – Contribuição à Previdência Privada	65
2.4.12 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	67
2.4.13 – Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	68
2.4.14 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF	70
2.4.15 – Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos	70
2.4.16 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	71
a) Fiscalização dos Estoques Públicos	73
b) Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	75
2.4.17 – Formação de Estoques Públicos	76
a) Preços Mínimos	84
b) Aquisições de Produtos Agrícolas	87
c) Movimentação dos Estoques Públicos	88
d) Posição dos Estoques Públicos	89
2.4.18 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	92
a) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural-PEPRO	92
b) Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP	93
c) Prêmio de Escoamento do Produto-PEP	94
2.4.19 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	95
2.4.20 – Gestão e Administração do Programa	98
a) Gestão de Pessoas	100
2.4.21 – Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro	106
2.4.22 – Operacionalização da Comercialização de Produtos	110
2.4.23 – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	111

Títulos **Pág**

2.4.24 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras 113
2.4.25 – Publicidade de Utilidade Pública 121
2.4.26 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns 122
2.4.27 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento 125
2.5 – Outras Ações 126
2.5.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos 126
a) Vendas em Leilão Público 126
b) Contrato Público de Opção de Venda 127
c) Programa Vendas em Balcão 128
d) Subvenção à Comercialização – Valor de Escoamento do Produto-VEP..... 131
2.5.2 – Serviços de Armazenagem 132
2.5.3 – Remoção de Produto 133
2.5.3.1 – Remoções de Produtos dos Estoques Públicos-Defesa Civil 133
2.5.3.2 – Remoções de Produtos dos Estoques Públicos-MDA 133
2.5.3.3 – Remoções de Produtos dos Estoques Públicos-MDS 134
2.5.4 – Participação na Execução do Fome Zero 134
a) Produtos Recebidos em Doação 135
b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos 136
c) Apoio Institucional ao Fome Zero 136
d) Doação de Produtos da Agricultura Familiar 138
2.5.5 – Levantamento dos Custos de Produção, da Produção e dos Estoques Privados de Café..... 140
a) Levantamento da Safra Brasileira de Café 140
b) Levantamento dos Estoques Privados de Café 143
2.5.6 – Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar 144
2.5.7 – Cobranças 148
2.6 – Programa de Revitalização da Conab 150
a) Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia 150
b) Modernização da Tecnologia da Informação da Conab 153
c) Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras) 157
d) Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Prod. Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agro-Extrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis 159
e) Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aqüicultura Familiar 163
2.7 – Projeto SIGABrasil 166
2.8 – Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios) 167
2.8.1 – Recursos Recebidos 167
2.8.1.1 – Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA 167
2.8.1.2 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS 172
2.8.1.3 – Distribuição de Alimentos-Ministério da Integração Nacional-MI 177
2.8.1.4 – Distribuição de Alimentos-MDS 181
2.8.1.5 – Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural 185
2.8.1.6 – Manutenção e Recuperação da UA -Camburi/ES 186
2.8.1.7 – Aquisição e Distribuição de Lonas Plásticas 187
2.8.1.8 – Troca de Arroz no Estado do Maranhão 187
2.8.1.9 – Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal 188
2.8.1.10 – Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar 188
2.8.1.11 – Comercialização dos Estoques Governamentais de Café 188
2.8.1.12 – Desenvolvimento de Metodologia para Capacitação de Agricultores Familiares e Gestores da Alimentação Escolar 189
2.8.1.13 – Capacitação de Mulheres Rurais 189
2.8.1.14 – Ampliação dos Processos de Comercialização e Produção Ecológica na Agricultura Familiar 190

Títulos	Pág
2.8.1.15 – Transporte e Guarda de Bens Apreendidos	191
2.8.1.16 – Avaliação do Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos de Reforma Agrária	191
2.8.1.17 – Inclusão de Produtos Extrativistas na pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM	191
2.8.1.18 – Levantamento de Coeficientes Técnicos para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar-MDA	192
2.8.2 – Recursos Transferidos	193
2.9 – Desempenho Operacional	194
2.9.1 – Indicadores Vinculados ao PPA 2008 – 2011	194
2.9.1.1 – Indicadores Vinculados às Ações Orçamentárias	194
2.9.1.2 – Indicadores Vinculados ao Programa Abastecimento Agroalimentar	203
2.9.2 – Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico	205
2.9.3 – Indicadores Econômico-Financeiros.	208
a) Quocientes de Liquidez	209
b) Quociente de Endividamento e Estrutura	209
c) Rentabilidade (Resultados)	210
2.9.4 – Evolução de Gastos Gerais	212
3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	213
4 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	214
5 – Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no exercício	215
5.1 – Recursos Recebidos	215
5.2 – Recursos Repassados	226
6 – Previdência Complementar Patrocinada	229
7 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	233
8 – Renúncia Tributária	234
9 – Declaração Sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia	235
10 – Operações de Fundos	236
11 – Despesas com Cartão de Crédito	237
12 – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (CGU)	243
13 – Determinações e Recomendações do TCU	246
14 – Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	306
15 – Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	307
16 – Informações Sobre a Composição de Recursos Humanos	309
17 – Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	314
18 – Conteúdo Específico por UJ ou Grupo de Unidades Afins	315
18.1 – Demonstrativo da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	315
18.2 – Atas das Reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	316
18.3 – Órgãos e Entidades Patrocinadas de Entidade Fechada de Previdência Complementar	420
19 – Gestão Orçamentária e Financeira	425
19.1 – Balanço Orçamentário	425
19.2 – Atividades Desenvolvidas pela Conab	428
19.3 – Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	428
19.3.1 – Resultado Comparado	428
19.3.2 – Resultado por Atividades	429
19.4 – Despesas Comerciais e Administrativas	430
19.5 – Resultado das Superintendências Regionais	432
19.5.1 – Demonstração do Resultado, por Suregs e Matriz	432
19.5.2 – Receitas de Vendas e Serviços	432
19.5.3 – Receitas Líquidas	433
19.5.4 – Custos e Despesas Operacionais	433

Títulos	Pág
19.5.5 – Receitas Operacionais Diversas	434
19.5.6 – Resultado Não-Operacional	434
19.5.7 – Resultado Econômico	434
19.5.8 – Relação Receita Total/Despesa Total	434
20 – Gestão Patrimonial	436
20.1 – Análise do Balanço Patrimonial	436
a) Ativo	436
b) Passivo	437
c) Demonstrações dos Fluxos de Caixa-DFC	439
d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	441
20.2 – Demonstração do Valor Adicionado	441
21- Anexos do Cibrius	443

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a Prestação de Contas da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab ao Tribunal de Contas da União -TCU, relativo ao exercício fiscal de 2008, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU n.º 57, de 27 de agosto de 2008, Decisões Normativas TCU n.ºs 93 e 94, ambas de 3 de dezembro de 2008, Portaria CGU n.º 2.238, de 19 de dezembro de 2008 (Norma de Execução CGU n.º 03/08).

Para o exercício de 2008 a Conab, conforme contido no Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 94/2008, apresenta a prestação de contas de forma consolidada, isto é, agregando todas as Superintendências Regionais e a Matriz, em Brasília. Também está obrigada a apresentar a prestação de contas, de forma individualizada as Superintendências Regionais de Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rondônia.

As atividades desenvolvidas durante o ano sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou termos de cooperação firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia.

O desenvolvimento das Ações e os resultados quantitativos e qualitativos alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Em síntese, a Diretoria classifica como boa a performance da Companhia, levando-se em conta as ações efetivamente realizadas e os resultados apresentados.

Ressalte-se, por fim, o apoio e orientações recebidos do MAPA e o estreito relacionamento mantido com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, do Desenvolvimento Agrário–MDA e da Integração Nacional, na condição de parceiros na execução dos programas de apoio social que visaram a amenizar as efetivas carências alimentares, os efeitos das intempéries climáticas e a insuficiência de renda dos produtores rurais familiares, notadamente aqueles menos favorecidos.

Wagner Gonçalves Rossi
Presidente

1 – Identificação

A **Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril e 1990 é uma **empresa pública** vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA**, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.

Iniciou suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, e foi registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ sob o n.º 26.461.699/0001-80**. Sua sede está localizada no **SGAS Quadra 901, Bloco A, Lote 69, Brasília-DF, CEP n.º 70.390-010, telefone n.º (61)3312-6000, facsímile n.º (61)3226-9058 e página na Internet** www.conab.gov.br.

A Companhia está **em funcionamento**, cuja função predominante é a de número **20 – Agricultura** e o tipo de atividade é o **Abastecimento Agroalimentar**.

Sua estrutura compõe-se pela Matriz, em Brasília, e pelas Superintendências Regionais-Suregs em 22 Estados da Federação. As Suregs possuem unidades operacionais constituídas por armazéns, em sua maioria próprios, destinados a comercialização de produtos agrícolas e a prestar ao público em geral serviços de armazenamento. No Quadro 1.01 estão detalhados os dados gerais das Suregs.

Quadro 1.01
Dados Gerais das Unidades

	Nome	CNPJ	Sede	Endereço	Cep	Telefone	Fax	Site internet	End. Eletrônico	Subórgão	UG da Sede
1	Superintendência Regional de Alagoas-Sureg AL	26.461.699/0044-10	Alagoas – AL	Rua Tobias Barreto, snº- Bebedouro – Maceio	57.013-000	(82) 3241.0235/0838	(82) 3241.2342	-	al.conab@veloxmail.com.br	-	-
2	Superintendência Regional do Amazonas-Sureg AM	26.461.699/0377-77	Manaus – AM	Av. Min. Mario Andreazza, n.º 2196 – Distrito Industrial	69075-830	(92) 3182-2402	(92) 3182-2460	www.conab.gov.br	am.sureg@conab.gov.br	2237	135045
3	Superintendência Regional da Bahia – Sureg BA	26.461.699/0061-11	Salvador – BA	Av Antônio Carlos Magalhães n. 3840- Ed. CAPEMI Bloco A – 4o andar – Pituba	41820-900	(71)3113-8630	(71) 3353-9457	www.conab.gov.br	ba.sureg@conab.gov.br	2210	135101
4	Superintendência Regional do Ceará – Sureg CE	26.461.699/0108-10	Fortaleza – CE	Rua Antonio Pompeu, 555 – José Bonifácio	60040-001	(85) 3252-1722	(85) 3231-7300	www.conab.gov.br	ce.sureg@conab.gov.br	2211	135115
5	Superintendência Regional do Espírito Santo – Sureg ES	26.461.699/0376-96	Vitória – ES	Av. Princesa Isabel, 629 - Sala 702- Ed. Vitória Center/ Centro	29010-904	(27) 3041-4005	(27) 3223-2892	www.conab.gov.br	es.sureg@conab.gov.br	2238	135458
6	Superintendência Regional de Goiás – Sureg GO	26.461.699/0022-05	Goiânia – GO	Av. Meia Ponte, 2748 – Santa Genoveva	74680-400	(62) 3232-4401	(62) 3232-4312/13	www.conab.gov.br	go.sureg@conab.gov.br	2212	135141
7	Superintendência Regional do Maranhão – Sureg MA	26.461.699/0101-43	São Luis – MA	Av. Jerônimo de Albuquerque no. 6 Ed. Nena Cardoso – Bairro Vinhais	65071-750	(98)2109-1301	(98) 2109-1320	www.conab.gov.br	ma.sureg@conab.gov.br	2213	135170
8	Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul – Sureg MS	26.461.699/0137-54	Campo Grande – MS	Av. Mato Grosso 1022 – Centro	79002-232	(67) 3383-1666	(67) 3384-9995	www.conab.gov.br	ms.sureg@conab.gov.br	2215	113192
9	Superintendência Regional do Mato Grosso – Sureg MT	26.461.699/0003-42	Cuiabá – MT	Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Ed. Everest Dom Aquino	78015-240	(65) 3616-3803/ 3802	(65) 3624-5280	www.conab.gov.br	mt.sureg@conab.gov.br	2216	135209
10	Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg MG	26.461.699/0119-72	Belo Horizonte – MG	Rua Professor Antonio Aleixo, 756 – Bairro de Lourdes	30180-150	(31) 3290-2800	(31) 3290-2784	www.conab.gov.br	mg.sureg@conab.gov.br	2214	135182
11	Superintendência Regional do Pará – Sureg PA	26.461.699/0078-60	Belém – PA	Rua Joaquim Nabuco, 23 – Bairro Nazaré	66055-300	(91) 3225-4919	(91) 3224-2728	www.conab.gov.br	pa.sureg@conab.gov.br	2217	135242
12	Superintendência Regional da Paraíba – Sureg PB	26.461.699/ 0388-20	João Pessoa - PB	Rua Coronel Estevão D´avila Lins, S/N – Bairro Cruz das Armas	58085-010	(83) 3242-5864	(83) 3241-5864	www.conab.gov.br	pb.sureg@conab.gov.br	2241	135476
13	Superintendência Regional do Paraná – Sureg PR	26.461.699/0052-20	Curitiba- PR	Rua Mauá, 1116 – Alto da Glória	80030-200	(41) 3313-2700	(41) 3313-2742	www.conab.gov.br	pr.sureg@conab.gov.br	2218	135265
14	Superintendência Regional de Pernambuco – Sureg PE	26.461.699/0037-91	Recife – PE	Estrada do Barbalho, 960 – Iputinga	50690-000	(81) 3271-4291	(81) 3271-3488	www.conab.gov.br	pe.sureg@conab.gov.br	2219	135285
15	Superintendência Regional do Piauí – Sureg PI	26.461.699/0386-68	Teresina – PI	Rua Honório de Paiva, 475 A/Sul – Piçarra	64017-112	(86) 3221-4131	(86) 3221-6496	www.conab.gov.br	pi.sureg@conab.gov.br	2240	135345
16	Superintendência Regional do Rio de Janeiro – Sureg RJ	26.461.699/0095-60	Rio de Janeiro – RJ	Rua da Alfândega, 91 – 11o, 12o andares – Centro	20070-003	(21) 3861-5751	(21) 2252-1785	www.conab.gov.br	rj.sureg@conab.gov.br	2220	135305
17	Superintendência Regional do Rio Grande do Norte – Sureg RN	26.461.699/0373-43	Natal- RN	Av. Jerônimo Câmara, 1814 – Lagoa Nova	59060-300	(84) 4006-7629	(84) 4006-7610	www.conab.gov.br	rn.sureg@conab.gov.br	2236	135457
18	Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – Sureg RS	26.461.699/ 0088-31	Porto Alegre- RS	Rua Quintino Bocaiúva, 57 – Bairro Floresta	90440-051	(51) 3326-6400	(51) 3337-4262	www.conab.gov.br	rs.sureg@conab.gov.br	2221	135315
19	Superintendência Regional de Rondônia	26.461.699/0383-15	Porto Velho – RO	Av. Farquar no. 3305- Bairro Pedrinhas	78903-031	(69) 3216-8400	(69) 3216-8419	www.conab.gov.br	ro.sureg@conab.gov.br	2239	135461
20	Superintendência Regional de Santa Catarina – Sureg SC	26.461.699/0270-38	São José – SC	BR 101 – Km 205 – Barreiros	88110-200	(48) 3381-7200	(48) 3381-7233	www.conab.gov.br	sc.sureg@conab.gov.br	2233	135284
21	Superintendência Regional de São Paulo – Sureg SP	26.461.699/0071-93	São Paulo – SP	Av. Mofarrej, 348 – Vila Leopoldina	05311-000	(11) 3649-4800	(11) 3645- 3335	www.conab.gov.br	sp.sureg@conab.gov.br	2222	135325
22	Superintendência Regional do Tocantis – Sureg TO	26.461.699/0197-95	Palmas – TO	Quadra 103 Norte Rua NO 01 Lote 33/35 – Plano Diretor Norte – Centro	77001-016	(63) 3218-7401	(63) 3215-2946	www.conab.gov.br	to.sureg@conab.gov.br	2223	135337

Encarregada de gerir as políticas agrícola e de abastecimento, consoante o seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto n.º 6.407, de 24 de março de 2008 e publicada no Diário Oficial de 25 de março de 2008, a Conab tem por objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-Camex, do Conselho do Governo, e dá outras providências;
- Participar da formulação da política agrícola; e
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

- **Estrutura Organizacional**

Sua estrutura orgânica, disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, teve sua última versão atualizada em 23 de abril de 2008. Compõe-se pela Matriz, em Brasília, e pelas Superintendências Regionais - Suregs, em 2 Estados da Federação.

- I – Órgãos Superiores de Deliberação Colegiada
  - Conselho de Administração
  - Conselho Fiscal
  - Diretoria Colegiada
- II – Órgãos Diretores
  - Presidência
  - Diretoria de Logística e Gestão Empresarial
  - Diretoria de Gestão de Estoques
  - Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira
  - Diretoria de Recursos Humanos e Modernização
- III – Órgãos Consultivos e de Assessoramento
  - Gabinete da Presidência
  - Assessoria da Presidência
  - Ouvidoria

Procuradoria-Geral

Corregedoria-Geral

Auditoria Interna

Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional

Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação

Procuradorias Regionais

- III – Órgãos Executivos

  Superintendências de Área

  Gerências de Áreas

- IV – Órgãos Executivos Descentralizados

  Superintendências Regionais

  Gerências de Área

  Setores

  Unidades Operacionais

Nome e Código no SIAFI: Conab 22211

Código da UJ titular do relatório: Conab 135100 – DF

As execuções orçamentárias, financeiras e contábeis são registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI de forma detalhada para cada uma das várias unidades gestoras em que a Conab esta dividida. Nesse Sistema, a Conab Matriz está cadastrada como Unidade Gestora 135100, gestão 22211 e órgão 22211. Com a participação no SIAFI, por exigências legais e pela necessidade de manutenção de grupos de custos passou-se a dar maior transparência, facilidade de acompanhamento e avaliação das atividades e programas desenvolvidos pela Conab. As Ugs ativas estão apresentadas no quadro a seguir.

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2237	135045	Conab – Sede Sureg AM	AM	Executora	ON LINE
2237	135246	UA-Manaus	AM	Executora	OFF LINE
2237	135557	UA-Boa Vista	RR	Executora	OFF LINE
2227	135247	Unidade Est. Estratégico	AM	Executora	OFF LINE
2227	135258	Unidade Est. Estratégico	RR	Executora	OFF LINE
2228	135248	Núcleo Estoque Regulador PGPM	AM	Executora	OFF LINE
2228	135259	Núcleo Estoque Regulador PGPM	RR	Executora	OFF LINE
2242	135553	Unidade Conab PAA	AM	Executora	OFF LINE
2227	135570	Unidade Estoque Estratégico Roraima	RR	Executora	OFFLINE
2242	135554	Unidade Conab PAA Roraima	RR	Executora	OFF LINE
2234	135435	Mercado de Opções – Amazonas	AM	Executora	OFF LINE
2234	135436	Mercado de Opções – Roraima	RR	Executora	OFF LINE
2211	135000	UA-Russas	CE	Executora	OFF LINE
2211	135115	Conab Sede Sureg Ceará	CE	Executora	ON LINE
2211	135118	UA-Maracanaú	CE	Executora	OFF LINE
2211	135120	UC-Fortaleza	CE	Executora	OFF LINE
2211	135130	UA-Juazeiro do Norte	CE	Executora	OFF LINE
2211	135131	UA-Sobral	CE	Executora	OFF LINE
2211	135133	UA-Iguatu	CE	Executora	OFF LINE
2211	135329	UA-Senador Pompeu	CE	Executora	OFF LINE
2211	135552	UA-Crateus	CE	Executora	OFF LINE
2227	135116	Unid. Estoque Estratégico/CE	CE	Executora	OFF LINE
2228	135117	Núcleo Estoque Regulador/CE PGPM	CE	Executora	OFF LINE
2234	135447	Mercado de Opções -CE	CE	Executora	OFF LINE
2212	135153	UA - Brasília	DF	Executora	ON LINE
2227	135167	Unid. Estoque Estratégico	DF	Executora	OFF LINE
2228	135168	Núcleo Estoque Regulador /DF PGPM	DF	Executora	OFF LINE
2212	135169	Silo Buffalo	DF	Executora	OFF LINE
2234	135428	Mercado de Opções DF	DF	Executora	OFF LINE

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2242	135545	Unidade Conab PAA - Paraná	PR	Executora	OFF LINE
2234	135437	Mercado de Opção – PR	PR	Executora	OFF LINE
2219	135294	UA – Maceió	AL	Executora	ON LINE
2227	135295	Unid. Est. Estratégico/ AL	AL	Executora	OFF LINE
2228	135296	Núcleo Estoque Regulador/ AL- PGPM	AL	Executora	OFF LINE
2234	135439	Mercado de Opção - Alagoas	AL	Executora	OFF LINE
2219	135285	Conab – Sede Sureg PE	PE	Executora	ON LINE
2219	135290	UC - Recife	PE	Executora	OFF LINE
2219	135298	UA-Arcoverde	PE	Executora	OFF LINE
2219	135304	UA-Recife	PE	Executora	OFF LINE
2219	135405	UC-Caruarú	PE	Executora	OFF LINE
2227	135286	Unid. Est. Estratégico/PE	PE	Executora	OFF LINE
2228	135287	Núcleo Estoque Regulador/PE - PGPM	PE	Executora	OFF LINE
2242	135563	Unidade Conab PAA Pernambuco	PE	Executora	OFF LINE
2234	135438	Mercado de Opções – PE	PE	Executora	OFF LINE
2239	135229	UA-Rio Branco	AC	Executora	OFF LINE
2227	135240	Unid. Est. Estratégico/ AC	AC	Executora	OFF LINE
2228	135241	Núcleo Estoque Regulador/ AC PGPM	AC	Executora	OFF LINE
2234	135530	Mercado de Opções / AC	AC	Executora	OFF LINE
2242	135547	Unidade Conab PAA Acre	AC	Executora	OFF LINE
2239	135136	UA-Cacoal	RO	Executora	OFF LINE
2239	135219	UA-Porto Velho	RO	Executora	OFF LINE
2239	135220	UA-Vilhena	RO	Executora	OFF LINE
2239	135461	Conab Sede - Sureg RO	RO	Executora	ON LINE
2227	135227	Unid. Est. Estratégico/ RO	RO	Executora	OFF LINE
2228	135228	Núcleo Estoque Regulador PGPM/ RO	RO	Executora	OFF LINE
2242	135548	Unidade Conab PAA Rondônia	RO	Executora	OFF LINE
2234	135433	Mercado de Opções / RO	RO	Executora	OFF LINE
2221	135315	Conab Sede Sureg Rio G. Do Sul	RS	Executora	ON LINE
2221	135318	UF-Augusto A. Leitão	RS	Executora	OFF LINE
2221	135319	AF-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE
2221	135322	UA-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE
2227	135316	Unid. Estoque Estratégico/RS	RS	Executora	OFF LINE
2228	135317	Núcleo Estoque Regulador/ RS PGPM	RS	Executora	OFF LINE
2242	135556	Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul	RS	Executora	OFF LINE

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2212	135141	Conab Sede Sureg GO	GO	Executora	ON LINE
2227	135142	Unidade Estoque Estratégico/ GO	GO	Executora	OFF LINE
2228	135143	Núcleo Estoque Regulador/GO	GO	Executora	OFF LINE
2212	135145	UA-Palmeiras de Goiás	GO	Executora	OFF LINE
2212	135146	UA-Parauna	GO	Executora	OFF LINE
2212	135147	UA-Pontalina	GO	Executora	OFF LINE
2212	135148	UA-Rio Verde	GO	Executora	OFF LINE
2212	135149	UA-São Luiz Montes Belos	GO	Executora	OFF LINE
2212	135152	UA-Santa Helena	GO	Executora	OFF LINE
2212	135155	UC-Goiania	GO	Executora	OFF LINE
2212	135161	Unidade Central de Itapurunga	GO	Executora	OFF LINE
2212	135410	UA-Porteirão	GO	Executora	OFF LINE
2212	135449	UA-Goiânia	GO	Executora	OFF LINE
2227	135142	Unid. Estoque Estratégico	GO	Executora	OFF LINE
2228	135143	Núcleo Estoque Regulador/ GO	GO	Executora	OFF LINE
2242	135540	Unidade Conab PAA/ GO	GO	Executora	OFF LINE
2234	135427	Mercado de Opções/ GO	GO	Executora	OFF LINE
2214	135182	Conab Sede Sureg Minas Gerais	MG	Executora	ON LINE
2214	135185	UA-Uberaba	MG	Executora	OFF LINE
2214	135186	UA-Uberlândia	MG	Executora	OFF LINE
2214	135187	UA-Passa Quatro	MG	Executora	OFF LINE
2214	135474	UA-São Sebastião do Paraíso	MG	Executora	OFF LINE
2214	135475	UA-Conceição do Rio Verde	MG	Executora	OFF LINE
2214	135482	UA-Juiz de Fora	MG	Executora	OFF LINE
2214	135483	UA-Varginha	MG	Executora	OFF LINE
2214	135491	UA-Perdões	MG	Executora	OFF LINE
2214	135492	UA-Campos Altos	MG	Executora	OFF LINE
2214	135494	UA-Montes Claros	MG	Executora	OFF LINE
2227	135183	Unidade Estoque Estratégico/ MG	MG	Executora	OFF LINE
2228	135184	Núcleo Estoque Regulador/ MG	MG	Executora	OFF LINE
2242	135562	Unidade Conab PAA Minas Gerais	MG	Executora	OFF LINE
2234	135431	Mercado de Opções/ MG	MG	Executora	OFF LINE
2216	135209	Conab Sede Sureg MT	MT	Executora	ON LINE
2216	135214	UA - Cuiabá	MT	Executora	OFF LINE
2216	135215	UA-Diamantino	MT	Executora	OFF LINE
2216	135216	UA-Rondonópolis I	MT	Executora	OFF LINE
2216	135218	UA-Sorriso	MT	Executora	OFF LINE
2216	135221	UA-Chap. dos Guimarães	MT	Executora	OFF LINE
2216	135224	UA-Sinop	MT	Executora	OFF LINE
2216	135446	UA-Alta Floresta	MT	Executora	OFF LINE
2227	135210	Unid. Estoque Estratégico/ MT	MT	Executora	OFF LINE
2228	135211	Núcleo Estoque Regulador/ MT - PGPM	MT	Executora	OFF LINE
2242	135539	Unidade Conab PAA Mato Grosso	MT	Executora	OFF LINE
2234	135043	Mercado de Opções-MT	MT	Executora	OFF LINE
2218	135265	Conab Sede Sureg PR	PR	Executora	ON LINE
2218	135268	UA-Cambé	PR	Executora	OFF LINE
2218	135270	UA-Ponta Grossa I	PR	Executora	OFF LINE
2218	135271	UA-Apucarana	PR	Executora	OFF LINE
2218	135274	UA-Paranaguá	PR	Executora	OFF LINE
2218	135280	UC-Curitiba	PR	Executora	OFF LINE
2218	135396	UA-Rolândia	PR	Executora	OFF LINE
2218	135544	Armazém Frigorífico Curitiba	PR	Executora	OFF LINE
2227	135266	Unid. Estoque Estratégico / PR	PR	Executora	OFF LINE
2228	135267	Estoque Regulador PGPM/ PR	PR	Executora	OFF LINE

SUREGS COM PROCESSO CONSOLIDADO e MATRIZ					
2223	135337	Conab Sede Sureg Tocantins	TO	Executora	ON LINE
2227	135338	Unidade Estoque Estratégico/ TO	TO	Executora	OFF LINE
2228	135339	Núcleo Estoque Regulador/ TO PGPM	TO	Executora	OFF LINE
2223	135340	UA - Araguaina	TO	Executora	OFF LINE
2223	135417	UA – Rio Formoso	TO	Executora	OFF LINE
2234	135444	Mercado de Opções Tocantins	TO	Executora	OFF LINE
2242	135560	Unidade Conab PAA Tocantins	TO	Executora	OFF LINE
2224	**135100**	**Companhia Nacional de Abastecimento – MATRIZ**	**DF**	**Executora**	**ON LINE**
2227	135347	Núcleo Estoque Estratégico – Sede	DF	Executora	ON LINE
2228	135348	Núcleo Estoque Regulador – Sede	DF	Executora	ON LINE
2224	135350	Presidência – PRESI	DF	Credora	OFF LINE
2224	135351	Gabinete – GABIN	DF	Credora	OFF LINE
2224	135352	Assessoria da Presidência – ASPRE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135353	Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional – COPRI	DF	Credora	OFF LINE
2224	135354	Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135355	Procuradoria-Geral – PROGE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135356	Diretoria de Logística e Gestão Empresarial – DIGEM	DF	Credora	OFF LINE
2224	135357	Gerência de Avaliação de Resultados – GEARE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135359	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária – GEPOR	DF	Credora	OFF LINE
2224	135360	Diretoria de Gestão de Estoques – DIGES	DF	Credora	OFF LINE
2224	135361	Gerência da Rede de Armazéns Próprios – GERAP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135362	Gerência de Movimentação de Estoques – GEMOV	DF	Credora	OFF LINE
2224	135363	Gerência de Controle de Estoques – GECOE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135365	Gerência de Execução Operacional – GEREP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135366	Gerência de Programas Sociais de Abastecimento – GEPAB	DF	Credora	OFF LINE
2224	135368	Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DIAFI	DF	Credora	OFF LINE
2224	135369	Superintendência de Contabilidade – SUCON	DF	Credora	OFF LINE
2224	135370	Superintendência de Finanças – SUFIN	DF	Credora	OFF LINE
2224	135371	Gerência de Execução Orçamentária – GEORC	DF	Credora	OFF LINE
2224	135373	Superintendência de Administração – SUPAD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135374	Superintendência de Recursos Humanos – SUREH	DF	Credora	OFF LINE
2224	135375	Gerência de Sistemas e Informação – GESIN	DF	Credora	OFF LINE
2224	135377	Gerência de Material – GEMAT	DF	Credora	OFF LINE
2224	135378	Pessoal a Disposição de Outros Órgãos	DF	Credora	OFF LINE
2224	135388	Gerência de Infra-Estrutura Tecnológica – GETEC	DF	Credora	OFF LINE
2224	135389	Coordenadoria de Desenv. e Apoio a Gestão - CODAG	DF	Credora	OFF LINE
2224	135390	Gerência de Cadastro e Cobrança – GECOB	DF	Credora	OFF LINE
2224	135450	Superintendência de Prog. Inst. Sociais e Abastecimento – SUPAB	DF	Controle	OFF LINE
2224	135452	Gerência de Desenvol. de Pessoas e de Qualidade	DF	Controle	OFF LINE
2224	135454	Superintendência de Operações – SUOPE	DF	Controle	OFF LINE
2224	135455	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS	DF	Controle	OFF LINE
2224	135456	Gerência de Comercialização – GECOM	DF	Controle	OFF LINE
2224	135467	Coordenadoria de Planejamento e Avaliação – COPAV	DF	Controle	OFF LINE
2224	135468	Corregedoria Geral – COGER	DF	Controle	OFF LINE
2224	135469	Gerência de Comunicação – GERCO	DF	Controle	OFF LINE
2224	135470	Gerência de Promoção Institucional – GEPIN	DF	Controle	OFF LINE
2224	135477	Controladoria	DF	Credora	OFF LINE
2224	135495	Superintendência de Modernização Empresarial – SUMEP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135496	Superintendência de Informação do Agronegócio – SUINF	DF	Credora	OFF LINE
2224	135497	Superintendência de Gestão da Oferta - SUGOF	DF	Credora	OFF LINE
2224	135498	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA	DF	Credora	OFF LINE
2224	135499	Gerência de Informações Técnicas – GEINT	DF	Credora	OFF LINE
2224	135500	Gerência de Custos de Produção – GECUP	DF	Credora	OFF LINE

SUREGS COM PROCESSO CONSOLIDADO e MATRIZ					
2210	135101	Conab Sede Sureg Bahia	BA	Executora	ON LINE
2210	135103	UA/Itaberaba	BA	Executora	OFF LINE
2228	135112	Núcleo Estoque Regulador/BA-PGPM	BA	Executora	OFF LINE
2227	135113	Unid. Estoques Estratégico/BA	BA	Executora	OFF LINE
2210	135114	Unid. Cent. Irecê	BA	Executora	OFF LINE
2234	135425	Mercado de Opções/Bahia	BA	Executora	OFF LINE
2242	135558	Unidade Conab PAA Bahia	BA	Executora	OFF LINE
2210	135564	UA – Entre Rios	BA	Executora	OFF LINE
2210	135565	UA – Ribeira do Pombal	BA	Executora	OFF LINE
2210	135566	UA – Teixeira de Freitas	BA	Executora	OFF LINE
2227	135110	Unid. Estoque Estratégico/SE	SE	Executora	OFF LINE
2228	135111	Núcleo Estoque Regulador/SE-PGPM	SE	Executora	OFF LINE
2210	135416	UA Itabaiana	SE	Executora	OFF LINE
2234	135426	Mercado de Opções/Sergipe	SE	Executora	OFF LINE
2242	135572	Unidade Conab PAA Sergipe	SE	Executora	OFFLINE
2227	135311	Unidade de Estoques Estratégico/ ES	ES	Executora	OFF LINE
2228	135312	Núcleo Estoque Regulador/ES - PGPM	ES	Executora	OFF LINE
2234	135441	Mercado de Opções – Espírito Santo	ES	Executora	OFF LINE
2238	135458	Conab Sede Sureg ES	ES	Executora	ON LINE
2238	135465	UA - Colatina	ES	Executora	OFF LINE
2238	135481	UA - Camburi	ES	Executora	OFF LINE
2242	135559	Unidade Conab PAA Espírito Santo	ES	Executora	OFF LINE
2213	135170	Conab Sede Sureg Maranhão	MA	Executora	ON LINE
2227	135171	Unidade Estoque Estratégico	MA	Executora	OFF LINE
2228	135172	Núcleo Estoque Regulador/ MA - PGPM	MA	Executora	OFF LINE
2213	135173	UA - Itaqui	MA	Executora	OFF LINE
2213	135174	UA-Imperatriz	MA	Executora	OFF LINE
2213	135569	UA – Balsas	MA	Executora	OFF LINE
2234	135429	Mercado de Opções Maranhão	MA	Executora	OFF LINE
2213	135460	UA – São Luis	MA	Executora	OFF LINE
2242	135550	Unidade Conab PAA Maranhão	MA	Executora	OFF LINE
2215	135192	Conab Sede Sureg MS	MS	Executora	ON LINE
2228	135193	Núcleo Estoque Regulador/ MS - PGPM	MS	Executora	OFF LINE
2215	135194	UA – Campo Grande	MS	Executora	OFF LINE
2215	135195	UA - Dourados	MS	Executora	OFF LINE
2215	135196	UA - Cassilândia	MS	Executora	OFF LINE
2215	135197	UA – Maracaju	MS	Executora	OFF LINE
2215	135199	UA – Rio Brilhante	MS	Executora	OFF LINE
2215	135200	UA – São Gabriel D'Oeste	MS	Executora	OFF LINE
2215	135201	UA - Sidrolândia	MS	Executora	OFF LINE
2215	135397	UA – Chapadão do Sul	MS	Executora	OFF LINE
2227	135402	Unidade de Estoque Estratégico/ MS	MS	Executora	OFF LINE
2234	135432	Mercado de Opções/MS	MS	Executora	OFF LINE
2242	135551	Unidade Conab PAA Mato Grosso do Sul	MS	Executora	OFF LINE
2228	135256	Núcleo Estoque Regulador/ AP - PGPM	AP	Executora	OFF LINE
2217	135242	Conab Sede Sureg Pará	PA	Executora	ON LINE
2227	135243	Unidade de Estoque Estratégico/ PA	PA	Executora	OFF LINE
2228	135244	Núcleo Estoque Regulador/ PA	PA	Executora	OFF LINE
2217	135245	UA - Ananindeua	PA	Executora	OFF LINE
2227	135255	Unidade de Estoque Estratégico	PA	Executora	OFF LINE
2217	135393	UA - Santarém	PA	Executora	OFF LINE
2234	135434	Mercado de Opções\ Pará	PA	Executora	OFF LINE
2217	135532	UA – Marabá	PA	Executora	OFF LINE
2242	135546	Unidade Conab PAA Pará	PA	Executora	OFF LINE

MATRIZ					
2224	135501	Gerência de Informações de Estoques Privados	DF	Credora	OFF LINE
2224	135502	Gerência de Alimentos Básicos – GERAB	DF	Credora	OFF LINE
2224	135503	Gerência de Fibras e Produtos Especiais e Regionais – GEFIP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135504	Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários – GEOLE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135505	Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS	DF	Credora	OFF LINE
2224	135506	Superintendência de Armaz. e Movimentação de Estoques – SUARM	DF	Credora	OFF LINE
2224	135507	Gerência de Fiscalização dos Estoques Especiais do Agronegócio – GEFAG	DF	Credora	OFF LINE
2224	135508	Gerência de Vistoria dos Estoques Privados – GEVEP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135509	Gerência de Classificação e Controle de Qualidade – GECOQ	DF	Credora	OFF LINE
2224	135510	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135511	Gerência de Programas Institucionais – GEPRI	DF	Credora	OFF LINE
2224	135512	Gerência de Serviços Gerais – GESEG	DF	Credora	OFF LINE
2224	135513	Gerência de Apoio Administrativo – GEAD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135514	Gerência de Patrimônio e Seguros – GEPAS	DF	Credora	OFF LINE
2224	135515	Gerência de Programação Financeira – GEPRO	DF	Credora	OFF LINE
2224	135516	Gerência de Execução Financeira – GEFIN	DF	Credora	OFF LINE
2224	135517	Gerência de Cont. Financ. e Operações Governamentais - GEFOG	DF	Credora	OFF LINE
2224	135518	Gerência de Execução Contábil – GECON	DF	Credora	OFF LINE
2224	135519	Gerência de Contr. de Convênio e Operações Governamentais – GECOV	DF	Credora	OFF LINE
2224	135520	Gerência Fiscal e Tributária – GEFIT	DF	Credora	OFF LINE
2224	135521	Gerência de Análise de Custos – GERAC	DF	Credora	OFF LINE
2224	135522	Gerência de Cadastro de Pessoal – GEPES	DF	Credora	OFF LINE
2224	135523	Gerência de Folha de Pagamento – GEFOP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135524	Gerência de Benefício, Segur. e Medic. Trabalho – GEBEM	DF	Credora	OFF LINE
2224	135525	Subprocuradoria de Matéria Administrativa – SUMAD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135526	Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ	DF	Credora	OFF LINE
2224	135527	Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-GECAV	DF	Credora	OFF LINE
2224	135528	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento-GECAP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135535	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar – SUPAF	DF	Executora	OFF LINE
2224	135536	Gerência de Acomp. e Controle das Ações da Agricultura Familiar – GECAF	DF	Executora	OFF LINE
2224	135537	Gerência de Programação Operacional da Agr. Familiar - GEPAF	DF	Executora	OFF LINE
2224	135538	Gerência de Geotecnologias - GEOTE	DF	Executora	OFF LINE
2224	135542	Gerência de Auditoria - GEAUD	DF	Executora	OFF LINE
2224	135543	Gerência de Suporte Técnico Administrativo – GESUT	DF	Executora	OFF LINE
2224	135571	Unidade Conab PAA Brasília	DF	Executora	OFFLINE
2224	135573	Gerência de Organização e Métodos – GEORM	DF	Credora	OFF LINE
2224	135574	Ouvidoria – OUVIR	DF	Credora	OFF LINE
2224	135575	Subprocuradoria de Organização e Controle Jurídico – SUORC	DF	Credora	OFFLINE
2224	135576	Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – GEHOR	DF	Credora	OFFLINE

SUREGS COM PROCESSO CONSOLIDADO e MATRIZ					
2241	135288	UA – João Pessoa	PB	Executora	OFF LINE
2241	135289	UA – Campina Grande	PB	Executora	OFF LINE
2227	135300	Unidade Estoque Estratégico/ PB	PB	Executora	OFF LINE
2228	135301	Núcleo Estoque Regulador/ PB – PGPM	PB	Executora	OFF LINE
2234	135464	Mercado de Opções/ Paraíba	PB	Executora	OFF LINE
2241	135476	Sede Sureg Paraíba	PB	Executora	ON LINE
2240	135178	UA – Teresina	PI	Executora	OFF LINE
2240	135179	UA – Picos	PI	Executora	OFF LINE
2227	135180	Unidade de Estoque Estratégico/ PI	PI	Executora	OFF LINE
2228	135181	Núcleo Estoque Regulador/ PI – PGPM	PI	Executora	OFF LINE
2240	135217	UA – Floriano	PI	Executora	OFF LINE
2240	135345	Conab Sede Sureg PI	PI	Executora	ON LINE
2240	135462	UA – Parnaíba	PI	Executora	OFF LINE
2234	135463	Unidade Mercado de Opões/ PI	PI	Executora	OFF LINE
2242	135541	Unidade Conab PAA Piauí	PI	Executora	OFF LINE
2220	135305	Conab Sede Sureg Rio de Janeiro	RJ	Executora	ON LINE
2227	135306	Unidade de Estoque Estratégico/ RJ	RJ	Executora	OFF LINE
2228	135307	Núcleo Estoque Regulador/ RJ – PGPM	RJ	Executora	OFF LINE
2220	135308	UA – Lira Tavares	RJ	Executora	OFF LINE
2220	135420	UGR/Hortomercado Humaitá	RJ	Cont.	OFF LINE
2220	135421	UGR/Hortomercado Leblon	RJ	Cont.	OFF LINE
2220	135422	UGR/ Hortomercado Meier	RJ	Cont.	OFF LINE
2220	135423	UGR/Hortomercado Campinho	RJ	Cont.	OFF LINE
2220	135424	UGR/Hortomercado Iraja	RJ	Cont.	OFF LINE
2234	135440	Mercado de Opções/ RJ	RJ	Executora	OFF LINE
2242	135561	Unidade Conab PAA Rio de Janeiro	RJ	Executora	OFF LINE
2236	135119	UA - Natal	RN	Executora	OFF LINE
2236	135138	UA - Mossoró	RN	Executora	OFF LINE
2227	135139	Unidade de Estoque Estratégico/ RN	RN	Executora	OFF LINE
2228	135140	Núcleo de Estoque Regulador / RN - PGPM	RN	Executora	OFF LINE
2234	135448	Mercado de Opções/ RN	RN	Executora	OFF LINE
2236	135457	Conab Sede Sureg Rio Grande do Norte	RN	Executora	ON LINE
2242	135533	Unidade Conab PAA Rio Grande do Norte	RN	Executora	OFF LINE
2236	135534	UA - Assu	RN	Executora	OFF LINE
2236	135567	UA – Currais Novos	RN	Executora	OFF LINE
2236	135568	UA – Natal - Caiapós	RN	Executora	OFF LINE
2233	135276	UA – Herval D'Oeste	SC	Executora	OFF LINE
2227	135278	Unidade Estoque Estratégico/ SC	SC	Executora	OFF LINE
2228	135279	Núcleo Estoque Regulador/ SC -PGPM	SC	Executora	OFF LINE
2233	135284	Sede Sureg Santa Catarina	SC	Executora	ON LINE
2234	135445	Mercado de Opção/ Santa Catarina	SC	Executora	OFF LINE
2242	135549	Unidade Conab PAA Santa Catarina	SC	Executora	OFF LINE
2233	138011	UA – São José	SC	Executora	OFF LINE
2222	135325	Conab Sede Sureg São Paulo	SP	Executora	ON LINE
2227	135326	Unidade Estoque Estratégico/ SP	SP	Executora	OFF LINE
2228	135327	Núcleo Estoque Regulador-PGPM	SP	Executora	OFF LINE
2222	135330	UA - Mooca	SP	Executora	OFF LINE
2222	135331	UA - Bauru	SP	Executora	OFF LINE
2222	135332	UC – São Paulo	SP	Executora	OFF LINE
2234	135443	Mercado de Opções/ SP	SP	Executora	OFF LINE
2222	135486	UA – Carapicuíba	SP	Executora	OFF LINE
2222	135487	UA - Garça	SP	Executora	OFF LINE
2222	135531	UA – Bernardino de Campos	SP	Executora	OFF LINE
2242	135555	Unidade Conab PAA São Paulo	SP	Executora	OFF LINE

2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

2.1 – Responsabilidades Institucionais – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado.

A missão institucional da Conab é "**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**."

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como:comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais;

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- Informações do Setor Agropecuário: Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor

agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.

- Gestão dos Estoques Públicos: Fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.
- Programas Sociais e de Abastecimento: Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- Armazenagem: Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro: Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce um papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola. Este mecanismo busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto, e com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei nº. 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- Aquisições do Governo Federal (AGF): consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando

garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2008 foram adquiridas 393.064 toneladas de produtos tais como milho, sisal e trigo, com destaque para o primeiro no Estado do Mato Grosso. Para os produtores desse estado a intervenção do governo foi fundamental, com apoio importante, pois no início da colheita da safrinha o produto chegou a ser cotado R$11,06 nas praças mais distantes dos centros de consumo enquanto que o preço mínimo estava fixado em R$11,00.

- Contrato de Opção: permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2008, os Contratos lançados nos leilões realizados pelo Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, resultaram na aquisição de 821.074 toneladas de milho no Mato Grosso.

- Prêmio de Escoamento de Produto (PEP): é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2008, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 899.688 toneladas de milho e trigo e 26.666.633 litros de vinho.

- Valor de Escoamento do Produto (VEP): instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2008 foram negociadas 342.455 toneladas de milho em grãos, armazenados no Estado do Mato Grosso, promovendo o escoamento para todos os estados da Região Nordeste e também para o Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora. O milho escoado atendeu, na região de destino, o seguinte ramo de atividade: criação de aves, suínos e bovinos; abate de suínos, aves e outros pequenos animais; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; fabricação de insumos para rações e forragens balanceadas para animais.

- Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP): é uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP, no entanto, quem lança os contratos é o setor privado.

É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.

No exercício de 2008, a intervenção ocorreu apenas para o milho produzido no Estado do Mato Grosso, sendo ofertados 46.808 contratos de 27 toneladas cada e negociados 24.808, o que corresponde a 650.322 toneladas, nos seguintes estados: AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE, ES, MG e MT.

- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Do total de produtos ofertados em 2008 (1.024.032 de toneladas de algodão), 99,96% foi negociado. Esse resultado revela a importância desse instrumento, uma vez que sinalizou aos produtores garantia de preço, tendo em vista que a cotação do produto estava bem abaixo do preço fixado pelo governo.

- Vendas em Leilão Público: a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2008, resultaram em 954.500 toneladas negociadas, com destaque para o arroz, que correspondeu a 93,29% do total ofertado.

- Vendas em Balcão: programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2008, o total de vendas em balcão correspondeu a 75.721 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,77%), já que as vendas de castanha de caju (RN e PI) foram pouco significativas (174 toneladas). Mediante esse Programa foram atendidos cerca de 29.547 beneficiários, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas no Estado de Santa Catarina (20.807 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2- Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos

agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Considerado uma das ações estruturantes do Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo de política pública que, em conjunto com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), embasa o suporte de apoio à produção e à comercialização voltado para os agricultores familiares. O PAA é executado mediante acordos firmados com os detentores dos recursos orçamentários, originados do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e regulamentado pela Lei Complementar nº 11/2001, e também de orçamento advindo do Tesouro Nacional, por meio dos ministérios envolvidos.

O Programa é interministerial, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab.

Os acordos mantidos com o MDS e com o MDA, em 2008, foram essenciais para a implementação da política de fortalecimento do Agricultor familiar.

Mediante o instrumento de Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar, as operações movimentaram 50.526 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 14.715 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 143 municípios, em 23 estados do território nacional.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da Compra Especial da Agricultura familiar- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares para doação simultânea, atingiu nesse ano o quantitativo de 114.106 toneladas, contemplando 64.109 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.761 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 10.466.480 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e em São Paulo.

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Também a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de

insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 10 estados da federação (AL, CE, MG, PB, PE, PI, PR, RN, RS e SP), ocorreu a aquisição de 10.085 toneladas de diversos produtos, atendendo 13.334 agricultores familiares, localizados em 154 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 9.557 agricultores, distribuídos em 24 municípios do Estado.

Em 2008 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R$288.452.114,61 e beneficiando 92.071 agricultores familiares.

Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2008, viabilizar a distribuição de 39.552 toneladas de produtos, equivalentes a 1.735.573 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, comunidades de terreiro, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero. Estas cestas, geralmente compostas por produtos tais como arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, são depositadas em unidades armazenadoras da Conab estrategicamente localizadas, possibilitando ao Governo o atendimento tempestivo às populações afetadas por desastres de qualquer tipo.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes. Em relação ao ano de 2007, o resultado operacional dessas doações apresentou redução de 48% (passou R$3,69 milhões para R$1,92 milhão), destacando-se a distribuição de produtos às famílias do Estado de Santa Catarina, com valor de R$1.921.740,98, evidenciando um maior engajamento por parte da sociedade/governo no processo que permeia as ações pontuais do Fome Zero.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 1.602,1 toneladas de produtos alimentícios aos seguintes países: Bolívia (5,5 t), Cuba (528,6 t), Haiti (527,5 t), Jamaica (500,0 t), Moçambique (6,0 T), Paraguai (28 t) e Zâmbia (6,5 t).

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

O Acordo de cooperação Técnica celebrado entre a Conab e o Banco do Nordeste, que criou uma linha de crédito no valor de R$50 milhões para os varejistas filiados, deu novo impulso à Rede, que foi desencadeada no Nordeste como projeto-piloto, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Em 2008 foram organizadas 305 unidades de varejo nessa região.

2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e

mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer

que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometereológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2008, destacam-se: a) o envolvimento do Brasil no Projeto DevCoCast que objetiva a divulgação de dados sobre o meio ambiente a partir de várias fontes da África, América Central e do Sul e na Europa; b) as tratativas para assinatura de acordo internacional com o JRC – Joint Research Center, visando o intercâmbio de pessoas e de informações de monitoramento da agricultura no Brasil/América do Sul; c) criação de um banco de dados sobre usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar; e d) geração de boletins mensais de monitoramento agrometerológicos.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inqüestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de

safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos. A unificação, estabelecida mediante acordo firmado entre a Conab e aquele Instituto, teve início em novembro, com o trabalho conjunto de campo para a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08. De qualquer forma, o calendário não foi alterado, ou seja, os levantamentos/divulgação das pesquisas para as culturas de grãos continuam sendo mensais e para o café e cana-de açúcar quadrimestrais.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2008, realizando as viagens programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não ocorreram viagens os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas puderam estimar em 144.113,7 mil toneladas a produção de grãos da safra 2007/08, superior à safra anterior em 9,4% (12.363,1 mil toneladas). De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2008/09, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 47.493,3 mil hectares, superior à da safra anterior (2007/08) em 0,2% (47.421,1 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 137.033,8 mil toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café e da cana-de-açúcar, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Os trabalhos realizados visaram o levantamento e processamento de dados estatísticos para o café , no intuito de fornecer aos setores público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira. O café é um produto que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional. A safra nacional de café fechou com uma produção de 45.992 mil sacas beneficiadas, apresentando um aumento de 27,51% em relação ao anterior (36.070 mil sacas). Já a produção nacional da safra 2008/09 deverá atingir entre 36.897 e 38.798 mil sacas de 60kg de café beneficiado, com redução entre 19,78% e 15,64%, em razão do ciclo de baixa bienualidade, às chuvas irregulares, às altas temperaturas e ao menor investimento e menores tratos culturais em função dos altos custos de produção.

Com relação à cana-de-açúcar, a área atualmente ocupada é de aproximadamente 8.491.228 hectares, 13% superior à safra anterior, estando 82% concentrada na região Centro-Sul e 17% correspondendo à região Norte-Nordeste. E a produção brasileira da safra 2007/08 está estimada em 571.3706 mil toneladas, 13,9% superior à safra passada (501.536,2 mil toneladas). Desta produção, 246.037,1 mil toneladas são destinadas a fabricação de açúcar e 325.333,5 mil toneladas para produção de álcool.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques,

transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2008, foram os mapas sobre produção agrícola, rede viária, localização de armazéns e portos para desenvolvimento do estudo sobre os corredores de escoamento da produção, em elaboração pela Conab e para o desenvolvimento de ações, tais como: levantamento de safras, cadastro de unidades armazenadoras etc.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

Em 2008, foram realizadas ações de divulgação, dentre outras, junto às câmaras setoriais das cadeias produtivas de hortaliças e frutas, buscando alavancar parcerias para a evolução do setor. Contudo, as atividades implementadas focaram, basicamente, o desenvolvimento do sistema de informações, visando a integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento.

2.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 23 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2008, equivale a 496,561 toneladas, sendo 138.943 t de estoques do governo e 357.618 t de estoques de terceiros. Esse resultado representa uma redução de cerca de 21%, em relação ao exercício anterior. Apesar do decréscimo nos estoques governamentais (65,30%), houve incremento no quantitativo de estoques de terceiros (55,64%), inclusive na receita, equivalente a 41,15%, refletindo a receptividade aos serviços prestados pela rede da Conab ao setor armazenador.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras, e contribuindo com a capacitação do setor.

Nesse sentido, a Companhia tem se empenhado no treinamento e na qualificação da mão-de-obra que atua nesse ramo, objetivando a redução das perdas e a melhoria da qualidade dos produtos armazenados. Essa ação é realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas e seu público-alvo contempla pessoas diretamente envolvidas com a recepção, o tratamento fitossanitário, a guarda, a conservação e a expedição de produtos agrícolas e, ainda, com a operação e a manutenção de máquinas e equipamentos. O objetivo é a disseminação de tais conhecimentos, na medida em que as pessoas treinadas possam atuar como multiplicadores voluntários, naquelas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.

Em 2008, o convênio mantido com a Fundação Arthur Bernardes-Funarbe foi rescindido, tendo sido capacitados somente 285 pessoas, mediante a implementação de 14 cursos em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Centreinar. Objetivando a continuidade dos treinamentos a Companhia tem-se empenhado na celebração de novo convênio com instituição de pesquisa e ensino na área de armazenagem.

A natureza dos cursos, tais como, armazenamento, classificação, análise, secagem, aeração e termometria, referentes aos grãos, inclusive noções sobre o gerenciamento de unidades armazenadoras, entre outros temas relacionados, tem elevado o grau de conhecimento dos participantes contribuindo, certamente, para a geração de empregos e a redução da rotatividade da mão-de-obra do setor.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2008 foram realizadas operações em oito dos quatro estados para os quais foram programadas. Ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização utilizados durante o ano, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop. Durante o exercício foram cadastrados/recadastrados 6.276 armazéns, ultrapassando em 50,50% a meta estabelecida.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as mínimas condições técnicas para abrigar os estoque governamentais, os quais são denominados armazéns credenciados.

Ao final do exercício estavam cadastrados 16.623 armazéns, com capacidade estática para 128.516.969 de toneladas, sendo 26.319.588 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 102.197.381 toneladas para granel. No entanto, apenas 955 destes armazéns, correspondendo a 13.303.810 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 196.064 toneladas de milho em grãos, vinculados aos Contratos de Opção de Venda e AGFs. Do total contratado, aproximadamente 90,44% foi motivado pela necessidade de reposicionamento dos estoques para atendimento ao Programa Vendas em Balcão e 9,56% (17.998 toneladas) em decorrência de desvio de parte dos estoques.

Além dessas foram removidas também 601 t de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 6.353 t dos estoques do MDA, 24.507 t de produtos do MDS e 4.000 cabeças de bovinos.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais nove especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 2.875 armazéns, localizados em 24 unidades da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2008 contemplou, cumulativamente, 9.734.630 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,81% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e a 84,59% da meta operacional estabelecida para o exercício (11.507.810 toneladas).

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 1.929 toneladas de arroz e milho. Foram identificadas, ainda, perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 34.336 toneladas de arroz, feijão e milho.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 1924 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2007, correspondeu a 2,3 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a

agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação

Considerando a missão institucional da Conab que é: "**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**" e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Em continuidade ao processo de consolidação e expansão da produção agrícola a Conab anunciou, durante o exercício, a maior safra brasileira de grãos (safra 2007/08), da ordem de 144,1 milhões de toneladas, 9,4% superior à anterior (2006/07).

A instabilidade do câmbio e a flutuação dos preços recebidos pelos produtores rurais, são fatores que reduzem o fluxo de renda e desvalorizam o patrimônio dos agricultores, levando-os ao empobrecimento e acarretando o êxodo rural, constituindo dois sérios problemas para a agricultura brasileira. Objetivando sua solução, ou a redução de seus efeitos, o Governo Federal tem aumentado continuamente o crédito, reduzido taxas de juros, investido em infra-estrutura e estimulado a criação e a utilização de instrumentos que incentivem a comercialização de produtos agrícolas.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2008, com recursos orçamentários da ordem de R$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 4,0 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Felizmente, os preços recebidos pelos produtores, à exceção do algodão e do sisal, permaneceram durante quase todo o ano em patamares elevados. Como conseqüência, as intervenções, via aquisições do Governo Federal, foram demandadas apenas no último trimestre, especificamente para o milho e trigo na Região Sul e no

Estado do Mato Grosso. As aquisições somaram 1,2 milhão de toneladas, atingindo apenas 24,7% da meta estabelecida para o exercício.

Isso não significa dizer que a reduzida intervenção no mercado caracteriza má gestão ou planejamento deficiente. Pelo contrário, o Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários. Na realidade, é até desejável que a intervenção não aconteça, pois nesse caso significa que os mercados estão funcionando dentro de regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pela sua produção, sem uso dos recursos públicos.

Como exemplo, podemos verificar que no exercício de 2005 os preços recebidos pelos produtores atingiram baixas cotações. A Conab, então, adquiriu 1.058.257 t de trigo, 912.767 t de arroz e 637.114 t de milho. Em 2006, pelo mesmo motivo, foram adquiridas 2.223.379 t de milho e em 2007, 551.260 t de arroz.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre os instrumentos praticados destacaram-se, em 2008, o PEPRO, o PROP e o PEP.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos. Em 2006, por meio do PEP, do VEP e do PEPRO foi incentivado o escoamento de 17.129.657 toneladas de diversos produtos; em 2007, 11.266.274 toneladas, e em 2008, 1.923.314 toneladas

Além desses instrumentos, o Governo, sempre que possível, tenta atrair a iniciativa privada a participar diretamente do processo de estabilização da renda dos produtores; para tanto, no seu âmbito de ação, a Conab tem se utilizado do lançamento de Contratos Privados de Opção de Venda. Em 2006 foram negociados por meio do PROP 2.189.491 toneladas de milho, soja, arroz e raiz de mandioca; em 2007, 1.601.937 toneladas de soja; e em 2008, 477.711 toneladas de milho.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as

associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de convênios e termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Em 2008 foram atendidos 92.071 produtores familiares, com a aquisição de 178.546 toneladas de diversos produtos alimentícios utilizados na formação de estoques, na doação a famílias ou grupos em estado de carência alimentar e nutricional e a instituições sociais. Os alimentos adquiridos com doação simultânea beneficiaram cerca de 8.600 mil pessoas.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos. O número de atendimentos tem gerado grande quantidade de notas fiscais, dificuldades no controle das operações e na consolidação dos resultados e, conseqüentemente, na prestação de contas.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos convênios, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros. Em 2006 foram atendidas com recursos do MDS 505.375 famílias. A partir de 2006, a Conab

firmou parceria com o MI possibilitando o aumento do número de atendimentos, tendo beneficiado em 2008 648.350 famílias.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetivando propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis. A Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2008 a rede contava com 1.240 unidades varejistas cadastradas, algumas já agrupadas em 4 Centrais de Negócios já constituídas, nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba, estando em processo de formação, nos Estados da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irreais, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a

universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 46 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntra agrícola, etc.

2.3 - Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas em 25 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual -PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a convênios, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item **2.8.**

2.3.1– (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Wagner Gonçalves Rossi – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Norival Onofre Kwiatkowski – Coordenador da Copav
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

  a) Produção Nacional de Grãos:
  Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

  b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários
  Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

  c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma
  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

  d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca
  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

  e) Margem de Disponibilidade de Trigo
  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

  f) Margem de Disponibilidade de Milho
  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)}.

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

2.3.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.3.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.4 – Principais Ações dos Programas

2.4.1 - (116R) Aquisição de Imóvel para a Sede da Sureg-SP

- **Tipo:** Projeto
- **Finalidade:** Aquisição do imóvel para funcionamento da sede da Superintendência Regional no Estado de São Paulo, tendo em vista as diversas inundações ocorridas nas atuais dependências, fato que está ocasionando inúmeros prejuízos ao erário público.
- **Descrição:** Trata-se de um projeto cuja aquisição se deu no decorrer do exercício.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Sureg-SP
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureg-SP
- **Coordenador nacional da Ação:** José Francisco Bersi
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Sureg-SP – Superintendência do Estado de São Paulo:**
    - Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
    - Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
    - Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
    - Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
    - Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicâncias, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

O imóvel foi adquirido durante o mês de agosto, pelo valor de R$3.485.000,00 (100% da dotação orçamentária), sendo utilizada a avaliação da Caixa Econômica Federal-CEF para a realização do pagamento.

2.4.2 - (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem por finalidade apoiar os programas institucionais de abastecimento social, promovidos ou coordenados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, e por entidades privadas.
- **Descrição:** Aquisição de produtos oriundos da agropecuária e do agroextrativismo, prioritariamente vinculados à agricultura familiar, para atender contratos, ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades públicas e/ou privadas, responsáveis pela promoção, coordenação e execução de programas sociais na área de suplementação alimentar.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Supab/Gepri
- **Coordenador Nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Gepri – Gerência de Programas Institucionais:**
- Coordenar, orientar e supervisionar as atividades relativas às aquisições de pequenos produtores, com vistas ao suprimento dos Programas Institucionais;
- Coordenar e supervisionar as atividades relativas à execução dos Programas Institucionais com as demais institucionais envolvidas, orientando as Superintendências Regionais sobre os procedimentos operacionais;
- Participar da elaboração de contratos, convênios, acordos, editais, avisos e demais instrumentos necessários à execução dos Programas Institucionais;
- Programar a aquisição e distribuição dos produtos, para cumprimento dos contratos firmados com clientes;

- Acompanhar os preços dos produtos referentes aos Programas Institucionais;
- Manter os registros físicos e financeiros necessários ao controle, acompanhamento e à prestação de contas dos convênios e contratos;
- Coordenar, quando couber, as atividades relativas ao fornecimento de produtos destinados ao atendimento de situações caracterizadas como emergenciais e/ou de calamidade pública.

Resultados

(2138) Aquisição de Produtos para Comercialização		
Controle: SIAFI – PTRES 001.679 – Programa de Trabalho 20.605.0352.**2138**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Inicial	**R$ 100.009.941,00**	**-**
Dotação Orçamentária Final	**R$ 99.597.977,00**	**0,10**
Execução Orçamentária	R$ 99.855,23	
Meta Física – Produto Adquirido (ton)	**104.456**	**0,03**
Execução Física	36	

A meta física aprovada para 2008 previa o atendimento, em todo o território nacional, de 27 parcerias mensais, com aquisição de 104.456 toneladas de produtos, contando com dotação orçamentária inicial de R$100.009.941,00. Ao longo do exercício houve cancelamento de R$411.964,00 (Decreto de 10 de novembro de 2008).

Porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na realização de convênios/contratos com entidades públicas ou privadas.

Em 2008, foi firmado apenas um convênio com a Prefeitura Municipal de Tapejara, no Estado do Rio Grande do Sul, que objetivava a aquisição e o fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, industrializados ou *in natura*, para atendimento à alimentação escolar ou programas sociais desenvolvidos por aquela Prefeitura Municipal, sendo adquiridas 36 toneladas de produtos produzidos por agricultores familiares para composição da merenda de escolas públicas de ensino fundamental, beneficiando 10.151 alunos. A execução orçamentária foi de R$99.855,23, representando 0,10% da dotação final.

Apesar dos esforços realizados pela Conab não foi possível a celebração de maior número de convênios em função da legislação vigente que impede o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE para a Conab.

Em decorrência da baixa execução física e financeira neste e nos exercícios anteriores, a Conab solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a exclusão desta Ação no Programa Abastecimento Agroalimentar. Segundo orientações recebidas daquele órgão, a Ação não seria excluída, mas para os próximos exercícios ela não contará com dotação orçamentária e nem meta física.

2.4.3 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**:Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Gebem – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho:**
    - Elaborar, executar e controlar os programas de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados e dependentes;
    - Executar programas de bem-estar social e qualidade de vida voltados aos empregados e seus dependentes;
    - Adotar procedimentos necessários ao cumprimento das legislações trabalhista, fiscal, previdenciária e do segmento de saúde;
    - Efetuar o credenciamento de instituições e profissionais da área de saúde, e proceder ao acompanhamento e à fiscalização dos respectivos convênios;
    - Autorizar pedidos de internações hospitalares e tratamentos odontológicos;
    - Orientar e controlar a realização das perícias médicas e odontológicas;
    - Controlar e acompanhar a concessão e os gastos com os benefícios oferecidos pela Companhia;
    - Preparar processos de pagamentos de faturas e dos prestadores de serviços e solicitações de reembolsos dos empregados vinculados à Matriz e/ou em trânsito;
    - Manter atualizado o cadastro de beneficiários do Serviço de Assistência à Saúde – SAS e outros benefícios concedidos pela Companhia, assim como emitir e controlar os documentos de identificação;
    - Elaborar e dar encaminhamento aos projetos de Política de Segurança e Medicina Ocupacional na Companhia;
    - Orientar e acompanhar as atividades dos Organismos de Segurança e Medicina do Trabalho, Comissões de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CIPAs, e Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, com base na legislação específica;
    - Promover e atualizar o cadastro dos Riscos Ocupacionais, no âmbito da Companhia;
    - Atualizar o cadastro das ocorrências de trabalhos sob a exposição de agentes de riscos ocupacionais;
    - Analisar, acompanhar e avaliar os Programas de Prevenção de Riscos Ambientais e de Controle Médico de Saúde Ocupacional nos estabelecimentos da Companhia, com base na legislação específica;
    - Executar e supervisionar as atividades do ambulatório interno, no âmbito da Matriz;
    - Promover campanhas voltadas à preservação da saúde;
    - Adotar os procedimentos de concessão e homologação de licenças médicas e afastamentos;
    - Elaborar quadros demonstrativos e relatórios gerenciais, relativos aos assuntos de sua competência;

- Subsidiar a área jurídica na elaboração de defesa nas ações trabalhistas inerentes à área e atuar como preposto.

Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		
Controle: SIAFI – PTRES 001.701 – Programa de Trabalho .301.0352.**2004**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária Inicial	R$ 12.226.769,00	-
Dotação Orçamentária Final	**R$ 14.666.772,00**	
Execução Orçamentária	R$ 14.630.333,19	99,75
Meta Física – Pessoa beneficiada (unidade)	**20.497**	
Execução Física	13.698	66,83
Custo por pessoa beneficiada(R$)	R$ 1.068,08	-

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2008 crédito orçamentário de R$12.226.769,00 e estimada uma média de 20.497 beneficiários mensais. Em face do aumento no número de beneficiários, decorrente da contratação de empregados via concurso público e do retorno de anistiados, e considerando também a ampliação dos procedimentos e o reajustamento de preços praticados pelos prestadores de serviços, a dotação foi suplementada em R$2.440.003,00, totalizando R$14.666.772,00.

No acumulado até 31/12/2008, a média mensal de atendimento atingiu 13.698 beneficiários, isto é, 66,83% do previsto e dispêndio total de R$14.630.333,19, representando 99,75% do valor programado. Comparativamente a igual período do exercício anterior, verificou-se aumento de 2,09% no número de beneficiários atendidos e aumento de 28,95% no valor liquidado, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.01
Metas e Resultados do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
Exercícios - 2006 e 2007

Anos	Previstas		Realizadas		% Execução	
	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira
2006	20.196	10.355.824,00	14.641	10.330.639,36	72,49	99,76
2007	19.920	11.370.000,00	13.417	11.345.480,25	67,35	99,78
2008	20.497	14.666.772,00	13.698	14.630.333,19	66,83	99,75

Fonte: Conab/Sureh/Geben e Siafi

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor se dá de acordo com a faixa salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Sétima, do Acordo Coletivo de Trabalho-2007/2009.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria MTB n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII – Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consiste de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Por ter maior número de empregados e contar com grande rede credenciada, as despesas contabilizadas na Matriz representaram cerca de 20,73% do total liquidado em 2008, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.02
Resultados do SAS por Superintendência Regional -2008

Sureg	Assistência Médica					
	Execução Física			Execução Financeira		
	Meta	Executado	(%)	Meta	Executado	(%)
AM	422	309	73,10	285.000,00	284.384,24	99,78
BA	785	522	66,46	610.000,00	605.918,61	99,33
CE	1.250	963	77,00	870.000,00	867.995,19	99,77
ES	657	439	66,81	448.000,00	447.415,81	99,87
GO	1.666	1.083	65,03	1.757.000,00	1.756.418,69	99,97
MA	657	509	77,51	585.000,00	581.356,34	99,38
MG	977	595	60,91	560.000,00	559.734,17	99,95
MS	518	328	63,26	390.000,00	386.726,54	99,16
MT	689	442	64,14	512.000,00	511.796,83	99,96
PA	390	259	66,35	207.000,00	206.705,63	99,86
PB	732	518	70,78	455.000,00	453.536,80	99,68
PE	1.415	1.161	82,08	1.581.000,00	1.580.486,68	99,97
PI	919	663	72,19	680.000,00	678.131,64	99,73
PR	641	436	68,02	385.000,00	384.671,07	99,91
RJ	828	541	65,35	630.000,00	626.593,57	99,46
RN	555	361	65,05	305.000,00	304.060,92	99,69
RO	374	214	57,15	182.000,00	180.959,67	99,43
RS	646	391	60,59	635.000,00	630.240,73	99,25
SC	315	195	61,93	152.000,00	151.002,27	99,34
SP	422	210	49,86	170.000,00	168.537,35	99,14
TO	272	233	85,78	232.000,00	230.597,51	99,40
Matriz	5.367	3.325	61,95	3.035.772,00	3.033.062,93	99,91
Total	**20.497**	**13.698**	66,83	**14.666.772,00**	**14.630.333,19**	**99,75**

Fonte: Conab/Dirhu/Geben e Siafi

2.4.4 - (2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**:Sureh/Gebem
- **Coordenador Nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

- **Competências da Gebem – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho:** Mencionado no item 2.4.3

Resultados

(2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		
Controle: SIAFI – PTRES 001.696 – Programa de Trabalho 20.365.0352.**2010**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução(%)**
Dotação Orçamentária Inicial	R$ 2.329.204,00	
Dotação Orçamentária Final	**R$ 2.543.447,00**	
Execução Orçamentária	R$ 2.529.532,44	99,45
Meta Física – Crianças de 0 a 6 anos atendidas	**550**	
Execução Física	478	86,91

Para o exercício de 2008, foi aprovado crédito orçamentário no valor de R$2.329.204,00 e prevista a concessão do benefício a 550 crianças/mês. Durante o exercício a Ação recebeu suplementação orçamentária de R$214.243,00, totalizando R$2.543.447,00, tendo sido executados 99,45% da dotação final (R$2.529.532,44) e 86,91% da meta física (média mensal de 478 atendimentos).

Em relação ao exercício de 2007 verificou-se aumento de 33,13% na execução orçamentária (de R$1.900.000,00 para R$2.529.532,44) e de 11,42% na física (de 429 benefícios mensais para 478).

São beneficiários desta Ação:

- Auxílio-Creche: dependentes típicos com idade entre quatro meses até o fim do ano letivo em que completar sete anos, e;
- Auxílio-deficiente: dependentes típicos portadores de necessidades especiais, sejam físicas ou mentais (deficiência motora, cognitiva e/ou comportamental), cujas lesões comprometam sobremaneira o desenvolvimento das atividades de vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, ou empregados e dependentes portadores de diabetes crônica Tipo I, sem limite de idade.

No quadro a seguir estão detalhados os valores e a quantidade de beneficiários por Sureg.

Quadro 2.03
Demonstrativo da Execução Física e Financeira, por Sureg – Em (R$)

Sureg	Execução Física				(%)	Execução Financeira		(%)
	Meta	Executado				Meta	Executado	
		Aux. Creche	Aux. Port. Nec. Especiais	Total				
AM	15	9	2	11	73,33	62.000,00	61.687,72	99,50
BA	25	16	7	23	92,00	136.000,00	135.531,00	99,66
CE	45	23	16	39	86,67	235.000,00	234.925,00	99,97
ES	17	7	2	9	52,94	59.000,00	58.038,40	98,37
GO	32	22	11	33	103,13	182.000,00	181.445,00	99,70
MA	35	23	7	30	85,71	149.000,00	148.212,67	99,47
MG	18	11	3	14	77,78	74.000,00	73.032,11	98,69
MS	11	6	1	7	63,64	40.000,00	39.420,00	98,55
MT	28	19	5	24	85,71	114.000,00	113.495,00	99,56
PA	15	16	1	17	113,33	70.000,00	69.056,40	98,65
PB	17	15	1	16	94,12	94.000,00	93.482,20	99,45
PE	37	29	5	34	91,89	182.000,00	181.135,88	99,53
PI	20	17	2	19	95,00	100.000,00	99.200,00	99,20
PR	22	17	5	22	100,00	109.000,00	108.276,10	99,34
RJ	15	6	3	9	60,00	62.000,00	61.895,00	99,83
RN	14	10	5	15	107,14	80.000,00	79.625,00	99,53
RO	16	7	3	10	62,50	48.000,00	47.840,44	99,67
RS	17	11	0	11	64,71	44.000,00	43.760,00	99,45
SC	13	3	1	4	30,77	30.000,00	29.425,00	98,08
SP	6	3	0	3	50,00	17.000,00	16.800,00	98,82
TO	12	7	1	8	66,67	40.000,00	39.665,00	99,16
Matriz	120	91	29	120	100,00	616.447,00	613.584,52	99,54
Total	**550**	**368**	**110**	**478**	86,91	**2.543.447,00**	**2.529.532,44**	**99,45**

Fonte:Conab/Dirhu/Sureh/Gebem e Siafi

2.4.5 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**:Sureh/Gebem
- **Coordenador Nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

- **Competências da Gebem – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho:** Mencionado no item 2.4.3

Resultados

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados		
Controle: SIAFI – PTRES 001.684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.**2012**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução(%)**
Dotação Orçamentária Inicial	**R$ 15.192.022,00**	
Dotação Orçamentária	**R$ 16.744.022,00**	
Execução Orçamentária	R$ 16.470.695,37	**98,37**
Meta Física – Servidor beneficiado	**3.425**	
Execução Física	3.763	109,87

A dotação aprovada na LOA/2008 foi de R$15.192.022,00 com suplementação orçamentária de R$1.522.000,00 totalizando R$16.744.022,00 dos quais foram executados R$16.470.695,37, representando 98,37%.

A meta física de beneficiar 3.425 empregados/mês foi superada em 9,87%, perfazendo uma média mensal de 3.763 empregados, conforme demonstrativo a seguir.

Quadro 2.04
Número de Beneficiários do Auxílio-Alimentação

Sureg	Execução Física			Execução Financeira(R$)		
	Meta	Execução	%	Meta	Execução	%
AM	70	89	127,14	450.000,00	438.241,16	97,39
BA	131	141	107,38	690.000,00	681.404,31	98,75
CE	209	229	109,41	1.040.000,00	1.025.951,28	98,65
ES	110	119	107,73	550.000,00	536.015,23	97,46
GO	278	310	111,39	1.510.000,00	1.494.805,08	98,99
MA	110	121	109,62	610.000,00	576.551,16	94,52
MG	163	181	111,09	910.000,00	896.930,43	98,56
MS	86	90	105,04	430.000,00	428.881,29	99,74
MT	115	120	104,49	610.000,00	599.121,51	98,22
PA	66	72	108,71	330.000,00	318.428,28	96,49
PB	122	140	114,75	690.000,00	686.331,79	99,47
PE	236	283	119,88	1.280.000,00	1.263.117,45	98,68
PI	153	162	106,05	820.000,00	800.981,95	97,68
PR	107	116	108,41	560.000,00	557.901,16	99,63
RJ	138	164	119,02	800.000,00	792.324,04	99,04
RN	93	101	108,06	490.000,00	487.518,88	99,49
RO	62	69	111,56	340.000,00	332.123,76	97,68
RS	108	116	106,94	600.000,00	566.094,54	94,35
SC	53	56	104,87	260.000,00	248.277,09	95,49
SP	70	75	106,67	380.000,00	367.717,11	96,77
TO	46	50	107,97	240.000,00	275.595,73	114,83
Matriz	899	962	107,03	3.154.022,00	3.096.382,14	98,17
Total	**3.425**	**3.763**	**109,87**	**16.744.022,00**	**16.470.695,37**	**98,37**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh/Gebem e Siafi

Comparativamente ao exercício anterior houve incremento de 18,67% na despesa realizada e de 17,74% na quantidade de empregados beneficiados, conforme detalhado no quadro a seguir.

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	3.196	3.763	17,74
Execução Financeira	13.879.648,83	16.470.695,37	18,67
Gasto *Per Capta*	4.342,82	4.377,01	0,79

2.4.6 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**: Sureh/Gebem
- **Coordenador Nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Gebem – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho:** Mencionado no item 2.4.3

Resultados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados		
Controle: SIAFI – PTRES 001.685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.**2011**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária Inicial	R$ 5.173.753,00	
Dotação Orçamentária Final	**R$ 5.656.353,00**	
Execução Orçamentária	R$ 5.589.901,76	98,83
Meta Física – Servidores beneficiados	**3.161**	
Execução Física	3.535	111,83

A dotação aprovada na LOA/2008 foi de R$5.173.753,00, tendo sido suplementada em R$482.600,00, totalizando R$5.656.353,00 dos quais foram gastos

durante o período R$5.589.901,76, correspondente a 98,83% do programado. A meta física previa o atendimento a 3.161 empregados/mês sendo superada em 11,83%, beneficiando uma média mensal de 3.535 empregados. Comparativamente ao exercício de 2007, a execução orçamentária aumentou 3,37% e o número de empregados beneficiados 16,53%, em decorrência do aumento do número de empregados, principalmente pelo retorno aos quadros da Empresa dos anistiados pela Lei n.º 8.878/94, Decreto nº6.077/07 e Portaria/MPOG nº6, de 21/01/08.

Quadro 2.06
Metas e Resultados do Auxílio-Transporte
Exercícios - 2007 e 2008

Anos	Previstas		Realizadas		Variação (%)	
	Física	Financeira (em R$1,00)	Física	Financeira (em R$1,00)	Física	Financeira
2007	3.320	5.000.000,00	3.058	4.797.036,95	15,6	16,53
2008	3.161	5.656.353,00	3.535	5.589.901,76		

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh/Geben e Siafi

No quadro de resultados por Sureg, observa-se que à exceção das Superintendências do Ceará, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Rio de Janeiro, as demais tiveram execução superior à meta prevista, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.07
Resultados do Auxílio-Transporte por Superintendência Regional – 2008

Sureg	Auxílio-Transporte							
	Execução Física			Execução Financeira (R$)				
	Meta	Executado	(%)	Meta	Executado			(%)
					Pecúnia	Vale-Transporte	Total	
AM	65	72	111,03	165.000,00	160.240,00	-	160.240,00	97,12
BA	121	138	114,26	225.000,00	168.630,34	52.987,68	221.618,02	98,50
CE	193	172	89,08	270.000,00	214.520,24	54.006,40	268.526,64	99,45
ES	101	114	112,54	160.000,00	77.249,28	77.625,54	154.874,82	96,80
GO	257	298	115,79	550.000,00	318.268,20	230.125,60	548.393,80	99,71
MA	101	136	134,49	125.000,00	72.858,40	51.932,00	124.790,40	99,83
MG	151	168	111,26	305.000,00	271.312,09	28.377,04	299.689,13	98,26
MS	80	67	84,17	90.000,00	78.800,70	9.219,00	88.019,70	97,80
MT	106	105	99,14	160.000,00	141.392,12	14.534,50	155.926,62	97,45
PA	60	69	115,00	75.000,00	60.203,00	13.703,00	73.906,00	98,54
PB	113	138	122,20	165.000,00	143.853,90	16.029,40	159.883,30	96,90
PE	218	272	124,58	470.000,00	443.557,49	21.892,10	465.449,59	99,03
PI	141	163	115,48	200.000,00	117.153,35	75.855,00	193.008,35	96,50
PR	99	97	97,47	135.000,00	133.827,36	-	133.827,36	99,13
RJ	128	121	94,14	471.353,00	366.162,46	103.630,14	469.792,60	99,67
RN	86	89	102,91	150.000,00	133.310,33	14.648,25	147.958,58	98,64
RO	58	67	115,95	75.000,00	72.956,53	-	72.956,53	97,28
RS	100	112	112,17	235.000,00	133.225,80	98.370,59	231.596,39	98,55
SC	49	54	111,05	105.000,00	93.939,70	8.954,40	102.894,10	97,99
SP	65	68	104,10	135.000,00	93.536,81	40.821,10	134.357,91	99,52
TO	42	46	110,12	60.000,00	47.822,85	9.465,00	57.287,85	95,48
Matriz	827	971	117,36	1.330.000,00	1.276.274,21	48.629,86	1.324.904,07	99,62
Total	**3.161**	**3.535**	**111,84**	**5.656.353,00**	**4.619.095,16**	**970.806,60**	**5.589.901,76**	**98,83**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh/Geben e Siafi

2.4.7 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Gecad – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns:**
    - Executar e avaliar, com as Superintendências Regionais, as atividades para atualização do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
    - Disponibilizar o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras para atendimento à demanda dos setores público e privado, agentes financeiros e órgãos governamentais;
    - Orientar as Superintendências Regionais na execução do processo de avaliação das unidades armazenadoras, com vistas ao credenciamento e à contratação para prestação dos serviços de guarda e conservação dos estoques governamentais;
    - Participar de projetos de pesquisa e cooperação técnica, nos setores público e privado, em universidades e entidades internacionais, referentes à certificação de armazéns;
    - Elaborar as planilhas de custos para definição das tarifas de armazenagem e dos serviços correlatos;
    - Acompanhar e avaliar as tarifas vigentes na prestação dos serviços de armazenagem e braçagem;
    - Participar da formalização de "notícia-crime" relativa a desvios de estoques públicos geridos pela Companhia e depositados em armazéns contratados.

Resultados

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras		
Controle: SIAFI – PTRES 001.692 **–** Programa de Trabalho 20.126.0352.**4702**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 360.000,00**	97,23
Execução Orçamentária	R$ 350.015,96	
Meta Física – Unidades cadastradas	**4.170**	150,5
Execução Física	6.276	

A meta física previa o cadastramento/recadastramento de 4.170 unidades armazenadoras, com recursos orçamentários aprovados na LOA/2008 de R$360.000,00.

A atividade atingiu 150,5% da meta física prevista na LOA, tendo sido elaborado um total de 6.276 Boletins de Cadastro de Armazéns (BCA) registrados no sistema. Quanto à meta financeira foram gastos R$350.015,96, ou seja, 97,23% da dotação, decorrente da intensificação das despesas com viagens para realização da Ação.

Além das operações programadas foram executados cadastramentos/ recadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada para apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

O quadro a seguir detalha os resultados obtidos em 2008.

Quadro 2.08
Demonstrativo de Unidades Cadastradas/Recadastradas

Sureg	Meta	Realizada	(%)
BA	-	56	-
ES	-	10	-
GO	468	940	200,85
MG	-	58	
MT	-	144	
PA	62	61	98,39
PR	-	10	-
RO	51	60	117,65
RS	3.589	4.860	
SC	-	30	-
SP	-	45	
TO	-	2	-
Total	**4.170**	**6.276**	**150,50**

Fonte: Conab/Diges/Suar/Gecad

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 16.623 armazéns, com capacidade estática disponível para 128.516.969 toneladas, sendo 26.319.588 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 102.197.381 toneladas para granel.

Dos armazéns cadastrados, apenas 623 (8.619.142 toneladas) se enquadravam em todos os requisitos técnicos definidos pela Conab, para trabalharem com os estoques públicos.

Em relação ao início do exercício, houve um aumento de 5,35% na capacidade estática cadastrada e redução de 41,64% na credenciada, conforme demonstrado no Quadro 2.09.

Quadro 2.09
Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada e Credenciada, por UF
Comparativo 2007 e 2008

Sureg	UF	Capacidade Estática (t)					
		Cadastrada			Credenciada		
		2007	2008	Variação (%)	2007	2008	Variação (%)
AM	AM	36.090	64.470	78,64	4.800	5.201	8,35
	RR	18.890	147.684	681,81	0	8.648	-
AL	AL	286.290	394.289	37,72	2.800	0	-100,00
BA	BA	3.331.600	3.421.415	2,70	136.760	58.172	-57,46
	SE	13.360	6.721	-49,69	3.220	3.221	0,03
CE	CE	378.480	332.693	-12,10	53.400	53.372	-0,05
ES	ES	984.700	1.384.661	40,62	86.000	85.998	0,00
GO	GO	12.433.680	12.970.784	4,32	2.328.890	1.060.200	-54,48
	DF	396.310	439.159	10,81	63.600	63.598	0,00
MA	MA	1.355.750	1.615.463	19,16	81.400	81.406	0,01
MG	MG	6.960.820	7.325.111	5,23	463.570	431.513	-6,92
MS	MS	6.553.930	6.369.427	-2,82	882.810	409.636	-53,60
MT	MT	22.723.930	24.527.016	7,93	2.099.670	2.760.644	31,48
PA	PA	351.850	499.950	42,09	25.000	13.901	-44,40
	AP	820	816	-0,49	0	0	-
PB	PB	102.840	86.616	-15,78	15.220	15.217	-0,02
PE	PE	695.200	600.198	-13,67	27.600	27.606	0,02
PI	PI	605.240	748.471	23,67	23.900	23.890	-0,04
PR	PR	24.944.400	24.713.847	-0,92	5.743.210	1.292.315	-77,50
RJ	RJ	237.480	182.768	-23,04	26.800	26.798	-0,01
RN	RN	67.010	53.515	-20,14	20.200	14.900	-26,24
RO	RO	463.850	385.955	-16,79	48.820	48.815	-0,01
	AC	28.430	28.276	-0,54	600	597	-0,50
RS	RS	22.252.820	24.687.387	10,94	1.668.470	1.858.696	11,40
SC	SC	3.478.540	4.698.886	35,08	251.960	128.368	-49,05
SP	SP	11.913.660	11.683.512	-1,93	676.000	113.231	-83,25
TO	TO	1.371.710	1.147.879	-16,32	33.200	33.199	0,00
Total Geral		**121.987.680**	**128.516.969**	**5,35**	**14.767.900**	**8.619.142**	**-41,64**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

Na mesma época, estavam descredenciados 523 armazéns, com capacidade para 4.718.745 toneladas, por terem sido registrados desvios de produtos, troca de mercadorias ou sinistros dolosos. Outros 11.194, com capacidade para 76.654.525 toneladas, estavam impedidos de operar com a PGPM, por motivos financeiros e/ou técnicos. Além desses, 1.176 armazéns, com capacidade para 7.886.595 toneladas, não haviam assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, e 3.107 armazéns (30.637.962 toneladas) estavam impedidos por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF ou pela falta de renovação das certidões, conforme demonstrado no Quadro 2.10.

Quadro 2.10
Demonstrativo da Capacidade Estática, por Modalidade de Impedimento

Sureg	UF	Capacidade Estática (t)											
		Descredenciada			Impedida			Sem Contrato			Impedimento no Sicaf		
		2007	2008	Variação (%)	2007	2008	Variação (%)	2007	2008	Variação (%)	2007	2008	Variação (%)
AL	AL	-	-	-	268.430	362.654	35,10	15.060	31.635	110,06	-	-	-
AM	AM	-	-	-	8.220	36.421	343,08	6.060	-	-100,00	17.010	22.848	34,32
	RR	-	-	-	8.700	73.274	742,23	10.190	65.762	545,36	-	-	-
BA	BA	10.750	12.677	17,93	3.153.680	3.193.281	1,26	30.410	18.424	-39,41	-	138.861	-
	SE	-	-	-	10.140	3.500	-65,48	-	-	-	-	-	-
CE	CE	-	-	-	309.980	263.202	-15,09	15.100	16.119	6,75	-	-	-
ES	ES	-	-	-	673.040	973.011	44,57	225.660	280.822	24,44	-	44.830	-
GO	GO	824.900	747.964	-9,33	8.273.360	7.316.676	-11,56	658.660	285.538	-56,65	347.870	3.560.406	923,49
	DF	-	-	-	247.190	250.611	1,38	65.690	68.523	4,31	19.830	56.427	184,55
MA	MA	1.310	1.309	-0,08	1.191.520	1.416.262	18,86	81.520	116.486	42,89	-	-	-
MG	MG	7.400	7.400	0,00	5.906.710	5.048.305	-14,53	427.400	441.434	3,28	155.740	1.396.459	796,66
MS	MS	717.710	763.948	6,44	4.617.640	3.651.805	-20,92	213.840	262.053	22,55	121.930	1.281.985	951,41
MT	MT	521.390	952.216	82,63	18.398.610	15.449.816	-16,03	1.101.690	1.267.625	15,06	602.570	4.096.715	579,87
PA	PA	8.540	11.997	40,48	202.750	341.790	68,58	111.310	115.596	3,85	4.250	16.666	292,14
	AP	-	-	-	-	-	-	820	-	-100,00	-	816	-
PB	PB	-	-	-	81.790	67.860	-17,03	5.830	3.539	-39,30	-	-	-
PE	PE	137.000	52.000	-62,04	483.600	480.728	-0,59	47.000	39.864	-15,18	-	-	-
PI	PI	-	-	-	580.930	724.581	24,73	410	-	-100,00	-	-	-
PR	PR	6.040	34.751	475,35	15.989.670	10.435.248	-34,74	2.587.740	1.351.538	-47,77	617.740	11.599.995	1.777,81
RJ	RJ	-	-	-	147.720	101.946	-30,99	62.960	54.024	-14,19	-	-	-
RN	RN	-	-	-	25.250	29.345	16,22	21.560	9.270	-57,00	-	-	-
RO	RO	-	-	-	396.380	218.756	-44,81	-	3.316	-	18.650	115.068	516,99
	AC	-	-	-	5.660	6.876	21,48	22.170	20.803	-6,17	-	-	-
RS	RS	1.723.280	1.921.963	11,53	14.194.170	13.319.756	-6,16	3.392.410	2.688.982	-20,74	1.274.490	4.897.990	284,31
SC	SC	1.440	25.531	1.672,99	2.162.610	2.574.325	19,04	889.020	335.942	-62,21	173.510	1.634.720	842,15
SP	SP	44.910	44.912	0,00	10.719.910	9.493.218	-11,44	327.550	405.248	23,72	145.290	1.626.903	1.019,76
TO	TO	150.630	142.077	-5,68	1.126.870	821.278	-27,12	1.120	4.052	261,79	59.890	147.273	145,91
Total Geral		**4.155.300**	**4.718.745**	**13,56**	**89.184.530**	**76.654.525**	**-14,05**	**10.321.180**	**7.886.595**	**-23,59**	**3.558.770**	**30.637.962**	**760,91**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

A dotação orçamentária aprovada na LOA foi de R$360.000,00, sendo gastos no período R$350.015,96, correspondendo a 97,23%.

Pelas características operacionais da Ação, que implica no deslocamento de empregados para o cadastramento/recadastramento de armazéns, e pela dificuldade de formação de equipes com empregados da própria Sureg, a Conab, tem incentivado o deslocamento de empregados disponíveis em outras Regionais. Tal prática tem gerado maiores gastos com diárias e despesas com passagens e locomoção. Em 2008, essas representaram cerca de 90,69% das despesas totais realizadas, com incremento de 149,49% sobre as do exercício anterior, que foi de R$127.235,31. O quadro a seguir detalha as despesas realizadas em 2008, por elemento de despesa e por Sureg.

Quadro 2.11
Demonstrativo de Execução da Despesa

Suerg	Elemento de Despesa (R$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
BA	660,00	887,36	450,00	-	1.997,36
CE	6.450,00	1.300,00		-	7.750,00
ES	7.470,00	-	1.018,59	-	8.488,59
GO	28.440,00	3.567,47	861,80	98,30	32.967,57
MA	3.780,00	-	2.752,67	4,95	6.537,62
MG	375,00	113,00	19,80	-	507,80
MS	7.785,00	1.400,00	1.172,30	-	10.357,30
MT	3.000,00	3.033,71	1.143,45	59,24	7.236,40
PA	6.900,00	1.696,13	3.686,95	-	12.283,08
PB	6.945,00	-	2.652,48	-	9.597,48
PE	10.455,00	3.960,53	691,00	75,60	15.182,13
PR	15.105,00	2.229,69	841,91	136,05	18.312,65
RO	30.810,00	6.412,66	6.147,70	96,06	43.466,42
RS	4.800,00	530,56	55.353,56	60,75	60.744,87
SC	7.830,00	1.819,07	11.969,69	-	21.618,76
SP	30.525,00	1.100,62	1.016,31	52,80	32.694,73
TO	585,00	307,73	-	30,00	922,73
Matriz	**43.185,00**	**3.488,97**	**12.560,75**	**115,75**	59.350,47
Total	**215.100,00**	**31.847,50**	**102.338,96**	**729,50**	**350.015,96**

Fonte: Siafi

2.4.8 - (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Treinar e qualificar a mão-de-obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão-de-obra e a geração de empregos no setor.
- **Descrição:** Ação realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas, consistindo na realização de seminários, cursos e treinamento em recepção, tratamento fitossanitário, guarda e conservação, expedição de produtos agrícolas, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, para posterior disseminação, especialmente nas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques:**
    - Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações relacionadas ao cadastro e credenciamento de armazéns, à operação da rede de

armazéns próprios, à manutenção das bases físicas, e à movimentação de estoques;

Resultados

(2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador		
Controle: SIAFI – PTRES 001.693 – Programa de Trabalho 20.128.0352.**2808**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária Inicial	**200.000,00**	**-**
Dotação Orçamentária Final	**0,00**	-
Execução Orçamentária	0,00	
Meta Física – Pessoa capacitada	800	35,63
Execução Física	285	

Para a realização dos cursos/treinamentos previstos foi celebrado convênio em outubro de 2006 entre a Conab e a Fundação Arthur Bernardes-Funarb, responsável financeira do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem-Centreinar, com encerramento previsto para 2010. Por decisão da Diretoria da Conab, conforme Ofício Presi/Diges n.º 0476, de 16 de setembro de 2008, citado convênio foi rescindido, sem repasse financeiro no exercício de 2008.

No período de vigência do convênio foram realizados 64 cursos, capacitando 1.595 pessoas, englobando agricultores familiares, cooperativas, armazenadores públicos e privados e, eventualmente, empregados da Conab.

Da dotação inicial contida na LOA/2008, no valor de R$200.000,00, houve cancelamento de R$40.000,00 (Decreto de 10/11/2008) e de R$160.000,00 (Lei nº 11.873, de 19/12/2008), não havendo repasse financeiro no ano de 2008.

Quadro 2.12
Demonstrativo 2.11

Sureg	UF	Execução Física (t)			Execução Financeira (R$)		
		Meta Física	Execução Física	(%)	Meta Financeira	Execução Financeira	(%)
AL	AL	-	-	-	-	-	-
AM	AM	-	-	-	-	-	-
	RR	-	-	-	-	-	-
BA	BA	50	-	0,00	-	-	-
	SE	-	-	-	-	-	-
CE	CE	-	-	-	-	-	-
ES	ES	-	-	-	-	-	-
GO	GO	60	-	0,00	-	-	-
	DF	-	-	-	-	-	-
MA	MA	30	21	70,00	-	-	-
MG	MG	200	114	57,00	-	-	-
MS	MS	50	30	60,00	-	-	-
MT	MT	100	79	79,00	-	-	-
PA	PA	-	-	-	-	-	-
	AP	-	-	-	-	-	-
PB	PB	-	-	-	-	-	-
PE	PE	-	-	-	-	-	-
PI	PI	-	-	-	-	-	-
PR	PR	120	-	0,00	-	-	-
RJ	RJ	-	-	-	-	-	-
RN	RN	-	-	-	-	-	-
RO	RO	30	-	0,00	-	-	-
	AC	-	-	-	-	-	-
RS	RS	20		0,00	-	-	-
SC	SC	30	16	53,33	-	-	-
SP	SP	80	25	31,25	-	-	-
TO	TO	30	-	0,00	-	-	-
Matriz	-	-	-	-	-	-	-
Total		**800**	**285**	**35,63**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Conab/Suarm

Nesse período, a Funarb realizou 14 cursos, tendo sido capacitadas 285 pessoas, representando cerca de 35,63% da meta física aprovada na LOA/2008, cujos gastos foram cobertos com o saldo financeiro remanescente da segunda parcela do Convênio, no valor de R$162.942,00, liberada pela Conab em 17 de julho de 2007. Conforme o parágrafo 6º do Art. 116, da Lei 8.676/93, a Companhia solicitou à FUNARBE/CENTREINAR a apresentação da Prestação de Contas relativa aos gastos efetuados, para análise e posterior decisão sobre o pagamento do restante dos dispêndios.

Quadro 2.13
Demonstrativo dos Cursos Realizados

UF	Título do Curso	N.° Partici-pantes	Local	Período	Carga Horária
MT	Classificação e Análise de Grãos	28	Sorriso	09 a 11/01/2008	24
MT	Classificação e Análise de Grãos	24	Sapezal	15 a 17/01/2008	24
MT	Classificação e Análise de Grãos	27	Rondonópolis	21 a 23/01/2008	24
SP	Classificação e Análise de Grãos	25	Orlândia	07 a 09/02/2008	24
MG	Classificação e Análise de Grãos	20	Viçosa	25 a 29/02/2008	40
MG	Classificação e Análise de Grãos	13	Rio Pomba	14 a 18/04/2008	16
MG	Classificação e Análise de Grãos	14	Rio Pomba	14 a 18/04/2008	16
MG	Uso do GPS	6	Viçosa	09 a 10/05/2008	20
MG	Classificação e Análise de Grãos	30	Barbacena	07 a 08/05/2008	16
MG	Classificação e Análise de Grãos	14	Viçosa	26 a 30/05/2008	40
MG	Desenvolvendo Macros no Excel-Aplic. em Armazenagem de Grãos	17	Viçosa	02 a 06/06/2008	15
MS	Classificação e Análise de Grãos	30	Dourados	23 a 25/06/2008	24
MA	Secagem e Armaz. de Arroz na Fazenda	21	Imperatriz	23 a 26/06/2008	32
SC	Secagem e Armazenamento de Grãos	16	Araranguá	30/06 a 04/07/2008	40
Total		**285**	**-**	**-**	**355**

Fonte: Conab/Diges/Suarm

É importante destacar que existe grande carência de mão-de-obra capacitada no setor de armazenamento de grãos, notadamente nos Estados de Tocantins, de Mato Grosso, na região oeste da Bahia, e no sul do Piauí e Maranhão, locais onde foram verificados significativos aumentos da produção agrícola e construção de grande número de unidades armazenadoras, que estão sendo operacionalizadas por empregados sem conhecimento dos princípios básicos que regem o armazenamento e a conservação de grãos. Foi verificada também, a necessidade de se capacitar os agricultores familiares, orientando melhor a guarda e conservação de sua produção, agregando valor a seus produtos e aumentando a renda do pequeno produtor.

2.4.9 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sumoc/Gecap
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competência da Gecap – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento:**
    - Promover o contínuo desenvolvimento e capacitação das pessoas, no âmbito da Companhia;
    - Promover ações educativas e de treinamento para o desenvolvimento de dirigentes, empregados e parceiros;
    - Coordenar o programa de capacitação profissional, com base na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia;
    - Promover estudos e pesquisa do clima e da cultura organizacional, propondo medidas para o seu monitoramento, objetivando à adequação e aprimoramento da política de desenvolvimento de recursos humanos;
    - Colaborar no mapeamento de competências requeridas pelos diferentes segmentos organizacionais, visando subsidiar o Plano de Educação Corporativo;
    - Desenvolver, acompanhar e participar da avaliação sistemática das ações de capacitação e desenvolvimento, com base em indicadores que mensurem a rentabilidade do investimento no capital humano, enquanto valor agregado aos negócios da Companhia;
    - Promover ações de capacitação voltadas às áreas estratégicas, com ênfase nos programas de desenvolvimento de lideranças e de ações que visem a introjeção e o desenvolvimento de conceitos, valores e habilidades necessários ao desempenho dos papéis ocupacionais;
    - Desenvolver programas de aperfeiçoamento e especialização de forma a proporcionar melhorias horizontal e vertical do desempenho funcional, provendo conhecimentos e habilidades que permitam a ascensão profissional, em face das competências adquiridas;
    - Acompanhar e supervisionar as atividades de estagiários no âmbito da Companhia, promovendo a avaliação periódica de desempenho, a partir das informações prestadas pelas respectivas unidades orgânicas;
    - Administrar o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Matriz.

Resultados

4572 - Capacitação de Serv. Púb. Federais em Proc. de Qualificação e Requalificação		
Controle: SIAFI – PTRES 001.694 **–** Programa de Trabalho 20.128.0360.**4572**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução(%)**
Dotação Orçamentária Inicial	R$ 1.400.000,00	
Dotação Orçamentária Final	**R$ 1.680.000,00**	-
Execução Orçamentária	R$ 1.620.336,57	96,45
Meta Física – Servidor capacitado	**5.129**	-
Execução Física	6.012	117,22

A Diretoria de Recursos Humanos e Modernização (DIRHU), responsável pela ação de capacitação dos empregados no âmbito da Conab, desenvolve-a como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do

desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa (PEC), com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os resultados da Companhia.

A cada ano, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar outros treinamentos não previstos, correlatos às competências (conhecimento, habilidades e atitudes) de cada área e atividades precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nessas Unidades, propondo, também, cursos de desenvolvimento futuro, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz e na Sureg-PI, e, desenvolveu, no âmbito da Companhia, cursos de Educação de Jovens e Adultos, tendo os empregados como educadores. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados, incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R$112,41, desde que não oferecidos pela Companhia em cursos fechados, conforme Cláusula Vigésima do Acordo Coletivo de Trabalho-Biênio 2007/2009.

Para promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vista à melhoria dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foi aprovado crédito orçamentário em 2008 no valor de R$1.400.000,00, tendo sido suplementado em R$ 280.000,00, conforme Decreto de 10.11.2008, atingindo o valor total de R$1.680.000,00, e executado o montante de R$1.620.336,57, correspondendo a 96,4% da meta.

A meta física previa a capacitação de 5.129 pessoas, sendo superada em 17,2%, com a capacitação de 6.012 treinandos e 713 participantes convidados pela Companhia. Esse resultado foi alcançado mediante o desenvolvimento de vários eventos, principalmente nas áreas de Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Administrativa, Planejamento, Informática, Operacional, Financeira, etc. Cabe registrar que vários servidores receberam mais de um treinamento durante o ano, daí serem identificados como treinandos. No total de 6.012 treinandos não estão incluídos os dados relativos ao número de participantes nos programas educacionais de idiomas e curso supletivo, tampouco os convidados.

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento no número de treinandos em torno de 61,5%. Tal fato decorre da grande freqüência de participantes, tanto de gestores como empregados, com a implantação do Projeto Expandindo sua Mente. Iniciado na Matriz e em algumas Superintendências (SP, AM, PA e MG), deverá ser expandido a outras Regionais em 2009. As atividades do referido Projeto estão voltadas para o autoconhecimento do empregado considerando as dimensões física, mental e emocional, favorecendo a qualidade de vida no trabalho.

Deve ser destacada a realização do evento Treinamento Introdutório para novos empregados destinado aos concursados (343) que ingressaram na Companhia, bem como os anistiados (1.397), por força da Lei n.º 8.878/1994, Decreto nº. 6.077/2007 e Portaria MPOG n.º 6, de 21/01/2008, mediante palestra de sensibilização sobre o Clima Organizacional, que contou com 115 participantes, ocasião em que foi iniciada uma pesquisa interna sobre diversos aspectos da Conab, como comunicação, relacionamento com os colegas de trabalho, estrutura da organização etc, cujos resultados serão divulgados em 2009.

Quadro 2.14
Metas e Resultados - Exercícios 2007 e 2008

Ano	Prevista		Realizadas		% Execução	
	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira
2007	3.197	1.400.000,00	3.723	1.373.729,00	116,45	98,12
2008	5.129	1.680.000,00	6.012	1.620.336,57	117,22	96,45

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gecap e Siafi

No exercício de 2008 o tempo de treinamento somou 113.796 homens/hora contra 78.877 no ano anterior, representando um aumento de 44,3% nas horas de estudo. A média da carga horária registrada no último exercício foi de 18,93 horas por treinando, com redução de 10,7% sobre a do ano anterior (2007), cujo resultado foi de 21,19 horas.

Quadro 2.15
Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento
Exercícios 2007 e 2008

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Planejamento	764	686	18.587	14.681	24,33	21,4
Operacional	676	498	18.960	10.739	28,05	21,56
Administrativa	800	1.536	11.220	26.296	14,03	17,12
Financeira	169	337	4.402	6.532	26,05	19,38
Gerencial	35	38	532	1.391	15,2	36,61
Informática	224	524	8.164	24.859	36,45	47,44
Qualidade	22	212	422	522	19,18	2,46
Jurídica	142	99	6.019	7.182	42,39	72,55
Auditoria	236	46	2.782	1.320	11,79	28,7
Comunic. Social	27	48	342	1.612	12,67	33,58
Educ/Desenvolv	628	1.988	7.447	18.662	11,86	9,39
Total	**3.723**	**6.012**	**78.877**	**113.796**	**21,19**	**18,93**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh/Gecap

O fato de a Conab manter, em Brasília, um Centro de Treinamento com uso intensivo durante todo o ano, sem despesas com aluguel de salas e contando com locais para realização de eventos, inclusive com um laboratório de informática, justifica a concentração, na Matriz, de maior número de cursos e de treinandos (40,1%). O Centro disponibiliza, também, salas para reuniões e cursos promovidos por outros órgãos do Governo Federal, como MAPA, MDS, MDA etc. No total de 2.413 treinandos da Matriz estão computados empregados das Suregs que se deslocaram para o DF, a fim de participar de Cursos de Formação e de treinamentos de Sistemas Corporativos desenvolvidos e realizados na Matriz, em Brasília, como: SAAGRA (Sistema Aplicado à Armazenagem de Grãos, SIG (Sistema de Informações Gerenciais), SIGEST (Sistema de Gestão de Estoques), PAANet (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) etc, conforme quadros a seguir.

Quadro 2.16
Demonstrativo Detalhado – Número de Treinandos – Por Sureg – 2008

Área de Conhecimento	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RS	RO	SC	SP	TO	Mtz	Total
Planejamento	4	7	5	10	32	15	24	14	9	1	16	41	8	22	5	2	14	4	10	4	4	435	686
Operacional	18	11	14	34	29	7	31	18	12	27	44	11	18	11	2	6	17	27	29	5	3	124	498
Administrativa	21	61	14	219	122	42	22	15	35	12	109	27	140	110	20	15	46	41	127	5	21	312	1.536
Financeira	9	2	-	48	8	9	12	8	-	13	15	23	7	12	5	26	12	-	10	-	-	118	337
Gerencial	-	-	-	-	6	-	-	11	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	4	7	38
Informática	3	48	1	14	54	2	40	32	28	-	16	37	20	23	12	2	13	38	2	11	4	124	524
Qualidade	-	-	-	1	58	-	-	-	-	-	1	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	147	212
Jurídica	1	2	2	3	4	1	1	1	2	3	3	1	1	2	5	6	5	3	1	3	1	48	99
Auditoria	-	-	-	-	24	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	11	-	-	-	-	-	8	46
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	43	48
Educ e.Desenv.R.H.	59	34	5	33	271	4	103	8	42	77	15	46	16	54	13	24	7	28	6	48	48	1.047	1.988
Totais por Unidade	115	165	41	362	608	80	233	112	128	133	220	186	211	248	63	93	114	141	185	76	85	2.413	6.012
Total Conab	**6.012**																						
% sobre total Conab	1,9	2,7	0,7	6,0	10,1	1,3	3,9	1,9	2,1	2,2	3,7	3,1	3,5	4,1	1,0	1,5	1,9	2,3	3,1	1,3	1,4	40,1	100,0

Quadro 2.17
Demonstrativo Detalhado – Homens/Hora Treinados – Por Sureg – 2008

Área de Conhecimento	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RS	RO	SC	SP	TO	Mtz	Total
Planejamento	100	188	124	200	980	1.532	981	674	146	28	303	792	152	1.081	88	44	215	80	188	124	100	6.561	14.681
Operacional	420	316	268	480	896	200	1.008	412	340	510	362	287	364	229	24	151	544	993	311	120	104	2.400	10.739
Administrativa	913	1.167	336	510	3.092	2.418	648	808	828	120	1.286	600	2.099	2.093	456	286	1.318	606	1.078	40	540	5.054	26.296
Financeira	168	735	-	552	108	72	246	72	-	92	176	280	80	112	136	256	182	-	182	-	-	3.083	6.532
Gerencial	-	-	-	-	184	-	-	176	-	-	-	-	-	122	-	-	-	-	-	-	405	504	1.391
Informática	52	2.400	40	735	2.200	80	1.920	1.874	954	-	996	1.480	1.200	894	714	40	680	1.050	200	480	140	6.730	24.859
Qualidade	-	-	-	2	116	-	-	-	-	-	15	-	-	51	2	-	-	-	-	-	-	336	522
Jurídica	40	76	418	68	90	40	40	40	400	56	510	40	40	430	104	938	1.236	62	40	66	40	2.408	7.182
Auditoria	-	-	-	-	96	-	-	40	-	-	360	-	360	-	-	176	-	-	-	-	-	288	1.320
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	64	-	-	-	-	-	-	-	456	-	-	-	-	-	1.092	1.612
Educ e.Desenv.R.H.	252	655	64	142	1.986	64	415	47	1.473	343	240	1.766	793	642	99	462	112	570	220	215	708	7.394	18.662
Totais por Unidade	1.945	5.537	1.250	2.689	9.748	4.406	5.258	4.207	4.141	1.149	4.248	5.245	5.088	5.654	1.623	2.809	4.287	3.361	2.219	1.045	2.037	35.850	113.796
Total Conab	**113.796**																						
% sobre total Conab	1,7	4,9	1,1	2,4	8,6	3,9	4,6	3,7	3,6	1,0	3,7	4,6	4,5	5,0	1,4	2,5	3,8	3,0	1,9	0,9	1,8	31,5	100,0

No que diz respeito às despesas com a referida Ação, a maior incidência de gastos recai sobre Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, em decorrência da contratação de Empresas para realização dos eventos, seguida das despesas com Diárias, Passagens e Locomoção. As despesas com Indenizações, verificadas no desempenho da Ação, representam a restituição das mensalidades de cursos de idiomas.

Quadro 2.18
Demonstrativo das Despesas Realizadas
Exercícios 2008

Suerg	UF	Elemento de Despesa (R$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas c/ Locomoção	Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
AM	AM	4.965,00	-	10.545,57	-	23.061,50	-	62,00	38.634,07
	RR	-	-		-	2.520,00	-	-	2.520,00
BA	BA	11.490,00	-	11.968,08	-	40.523,30	78,48	212,50	64.272,36
	SE	630,00	-	268,86	-	-	-	-	898,86
CE	CE	4.815,00	-	1.194,00	-	11.769,92	-	-	17.778,92
ES	ES	3.675,00	-	2.486,13	-	13.806,55	-	365,00	20.332,68
GO	GO	28.160,00	808,60	17.559,12	483,00	29.825,23	-	-	76.835,95
	DF	2.877,36	-	1.103,94	-	1.648,00	-	-	5.629,30
MA	MA	3.615,00	-	8.930,77	-	51.302,89	-	693,00	64.541,66
MG	MG	9.082,50	82,96	5.009,71	-	23.160,40	-	-	37.335,57
MS	MS	8.115,00	100,00	5.559,23	-	13.850,88	-	-	27.625,11
MT	MT	21.392,50	763,12	4.402,67	-	14.013,50	-	-	40.571,79
PA	PA	9.690,00	179,95	15.002,82	-	13.929,00	-	54,00	38.855,77
PB	PB	22.918,10	-	20.121,46	-	19.307,80	-	-	62.347,36
PE	PE	9.225,00	120,00	7.524,60	-	24.383,00	-	1.044,55	42.297,15
	AL	4.500,00	-	1.181,30	-	-	-	-	5.681,30
PI	PI	4.020,00	-	4.754,85	1.820,00	13.390,00	-	-	23.984,85
PR	PR	6.750,00	-	5.426,09	-	56.808,73	-	-	68.984,82
RJ	RJ	1.800,00	-	1.253,24	-	26.011,60	-	-	29.064,84
RN	RN	6.255,00	-	8.558,69	-	26.183,50	-	-	40.997,19
RO	RO	7.500,00	-	15.430,45	-	7.860,00	-	-	30.790,45
	AC	990,00	-	537,75	-	915,00	-	-	2.442,75
RS	RS	15.000,00	95,21	4.970,55	-	55.221,00	-	3.445,17	78.731,93
SC	SC	7.470,00	-	5.511,89	-	22.250,50	-	-	35.232,39
SP	SP	2.415,00	-	1.864,14	-	25.336,59	-	-	29.615,73
TO	TO	11.135,00	-	3.298,29	-	9.550,00	-	-	23.983,29
Matriz		78.015,30	875,61	102.143,41	28.404,37	481.421,53	-	19.490,26	710.350,48
Total		**286.500,76**	**3.025,45**	**266.607,61**	**30.707,37**	**1.008.050,42**	**78,48**	**25.366,48**	**1.620.336,57**

Fonte: Siafi

No Programa de Valorização do Servidor, a Conab proporcionou cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado a 51 empregados, sendo que no ano anterior apenas 44 foram beneficiados. Durante o ano de 2008 a Conab continuou a investir em Cursos de Educação de Jovens e Adultos e no Projeto Graduar, possibilitando o retorno aos estudos de funcionários e prestadores de serviços, proporcionando a 32 deles a conclusão de Ensino Médio e Fundamental. Também concedeu incentivo financeiro para 50 empregados frequentarem cursos de Língua Estrangeira.

Quadro 2.19
Projeto Graduar - Exercícios 2007 e 2008

Local de Atuação	Nº de Participantes		Homens/Hora	
	2007	2008	2007	2008
Matriz	18	16	4320	2560
PI	15	16	6900	7360
Total	**33**	**32**	**11220**	**9920**

Fonte: Conab/Dirhu/Sumoc/Gecap

Quadro 2.20
Programa Educacional de Idiomas - Exercícios 2007 e 2008

Locais de Atuação	Nº de Participantes		Homens/Hora	
	2007	2008	2007	2008
AM	1	-	96	-
CE	9	-	486	-
ES	1	-	52	
GO	9	8	592	528
MA	4	5	304	380
PA	1	-	48	-
PB		1	-	70
PE	4	1	720	180
PR	2	-	168	-
RN	2	3	167	249
RO	-	5	-	335
RS	-	6	-	480
SP		1	-	70
Matriz	25	20	1.976	1.580
Total Geral	**58**	**50**	**4.609**	**3.872**

Fonte: Conab/Dirhu/Sumoc/Gecap

Quadro 2.21
Cursos de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado Realizados em 2008

Sureg	Curso		Treinandos	Carga Horária
AM	Gestão e Auditoria dos Sistemas de Saúde	Especialização	1	400
BA	Finanças Corporativas	Especialização	1	375
	Planejamento Tributário	Especialização	1	360
CE	Direito e Processo Administrativo	Especialização	1	378
ES	Contabilidade e Auditoria Pública	Especialização	1	360
GO	Gestão Estratégica Empresarial	Especialização	1	360
	Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais	Especialização	2	810
MA	Executivo em Gestão Empresarial	Especialização	2	864
MG	Tecnologia e Qualidade de Alimentos Vegetais	Especialização	2	465
	Manejo Integrado de Pragas e Receituário Agronômico	Especialização	2	375
MS	Logística	Especialização	1	360
	Políticas Sociais com ênfase no Território e na Família	Especialização	1	360
	Ciências Jurídicas e Sociais	Doutorado	1	450
	Auditoria Contábil-Fiscal	Especialização	1	360
MT	Direitos Difusos e Coletivos	Especialização	1	360
	Gestão Estratégica de Pessoas	Especialização	1	420
PI	Auditoria Contábil e Financeira	Especialização	1	360
	Letras	Mestrado	1	510
PR	Agronegócios	Especialização	2	820
	Administração de Pessoas	Especialização	1	360
	Informática	Especialização	1	360
	Direito Público	Especialização	1	390
	Gestão Estratégica de Pessoas	Especialização	1	375
RN	Direito e Processo do Trabalho	Especialização	2	780
	Marketing Estratégico	Especialização	1	456
RS	Administração Pública Eficaz	Especialização	1	362
	Direito do Trabalho	Especialização	1	362
	Direito Civil e Processual Civil	Especialização	1	432
	Direito Público	Especialização	1	375
SC	Administração de Empresas	Especialização	1	432
TO	Gestão de Pessoas	Especialização	1	360
Matriz	Gestão Pública	Especialização	1	408
	Gerência de Projetos	Especialização	1	432
	Gestão do Agronegócio	Especialização	1	390
	Gestão Estratégica para Resultados	Especialização	1	405
	Controladoria, Auditoria e Perícia Contábil	Especialização	1	485
	Gestão Orçamentária e Financeira	Especialização	2	880
	Gestão de Pessoas	Especialização	1	432
	Física	Doutorado	1	800
	Direito Civil e Processo Civil	Especialização	2	736
	Direito Administrativo e Processo Administrativo	Especialização	2	736
	Assessoria em Comunicação Pública	Especialização	1	420
Total Geral			**51**	**19.915**

Fonte: Sureg/Gecap

2.4.10 - (12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG

- **Tipo:** Projeto
- **Finalidade:** Concluir a obra inacabada do graneleiro de fundo tipo "V", com capacidade para 100.000 toneladas, do Complexo Armazenador de Uberlândia, objetivando sobretudo atuar como alternativa à iniciativa privada e contribuir para minimizar a escassez de espaço para armazenamento, especialmente das safras de soja e milho, na região do Triângulo Mineiro.
- **Descrição:** Em 19/04/1989 foi firmado, pela então CIBRAZEM, uma das empresas fusionadas da Conab, contrato com a firma construtura Norberto Odebrecht S/A, para executar as obras de ampliação do Complexo Armazenador de Uberlândia-MG, com a construção de um graneleiro com capacidade estática de 100.000 toneladas. A execução dos serviços foi iniciada em 10 de maio do mesmo ano. Do total da obra contratada, foram realizados 52,75% dos serviços. A paralisação da obra, ocorrida em 23/03/1990, teve como causa alegada pela Construtura os constantes atrasos nos pagamentos de suas faturas, aliado às questões administrativas da Conab, notadamente a descontinuidade administrativa vivida pela Companhia, o que levou a postergação de uma solução efetiva sobre sua conclusão. O Complexo Armazenador de Uberlândia possui relevante importância para a agricultura regional e é estratégico para o desempenho das políticas agrícola e de abastecimento, principalmente com a atual diretriz do governo de recompor os seus estoques estratégicos e de segurança alimentar. A cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, dispõe de um conjunto de requisitos extremamente favoráveis para a implantação de um complexo de armazenamento estratégico. Localizada no Triângulo Mineiro, situa-se entre o pólo industrial de São Paulo e as grandes regiões de produção agrícola de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dispõe de uma boa rede viária, ligando-se por ferrovia e rodovias aos grandes centros do País. Sem dúvida, sob o prisma locacional, observa-se que o Complexo Armazenador de Uberlândia possui posicionamento estratégico, pois está inserido em quatro corredores de exportação: Uberlândia/Santos, Uberlândia/Vitória, Uberlândia/Ilhéus e Uberlândia/Paranaguá.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques:**
    - Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações relacionadas ao cadastro e credenciamento de armazéns, à operação da rede de armazéns próprios, à manutenção e modernização das bases físicas, e à movimentação de estoques.

Resultados

(12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG		
Controle: SIAFI – PTRES 001.697 – de Trabalho 20.605.0352.**12BZ**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Inicial	**R$ 3.000.000,00**	
Dotação Orçamentária Final	**R$ 0,00**	
Execução Orçamentária	R$ 0,00	-
Meta Física – Obra executada (% de execução física)	**20**	-
Execução Física	0	

Durante o segundo semestre as especificações técnicas do projeto foram revisadas, melhoradas e atualizadas, resultando na inclusão de novos serviços. A planilha de custos também foi atualizada com a correção dos valores dos serviços e acréscimo de novos itens, e o edital de licitação foi revisado sendo acrescidas novas cláusulas julgadas necessárias.

Por meio da Portaria PRESI n.º 279, de 11 de novembro de 2008, foi criada uma comissão Especial de Licitação e, no DOU de 21 de novembro de 2008, foi publicado o Edital de Concorrência Pública n.° 001/2008, tendo como objeto a contratação de empresa para a conclusão das obras do armazém graneleiro, englobando o fornecimento, montagem e testes dos equipamentos eletromecânicos e instalações e término das obras complementares, no regime de execução indireta por empreitada, por preço global, para mão-de-obra e materiais. A abertura das propostas está prevista para o dia 27 de janeiro de 2009.

Por não haver execução física e financeira durante o exercício de 2008, a Conab solicitou a cancelamento da dotação orçamentária desta Ação e o remanejamento para outras ações do Programa.

2.4.11 - (0110) Contribuição à Previdência Privada

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, possam contribuir como patrocinadoras, às entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, de 29.05.2001 e alterações.
- **Descrição:** Trata-se de atividade contínua onde o pagamento da patrocinadora (contribuição) é realizado em conformidade com o plano de custeio (custo do plano de benefícios), Lei Complementar n.º 108 e 109/01 e contrato firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos e Modernização
- **Coordenador Nacional da ação:** Thiago Alexandre Ribeiro Lima
- **Unidades executoras:** Sumoc/Sureh/Sufin
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Diretoria de Recursos Humanos e Modernização – Dirhu:**

- Representar a Companhia junto ao Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS, na condição de interlocutor, nos assuntos de interesse mútuo.

Resultados

(0110) Contribuição à Previdência Privada		
Controle: SIAFI – PTRES 001.683 – de Trabalho 20.273.0352.**0110**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução(%)**
Dotação Orçamentária Inicial	**R$ 20.732.685,00**	
Dotação Orçamentária	**R$ 22.932.360,00**	**-**
Execução Orçamentária	R$ 22.931.919,11	99,998
Meta Física	**-**	-
Execução Física	-	

Para assegurar a contribuição como patrocinadora principal do Cibrius, entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, e realizar o pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com a Lei Complementar n.º109/01, do crédito orçamentário final de R$22.932.360,00 foi executado o montante de R$22.931.919,11, correspondente a 99,998% do programado para o exercício.

Comparativamente a igual período do exercício anterior, cujo valor liquidado foi de R$21.832.360,00, houve aumento da ordem de 5,04%. Tal aumento decorreu do crescimento da folha de pagamento, promoções por antiguidade e aumento do teto da previdência.

Do valor total executado de R$22.931.919,11, o montante de R$12.786.273,98 refere-se à amortização de parcelas da dotação, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observado o termo aditivo n.º 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas, inclusa uma amortização extra no valor de R$1.133.258,30. No acumulado do exercício, as contribuições paritárias patronais mensais realizadas pela Conab alcançaram R$10.145.645,13, contemplando uma massa de 1.649 participantes ativos, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.22
Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Quantidade de Participantes			Valor das Contribuições			
					Patrocinadora			Empregados
		Ativos	Assistidos	Total	Complemento de Previdência	Contribuição Patronal	Total	
AM	2.603.585,65	35	16	51	-	193.915,60	193.915,60	193.915,60
BA	2.329.278,20	37	25	62	-	172.364,90	172.364,90	172.364,90
CE	7.495.394,02	131	137	268	-	514.248,45	514.248,45	514.248,45
ES	3.826.319,54	46	18	64	-	281.876,21	281.876,21	281.876,21
GO	9.431.338,05	117	89	206	-	691.788,10	691.788,10	691.788,10
MA	2.375.181,57	47	20	67	-	166.468,08	166.468,08	166.468,08
MG	6.706.305,06	80	76	156	-	476.797,12	476.797,12	476.797,12
MS	4.436.985,68	64	34	98	-	309.472,10	309.472,10	309.472,10
MT	3.542.702,17	50	29	79	-	264.166,54	264.166,54	264.166,54
PA	2.460.079,48	28	26	54	-	176.753,95	176.753,95	176.753,95
PB	3.319.485,84	44	43	87	-	230.165,50	230.165,50	230.165,50
PE	8.694.048,56	151	91	242	-	619.365,58	619.365,58	619.365,58
PI	2.189.942,21	28	19	47	-	157.122,87	157.122,87	157.122,87
PR	6.569.723,78	83	58	141	-	459.120,03	459.120,03	459.120,03
RJ	3.529.129,02	43	128	171	-	254.509,44	254.509,44	254.509,44
RN	3.140.307,51	40	33	73	-	215.427,11	215.427,11	215.427,11
RO	1.963.801,91	25	13	38	-	142.761,05	142.761,05	142.761,05
RS	4.154.980,49	60	85	145	-	295.499,76	295.499,76	295.499,76
SC	2.530.879,32	29	22	51	-	192.178,52	192.178,52	192.178,52
SP	3.483.974,80	38	65	103	-	265.319,00	265.319,00	265.319,00
TO	1.825.050,41	15	3	18	-	135.070,10	135.070,10	135.070,10
Matriz	53.712.156,30	458	277	735	12.786.273,98	3.931.255,12	16.717.529,10	3.931.255,12
Total	**140.320.649,57**	**1.649**	**1.307**	**2.956**	**12.786.273,98**	**10.145.645,13**	**22.931.919,11**	**10.145.645,13**

Fonte: Conab/Sucon//Gecon/Dre e Cibrius

2.4.12 - (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Refere-se a pagamentos de condenações pecuniárias vincendas, a cargo de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Proge
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sumaj
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competência da Sumaj – Subprocuradoria de Matéria Judicial:**
    - Elaborar trabalhos relacionados à defesa judicial da Conab, quando determinado pelo Procurador-geral;
    - Representar a Companhia judicialmente, seja por intermédio de escritórios contratados ou pelos procuradores da Conab, por determinação do Procurador-Geral quando devidamente autorizados

pelo Presidente, nos processos em que ela figure como parte ou interessada;

- Orientar, tecnicamente, por determinação do Procurador-Geral, quando for o caso, por intermédio dos procuradores lotados nas Regionais, os contratados em nível nacional, na elaboração das peças pertinentes à atuação jurídica contenciosa da Conab;
- Manifestar-se sobre proposta de pagamentos de qualquer natureza, formulados judicialmente, nos moldes regulamentares internos nas das ações oriundas da Circunscrição Judiciária do Distrito Federal ou daquelas Regionais que estejam desprovidas de procuradores, submetendo à análise conclusiva ao Procurador-Geral;
- Manifestar-se, por determinação expressa do Procurador-Geral, sobre as propostas de pagamentos de qualquer natureza, formulados judicialmente, nos moldes regulamentares internos das ações oriundas dos Estados, analisadas pelos procuradores lotados nas Regionais, quando requisitado pelo Procurador-Geral, visando à autorização ao Presidente da Conab;
- Zelar, em consonância com o Procurador-Geral, pela uniformização das teses de defesa judicial da Companhia em nível nacional, mediante colaboração das áreas jurídicas regionais;
- Orientar as atividades dos empregados/estagiários lotados em sua área de atuação.

Resultados

002F - Cumprimento de Déb. Jud. Per. Vincendos Dev. por Emp. Púb. e Soc. de Econ. Mista		
Controle: SIAFI – PTRES 001.686 – de Trabalho 28.846.0901.**002F**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 60.000,00**	64,52
Execução Orçamentária	R$ 38.709,69	
Meta Física	**-**	-
Execução Física	-	

Durante o exercício foram pagos R$38.709,69, representando 64,52% da dotação de R$60.000,00, aprovada na LOA. Os pagamentos foram efetuados na Sureg/MT (R$12.216,60), Sureg/GO (R$13.797,09) e Sureg/RS (R$12.696,00), referentes a indenizações de acidentes a terceiros ocorridos dentro das instalações da Companhia.

2.4.13 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Proge
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sumaj
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli

- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competência da Sumaj – Subprocuradoria de Matéria Judicial:** Mencionado no item 2.4.12

Resultados

0022 - Cumprimento de Sent. Jud. Trans.em Julg. Dev. por Emp. Púb.e Soc.de Econ. Mista		
Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – de Trabalho 28.846.0901.**0022**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária Inicial	39.007.160,00	-
Dotação Orçamentária Final	30.603.660,00	84,08
Sentenças Trabalhistas	16.596.500,00	
Outras Sentenças	14.007.160,00	
Execução Orçamentária	25.732.117,62	
Sentenças Trabalhistas	15.731.115,00	
Outras Sentenças	10.001.002,62	
Meta Física	-	-
Execução Física	-	-

A dotação orçamentária aprovada na LOA/2008 foi de R$39.007.160,00 com suplementação no valor de R$11.596.500,00 para sentenças trabalhistas e cancelamento de R$20.000.00,00 para outras sentenças (despesas correntes), totalizando R$30.603.660,00. Durante o exercício foram cumpridas sentenças no valor total de R$25.732.117,62, representando 84,08% da dotação final, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.23
Demonstrativo de Execução da Despesa

Sureg	Meta Financeira (Em R$)			Execução Financeira (Em R$)					(%) Execução		
				Grupo de Despesa							
				Pessoal e Encargos Sociais			Sentenças Judiciais	Total Geral			
	Pessoal	Despesas Correntes	Total	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Total			Pessoal	Sentenças Judicias	Total
AM	30.000,00	-	30.000,00	20.338,59	0,00	20.338,59	0,00	20.338,59	67,80	-	67,80
BA	550.000,00	-	550.000,00	9.987,56	509.713,24	519.700,80	0,00	519.700,80	94,49	-	94,49
CE	850.000,00	3.500.000,00	4.350.000,00	408.583,18	416.305,32	824.888,50	3.129.655,59	3.954.544,09	97,05	89,42	90,91
ES	1.600.000,00	-	1.600.000,00	9.987,56	1.523.873,19	1.533.860,75	0,00	1.533.860,75	95,87	-	95,87
GO	850.000,00	40.000,00	890.000,00	143.106,11	694.202,25	837.308,36	12.619,22	849.927,58	98,51	31,55	95,50
MA	700.000,00	-	700.000,00	386.679,29	276.688,06	663.367,35	0,00	663.367,35	94,77	-	94,77
MG	80.000,00	-	80.000,00	45.702,07	23.522,74	69.224,81	0,00	69.224,81	86,53	-	86,53
MS	110.000,00	5.000,00	115.000,00	0,00	99.508,35	99.508,35	2.206,54	101.714,89	90,46	-	88,45
MT	650.000,00	-	650.000,00	5.112,63	559.291,16	564.403,79	0,00	564.403,79	86,83	-	86,83
PA	139.000,00	-	139.000,00	25.744,50	99.176,25	124.920,75	0,00	124.920,75	89,87	-	89,87
PB	20.000,00	1.700.000,00	1.720.000,00	4.993,78	12.547,31	17.541,09	1.605.854,80	1.623.395,89	87,71	94,46	94,38
PE	1.400.000,00	7.000.000,00	8.400.000,00	49.696,63	1.263.374,85	1.313.071,48	4.563.306,28	5.876.377,76	93,79	65,19	69,96
PI	500.000,00	-	500.000,00	22.065,54	408.715,23	430.780,77	0,00	430.780,77	86,16	-	86,16
PR	1.600.000,00	-	1.600.000,00	36.416,58	1.488.059,46	1.524.476,04	0,00	1.524.476,04	95,28	-	95,28
RJ	650.000,00	-	650.000,00	16.314,51	569.214,73	585.529,24	0,00	585.529,24	90,08	-	90,08
RN	950.000,00	-	950.000,00	35.319,93	800.513,71	835.833,64	0,00	835.833,64	87,98	-	87,98
RO	70.000,00	-	70.000,00	57.935,74	0,00	57.935,74	0,00	57.935,74	82,77	-	82,77
RS	1.967.500,00	70.000,00	2.037.500,00	46.620,59	1.860.111,87	1.906.732,46	17.246,54	1.923.979,00	96,91	24,64	94,43
SC	20.000,00	-	20.000,00	15.351,56	0,00	15.351,56	0,00	15.351,56	76,76	-	76,76
SP	180.000,00	-	180.000,00	20.338,59	145.978,47	166.317,06	0,00	166.317,06	92,40	-	92,40
TO	80.000,00	-	80.000,00	5.357,25	60.306,06	65.663,31	0,00	65.663,31	82,08	-	82,08
Matriz	3.600.000,00	1.692.160,00	5.292.160,00	232.525,74	3.321.834,82	3.554.360,56	670.113,65	4.224.474,21	98,73	39,60	79,83
Total	**16.596.500,00**	**14.007.160,00**	**30.603.660,00**	**1.598.177,93**	**14.132.937,07**	**15.731.115,00**	**10.001.002,62**	**25.732.117,62**	**94,79**	**71,40**	**84,08**

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.14 - (0299) Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir o abastecimento e o preço, no mercado primário interno, dos produtos agropecuários amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos– PGPM, mediante a formação de estoques reguladores e estratégicos.
- **Descrição:** Concessão de equalização, pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, referente à diferença entre os valores de venda e compra dos produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador Nacional da Ação:** Antônio Carlos Pinho de Argolo

Resultados

(0299) Equalização Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos–AGF (Lei n.° 8.427, de 1992)		
Controle: SIAFI – PTRES 3710 – de Trabalho 20.846.0352.**0299**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária Inicial	R$ 288.061.964,00	-
Execução Orçamentária	R$ 48.748.063,00	16,92

Apesar de pertencer ao Programa Abastecimento Agroalimentar, essa Ação é de responsabilidade do Ministério da Fazenda, sendo incluída no Relatório de Gestão da Conab por solicitação da CGU-Brasília.

2.4.15 - (10HG) Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos

- **Tipo:** Projeto
- **Finalidade:** Tem por finalidade identificar as perdas quantitativas e qualitativas no armazenamento e no transporte dos principais produtos agrícolas nas mais importantes regiões produtoras brasileiras. A determinação dos índices de perda é uma importante ferramenta na regulamentação do setor, visando evitar prejuízos aos produtores, empresas armazenadoras e ao próprio governo.
- **Descrição:** Trata-se de um projeto que será desenvolvido em parceria entre a Conab e instituições de pesquisa. As Unidades Armazenadoras da Conab em Ponta Grossa-PR, Rio Formoso-TO, Rio Verde-GO, Rondonópolis-MT, Sorriso -MT, Uberlândia-MG e Varginha-MG foram selecionadas para a implantação de testes experimentais em seus armazéns devido às localizações geográficas, diversidades climáticas, tipos de armazéns e produtos existentes. Os produtos a serem estudados foram selecionados por sua importância na produção nacional e de consumo em massa, como: arroz em casca, milho, soja em grãos e café beneficiado, originários dos estoques governamentais, em quantidades a serem definidas no projeto.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges/Suarm
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm

- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques:**
    - Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações relacionadas ao cadastro e credenciamento de armazéns, à operação da rede de armazéns próprios, à manutenção das bases físicas, e à movimentação de estoques;

Resultados

(10HG) Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos		
Controle: SIAFI – PTRES 001.693 – Programa de Trabalho 20.128.0352.10HG.00001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária Inicial	**R$ 500.000,00**	**-**
Dotação Orçamentária	**R$ 50.000,00**	-
Execução Orçamentária	R$ 0,00	
Meta Física – Estudo Realizado	**1**	-
Execução Física	-	

Em 2008, foi aprovada dotação orçamentária de R$500.000,00 para aquisição de equipamentos permanentes de pesquisa (de laboratório, de informática, meteorológicos etc) necessários para o desenvolvimento do estudo. Por meio dos Votos DIGES n.ºs 68 e 69, foi solicitada à Diretoria Colegiada a aprovação do projeto básico de pesquisa e a autorização para que seja iniciado o processo de licitação para aquisição dos equipamentos.

Durante o exercício, a Superintendência de Armazenagem e de Movimentação de Estoques-SUARM promoveu pesquisas sobre universidades e institutos de pesquisas do segmento de armazenagem, objetivando a celebração de convênio de parceria para o desenvolvimento do Estudo.

Não havendo gastos financeiros durante o exercício, foi solicitado o cancelamento de R$450.000,00 desta Ação.

2.4.16 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a

execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufis/Gefis
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Gefis – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais:**
    - Elaborar a programação anual de fiscalização dos estoques depositados nos armazéns próprios e de terceiros que prestam serviços à Companhia;
    - Coordenar a fiscalização dos estoques, nas Superintendências Regionais, consoante os cronogramas e a legislação estabelecidos;
    - Avaliar os resultados das fiscalizações realizadas e repassar as informações às áreas pertinentes;
    - Coordenar a execução das vistorias dos estoques para atendimento aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
    - Subsidiar os processos de perícia relativos às perdas dos estoques governamentais.

Resultados

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de produtos Agropecuários		
Controle: SIAFI – PTRES 001.690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.**2137**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Inicial	**R$ 2.400.000,00**	
Dotação Orçamentária Final	**R$ 2.000.000,00**	
a) Despesas Correntes	R$ 1.900.000,00	-
b) Despesas de Capital	R$ 100.000,00	
Execução Orçamentária	**R$ 1.495.735,38**	**74,79**
a) Despesas Correntes	R$ 1.420.101,38	**74,74**
b) Despesas de Capital	R$ 75.634,00	**75,63**
Meta Física – Fiscalização realizada	**2.850**	
Execução Física	4.799	168,39

Quando da elaboração do PPA 2008/11 a Conab solicitou a manutenção da Ação de Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares, constantes no PPA anterior, e a criação de outra ação com o objetivo de realizar a fiscalização dos instrumentos de comercialização (PEP, PROP, PEPRO, Vendas em Balcão etc). Tal solicitação não foi acatada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em decorrência foi incluída na ação anterior os objetivos da ação proposta, ficando alterado o produto de estoque fiscalizado (t) para fiscalizações realizadas.

A dotação aprovada na LOA/2008 foi de R$2.400.000,00,sendo R$2.300.000,00 para despesas correntes e R$100.000,00 para investimento. Por meio do Decreto de 10 de novembro de 2008 houve o cancelamento na dotação inicial das despesas correntes no valor de R$140.000,00 e pela Lei n.º 11.873, de 19 de dezembro

de 2008, novo cancelamento de R$260.000,00. Da dotação final, R$2.000.000,00 foram gastos R$1.495.735,38, representando cerca de 74,8%.

Em função da aprovação tardia do PPA 2008/11, na proposta da meta física desta Ação foi incluída apenas a fiscalização dos armazéns que detinham estoques públicos armazenados, ou seja não foi incluída a previsão de fiscalização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização. Em decorrência a execução total em 2008 superou a meta em 68,39%.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

Durante o exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa de fiscalização anual e mais nove etapas especiais, ou seja, fiscalização de produtos antes da formalização das operações de AGF e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda e, também, em decorrência de denúncias de perdas e/ou desvio de produtos dos estoques públicos. No total foram visitados 2.875 armazéns.

Foram fiscalizadas cumulativamente 9.734.630 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,81% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização e a 84,59% da meta física para o exercício, que era de 11.507.810 toneladas. Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano. O quadro a seguir detalha, por Sureg, as quantidades fiscalizadas, o número de armazéns vistoriados e as ocorrências registradas.

Quadro 2.24
Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas por Sureg

Sureg	UF	Estoque (Em t)		(%) de Fiscalização	N.° de Fiscalizações		N.º de Unidades Fiscalizadas			Ocorrências (Em t)			
		Contábil	Fiscalizado		Programada	Realizada	Meta	Executado	(%) de Execução	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem
AM	AM	2.871	2.871	100,00	2	2	2	3	150,00	-	-	-	-
	RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	BA	50.273	50.149	99,75	3	8	42	117	278,57	-	-	-	-
	SE	582	582	100,00	3	1	3	1	33,33	-	-	-	-
CE	CE	26.908	26.908	100,00	2	2	14	18	128,57	-	-	-	-
ES	ES	11.281	11.281	100,00	2	2	4	5	125,00	-	-	-	-
GO	GO	182.052	182.052	100,00	5	5	20	67	335,00	-	-	-	-
	DF	67.174	67.174	100,00	5	5	10	27	270,00	-	-	-	-
MA	MA	13.762	13.695	99,51	2	2	4	15	375,00	-	-	-	82
MG	MG	299.303	299.212	99,97	5	6	65	81	124,62	-	-	-	209
MS	MS	181.806	179.831	98,91	5	6	95	81	85,26	-	-	-	1.975
MT	MT	1.897.606	1.890.533	99,63	5	11	647	521	80,53	-	1.510	4.589	13.535
PA	PA	3.378	3.217	95,23	2	3	2	7	350,00	-	-	161	-
	AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	PB	7.692	7.692	100,00	2	2	4	4	100,00	-	-	-	-
PE	PE	25.558	25.558	100,00	2	2	4	12	300,00	-	-	-	-
AL	AL	-	-	-	2	-	2	-	0,00	-	-	-	-
PI	PI	12.269	12.269	100,00	2	2	6	11	183,33	-	-	-	-
PR	PR	368.898	368.190	99,81	5	8	175	187	106,86	-	-	68	728
RJ	RJ	81	81	100,00	2	2	2	3	150,00	-	-	-	-
RN	RN	13.138	13.135	99,98	2	2	8	11	137,50	-	-	-	2
RO	RO	7.913	7.913	100,00	3	3	12	16	133,33	-	-	-	-
AC	AC	-	-	-	3	0	3	-	-	-	-	-	-
RS	RS	6.051.843	6.043.086	99,86	5	9	1.570	1.434	91,34	348	70	9.913	3.067
SC	SC	447.036	447.024	100,00	5	6	130	191	146,92	-	-	-	6
SP	SP	80.273	80.273	100,00	4	6	16	55	343,75	-	-	-	-
TO	TO	1.904	1.904	100,00	5	3	10	8	80,00	-	-	-	-
Total		**9.753.601**	**9.734.630**	99,81	**-**	**-**	**2.850**	**2.875**	100,88	**348**	**1.581**	**14.731**	**19.605**

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis
Nota: (1) Valores acumulados em todas as etapas realizadas

Em relação ao exercício de 2007, quando foram fiscalizadas 17.581.742 toneladas, houve decréscimo de 44,63% na quantidade fiscalizada, em decorrência das vendas realizadas durante o exercício, principalmente no primeiro semestre, e que grande parte das aquisições foram efetivadas durante o último trimestre de 2008.

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas (produto AP e desclassificado) de 1.929 toneladas de arroz e milho, sendo emitidas comunicações à Suope com vistas à venda do produto, à Suarm para impedimento do agente armazenador enquanto houver pendência financeira, e finalmente à Sufin, para as providências relativas à cobrança.

As perdas quantitativas (desvio e perdas em armazenagem) totalizaram 34.336 toneladas, com destaque para os Estados do Mato Grosso, com desvio de 4.589 toneladas e perdas em armazenagem de 13.535 toneladas, e Rio Grande do Sul, com desvio de 9.913 toneladas de arroz e desvio de 3.067 toneladas de arroz e milho, conforme detalhado no quadro a seguir. Os relatórios de ocorrências foram encaminhados à Gerência de Cobranças e de Cadastro de Armazéns para as providências cabíveis.

Quadro 2.25
Demonstrativo de Perdas

Sureg	Produto	Quantidades (Em t)				Total
		Abaixo do Padrão	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
MA	Milho	-	-	-	82	82
MG	Feijão	-	-	-	2	2
	Milho	-	-	-	207	207
MS	Milho	-	-	-	1.975	1.975
MT	Arroz	-	284	83	446	813
	Milho	-	1.226	4.506	13.089	18.821
PA	Arroz	-	-	161	0	161
PR	Milho	-	-	-	686	686
	Feijão	-	-	68	42	110
RN	Milho	-	-	-	2	2
RS	Arroz	348	-	9.913	3.057	13.318
	Milho	-	70	-	10	80
SC	Feijão	-	-	-	6	6
Total		**348**	**1.581**	**14.731**	**19.605**	**36.264**

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

De acordo com as diferenças quantitativas apuradas e registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN, foram calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou em perdas em armazenagem. Em seguida foram procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), à Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais - impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança).

Ainda para os casos de desvio de produtos, com base no TVN, a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

Todo o processo de fiscalização segue orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab - MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

b) Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Durante o exercício foram realizadas 1.924 fiscalizações dos instrumentos de garantia e sustentação de preços, envolvendo visitas a propriedades rurais, para verificação da área declarada de produção, verificação do cadastro de pequenos produtores rurais, beneficiários do Programa Vendas em Balcão, e da documentação de comprovação das operações de PEP, VEP, PROP e PEPRO. Em relação ao exercício de 2007 houve um acréscimo de 57,19% nessas operações, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quando 2.26
Demonstrativo de Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização

UF	Exercício		Variação (%)
	2007	2008	
AC	-	-	-
AL	51	43	-15,69
AM	15	16	6,67
AP	-	-	-
BA	24	60	150,00
CE	1	4	300,00
DF	5	4	-20,00
ES	1	3	200,00
GO	12	96	700,00
MA	1	4	300,00
MG	30	55	83,33
MS	24	45	87,50
MT	24	150	525,00
PA	-	-	-
PB	31	320	932,26
PE	161	110	-31,68
PI	1	87	8.600,00
PR	579	481	-16,93
RJ	2	3	50,00
RN	31	3	-90,32
RO	-	-	-
RR	-	-	-
RS	53	82	54,72
SC	21	104	395,24
SE	-	22	-
SP	156	229	46,79
TO	1	3	200,00
Total	**1.224**	**1.924**	**57,19**

Fonte: Conab/Sufis

Em função do reduzido número de fiscais existentes o que vinha provocando excesso de trabalho e maiores custos operacionais pelo deslocamento de fiscais de outras Regionais, foram realizados dois cursos de Reciclagem de Fiscais de Estoque, na UA-Rio Verde, nos períodos de 18/08 a 22/08/2008 e 03/11 a 07/11/2008, e de Formação em Fiscalização de Estoques Governamentais e das Unidades Armazenadoras para formação de novos fiscais no período de 24/11 a 29/11/2008.

Em face das características operacionais da Ação, e pelo reduzido número de fiscais e classificadores nas Regionais, implicando no deslocamento de empregados para comporem as equipes, principalmente daqueles lotados na Matriz, cerca de 87,88% das despesas correntes realizadas referem-se a diárias e despesas com locomoção, conforme detalhado a seguir.

Quadro 2.27
Demonstrativo de Despesas

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R$)								Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contribuições	Equipamento de Material Permanente	Indenização e Restituição	
AM	AM	450,00	-	2.058,84	-	-	-	-	-	2.508,84
BA	BA	15.990,00	3.017,08	1.896,40	-	-	-	-	-	20.903,48
	SE	1.485,00	220,00	-	-	-	-	-	-	1.705,00
CE	CE	5.640,00	1.245,62	2.068,57	-	-	-	-	-	8.954,19
ES	ES	7.667,50	1.331,24	1.035,95	-	-	-	-	-	10.034,69
GO	GO	67.298,74	12.036,73	22.854,60	-	293,00	-	-	-	102.483,07
MA	MA	10.540,00	2.004,08	709,51	-	88,00	-	-	-	13.341,59
MG	MG	30.912,50	6.500,69	9.842,79	-	52,88	-	-	-	47.308,86
MS	MS	14.315,00	5.971,57	6.806,00	-	136,00	-	-	-	27.228,57
MT	MT	60.530,00	9.372,26	43.217,59	-	248,60	-	-	-	113.368,45
PA	PA	1.649,89	251,02	1.753,76	-	-	-	-	-	3.654,67
PB	PB	30.832,50	5.345,34	6.261,46	-	253,70	-	-	-	42.693,00
PE	PE	6.705,00	1.885,47	1.587,84	9,30	50,82	-	1.799,00	-	12.037,43
PI	PI	9.937,50	1.593,09	3.767,81	-	-	-	-	-	15.298,40
PR	PR	22.575,00	4.032,97	56.316,70	-	79,75	-	-	-	83.004,42
RN	RN	24.800,00	662,30	11.750,84	-	-	157,10	-	-	37.370,24
RO	RO	3.997,50	1.019,67	1.087,50	-	-	-	2.730,00	-	8.834,67
	AC	120,00	100,00	-	-	-	-	-	-	220,00
RS	RS	87.765,00	24.028,69	48.194,53	-	408,49	-	785,00	-	161.181,71
SC	SC	32.912,50	5.721,08	13.126,64	-	26,30	-	-	-	51.786,52
SP	SP	45.267,50	6.066,33	15.706,47	-	359,30	-	-	-	67.399,60
TO	TO	11.410,00	2.527,00	500,00	-	308,94	-	-	-	14.745,94
Matriz	DF	399.925,00	44.471,79	133.053,88	-	1.611,37	-	70.320,00	290,00	649.672,04
Total		**892.726,13**	**139.404,02**	**383.597,68**	**9,30**	**3.917,15**	**157,10**	**75.634,00**	**290,00**	**1.495.735,38**

Fonte: Siafi

2.4.17 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso

de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA/Conab
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Suarm/Suope/Sufis; Diafi/Sucon/Sufin e Digem/Sugof
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competência da Suope – Superintendência de Operações:**
  - Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações operacionais referentes ao controle e à comercialização de estoques.
- **Competência da Sucon – Superintendência de Contabilidade:**
  - Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações relacionadas à execução e análise contábil, fiscal e tributária; ao controle da documentação e das garantias contratuais, e ao acompanhamento de custos.
- **Competência da Sugof – Superintendência de Gestão da Oferta:**
  - Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações relacionadas à análise de mercado do agronegócio, à formação e logística de estoques, e à programação comercial.

Resultado

(2130) Formação de Estoques Públicos		
Controle: SIAFI – PTRES 00**1.678 –** Programa de Trabalho 20.605.0352.**2130**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 2.300.000.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 650.794.970,06	28,3
Meta Física – Tonelada adquirida	**4.925.000**	
Execução Física	1.214.138	24,65

Da dotação orçamentária de R$2.300.000.000,00 aprovada na LOA/2008 foram liquidados durante o período R$650.794.970,06 (28,3%) e a execução física atingiu 24,65% da meta prevista de 4.925.000 toneladas, tendo sido adquirido por meio de AGF e do exercício do contrato púbico de opção de venda 1.214.138 toneladas de sisal, milho e trigo.

A produção agropecuária, diferentemente da industrial, ao ser iniciada em um ano não tem como ser reprogramada. Assim, se um produtor decidiu plantar determinada área com certa cultura, dificilmente terá condições de mudar seus planos, sem graves prejuízos. Deste modo, se o mercado mudar seu perfil, ou seja, se os preços que estavam em ascensão entrarem em decréscimo, o produtor é, de certa forma, obrigado a dar sequência à sua atividade, a despeito dos prováveis prejuízos. Da mesma forma, se sua área apresentar condições edafoclimáticas adequadas para determinada atividade, ele pouco poderá fazer em termos de mudança para outra cultura, sendo o caso do arroz o exemplo mais significativo, na região sul do Rio Grande do Sul.

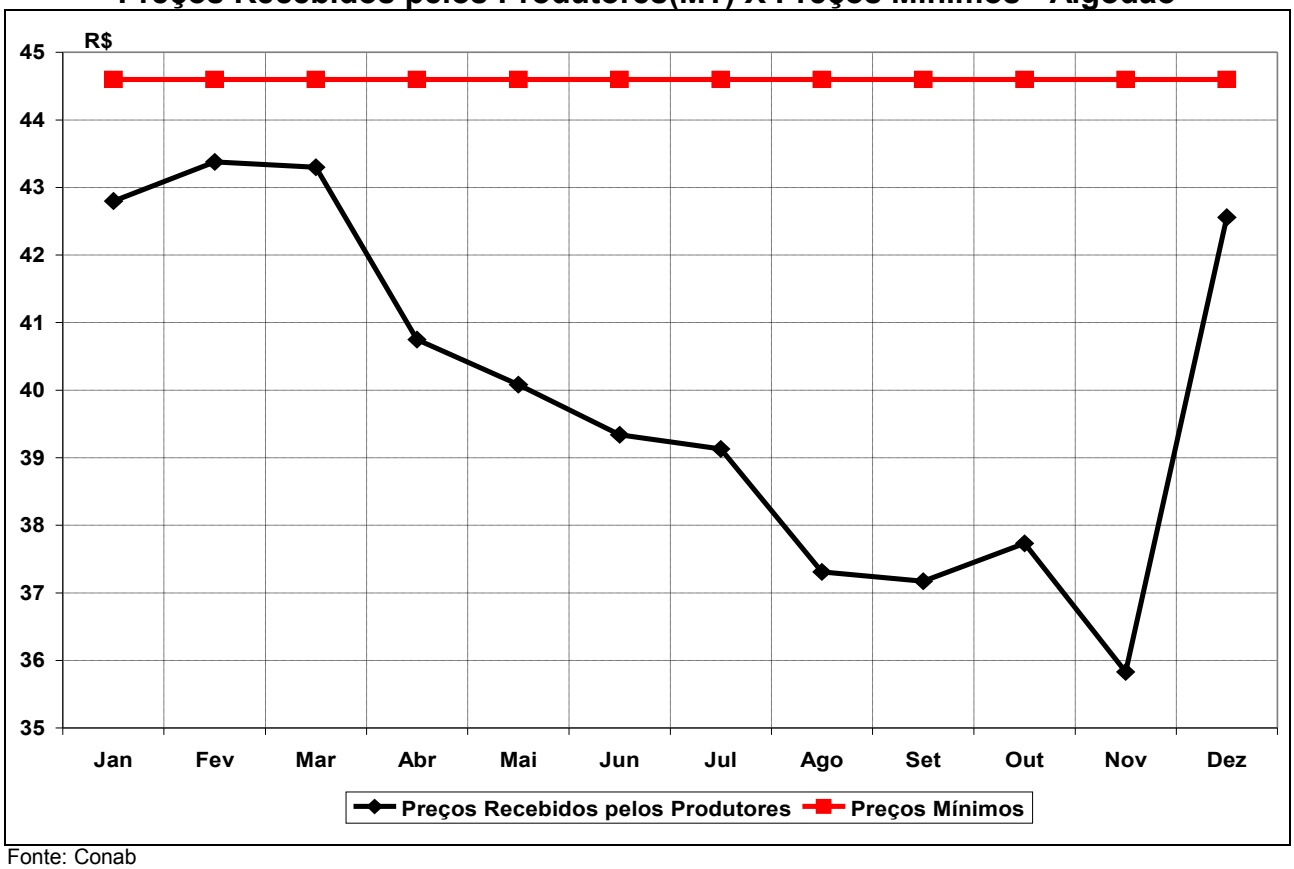
É por esse motivo que o Governo Federal precisa estar sempre preparado e em condições de acionar seus instrumentos de política agrícola, apoiando o produtor rural

nos momentos de crise. Isto não significa dizer que a não utilização dos instrumentos seja uma má gestão ou um planejamento insuficiente. Na verdade é até desejável que não sejam utilizados, pois neste caso significa que os mercados estão funcionando dentro de regras normais, e que o produtor obteve a compensação financeira pelo seu trabalho sem o uso dos recursos públicos.

Em maio de 2007, ao fazer a programação financeira para o orçamento de 2008, o mercado apresentava sinais que, felizmente, não se confirmaram durante o período de realização dos desembolsos com o acionamento das políticas de apoio à comercialização. Tinha-se, naquele momento, indicações que as ações de apoio seriam em grande escala e obrigariam o Governo Federal a adquirir volumes significativos de estoques públicos, estimados em quatro milhões de toneladas. Entretanto, com os preços de mercado em níveis acima das médias históricas para a maioria dos produtos, houve mudança dos rumos e o volume efetivo de compras atingiu apenas 1.214.138 toneladas, ou 24,65%. Desta maneira, o resultado de uma possível intermediação comercial da Conab, com o objetivo de aquisição, não poderia alcançar as metas propostas, sob a ótica das necessidades esperadas, como também poderia agravar ainda mais o processo que já existia no mercado de sustentação e manutenção dos níveis das cotações e/ou gerar ainda mais resistência contrária às quedas de preços. Nesse caso é o aparecimento de mais um concorrente forte no já disputadíssimo mercado com grande capacidade comercial, podendo, assim, pressionar ainda mais os preços, elevando-os para novos patamares. As modificações do mercado estão ressaltadas abaixo, para os principais produtos onde se estimava aquisições:

- Algodão: No início de 2008 os preços no mercado nacional seguiam firmes, com clara tendência de alta, pois o consumo estava aquecido devido ao bom desempenho da economia que registrava incrementos positivos nos níveis de emprego e, por conseguinte, aumento da massa salarial e aumento da demanda de subprodutos fabricados a partir da fibra de algodão. Neste período as indústrias fizeram grandes aquisições para reposição de estoques, objetivando cumprir contratos de entrega. Entretanto, em virtude da altas dos preços, os compradores recuaram mantendo postura de cautela e reduziram o volume de compras. A partir do mês de março observou-se queda nas cotações internacionais, invertendo a tendência de alta nos preços internos. Merecem destaque alguns fatores que influenciaram a queda dos preços no mercado internacional, quais foram: a) atuações especulativas por parte dos fundos de investimentos nas bolsas de Chicago e Nova Iorque, quando, num primeiro momento estraram comprando contratos de commodities em grandes volumes, causando a disparada dos preços do algodão e de outros produtos agrícolas; em um segundo momento, estes mesmos fundos passaram a realizar lucros motivando perdas de suportes com consequentes retrações das cotações; b) valorização do real frente ao dólar, c) expressivo recuo dos valores de paridade de importação e d) os elevados estoques de fios. Com o início do período da safra os preços sofreram maiores quedas levando o governo a intervir na cadeia produtiva (Figura 1). Para incentivar a comercialização e manter a renda do produtos, a SPA decidiu que a intervenção não seria por meio da aquisição direta pelo Governo Federal, via AGF, mas pela realização de leilões de PEPRO com origem nas principais zonas de produção. Foram realizados 3 leilões, sendo negociada a comercialização de 1.023.645 toneladas de algodão.

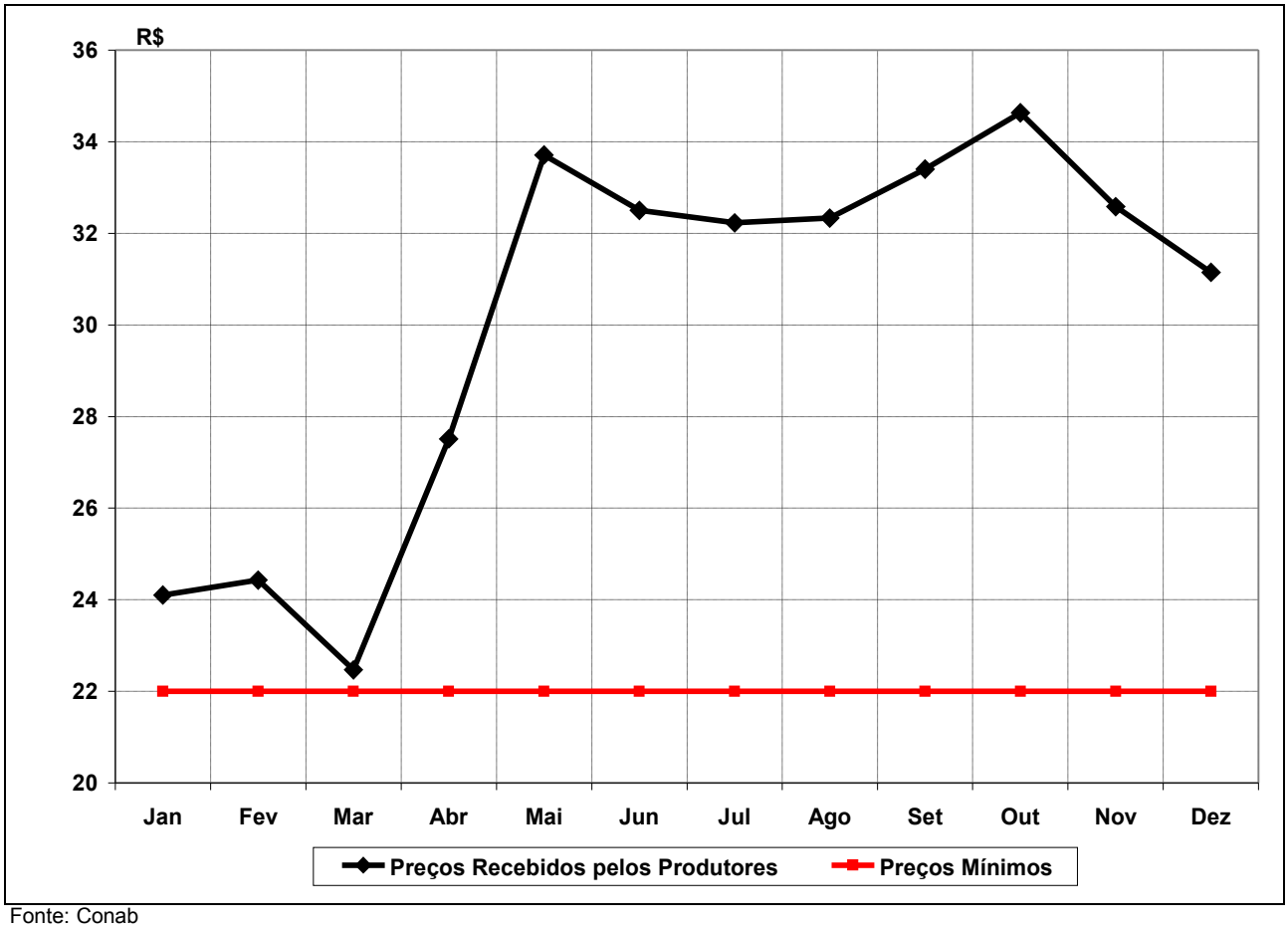
Figura 1
Preços Recebidos pelos Produtores(MT) X Preços Mínimos - Algodão



Fonte: Conab

- **Arroz**: tomando-se por base o principal estado produtor, o Rio Grande do Sul, responsável por 61,04% da produção da safra 2007/08, os preços recebidos pelos produtores permaneceram durante todo o exercício acima dos preços mínimos fixados pelo Governo, não exigindo, portanto, intervenção governamental para manutenção da renda do produtor rural (Figura 2). Com o início da safra 2007/08 verificou-se ligeira redução nas cotações e o governo anunciou a intenção de aplicar recursos da ordem de R$1 bilhão para apoio à comercialização e formação de estoques e para a doação de produtos a países em dificuldade, reduzindo-se, assim, a pressão sobre os preços. Apesar do período de safra, as cotações internacionais e a baixa disponibilidade interna pois os produtores estavam comercializando o mínimo necessário para fazer frente a compromissos inadiáveis provocaram a alta do preços internos. Face à contínua elevação dos preços no mercado nacional, o governo passou a vender estoques públicos com o objetivo de reduzir preços em nível de consumidor. Neste sentido, a Conab elaborou pesquisa sobre a disponibilidade interna do produto, divulgando estoques suficientes para 1 mês de consumo. Embora fosse o menor estoque observado nos últimos anos, não trouxe preocupação ao mercado. Agindo na outra ponta do processo o Governo vendeu estoques públicos durante quase todo o período, chegando a realizar leilões quinzenais. Foram negociadas durante o ano 890.479 toneladas. A partir do mês de outubro observou-se inversão da tendência de alta dos preços e o governo suspendeu a realização dos leilões.

Figura 2
Preços Recebidos pelos Produtores(MT) X Preços Mínimos - Arroz

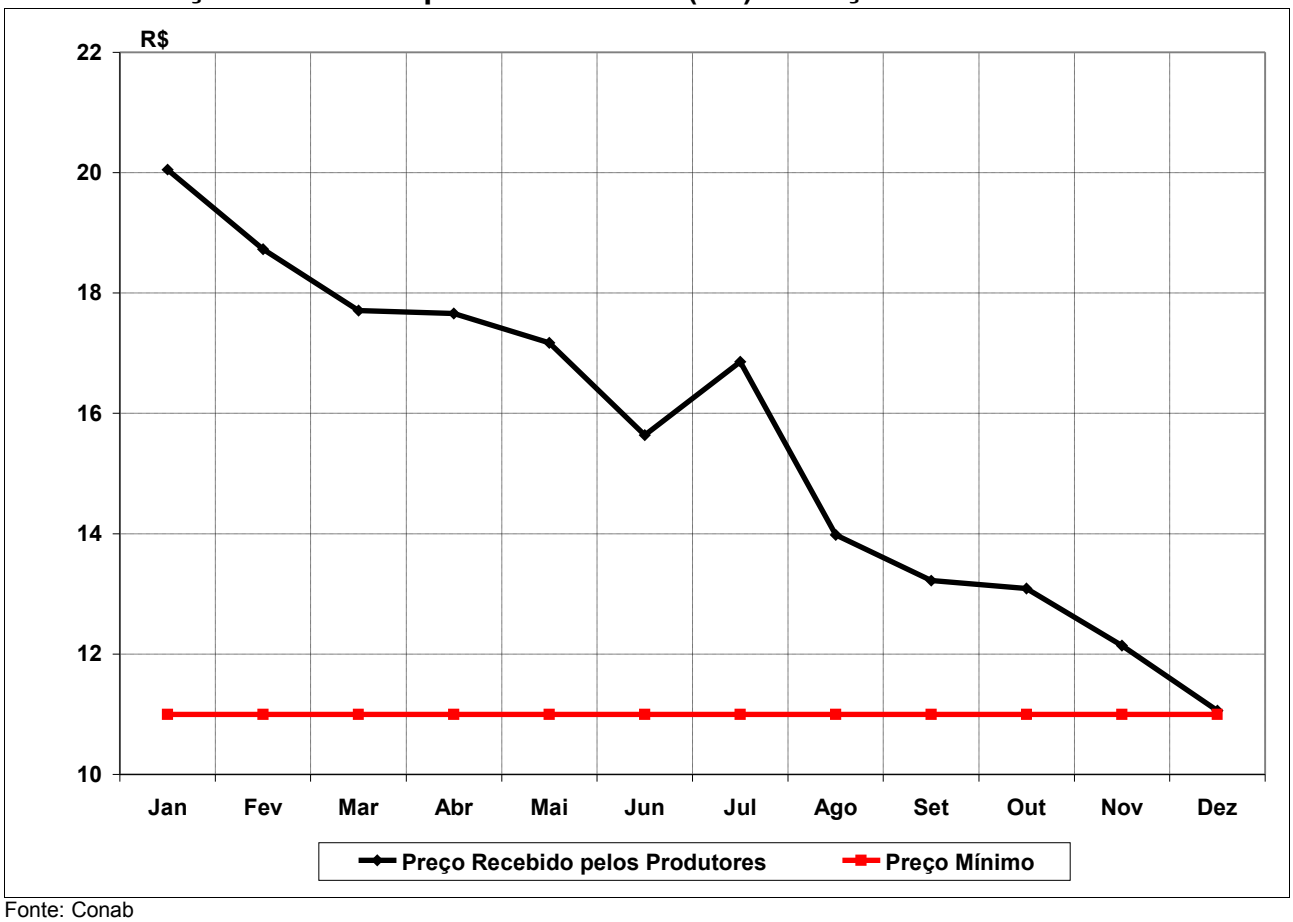


Fonte: Conab

- **Feijão**: A trajetória de preços elevados a partir do 1.º semestre de 2007, não foi suficiente para estimular o plantio das águas da safra 2007/08, pois o mercado estava favorável ao plantio da soja e do milho. Por isso, o ano de 2008 iniciou com os preços de mercado muito acima dos preços mínimos fixados pelo Governo Federal. A pouca oferta, a manutenção da demanda, a oferta de produtos com menor qualidade, a postura dos empacotadores de redução das aquisições, a preferência por produtos do tipo comercial e a baixa qualidade dos produtos importados, foram fatores que propiciaram a manutenção dos preços em patamares elevados, remunerando, com nunca os produtores. As quedas de preços registradas no decorrer do ano não foram suficientes para a redução da rentabilidade. Com o anúncio da safra 2008/09 no início do mês de outubro, quando foi estimada para a 1.ª safra uma produção entre 1,39 e 1,43 milhão de toneladas, superior em 11,5% e 15,2% à colheita anterior, estimulada pelos preços praticados no mercado e pelo reajuste de 65,2% no preço mínimo oficial, e, ainda, por ser este o produto que apresentou a melhor rentabilidade em comparação com as demais culturas, os preços apresentaram significativa queda. Preocupado com esta situação e para garantir a renda dos agricultores familiares, o Governo Federal reservou, inicialmente R$14 milhões para atender ao agricultor paranaense e R$2 milhões para os paulistas. Sinalizou, ainda, com Contratos Públicos de Opção de Venda para evitar que, com o descontentamento do produtor, ocorresse queda no plantio da 2.ª safra. Com a pouca oferta do produto, a boa demanda e a constatação de frustração da safra das águas, os preços que vinham em queda reagiram, não sendo necessária intervenção governamental.

- **Milho**: No início de 2008 a situação do mercado do milho estava favorável aos produtores. A forte pressão que a colheita sempre exerceu para a redução dos preços e as expectativas de recorde na segunda safra de milho não influenciaram as cotações, pois o aumento do consumo interno, a certeza de que grande parte dos excedentes poderia ser escoada via exportação e a queda contínua dos estoques mundiais trouxeram tranquilidade ao setor. O aumento da capacidade de armazenagem, as grandes vendas realizadas em 2007 e a alta liquidez do milho propiciaram aos produtores a possibilidade de se manterem fora do mercado aguardando melhores cotações. As indústrias, forçadas pela necessidade de compras, principalmente com vistas ao abastecimento imediato e também para reposição dos estoques, intensificaram as compras garantindo, assim, a alta nas cotações. Os estoques públicos estavam praticamente zerados e com tendência de permanência de baixos estoques, pois eram remotas as possibilidades de intervenção. Na prática, os instrumentos da política agrícola são utilizados para aqueles casos quando há desequilíbrio entre a oferta e a demanda, com resultados negativos para os produtores rurais, baseando-se essencialmente no enxugamento da oferta, via formação de estoques públicos pois ainda é baixa a competitividade para esterilizar parte da produção via exportações e a realocação em períodos posteriores. Mesmo assim, a Conab amparada pela Nota Técnica Conjunta n.º 001/2008 tentou adquirir por meio de Leilão Eletrônico, 300 mil toneladas de milho para a formação de estoque estratégico, conseguiu, no entanto, apenas 148 mil toneladas para atender ao programa Vendas em Balcão. As condições climáticas registradas no sul do Brasil, e as inundações que aconteceram no maior estado produtor de milho dos EUA, colocaram mais força no mercado para impulsionar as cotações e/ou gerar mais resistências contrárias a reduções, uma vez que aumentou o desequilíbrio entre a demanda e a oferta mundial. As mudanças nas condições no mercado de milho começaram a mudar a partir da divulgação das pesquisas de campo sobre a safra americana, maior que as estimativas iniciais. Aliadas a esse fato, as incertezas que se espalharam nos diversos mercados em função da crise financeira internacional, reduzindo as expectativas de exportação e a pressão de baixa nas cotações, reduziram a comercialização abaixo do nível esperado. Os compradores estavam aparentemente abastecidos e esperando que os preços caíssem ainda mais, deixando com produtores e cooperativas o custo de carregamento dos estoques. O aumento da oferta pelo início da colheita nos Estados Unidos, a forte queda nas cotações de petróleo que diminuiu a competitividade do etanol de milho, os temores de redução no plantel tanto na avicultura quanto na suinocultura em função de possível redução nas exportações, trouxe maior pressão de baixa sobre as cotações internacionais e nacionais. Assim, os compradores do grão evitaram entrar no mercado de forma intempestiva, pressionando os preços para baixo.

Figura 3
Preços Recebidos pelos Produtores(MT) X Preços Mínimos – Milho

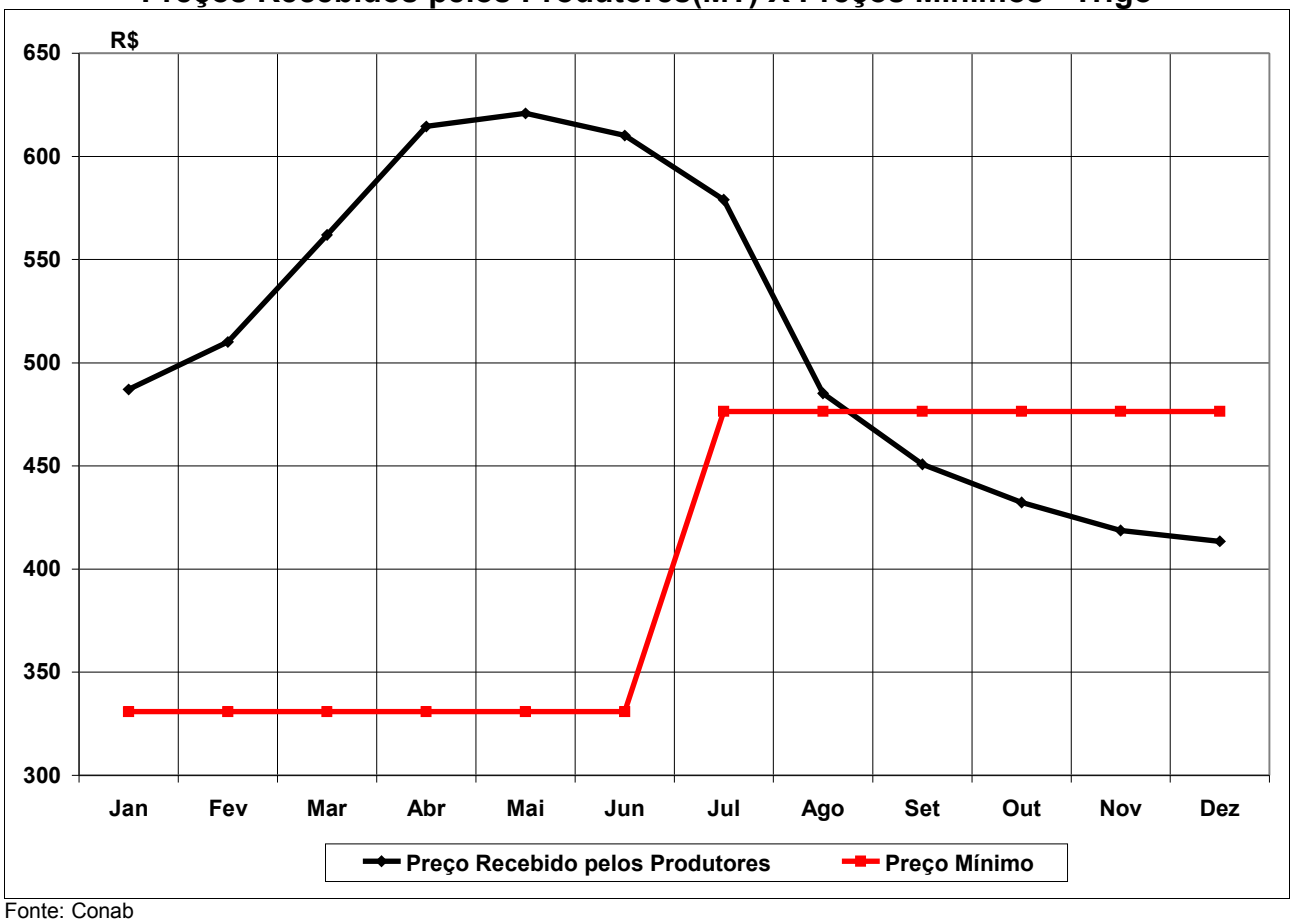


Fonte: Conab

- **Trigo**: No início de 2008 as cotações do trigo no mercado interno apresentavam tendência de alta e as indústrias moageiras aguardavam posicionamento do mercado para a realização de novas compras. No mercado argentino o governo não aprovava a realização de novas vendas e as cotações na Bolsa de Chicago estava em alta em função da produção continuar abaixo do consumo mundial, reduzindo ainda mais o estoque. Havia especulações de falta do produto no mercado nacional, pois o consumo nacional estava estimado em 10,25 milhões de toneladas, a produção nacional em 3,8 milhões de toneladas e os negócios fechados somavam apenas 3,0 milhões de toneladas. Como a Argentina não estava liberando os registros de exportação, o suprimento da demanda de outras fontes seria a custo maior. A liberação da Tarifa Externa Comum para entrada de 1 milhão de toneladas de trigo produzido fora do Mercosul e a liberação de exportação pela Argentina não pode suprir o consumo interno, e as altas cotações no mercado externo continuaram pressionando o aumento no mercado interno. Com o anúncio da nova safra com uma estimativa de produção de 3,824 milhões de toneladas, 71,2% maior que a anterior, a abertura dos registros de exportação na Argentina e a queda das cotações nas bolsas norte-americanas causaram alívio ao mercado interno. Com o objetivo de conter a alta dos preços do trigo e derivados, garantir o abastecimento interno e estimular a produção nacional, o governo anunciou a suspensão temporária de tributos incidentes sobre a venda, o transporte e a importação destes produtos. A queda nas cotações internacionais, a entrada, mesmo que moderada, de trigo argentino no Brasil e as constantes desvalorizações do dólar frente o real, têm tornado as exportações com custos

menores, exercendo forte pressão baixista sobre os preços domésticos. Com o avanço da colheita do trigo, o mercado nacional sinalizou preços ainda menores para o produtor. Considerando a redução acentuada nos preços ao produtor, o Governo Federal resolveu fazer um programa de apoio à comercialização do trigo nacional. Assim, foram reservados R$168 milhões para aquisição de até 350 mil toneladas por meio de AGF (Aquisição do Governo Federal) e realizados leilões públicos de contrato de opção com o objetivo de adquirir até 500 mil toneladas do grão, com a alocação de R$267 milhões. O resultado da divulgação da intenção de intervir no mercado trouxe uma relativa calma, diminuindo o ímpeto baixista que se observava nos preços aos produtores.

Figura 4
Preços Recebidos pelos Produtores(MT) X Preços Mínimos - Trigo



Fonte: Conab

- Juta/malva: Com uma produção interna menor que a demanda, obrigando as indústrias a importarem cerca de 10.000 toneladas, a existência de várias empresas adquirindo fibras no mercado, propiciando, desta maneira, preços remuneradores ao nível do produtor, a facilidade do juticultor em comercializar sua produção, a criação pelo Governo do Amazonas de um preço mínimo para comercialização no valor de R$1,35/kg (acima do preço mínimo do Governo Federal) com o objetivo de diminuir o êxodo rural dos ribeirinhos e incrementar a produção naquele Estado, e o aumento da safra brasileira de café maior consumidor de embalagens confeccionadas com fibras de juta/malva os preços de comercialização atingiram cotação de R$1,40/kg, não havendo, portanto, demanda para a aquisição do produto por parte da Conab.
- Sisal: O preço médio de comercialização da fibra bruta, classificada e sem beneficiar, ao nível de produtor, variou entre R$ 0,82/kg e R$ 0,85/kg. Esta oscilação no valor pago foi determinada pelos seguintes fatores: a qualidade e extensão, a umidade do

produto e a distância que a fibra terá que ser transportada da área de produção até o local onde é beneficiada, geralmente localizada em Conceição de Coité e Valente. Os exportadores permaneceram descapitalizados e operando com margem de lucro reduzida, cobrindo, às vezes, apenas o custo operacional. Em momentos assim, limitam ao mínimo o estoque de matéria-prima, postergando ao máximo suas compras, propiciando, desta forma, um aumento da quantidade de fibras nas mãos dos produtores e beneficiadores. Em 2008 o Governo Federal adquiriu 7.459 toneladas de fibras a um custo de R$7.384.849,56, apoiando os pequenos agricultores dispersos nas áreas de produção do semi-árido da Bahia, elo mais frágil e desprotegido da cadeia produtiva. Se nos próximos anos este quadro desfavorável permanecer, a cadeia produtiva continuará a necessitar de apoio governamental, via aquisições de fibras e/ou implementação de um outro programa similar, que venha compensar as perdas financeiras advindas com a crescente valorização do real frente ao dólar americano.

A seguir, estão detalhadas as principais atividades desenvolvidas no âmbito dessa Ação, durante o exercício de 2008.

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas para o plantio. Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

Nos quadros a seguir estão detalhados os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2008 para as safras de verão, inverno, produtos regionais e sementes para as operações amparadas por AGF.

Quadro 2.28
Preços Mínimos – Safras de Verão e de Produtos Regionais e das Regiões Norte e Nordeste

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	2007		2008	
			Início de Vigência	Valor(R$)	Início de Vigência	Valor(R$)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	Fev/07	44,60	Jan/08	44,60
	Sul, Sudeste (exceto MG) e BA-Sul		Fev/07	44,60	-	-
	Centro-Oeste e MG		Abr/07	44,60	-	-
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)		Jun/07	44,60	Jul/08	44,60
Arroz longo fino em casca	Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e BA-Sul (exceto MT)	50 kg	Fev/07	22,00	-	-
	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)		-	-	Jan/08	22,00
	Norte e MT	60 kg	Fev/07	20,70	Jan/08	23,34
Arroz longo em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	60 kg	Fev/07	11,13	Jan/08	13,62
	MT e TO		Fev/07	10,75	-	-
	Norte (exceto RR e TO)		Fev/07	10,12	-	-
	Norte (exceto RR) e MT		-	-	Jan/08	13,14
	Norte e MT		-	-	Set/08	16,12
	RR		Set/07	12,36	-	-
Cera de carnaúba	Nordeste	kg	Jul/07	3,92	Jul/08	4,00
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	50 kg	Jan/07	15,00	Jan/08	18,40
	Norte e Nordeste		Fev/07	17,00	Jan/08	20,85
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	kg	Jan/07	0,44	Jan/08	0,54
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste	kg	Fev/07	0,44	Jan/08	0,54
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	Jan/07	47,00	Jan/08	48,42
	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul		Nov/07	48,42	Nov/08	80,00
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)		Jan/07	47,00	-	-
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	60 kg	Jan/07	33,10	Jan/08	38,46
Juta/malva embonecada	Todo o território nacional	kg	Fev/07	0,97	Jan/08	1,01
Juta/malva prensada	Todo o território nacional	kg	Fev/07	1,13	Jan/08	1,19
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	60 kg	Jul/07	33,56	Jul/08	38,59
Milho	Sudeste, PR, BA-Sul, sul do MA e Sul do PI	60 kg	Fev/07	14,00	Jan/08	14,00
	SC e RS		Jan/07	14,00	-	-
	Centro-Oeste (exceto MT)		Fev/07	14,00	Jan/08	14,00
	MT, AC e RO		Fev/07	11,00	Jan/08	11,00
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (excetoBA-sul, sul do MA e sul do PI)		Jun/07	16,00	-	-
	TO		Fev/07	16,00	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)		-	-	Jul/08	16,00
Sisal	BA, PB e RN	kg	Jul/07	0,99	Jul/08	0,99
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	Fev/07	9,80	Jan/08	9,80
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)		jun/07	11,20	Jul/08	11,20

Fonte: Decreto n.° 5.869 de 03/08/2006, Decreto n.° 6.266 de 22/11/2007 e Decreto n.° 6.557 de 08/09/2008

Quadro 2.29
Preços Mínimos para Sementes – Safras de Verão e de Produtos Regionais e das Regiões Norte e Nordeste – R$/Kg

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	2007				2008		
		Início de Vigência	Grão / Caroço	Semente Fiscalizada	Semente Básica, Registrada e Certificada	Início de Vigência	Grão / Caroço	Semente Básica, Registrada e Certificada
Algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	02/07	0,1580	0,6517	0,6892	01/08	0,1580	0,6892
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	1,1580	0,7914	0,8504	06/08	0,1580	0,8504
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	-	-	-	-	01/08	0,6440	2,4064
Arroz longo fino	Todo o território nacional	02/07	0,4400	0,7720	0,8324	01/08	0,4400	0,8324
Arroz longo	Todo o território nacional	02/07	0,1855	0,5120	0,5460	01/08	0,2270	0,6681
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	11/07	0,8070	-	1,5403	11/08	1,3333	2,5451
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	01/07	0,7833	1,4235	1,6621	01/08	0,8070	1,7123
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	01/07	0,5517	0,9248	1,0081	01/08	0,6410	1,0744
Girassol	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	11/06	0,2935	8,4885	9,9767	06/08	0,2935	9,9767
Juta/malva	Todo o território nacional	02/07	-	4,5052	-	01/08	-	4,6908
Milho híbrido	Sul, Sudeste, Centro-Oeste(exceto MT) , BA-Sul, Sul do MA e Sul do PI	-	-	-	-	01/08	0,2333	1,3860
	PI	02/07	0,2333	1,3430	1,3860	-	-	-
	PI	-	-	-	-	-	-	-
	SC e RS	01/07	0,2333	1,3430	1,3860	-	-	-
	Centro-Oeste (exceto MT)	02/07	0,2333	1,4451	1,4914	-	-	-
	MT, AC e RO	02/07	0,1833	1,3865	1,4309	01/08	0,1833	1,4309
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/07	0,2667	1,3212	1,3635	-	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	-	-	-	-	06/08	0,2667	1,3635
	TO	02/07	0,2667	1,3212	1,3635	-	-	-
Milho variedade	Sul, Sudeste, Centro-Oeste(exceto MT) , BA-Sul, Sul do MA e Sul do PI	-	-	-	-	01/08	0,2333	0,7693
	PI	02/07	0,2333	0,7287	0,7693	-	-	-
	Sul, Sudeste, BA-Sul, Sul do MA e sul do PI	-	-	-	-	-	-	-
	SC e RS	01/07	0,2333	0,7287	0,7693	-	-	-
	Centro-Oeste (exceto MT)	02/07	0,2333	0,7841	0,8278	-	-	-
	MT, AC e RO	02/07	0,1833	0,7523	0,7942	01/08	0,1833	0,7942
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/07	0,2667	0,7964	0,8516	-	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	-	-	-	-	06/08	0,2667	0,8516
	TO	02/07	0,2667	0,7964	0,8516	-	-	-
Soja	Todo o território nacional	02/07	0,2333	0,4971	0,5367	01/08	0,2333	0,5367
Sorgo híbrido	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	02/07	0,1633	0,1618	1,1901	01/08	0,1633	1,1901
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	0,1867	1,0538	1,0869	06/08	0,1867	1,0869
Sorgo variedade	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	02/07	0,1633	0,5646	0,5881	01/08	0,1633	0,5881
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	0,1867	0,6277	0,6645	06/08	0,1867	0,6645

Fonte: Decreto n.° 5.559 de 05/10/2005, Decreto n.° 5.869 de 03/08/2006 e Decreto n.° 6.266 de 22/11/2007

Quadro 2.30
Preços Mínimos – Safra de Inverno

Produto	Unidades da Federação / Regiões Amparadas	Tipo	PH Mínimo	Preços Mínimos							
				Unidade	Início de Vigência	Brando	Pão/Melhorador/Durum	Unidade	Início de Vigência	Brando	Pão/Melhorador/Durum
Trigo	Sul	1	78	R$/Tn	Jul/07	348,17	400,00	R$/60kg	Jul/08	25,07	28,80
		2	75	R$/Tn	Jul/07	330,88	379,54	R$/60kg	Jul/08	23,82	27,33
		3	70	R$/Tn	Jul/07	296,27	348,17	R$/60kg	Jul/08	21,33	25,07
	Centro-Oeste, Sudeste e BA	1	78	R$/Tn	Jun/07	391,50	450,00	R$/60kg	Jun/08	28,19	32,40
		2	75	R$/Tn	Jun/07	372,05	426,75	R$/60kg	Jun/08	26,79	30,73
		3	70	R$/Tn	Jun/07	333,14	391,50	R$/60kg	Jun/08	23,99	28,19

Fonte: Decreto n.° 6.149, de 10/07/2007 e Decreto n.° 6.510 de 16/07/2008

b) Aquisições de Produtos Agrícolas

A meta física estabelecida para 2008 previa a aquisição consolidada para a Companhia de 4.925.000 toneladas de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas durante o exercício 1.214.138 toneladas de sisal, milho e trigo, representando cerca de 24,65% da meta. O milho destacou-se com aquisição de 970.554 toneladas (79,94%) especialmente no Estado do Mato Grosso, em decorrência dos baixos preços praticados durante o segundo semestre do exercício de 2008.

Além dos produtos agrícolas foram compradas, via leilão eletrônico, 936.000 unidades de sacaria para acondicionamento de milho.

O Quadro 2.31 detalha as aquisições efetivadas durante o exercício.

Quadro 2.31
Demonstrativo das Aquisições

Sureg	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quantidade(t)	Valor(R$)	Quantidade(t)	Valor(R$)	Quantidade(t)	Valor(R$)
BA	Sisal	7.459	7.384.849,56	-	-	7.459	7.384.849,56
GO	Milho em grãos	1.000	333.300,00	-	-	1.000	333.300,00
MS	Trigo	4.693	2.485.661,38	-	-	4.693	2.485.661,38
MT	Milho em grãos	148.480	36.073.158,31	821.074	213.452.333,86	969.554	249.525.492,17
PR	Trigo	123.555	59.306.690,00	-	-	123.555	59.306.690,00
RS	Trigo	38.656	17.585.077,00	-	-	38.656	17.585.077,00
SC	Trigo	9.150	4.392.000,00	-	-	9.150	4.392.000,00
SP	Trigo	60.071	32.566.797,94	-	-	60.071	32.566.797,94
Total - Produto		**393.064**	**160.127.534,19**	**821.074**	**213.452.333,86**	**1.214.138**	**373.579.868,05**
AM	Sacaria(1)	-	-	66.000	68.040,12	66.000	68.040,12
BA	Sacaria(1)	-	-	10.000	10.179,80	10.000	10.179,80
MA	Sacaria(1)	-	-	82.500	81.978,70	82.500	81.978,70
MG	Sacaria(1)	-	-	45.000	35.028,00	45.000	35.028,00
PA	Sacaria(1)	-	-	27.500	23.712,43	27.500	23.712,43
PB	Sacaria(1)	-	-	174.000	151.884,00	174.000	151.884,00
PE	Sacaria(1)	-	-	120.000	113.035,80	120.000	113.035,80
RN	Sacaria(1)	-	-	361.000	271.757,50	361.000	271.757,50
SE	Sacaria(1)	-	-	35.000	41.393,10	35.000	41.393,10
TO	Sacaria(1)	-	-	15.000	17.836,50	15.000	17.836,50
Total-Sacaria		**0**	**0,00**	**936.000**	**814.845,95**	**936.000**	**814.845,95**
Total Geral							**374.394.714,00**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gerep e Conab/Diafi/Sucon/Gedoc
(1) Em Unidade

A diferença de R$44,2 milhões entre o valor das aquisições registradas nos quadros 2.31 e 2.32 refere-se a aquisição de 45 mil toneladas de arroz beneficiado que será doado às Repúblicas de Cuba, do Haiti, de Honduras e Jamaica, conforme Lei n.º11.881, de 23 de dezembro de 2008.

Quadro 2.32
Execução da Despesa

Natureza da Despesa	Valor Liquidado (R$)	(%)
Aquisição de mercadorias para revenda	417.793.852,27	64,20
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.290.625,39	0,20
Embalagens	996.871,43	0,15
Cofins	8.860,76	0,00
PASEP	1.919,83	0,00
Armazenagem	124.922.328,55	19,20
Seguros em geral	2.668.170,65	0,41
Comissões e corretagens	7.566.187,02	1,16
ICMS	50.300.838,32	7,73
ISS	16.063,21	0,00
Serviços gráficos	22.893,90	0,00
INSS – Produtor rural	7.049.753,55	1,08
Encargos financeiros	316,67	0,00
Serviços de terceiros	2.409.037,87	0,37
Descarte de produtos	439,04	0,00
Ensaque e reensaque	3.120,00	0,00
INSS – Armazenagem	5.211,52	0,00
Analises laboratoriais	1.134.882,26	0,17
Taxas e pedágios	297,83	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	34.573.756,08	5,31
Editais e publicações	29.543,91	0,00
Total	**650.794.970,06**	**100,00**

Fonte: Siafi

c) Movimentação dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

No período considerado foi contratada a remoção de 198.064 toneladas de milho em grãos, vinculadas aos Contratos Públicos de Opção de Venda e às AGFs. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, o que possibilitou economia ao Tesouro de 13,913% sobre os valores da planilha de custo utilizada pela Conab como referência para os preços de abertura. Do total contratado foram removidas 180.020 toneladas, canceladas 18.797 toneladas, foram aditadas 8.606 toneladas e outras 7.853 toneladas deverão ser removidas no início do exercício de 2009, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 2.33
Demonstrativo das Remoções Contratadas

Origem	Destino	Valores(sem ICMS)		Quantidades (em kg)						% Recebido/Removido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
MG	MG	938.930,00	771.300,00	9.500.000	9.334.080	55.760	-	110.160	9.128.240	97,79
	SP	73.762,75	73.762,75	1.000.000	582.680	-	-	417.320	359.200	61,65
MT	AC	65.198,00	65.198,00	350.000	350.000	-	-	-	349.862	99,96
	AL	667.005,00	603.848,31	1.500.000	1.500.000	-	-	-	1.499.620	99,97
	AM	1.340.034,69	1.296.107,09	5.000.000	4.817.230	-	-	182.770	1.690.028	35,08
	BA	61.940,00	57.187,87	200.000	200.000	-	-	-	199.370	99,69
	CE	7.560.160,00	7.343.965,19	19.000.000	19.043.799	-	43.799	-	18.993.687	99,74
	ES	1.971.596,77	1.819.106,08	6.402.997	7.407.395	-	3.678.740	2.674.342	6.763.910	91,31
	MA	1.337.271,61	1.190.858,76	4.500.000	4.500.000	-	-	-	3.996.720	88,82
	MT	1.777.473,00	1.370.112,16	17.997.904	10.497.904	7.500.000	-	-	-	0,00
	PA	1.066.899,09	1.012.818,61	2.500.000	2.500.000	-	-	-	1.536.690	61,47
	PB	136.533,17	106.037,95	334.755	334.755	-	-	-	334.605	99,96
	PB	407.860,00	316.759,35	1.000.000	2.696.862	-	1.696.862	-	2.499.630	92,69
	PB	603.698,40	603.698,40	1.140.000	1.411.780	-	271.780	-	1.361.350	96,43
	PB	79.434,00	79.434,00	150.000	247.688	-	97.688	-	247.620	99,97
	PB	81.572,00	50.560,73	200.000	200.000	-	-	-	-	0,00
	PB	1.239.896,22	1.239.896,22	3.303.138	2.689.479	-	-	613.659	-	0,00
	PB	988.975,00	613.047,48	2.500.000	2.496.010	3.990	-	-	1.536.650	61,56
	PB	231.426,76	231.426,76	603.651	441.890	-	-	161.761	-	0,00
	PB	202.011,10	202.011,10	526.881	526.881	-	-	-	-	0,00
	PB	3.971.406,65	3.442.871,99	9.758.425	11.045.345	3.990	2.066.330	775.420	5.979.855	54,14
	PE	3.352.995,46	2.889.623,82	7.500.000	7.500.000	-	746.770	746.770	7.000.000	93,33
	PI	2.074.677,45	1.672.274,95	6.000.000	5.932.560	12.080	-	55.360	2.277.980	38,40
	RN	9.598.797,03	8.247.557,10	20.375.245	20.375.245	-	-	-	20.321.143	99,73
	SE	1.260.987,24	1.070.407,34	3.500.000	1.500.000	-	-	2.000.000	1.499.550	99,97
	TO	326.884,97	313.663,49	1.250.000	1.250.000	-	-	-	985.320	78,83
PR	SC	4.653.747,20	3.060.232,07	61.247.600	50.028.120	11.219.480	-	-	36.551.376	73,06
RO	AC	18.579,60	16.854,06	120.000	118.160	1.840	-	-	118.160	100,00
	RO	111.548,50	101.173,55	1.300.000	1.304.120	-	4.120	-	1.303.400	99,94
RS	RS	938.529,10	715.890,00	8.934.118	8.934.118	-	-	-	8.904.930	99,67
SP	SP	21.237,25	21.237,25	369.326	254.210	-	-	115.116	-	0,00
Total		47.161.068,01	40.598.922,43	198.064.040	180.020.311	18.797.140	8.606.089	7.852.678	135.438.896	75,24

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

Do total contratado, 9,09% (17.998 t) foi motivada pela ocorrência de desvio de parte dos estoques públicos armazenados na unidade de origem e o restante para atendimento ao Programa Vendas em Balcão.

d) Posição dos Estoques Públicos

Em 31/12/2008, os estoques públicos vinculados à PGPM, em nível nacional, totalizaram 1.983.760 toneladas de diversos produtos agrícolas, ou seja, 53,61% inferior aos existentes no mesmo período do exercício de 2006 e 12,43% também inferior, em relação ao ano de 2007.

Quadro 2.34
Demonstrativo da Posição dos Estoques Governamentais, por Produto

Produto	PGPM (AGF + Contrato de Opção) (Em t)			Variação (%)	
	Posição em:				
	31/12/2006(a)	31/12/2007(b)	31/12/2008(c)	(c/a)	(c/b)
Algodão em pluma	4.958	1.571	1.571	-68,31	0,00
Arroz em casca	1.072.848	1.492.778	597.425	-44,31	-59,98
Café	10.917	10.930	10.191	-6,65	-6,76
Fécula de mandioca	968	968	-	-	-
Feijão	3.766	332	5	-99,87	-98,55
Milho	3.159.657	748.047	1.129.525	-64,25	51,00
Sisal	382	4.932	12.392	-	-
Soja	-	73	38	-	-
Sorgo	17.174	-	232.615	-	-
Trigo	5.664	5.640		-100,00	-100,00
Total	**4.276.334**	**2.265.271**	**1.983.761**	**-53,61**	**-12,43**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecoe

Quadro 2.35
Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos, em 31/12/2007 (AGF e Contratos de Opção)

UF	Produto (t)											Total			Sacaria (unidade)
	Algodão	Arroz		Café	Feijão Cores	Milho		Sisal	Soja	Trigo		AGF	C.O.	Geral	
	AGF	AGF	C.O.	C.O.	AGF	AGF	C.O.	AGF	C.O.	AGF	C.O.				
AC	-	-	-	-	-	213,7	-	-	-	-	-	213,7	0,0	213,7	0
AL	-	-	-	-	-	1.300,8	23,9	-	-	-	-	1.300,8	23,9	1.324,7	65.955
AM	-	-	-	-	-	2.881,8	-	-	-	-	-	2.881,8	0,0	2.881,8	85.191
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0
BA	-	-	-	-	-	153,1	-	12.391,9	-	-	-	12.545,0	0,0	12.545,0	45.140
CE	-	-	-	-	-	20.256,4	-	-	-	-	-	20.256,4	0,0	20.256,4	26.968
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0
ES	-	-	-	628,2	-	7.325,9	-	-	-	-	-	7.325,9	628,2	7.954,1	19.242
GO	37,1	-	-	-	-	1.030,0	-	-	-	-	-	1.067,1	0,0	1.067,1	5.310
MA	-	-	-	-	-	4.140,8	111,2	-	-	-	-	4.140,8	111,2	4.252,0	99.665
MG	-	-	-	4.788,5	-	13.633,4	-	-	-	-	-	13.633,4	4.788,5	18.421,9	203.242
MS	1.534,4	-	-	-	4,8	2.081,4	158,9	-	-	4.692,7	-	8.313,3	158,9	8.472,2	19.076
MT	-	164,4	376,4	-	-	155.573,8	804.465,0	-	-	-	-	155.738,2	804.841,4	960.579,6	1.187
PA	-	-	-	-	-	1.088,3	100,2	-	-	-	-	1.088,3	100,2	1.188,5	58.747
PB	-	-	-	-	-	8.091,7	-	-	-	-	-	8.091,7	0,0	8.091,7	113.314
PE	-	-	-	-	-	6.562,8	-	-	-	-	-	6.562,8	0,0	6.562,8	105.215
PI	-	-	-	-	-	2.623,6	-	-	-	-	-	2.623,6	0,0	2.623,6	72.968
PR	-	-	-	4.701,9	-	18.270,7	14.239,1	-	-	123.555,6	-	141.826,3	18.941,0	160.767,3	2.421
RJ	-	-	-	-	-	40,5	-	-	-	-	-	40,5	0,0	40,5	0
RN	-	-	-	-	-	15.182,7	-	-	-	-	-	15.182,7	0,0	15.182,7	146.315
RO	-	-	-	-	-	694,1	-	-	-	-	-	694,1	0,0	694,1	82.971
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0
RS	-	144.220,8	452.663,0	-	-	14.600,3	34,3	-	37,5	38.656,0	5.640,0	197.477,1	458.374,8	655.851,9	48.412
SC	-	-	-	-	-	9.519,5	22.683,0	-	-	-	-	9.519,5	22.683,0	32.202,5	0
SE	-	-	-	-	-	141,2	-	-	-	-	-	141,2	0,0	141,2	38.749
SP	-	-	-	72,4	-	1.367,7	-	-	-	60.070,7	-	61.438,4	72,4	61.510,8	14.000
TO	-	-	-	-	-	433,7	500,8	-	-	-	-	433,7	500,8	934,5	36.756
Total	**1.571,5**	**144.385,2**	**453.039,4**	**10.191,0**	**4,8**	**287.207,9**	**842.316,4**	**12.391,9**	**37,5**	**226.975,0**	**5.640,0**	**672.536,3**	**1.311.224,3**	**1.983.760,6**	**1.290.844**
	1.571,5		597.424,6	10.191,0	4,8		1.129.524,3	12.391,9	37,5		232.615,0	672.536,3	1.311.224,3	1.983.760,6	1.290.844

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecoe
CO – Contrato Público de Operação de Venda
Não inclui sacaria.

2.4.18- (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador Nacional da Ação:** Antônio Carlos Pinho de Argolo

Resultados

(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários		
Controle: SIAFI – PTRES 3711 – de Trabalho 20.846.0352.**0300**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária Inicial	R$ 1.290.000.000,00	-
Dotação Orçamentária	R$ 1.274.000.000,00	
Execução Orçamentária	R$ 184.416.329,00	14,48

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos-PESOJA, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e destino dos produtos, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Além do pagamento a Matriz também realiza os leilões, cabendo às Suregs o recebimento, conferência e análise da conformidade dos comprovantes da efetivação da operação.

a) - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de

Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Em decorrência dos baixos preços praticados durante o primeiro semestre nas principais regiões produtoras, a Conab realizou durante os meses de maio e junho leilões de PEPRO quando foram ofertadas 1.024.032 toneladas de algodão em pluma tendo sido negociadas 1.023.646 toneladas, com previsão de pagamento de subvenção no valor máximo de R$549.165.788,56. Até o fim do exercício havia sido comprovada a venda de 317.346 toneladas e paga subvenção no valor de R$169.564766,64, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.36
Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO

UF de Origem	Quantidade (Em t)				Valor (R$)	
	Ofertada	Negociada	% Negociado	Comprovada	Previsto	Realizado
BA	318.174	318.174	100,00	116.393,00	172.036.673,69	62.949.094,26
GO	68.586	68.586	100,00	29.878,00	34.994.678,19	15.112.314,34
MA	11.684	11.684	100,00	1.155,00	6.388.801,90	631.370,28
MG	18.549	18.549	100,00	3.085,00	7.846.289,18	1.305.036,21
MS	47.000	47.000	100,00	17.200,00	24.388.286,51	8.924.277,54
MT	527.760	527.760	100,00	131.388,00	288.578.918,66	71.843.018,54
PR	4.159	3.773	90,72	2.357,00	1.516.532,94	947.341,93
PI	14.588	14.588	100,00	10.112,00	7.976.978,13	5.529.493,42
SP	13.532	13.532	100,00	5.778,00	5.438.629,36	2.322.820,13
Total	**1.024.032**	**1.023.646**	99,96	**317.346,00**	**549.165.788,56**	**169.564.766,64**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

b) Prêmio de Risco de Opção Privada - PROP

1) Prêmio de Risco

É uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir (em data futura) determinado produto diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

Objetivando o escoamento da produção de milho no Estado do Mato Grosso, foram ofertados no primeiro leilão 46.808 contratos e negociados 24.086, totalizando 650.322 toneladas, com subvenção prevista no valor de R$43.419.955,18.

2) Contrato Privado de Opção de Venda

O Contrato Privado de Opção de Venda é um instrumento de sustentação de preços, utilizado pelo Governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em um momento de baixa nas cotações.

Este Contrato dá o direito, mas não a obrigação, do detentor da opção (produtor ou cooperativa) vender o produto para o lançador da opção de venda (comerciantes ou indústrias de beneficiamento). O exercício da opção somente ocorrerá se, na data do vencimento da opção, o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício do contrato, caso contrário, o detentor da opção pode vender o produto no mercado e, neste caso, perder o prêmio pago no ato da aquisição do contrato.

No segundo leilão, foram ofertados os contratos negociados no leilão anterior (24.086 contratos) sendo negociados 17.693 contratos, totalizando 477.711 toneladas de milho.

Até o fim do exercício foi comprovado o exercício de 11.084 contratos, representando o escoamento de 299.268 toneladas para os estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte, de Sergipe e para outras áreas do Estado do Mato Grosso, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.37
Demonstrativo de Leilões de Prêmio de Risco e Contrato Privado de Opção de Venda

Sureg	1.º Leilão						2.º Leilão				Exercício			
	Contratos (27.000Kg)			Quantidade Negociada (t)	Valor do Prêmio (R$)	Quat. Contrato Ofertada	Quat. Contrato Negociada	Quantidade Negociada (t)	Valor do Prêmio (R $)	UF	Quantidade Contrato	Quantidade (t)	Valor Máximo (R$)
	Ofertado	Negociado											
		UF	Quantidade										
MT	46.808	AL	1.042	28.134	1.884.570,04	1.042	17.693	477.711	300.262,28	AL	794	21.438	5.131.620,00
		BA	305	8.235	553.386,09	305				BA	222	5.994	1.427.328,00
		CE	2.915	78.705	5.288.338,44	2.915				CE	1.827	49.329	11.816.550,00
		ES	4.986	134.622	9.270.992,95	4.986				ES	1.542	41.634	1.000.350,00
		MG	460	12.420	899.910,00	460				MG	140	3.780	912.600,00
		MT	4.200	113.400	7.336.895,44	4.200				MT	1.104	29.808	7.156.296,00
		PB	1.973	53.271	3.378.536,61	1.973				PB	1.307	35.289	8.415.522,00
		PE	7.479	201.933	13.599.255,54	7.479				PE	3.594	97.038	23.209.524,00
		PI	51	1.377	93.527,41	51				PI	48	1.296	310.716,00
		RN	295	7.965	453.704,26	295				RN	232	6.264	1.495.152,00
		SE	380	10.260	660.838,40	380				SE	274	7.398	1.762.344,00
Total	**46.808**	**-**	**24.086**	**650.322**	**43.419.955,18**	**24.086**	**17.693**	**477.711**	**300.262,28**	**-**	**11.084**	**299.268**	**62.638.002,00**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

c) Prêmio de Escoamento do Produto - PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

Até o fim do período foram realizadas operações destinadas ao escoamento de milho, trigo e vinho, que no acumulado do ano teve oferta de 2.442.000 toneladas e 117.000.000 litros de vinho, sendo negociadas 899.688 toneladas e 26.666.636 litros, envolvendo recursos previstos da ordem de R$98.419.418,84.

As operações por origem e destino podem ser melhor visualizadas no quadro seguinte.

Quadro 2.38
Demonstrativo das Vendas de Prêmio de Escoamento do Produto

Sureg	Produto	Destino	Quantidades (t)			Subvenção (Em R$)	
			Ofertada	Negociada	Comprovada	Prevista	Paga
GO	Milho	(1)	240.000	76.240	-	2.287.200,00	
MS	Milho		240.000	-	-	-	-
MT	Milho		550.000	514.448	9.000	23.090.532,00	-
RO	Milho		12.000	-	-	-	-
PR	Trigo	(2)	660.000	80.000	-	13.940.000,00	-
SP	Trigo		30.000	-	-	-	-
RS	Trigo		710.000	229.000		39.800.000,00	-
Subtotal			**2.442.000**	**899.688**	**9.000**	**79.117.732,00**	**0,00**
RS	Vinho(4)	(3)	177.000.000	26.666.636	4.893.356	19.301.686,84	4.816.866,48
Subtotal			**177.000.000**	**26.666.636**	**4.893.356**	**19.301.686,84**	**4.816.866,48**
Total Geral						**98.419.418,84**	**4.816.866,48**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom
Notas: (1) Qualquer localidade exceto para as UFs que compõem as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e os estados de Rondônia, Pará e Maranhão
(2) Qualquer destino, exceto para as UFs que compõem as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste
(3) Qualquer UF, exceto Região Nordeste, Sul e Sudeste
(4) Em litros

Até o fim do exercício havia sido comprovado o escoamento de 9.000 toneladas de milho no Mato Grosso e 4.893.356 litros de vinho no Rio Grande do Sul.

2.4.19 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem/Suinf
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf
- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Suinf – Superintendência de Informações do Agronegócio:**
    - Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações de levantamento e avaliação das safras, de disponibilização de informações técnicas, custos de produção e as informações de estoques privados.

Resultados

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar		
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**350.000,00**	**61,46**
Execução Orçamentária	215.093,60	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	**7.676**	**85,36**
Execução Física	6.552	

Esta Ação foi criada no PPA 2008/11 cujas atividades já vinham sendo desenvolvidas pela Conab com recursos oriundos da Ação: Gestão e Administração do Programa. Com a criação da Ação pretende-se ampliar os estudos visando o desenvolvimento de novos módulos para o banco de dados, buscando, também, a implementação de melhorias nos relatórios, modificação nos procedimentos, adaptações de rotinas, manutenção em geral, treinamento de operadores e a contratação de especialistas em Tecnologia de Informação.

Os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio do Sistema denominado SIAGRO.

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável programou a coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações objetivando a realização de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e da confiabilidade das informações. Para tanto, contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2008 de R$350.000,00 e meta física de 7.676 informações, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.39
Demonstrativo das Metas e da Execução Física e Financeira

Sureg	UF	Execução Física			Execução Financeira (R$)		
		Meta Física	Execução Física	(%)	Meta Financeira	Execução Financeira	(%)
AL	AL	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
AM	AM	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
	RR	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
BA	BA	-	-	0,00	8.500,00	7.449,00	87,64
	SE	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
CE	CE	-	-	0,00	6.500,00	2.432,00	37,42
ES	ES	-	-	0,00	5.500,00	3.996,83	72,67
GO	GO	-	-	0,00	6.250,00	3.738,29	59,81
	DF	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
MA	MA	-	-	0,00	7.500,00	5.117,40	68,23
MG	MG	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
MS	MS	-	-	0,00	6.500,00	300,00	4,62
MT	MT	-	-	0,00	7.250,00	1.383,50	19,08
PA	PA	-	-	0,00	6.500,00	3.195,87	49,17
	AP	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
PB	PB	-	-	0,00	5.500,00	5.032,00	91,49
PE	PE	-	-	0,00	6.500,00	4.261,11	65,56
PI	PI	-	-	0,00	6.500,00	4.550,02	70,00
PR	PR	-	-	0,00	8.500,00	1.474,92	17,35
RJ	RJ	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
RN	RN	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
RO	RO	-	-	0,00	3.250,00	989,14	30,44
	AC	-	-	0,00	2.500,00	510,00	20,40
RS	RS	-	-	0,00	6.250,00	940,41	15,05
SC	SC	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
SP	SP	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
TO	TO	-	-	0,00	6.500,00	1.723,11	26,51
Matriz	-	7.676	6.552	85,36	250.000,00	168.000,00	67,20
Total		7.676	6.552	85,36	350.000,00	215.093,60	61,46

Fonte: Conab/Suinf e Siafi

Durante o exercício foram pagas despesas no valor de R$215.093,60 (61,46% da dotação orçamentária) e disponibilização de 6.552 informações (85,36% da meta física).

Na execução das despesas destacam-se a contratação, por meio do PNUD, de dois especialistas em tecnologia da informação, no valor total de R$168.000,00 para melhoria do SIAGRO, criação de novos módulos no banco de dados, concessão de diárias, pagamento de passagens e despesas com locomoção de empregados lotados nas Suregs, no valor total de R$36.718,12 (cerca de 17,07% das despesas), visando o deslocamento para o interior, para o levantamento de informações e a realização do cadastro de informantes, objetivando a melhoria da qualidade e da confiabilidade das informações.

Quadro 2.40
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R$)				Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
BA	BA	3.975,00	1.724,00	1.750,00	-	7.449,00
CE	CE	1.650,00	782,00	-	-	2.432,00
ES	ES	2.175,00	849,54	972,29	-	3.996,83
GO	GO	3.300,00	438,29	-	-	3.738,29
MA	MA	2.475,00	1.480,21	1.162,19	-	5.117,40
MS	MS	300,00	-	-	-	300,00
MT	MT	675,00	223,50	485,00	-	1.383,50
PA	PA	1.050,00	697,55	1.448,32	-	3.195,87
PB	PB	3.075,00	794,00	1.163,00	-	5.032,00
PE	PE	3.450,00	811,11	-	-	4.261,11
PI	PI	2.250,00	995,02	1.305,00	-	4.550,02
PR	PR	825,00		649,92	-	1.474,92
RO	RO	675,00	314,14	-	-	989,14
	AC	300,00	210,00	-	-	510,00
RS	RS	675,00	233,01	32,40	-	940,41
TO	TO	900,00	793,11	-	30,00	1.723,11
Matriz		-	-	-	168.000,00	168.000,00
Total		**27.750,00**	**10.345,48**	**8.968,12**	**168.030,00**	**215.093,60**

Fonte: Siafi

2.4.20 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**: Sureh/Sufin
- **Coordenador Nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

➢ **Competência da Sufin – Superintendência de Finanças:**

- Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações de execução orçamentária, programação e execução financeira, cadastro, cobrança e controle financeiro de operações governamentais.

Resultados

(2272) Gestão e Administração do Programa		
Controle: Siafi – PTRES 001.682/001.688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001		
Discriminação	Metas	Participação (%)
	Conab	
Dotação Orçamentária	**334.100.950,00**	**99,53**
Pessoal	259.415.765,00	
Custeio	67.690.185,00	
Investimentos	6.995.000,00	
Execução Orçamentária	**332.544.626,54**	
Pessoal	258.233.553,22	
Custeio	67.402.723,07	
Investimentos	6.908.350,25	

A dotação orçamentária aprovada na LOA/2007 foi de R$278.821.571, sendo R$215.351.386,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R$59.690.185,00 para custeio e R$3.780.000,00 para investimentos na Matriz e nas Suregs. No decorrer do exercício, o orçamento de pessoal e encargos foi suplementado em R$44.064.379,00, que somados à dotação inicial atingiu R$259.415.765,00. A dotação para custeio e informática também foi suplementada com R$11.215.000,00 totalizando R$74.685.185,00. A dotação final da Ação foi de R$334.100.950,00.

As despesas de pessoal representaram 77,65% (R$258.233.553,22), as despesas com manutenção 20,27% (R$67.402.723,07) e o investimento totalizou 2,08% (R$6.908.350,25), conforme detalhado no Quadro 2.41.

Quadro 2.41
Demonstrativo de Execução da Despesa

Grupo de Despesa	Natureza da Despesa	Valor (R$)	Participação (%)
Pessoal	Outros benefícios assistenciais	411.569,80	0,12
	Vencimentos e vantagens fixas	189.114.896,07	56,87
	Obrigações patronais	65.051.671,47	19,56
	Outras despesas variáveis	2.773.107,99	0,83
	Depósitos compulsórios	5.357,25	0,00
	Sentenças Judiciais	382.030,96	0,11
	Despesas de exercícios anteriores	2.150,99	0,00
	Indenizações e restituições trabalhistas	230.406,51	0,07
	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	217.338,69	0,07
	Obrigações patronais-Op. Intra-orçamentárias	0,00	0,00
	Sentenças Judiciais	20.529,57	0,01
	Indenizações trabalhistas	24.493,92	0,01
Subtotal		**258.233.553,22**	**77,65**
Custeio	Outros benefícios assistenciais	74.782,12	0,02
	Diárias	2.853.852,22	0,86
	Material de consumo	7.443.343,12	2,24
	Passagens e despesas com locomoção	2.065.902,54	0,62
	Serviços de consultoria	145.820,00	0,04
	Outros serviços de terceiros-pes. Física	780.071,47	0,23
	Locação de mão-de-obra	11.922.344,02	3,59
	Outros serviços de terceiros-pes. Jurídica	36.799.820,44	11,07
	Obrigações tributárias e contributivas	3.156.663,95	0,95
	Depósitos compulsórios	17.406,38	0,01
	Indenizações e restituições	2.142.716,81	0,64
Subtotal		**67.402.723,07**	**20,27**
Investimento	Obras e instalações	1.058.127,66	0,32
	Equipamentos e material permanente	5.850.222,59	1,76
Subtotal		**6.908.350,25**	**2,08**
Total Geral		**332.544.626,54**	**100,00**

Fonte: Siafi

Por ser uma área de vital importância no desenvolvimento das atividades, a Conab dedica especial atenção à administração dos recursos humanos, cujos principais resultados destacamos a seguir.

a) Gestão de Pessoas

Para alcançar uma equipe continuadamente capacitada e compatível com suas necessidades, em ambiente interno participativo, integrado e motivado, conforme preconizado no Mapa Estratégico Corporativo, a Conab continuou investindo em capacitação e na renovação do quadro de pessoal, recompondo-o com a convocação dos candidatos aprovados em concurso público para o preenchimento de vagas disponíveis na Matriz, em Brasília, e nas Superintendências Regionais, para cargos de Técnico de Nível Superior, e com o retorno dos empregados anistiados pela Lei nº8.878/94, Decreto nº6.077/07 e Portaria/MPOG nº6, de 21/01/08.

1) Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal da Companhia encerrou o exercício de 2008 com 4.242 empregados. Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior, o quadro foi

acrescido em 903 empregados, representando um aumento de 27,04%. O número de empregados cedidos a outros órgãos com ônus para a Conab aumentou 48,89% enquanto os cedidos sem ônus teve redução de 21,43%, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 2.42
Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados da Conab

Discriminação	Quantidade de Empregados			
	31/12/2007(a)	31/12/2008(b)	Var. (%)	(b)-(a)
Em efetivo exercício na Conab	2.523	3.073	21,80	550
Cedidos a outros órgãos	736	1.086	47,55	350
Com ônus p/ a Conab	722	1.075	48,89	353
Sem ônus p/ a Conab	14	11	-21,43	(3)
Licenciados(*)	68	67	-1,47	(1)
Contratos suspensos(**)	12	14	16,67	2
Pensão Vitalícia	-	2	-	2
Total	**3.339**	**4.242**	**27,04**	**903**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh
Obs.: (*) INSS/acidente de trabalho/maternidade, p/cargo eletivo com ou sem vencimentos, etc.
(**) licença por motivos particulares, etc.

Quadro 2.43
Demonstrativo Total do Número de Empregados por Situação Funcional

Situação Funcional	Superintendência																				Matriz	Total
	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	
Em efetivo exercício na Empresa	75	113	183	90	239	95	166	99	113	71	92	164	145	117	131	89	63	107	53	71	46	706	3.028
Contrato Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	29
Diretor não empregado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Conselheiro de administração/fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Cedido à Conab	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Em efetivo Exercício na Conab	**75**	**113**	**183**	**90**	**239**	**95**	**166**	**99**	**113**	**71**	**92**	**164**	**145**	**117**	**131**	**89**	**63**	**107**	**53**	**71**	**46**	**751**	**3.073**
À disposição com ônus para a Conab-Dec. 4050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131	131
À disposição com ônus para a Conab-Lei 10470	39	33	57	38	106	26	53	-	14	3	81	173	34	1	61	20	13	15	2	6	5	164	944
Cedidos a Outros Órgãos – Com Ônus	**39**	**33**	**57**	**38**	**106**	**26**	**53**	**-**	**14**	**3**	**81**	**173**	**34**	**1**	**61**	**20**	**13**	**15**	**2**	**6**	**5**	**295**	**1.075**
À disposição sem ônus para a Conab-Dec. 4050	-	-	1	2	2	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	11
Cedidos a Outros Órgãos – Sem Ônus	**-**	**-**	**1**	**2**	**2**	**-**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3**	**-**	**-**	**-**	**2**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11**
Licenciado INSS/Acidente de trabalho	1	2	8	2	1	1	2	4	1	1	2	5	4	2	2	2	1	3	1	3	1	10	59
Licença Maternidade – 120 dias/adoção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2
Licença Maternidade – Emp.Cidadã 60 dias/adoção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Licença para cargo eletivo com vencimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	4
Licenciados	1	2	8	2	2	1	2	4	1	1	3	6	4	2	3	3	1	3	3	3	1	11	67
Contrato suspenso/Licença particular	1	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	1	6	14
Pensão Vitalícia	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Total	**116**	**148**	**249**	**132**	**349**	**123**	**223**	**103**	**131**	**75**	**176**	**346**	**183**	**120**	**197**	**114**	**77**	**126**	**58**	**80**	**53**	**1.063**	**4.242**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

Do quadro geral, 2.193 empregados apresentam situação contratual oriunda de readmissão por reintegração ou por anistia, o que equivale a 51,7%. Do total de 4.242 empregados, apenas 72,44% (3.073) estão em efetivo exercício na Conab conforme detalhado nos quadros anteriores.

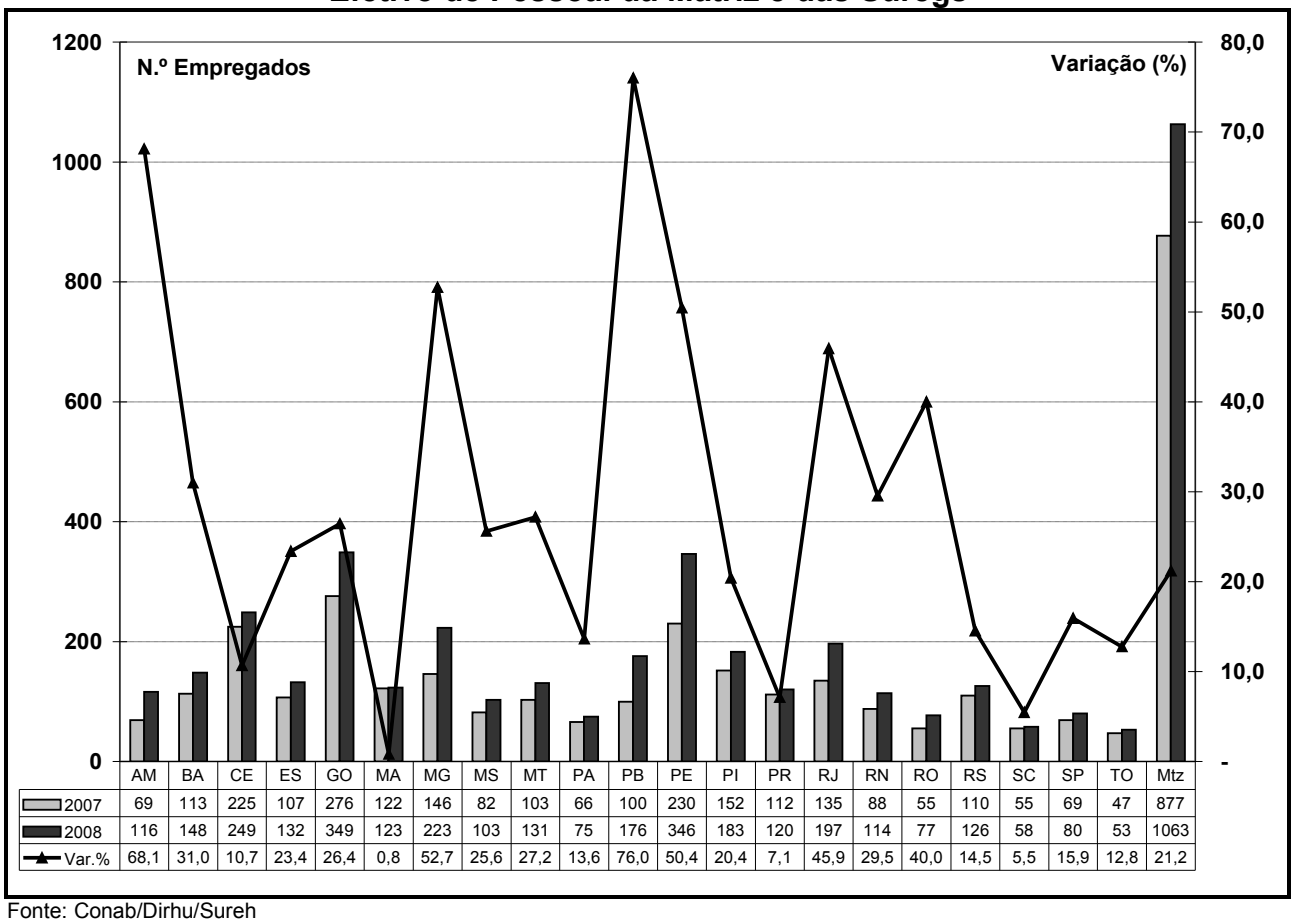
Quadro 2.44
Efetivo, por Situação Contratual

Situação Funcional	Superintendência																					Matriz	Total
	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO		
Contrato Padrão	22	34	67	29	147	29	105	70	56	31	37	88	31	81	54	37	27	60	25	46	35	595	1.706
Contrato Padrão – Concur	3	20	7	4	10	6	11	9	14	13	6	11	12	9	5	8	13	11	11	4	9	147	343
Reintegrado (Transitado)	13	4	74	37	10	29	9	-	-	2	12	67	7	6	13	15	2	7	13	6	2	28	356
Reintegrado Liminar	-	-	9	14	4	-	-	-	-	2	3	2	37	-	4	1	-	1	-	-	-	-	77
Anistiado (Transitado)	5	5	32	12	27	58	2	-	-	16	-	1	42	6	7	24	4	9	2	-	1	2	255
Anistiado (Liminar)	1	-	33	7	8	-	-	-	-	5	1	12	7	1	22	3	-	3	-	1	-	4	108
Anistiado (Leir 8878/94)	72	85	27	29	143	1	96	24	61	6	117	165	47	17	92	26	31	35	7	23	6	287	1.397
Total	**116**	**148**	**249**	**132**	**349**	**123**	**223**	**103**	**131**	**75**	**176**	**346**	**183**	**120**	**197**	**114**	**77**	**126**	**58**	**80**	**53**	**1.063**	**4.242**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

A Figura 5 espelha a distribuição do efetivo de empregados existente em 31/12/2008, na Matriz e nas Suregs. Em comparação com a mesma data do exercício de 2007, as maiores variações positivas no âmbito regional foram registradas nos estados da Paraíba (76%), do Amazonas (68,1%), de Minas Gerais (50,4%) e de Pernambuco (50,4%).

Figura 5
Efetivo de Pessoal da Matriz e das Suregs



	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	Mtz
2007	69	113	225	107	276	122	146	82	103	66	100	230	152	112	135	88	55	110	55	69	47	877
2008	116	148	249	132	349	123	223	103	131	75	176	346	183	120	197	114	77	126	58	80	53	1063
Var.%	68,1	31,0	10,7	23,4	26,4	0,8	52,7	25,6	27,2	13,6	76,0	50,4	20,4	7,1	45,9	29,5	40,0	14,5	5,5	15,9	12,8	21,2

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

O perfil da estrutura de pessoal da Conab, nessa data, apresentava as seguintes características: 872 (20,56%) técnicos de nível superior, dos quais 453 estão lotados na Matriz e 419 nas Superintendências Regionais e 3.341 (78,76%) empregados de nível médio e auxiliar.

Em relação ao exercício anterior, a proporção de técnicos de nível superior baixou de 22,4% (748 empregados) para 20,56% (872 empregados).

O demonstrativo a seguir inclui também 29 empregados/colaboradores classificados como Contrato Especial (0,68%) e 2 Pensões Judiciais (0,05%).

Quadro 2.45
Demonstrativo do Número de Empregados, por nível de cargo e por Sureg

Nível	Matriz	%	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	Sureg	%	Total	%
Nível Auxiliar	276	26,0	70	86	165	86	218	83	137	59	82	36	124	243	129	63	132	79	44	74	20	34	20	1.984	62,4	2.260	53,28
Nível Médio	305	28,7	38	40	61	33	100	23	53	26	26	15	37	76	39	35	35	20	17	30	21	29	20	774	24,3	1.079	25,44
Nível Superior	453	42,6	8	22	23	13	31	17	33	18	21	24	15	27	15	22	30	15	16	22	17	17	13	419	13,2	872	20,56
Contrato Especial	29	2,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		29	0,68
Indeniz. Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,1	2	0,05
Total	1.063	25,1	116	148	249	132	349	123	223	103	131	75	176	346	183	120	197	114	77	126	58	80	53	3.179	74,9	4.242	100,0

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

A quantidade de empregados nas situações de reintegrado e anistiado com ação transitado em julgado aumentou 20,5%, passando de 507 para 611 empregados, enquanto aqueles amparados por liminar tiveram redução de 1,6%, caindo de 188 para 185 empregados. A maior variação foi registrada nos anistiados pela Lei n.º 8.878/94, com variação positiva de 127,9%. O número de empregados na situação de contrato padrão (oriundos da fusão da CFP, Cobal e Cibrazem e dos concursados) apresentou crescimento de 5,9%, passando de 1.933 para 2.047 empregados.

Quadro 2.46
Demonstrativo do Número de Empregados, por vínculo e nível de cargo

Situação Contratual	Nível de Cargo										Variação % (b/a)
	2007					2008					
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	Total(a)	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	Total(b)	
Contrato Padrão	662	598	652	21	**1.933**	600	646	772	29	**2.047**	5,9
Reintegrado (Transitado)	232	99	27	-	**358**	243	91	22	-	**356**	-0,56
Reintegrado (Liminar)	56	15	4	-	**75**	62	12	3	-	**77**	2,67
Anistiado (Transitado)	149	83	13	-	**245**	200	44	11	-	**255**	4,08
Anistiado (Liminar)	76	28	9	-	**113**	86	18	4	-	**108**	-4,42
Anistiado (Lei 8878/94)	425	145	43	-	**613**	1.069	268	60	-	**1.397**	127,9
Outros (Ind. Judicial)	2	0	0	-	**2**	2	-	-	-	**2**	0
Total	**1.602**	**968**	**748**	**21**	3.339	**2.262**	**1.079**	**872**	**29**	4.242	**27,04**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

No quadro a seguir estão discriminados os Vínculos Especiais, cuja atuação se dá na Matriz.

Quadro 2.47
Vínculo Especial

Função	Quantidade
CONTRATO ESPECIAL	**27**
Chefe Gabinete	1
Assessor	16
Corregedor Geral	1
Coordenador	3
Ouvidor	1
Gerente de Área	2
Chefe de Assessoria	1
Subcorregedor	1
Procurador Geral	1
ADMINISTRADORES	**15**
Presidente	1
Diretor	4
Conselho de Administração	5
Conselho Fiscal	3
OUTROS (pensão judicial)	**2**
Total	**42**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

2) Serviço de Apoio à Educação

A Conab oferece oportunidade de estágio a estudantes do nível médio e superior, para atuarem tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais. No fim do período existiam 337 estagiários, 49 a mais em relação ao exercício anterior, sendo 46 de nível médio e 291 de nível superior.

Quadro 2.48
Distribuição dos Estagiários

Sureg	Exercício						Variação (%)
	2007			2008			
	Médio	Superior	Total	Médio	Superior	Total	
AM	-	5	5	0	8	8	60,00
BA	6	10	16	4	13	17	6,25
CE	1	10	11	0	12	12	9,09
ES	-	3	3	-	6	6	100,00
GO	4	18	22	4	20	24	9,09
MA	-	11	11	1	13	14	27,27
MG	7	14	21	6	13	19	-9,52
MS	-	14	14	-	17	17	21,43
MT	1	24	25	0	28	28	12,00
PA	1	8	9	1	11	12	33,33
PB	-	3	3	0	7	7	133,33
PE	-	3	3	-	4	4	33,33
PI	-	8	8	-	7	7	-12,50
PR	4	11	15	2	12	14	-6,67
RJ	-	4	4	-	6	6	50,00
RN	-	3	3	-	11	11	266,67
RO	1	9	10	0	15	15	50,00
RS	4	7	11	2	13	15	36,36
SC	8	1	9	1	11	12	33,33
SP	2	9	11	2	10	12	9,09
TO	1	9	10	2	10	12	20,00
Matriz	23	41	64	21	44	65	1,56
Total	**63**	**225**	**288**	**46**	**291**	**337**	**17,01**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh/Gepes

3) Gastos com Remuneração/Manutenção

Tomando como base os números do Demonstrativo de Resultados - DRE, acumulados até 31/12/08, o valor global despendido diretamente com Pessoal (despesa bruta de pessoal) correspondeu a R$258.233.553,22, mais R$20.323.010,45 (sentenças judiciais, adiantamentos, provisões e outras), o que gerou um total de R$278.556.563,67, representando um aumento de 16,64% em relação ao exercício de 2007.

Tal incremento decorreu principalmente do aumento do número de empregados, em atendimento ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão-MPOG, além de promoção por antiguidade concedida aos admitidos durante o exercício de 2006, nos termos do Art. 25, Capítulo IV – Da Progressão, da Promoção e da Reclassificação – do Regulamento de Pessoal.

Quadro 2.49
Comparativo das Despesas Acumuladas com Pessoal

Discriminação	Total		Variação
	2007	2008	
Outros benefícios assistenciais	386.940,24	411.569,80	6,37
Vencimentos e Vantagens Fixas	160.150.595,10	189.114.896,07	18,09
Obrigação patronais	50.690.405,77	65.051.671,47	28,33
Outras despesas variáveis	2.923.967,23	2.773.107,99	-5,16
Depósitos compulsórios	0,00	377.510,14	-
Sentenças judiciais	0,00	30.407,64	-
Despesas de exercícios anteriores	353.758,93	2.150,99	-99,39
Indenizações e restituições trabalhistas	372.734,42	254.900,43	-31,61
Ressarcimento de despesas de pessoal terceirizado	393.911,08	217.338,69	-44,83
Total-GAP	215.272.312,77	258.233.553,22	19,96
Provisões, créditos e adiantamentos	1.583.604,20	-3.000.300,55	-289,46
Encargos sociais sobre provisões	37.404.473,45	724.125,11	-98,06
Outras despesas variáveis	5.447.500,00	7.262.119,41	33,31
Outras sentenças judiciais	11.711.231,31	15.337.066,48	30,96
Total-Outras Ações	56.146.808,96	20.323.010,45	-63,80
Total Geral	238.811.054,50	278.556.563,67	16,64

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

No acumulado até 31 de dezembro de 2008 a despesa média mensal, por empregado, foi de R$5.472,19, contra R$5.960,14 em igual período do exercício anterior. A variação a menor de 8,19% entre os dois períodos deve-se a contratação de empregados com salários iniciais e ao retorno dos anistiados.

Quadro 2.50
Despesa de Pessoal – Média Mensal

Sureg	2007			2008			Variação (%)
	Folha de Pagamentos(R$)	N.º Empregados	Despesa Média(R $/empregado/mês)	Folha de Pagamentos(R$)	N.º Empregados	Desp. Média(R $/empregado/mês)	
AM	4.448.594,64	69	5.372,70	5.216.154,71	116	3.747,24	-30,25
BA	5.679.230,08	113	4.188,22	7.714.106,90	148	4.343,53	3,71
CE	11.875.600,80	225	4.398,37	13.773.728,45	249	4.609,68	4,80
ES	6.620.242,19	107	5.155,95	7.525.456,38	132	4.750,92	-7,86
GO	18.463.965,99	276	5.574,87	18.950.640,11	349	4.524,99	-18,83
MA	5.802.270,26	122	3.963,30	6.573.699,26	123	4.453,73	12,37
MG	11.203.644,90	146	6.394,77	12.570.795,85	223	4.697,61	-26,54
MS	5.546.154,41	82	5.636,34	6.502.129,02	103	5.260,62	-6,67
MT	6.393.352,84	103	5.172,62	7.505.042,58	131	4.774,20	-7,70
PA	4.745.038,61	66	5.991,21	5.019.002,59	75	5.576,67	-6,92
PB	5.600.937,77	100	4.667,45	7.046.772,30	176	3.336,54	-28,51
PE	13.526.924,19	230	4.901,06	16.631.446,42	346	4.005,65	-18,27
PI	6.518.303,04	152	3.573,63	7.817.996,43	183	3.560,11	-0,38
PR	9.070.031,43	112	6.748,54	10.561.624,57	120	7.334,46	8,68
RJ	9.221.519,96	135	5.692,30	10.944.881,09	197	4.629,81	-18,67
RN	5.383.378,73	88	5.097,90	6.652.052,30	114	4.862,61	-4,62
RO	3.362.380,05	55	5.094,52	4.127.962,33	77	4.467,49	-12,31
RS	7.272.427,30	110	5.509,41	9.213.291,12	126	6.093,45	10,60
SC	3.885.504,50	55	5.887,13	4.627.679,21	58	6.648,96	12,94
SP	6.267.907,98	69	7.569,94	6.208.439,10	80	6.467,12	-14,57
TO	3.822.120,38	47	6.776,81	4.180.230,48	53	6.572,69	-3,01
Matriz	84.101.524,45	877	7.991,40	99.193.432,47	1.063	7.776,22	-2,69
Total	**238.811.054,50**	**3.339**	**5.960,14**	**278.556.563,67**	**4.242**	**5.472,19**	**-8,19**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh/Gefop/Sucon/Gecon/Dre
Média = (Despesa Acumulada/Nº De Empregados)/Nº Meses

2.4.21 - (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.
- **Descrição:** Modernização do setor hortigranjeiro a partir de iniciativas como: desenvolvimento e integração do banco de dados estatísticos dos mercados atacadistas; universalização das informações geradas; modernização dos processos de gestão técnico operacional e administrativo dos mercados e estímulo a agregação de tecnologia.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Supab/Gehor
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Gehor
- **Coordenador Nacional da Ação:** Newton Araújo Silva Júnior
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
  - Desenvolver, implantar e integrar os bancos de dados estatísticos dos mercados hortigranjeiros;
  - Uniformizar as informações e reduzir suas assimetrias;
  - Contribuir para a modernização dos processos de gestão técnica, operacional e administrativo dos mercados hortigranjeiros;
  - Estimular e orientar a agregação de tecnologias às cadeias produtivas, orientadas para as exigências do mercado, dos consumidores e da preservação do meio ambiente;

- Orientar a adequação e a modernização da infra-estrutura física, tecnologica e ambiental dos mercados;
- Orientar a modernização dos serviços de apoio prestados pelos mercados;
- Estimular a interação dos mercados com órgãos responsáveis pelas políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar, órgãos de pesquisa, universidades, organizações não governamentais e outras entidades da sociedade organizada e promover a troca de conhecimentos e experiências;
- Contribuir para a ampliação das funções dos mercados hortigranjeiros tornando-os difusores de políticas públicas de geração de emprego, renda e inclusão social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, desenvolvimento científico e tecnológico, com preservação ambiental.

Resultados

(8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro		
Controle: SIAFI – PTRES 020.872 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8566.0001		
Discriminação	**Metas**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Inicial	**R$ 350.000,00**	**99,31**
Dotação Orçamentária Final	**R$ 80.000,00**	
Execução Orçamentária final	R$ 79.444,81	
Meta Física – unidade organizada	**16**	**131,25**
Execução Física	21	

O mercado de produtos hortigranjeiros, no conjunto dos segmentos econômicos, é de significativa relevância em termos físicos e financeiros. É um dos setores da agricultura com maior tendência de crescimento.

Apesar da sua pujança, de expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – ainda que alguns mercados encontram-se filiados a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento-Abracen.

Por demanda de representações do setor, a Conab iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem para a melhoria dos processos de produção, guarda/conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu a proposta de criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHOR.

Pela Portaria MAPA n.º 171, de 24 de março de 2005, foi instituído, no âmbito da Conab, o PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio, levar tecnologia à produção, estreitar os contatos com as Universidades e ampliar as funções das Centrais de Abastecimento.

A coordenação do Programa pela Conab é exercida em perfeita articulação com os Mercados Atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, da produção à comercialização.

A meta física contida na LOA/2008 previa mercados atacadistas hortigranjeiros modernizados, a partir da implementação de um banco de dados integrado e ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa em 16 mercados, a um custo de R$350.000,00.

Durante o exercício, a dotação orçamentária aprovada na LOA/2008 sofreu dois cancelamentos, ou seja: de R$70.000,00 por meio do Decreto de 10 de novembro, e R$200.000,00 pela Lei n.º 11.873, de 19 de dezembro de 2008, ficando a ação com dotação final de R$80.000,00.

Quadro 2.51
Demonstrativo das Metas Física e Financeira

Sureg	UF	Execução Física			Execução Financeira (R$)		
		Meta Física	Execução Física	(%)	Meta Financeira	Execução Financeira	(%)
AL	AL	-	-	-	-	-	-
AM	AM	-	-	-	-	-	-
	RR	-	-	-	-	-	-
BA	BA	1	1	100,00	-	-	-
	SE	-	-	-	-	-	-
CE	CE	-	-	-	-	-	-
ES	ES	1	1	100,00	-	-	-
GO	GO	1	-	0,00	-	-	-
	DF	-	-	-	-	-	-
MA	MA	-	-	-	-	-	-
MG	MG	8	10	125,00	-	-	-
MS	MS	-	-	-	-	-	-
MT	MT	-	-	-	-	-	-
PA	PA	-	-	-	-	-	-
	AP	-	-	-	-	-	-
PB	PB	-	-	-	-	-	-
PE	PE	-	-	-	-	-	-
PI	PI	-	-	-	-	-	-
PR	PR	1	5	500,00	-	-	-
RJ	RJ	1	1	100,00	-	-	-
RN	RN	-	-	-	-	-	-
RO	RO	-	-	-	-	-	-
	AC	-	-	-	-	-	-
RS	RS	-	-	-	-	-	-
SC	SC	-	-	-	-	-	-
SP	SP	3	3	100,00	-	-	-
TO	TO	-	-	-	-	-	-
Matriz	-	-	-	-	80.000,00	79.444,81	**99,31**
Total		**16**	**21**	**131,25**	**80.000,00**	**79.444,81**	**99,31**

Fonte: Conab/Supab/Gehor e Siafi

O banco de dados foi implementado por meio do Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil-SIMAB, constando dados de preços, quantidades comercializadas e origem dos produtos. Durante o exercício de 2008 foram integradas ao banco de dados um total de 21 Ceasas, representando 131,3% da meta física, quais sejam: Ceasaminas, Ceasas Paraná, Campinas, Espírito Santo, Santo André, Ceagesp, Rio de Janeiro, Patos de Minas, Governador Valadares, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Caratinga, Barbacena, Itajubá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá e Londrina.

Também foram realizadas as seguintes atividades:

- Palestra sobre o Prohort e *Business Intelligence* para representantes das centrais de abastecimento no auditório da Conab, em Brasília, com o objetivo de apresentar os benefícios de utilização desses instrumentos para o setor hortigranjeiro;
- Conclusão do trabalho de consultoria especializada em mercados, apresentado na forma de manuais referentes à adequação e modernização da infraestrutura física, tecnológica e ambiental dos serviços de apoio aos usuários e de ampliação das funções das Ceasas;
- Participação da equipe Prohort no 48.º Congresso Brasileiro de Olericultura em Maringá, com o objetivo de verificar as inovações no setor de olericultura, abrangendo trabalhos científicos e palestras sobre agricultura orgânica, comercialização, alimentos funcionais e pós-colheita;
- Participação da equipe Prohort no X Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas e II Seminário sobre o Sistema Agropecuário de Produção Integrada em Ouro Preto, com o intuito de obter informações sobre certificação e rastreabilidade de produtos agropecuários, baseados na sustentabilidade agropecuária;
- Participação como membro titular em Reuniões Ordinárias da Câmara Setorial de Citricultura, que tem entre os principais assuntos a formulação e execução de políticas específicas para esse setor e acordos entre produtores e a indústria de sucos para a garantia de preços, estimulando a sustentabilidade e o desenvolvimento do setor;
- Participação em Dia de Campo – Agricultura orgânica/hortaliças, com objetivo de verificar novas técnicas de produção orgânica;
- Participação na Reunião da BRASTECE em Belo Horizonte, Goiânia, Fortaleza e Belém para discussão sobre o anteprojeto de lei para instituir o Plano Nacional de Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros-PLANHORT;
- Reformulação do portal Prohort (www.ceasa.gov.br), para atender às necessidades do programa, como disponibilização do BI, novas publicações, novo quadro de preços e informações sobre agroqualidade;
- Visita técnica às Ceasas: Curitiba, Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, Natal, Vitória, Belém, Recife, Caruaru e Brasília, com o objetivo de realizar o diagnóstico referente à situação atual das centrais de abastecimento, com o apoio dos empregados integrantes do Prohort nas Suregs;
- Contratação de consultor técnico para realização de diagnóstico nos mercados atacadistas e apresentação de relatório conclusivo, como uma das ferramentas requeridas para o cumprimento das ações relativas à modernização do setor;
- Foram realizados diagnósticos em 11 mercados atacadistas: Curitiba, Vitória, Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Natal, Fortaleza, Recife, Caruaru, Belém e Distrito Federal;
- Palestra sobre o Prohort no evento FRUTAL 15.º Semana Internacional de Fruticultura, Floricultura e Agroindústria em Fortaleza, com o objetivo de apresentar o Programa aos estudantes e profissionais da área;
- Assinatura de 26 Termos de Cooperação Técnica entre o Prohort, os mercados atacadistas, com a Abracen e com a Brastece, visando á formalização dos direitos e obrigações em cumprimento das diretrizes preconizadas na Portaria n.º 171 e em prol dos anseios do setor hortigranjeiro nacional; e

- Palestras técnicas para os integrantes do Prohort nas Suregs de Minas Gerais, Paraná, Ceará e Rio Grande do Norte, com a intenção de informar sobre as atividades realizadas e em andamento dentro do Projeto Prohort e a preparação dos componentes para a realização do diagnóstico das centrais de abastecimento.

Foram pagas durante o exercício despesas no valor total de R$79.444,81, representando cerca de 99,3% da dotação final. A baixa execução financeira da Ação em relação à meta inicial deve-se, principalmente, a existência de boa infraestrutura em algumas das Ceasas, o que demandou menores custos e propiciou maior agilidade na integração ao Sistema de Informações. As despesas detalhadas por elemento constam do quadro a seguir.

Quadro 2.52
Demonstrativo de Execução da Despesa

Sureg	Elemento de Despesa (R$)			Total
	Diárias	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
Matriz	27.985,50	44.791,01	6.593,30	79.369,81
PE	75,00	-	-	75,00
Total	**28.060,50**	**44.791,01**	**6.593,30**	**79.444,81**

2.4.22 - (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Esta Ação visa operacionalizar a comercialização de produtos agropecuários e do agroextrativismo, em conformidade com as parcerias firmadas, disponibilizando-os para as comunidades demandantes.
- **Descrição:** São executados procedimentos operacionais tais como: contratação de serviços de transportes, classificação, braçagem e acondicionamento, incluindo as despesas administrativas, financeiras e tributárias decorrentes da operação de comercialização da empresa.
  - **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
  - **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab
- **Coordenador nacional da Ação:** João Cláudio Dalla Costa
  - **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
  - **Competência da Supab – Superintendência de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento:**
    - Promover, por intermédio de suas Gerências, as ações referentes aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.

Resultados

(2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos		
Controle: SIAFI – PTRES 001.698 – Programa de Trabalho 20.605.0352.**2133**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária Inicial	**R$ 2.000.000,00**	**-**
Dotação Orçamentária	**R$ 0,00**	-
Execução Orçamentária	R$ 0,00	
Meta Física – Serviços Prestados	**27**	-
Execução Física	-	

A meta física aprovada para 2008 previa que fossem firmadas 27 parcerias com Estados e Municípios, em todo o território nacional. Porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na realização de convênios/contratos com entidades públicas ou privadas.

Em 2008 foi firmado apenas um convênio com a Prefeitura Municipal de Tapejara, no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar. Após a assinatura do convênio, foi celebrado um contrato com a Cooperativa de Produção Agropecuária Terra e Vida Ltda. em que esta se obrigava a entregar os alimentos nos locais indicados e nas condições previstas no projeto de venda.

Dessa forma, não houve necessidade de pagamento de outras despesas, sendo, portanto, solicitado o cancelamento da dotação orçamentária e seu remanejamento para outras Ações do Programa.

2.4.23 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.
- **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da idéia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab/ Gepri

- **Coordenador Nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
  - **Competências da Gepri – Gerência de Programas Institucionais:**
    - Coordenar, orientar e supervisionar as atividades relativas às aquisições de pequenos produtores, com vistas ao suprimento dos Programas Institucionais;
    - Coordenar e supervisionar as atividades relativas à execução dos Programas Institucionais com as demais institucionais envolvidas, orientando as Superintendências Regionais sobre os procedimentos operacionais;
    - Participar da elaboração de contratos, convênios, acordos, editais, avisos e demais instrumentos necessários à execução dos Programas Institucionais;
    - Programar a aquisição e distribuição dos produtos, para cumprimento dos contratos firmados com clientes;
    - Acompanhar os preços dos produtos referentes aos Programas Institucionais;
    - Manter os registros físicos e financeiros necessários ao controle, acompanhamento e à prestação de contas dos convênios e contratos;
    - Coordenar, quando couber, as atividades relativas ao fornecimento de produtos destinados ao atendimento de situações caracterizadas como emergenciais e/ou de calamidade pública.

Resultados

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas		
Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.125.0352.**4710**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 250.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 44.644,83	**17,86**
Meta Física – Unid Organizada	**1.240**	
Execução Física	305 unidades	**24,60**

A meta para o ano de 2008 previa a organização de 1.240 unidades varejistas, tendo sido executadas até o fim do período 305 unidades, representando 24,6% da meta.

Da dotação orçamentária de R$250.000,00 para 2008, foram gastos durante o exercício R$44.644,83, correspondente a 17,86%, referentes a despesas com deslocamento de técnicos da coordenação nacional, visitas técnicas e treinamento.

As ações estão centradas nas bases operacionais de Fortaleza/CE, Recife/PE, Maceió/AL, João Pessoa/PB e Salvador/BA, com a realização de reuniões de capacitação e visitas técnicas, visando a preparação das unidades varejistas filiadas para a formação de Centrais de Negócios.

As principais atividades desenvolvidas durante o exercício foram:

- Articulações com um novo grupo de unidades varejistas da região metropolitana de João Pessoa/PB, com a perspectiva de uma nova Central de Negócios;
- Início do processo de incubação da Central de Negócios na cidade de Salvador/BA, com a definição da Comissão Coordenadora provisória e realização de reuniões preparatórias, objetivando a disseminação do associativismo e estruturação administrativa;

- Venda de produtos originários da aquisição da agricultura familiar a varejistas filiados nas cidades de Recife/PE e Maceió/AL;
- Visita e cadastramento de Unidades Varejistas na Região Metropolitana de Fortaleza/CE para apresentação dos propósitos da REFAP;
- Realização de diagnósticos técnico-operacional de unidades varejistas filiadas, visando melhorar proposta de adequação de suas estruturas físicas e procedimentos comerciais, e dos trabalhos de organização e melhoria das lojas selecionadas em Salvador/BA.

Quadro 2.53
Demonstrativo de Execução da Despesa

Sureg	Elemento de Despesa (R$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
BA	225,00	257,09	-	-	482,09
PB	2.115,00	324,68	-	1.650,00	4.089,68
PE	1.515,00	178,31	700,00	-	2.393,31
Matriz	14.400,00	195,05	23.084,70	-	37.679,75
Total	**18.255,00**	**955,13**	**23.784,70**	**1.650,00**	**44.644,83**

Fonte: SIAFI

2.4.24 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf/Geasa
- **Coordenador Nacional da Ação:** Eledon Pereira de Oliveira
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
  - **Competência da Geasa – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras:**
    - Realizar o levantamento de campo e avaliar a safra agrícola, de acordo com o cronograma previamente definido, disponibilizando as informações pertinentes;
    - Manter atualizadas as metodologias de levantamento e avaliação de safras dos produtos de interesse da Companhia;

- Participar, com a área de Gestão da Oferta, da elaboração de estimativas do quadro de suprimento dos produtos de origem agropecuária, de interesse da Companhia;
- Realizar análises e estudos específicos, a partir das informações geradas pelas pesquisas de safra;
- Proceder ao levantamento sistemático de informações sobre o comportamento das safras dos países do Mercosul e o acompanhamento das safras de outros países, de interesse da Companhia;
- Implantar e operar os sistemas de informações obtidas por meio de geoprocessamento.

Resultados

4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras		
Controle: SIAFI – PTRES 001.699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.**4711**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução(%)**
Dotação Orçamentária Inicial	**R$ 1.000.000,00**	**-**
Dotação Orçamentária Final	**R$ 860.000,00**	69,36
Execução Orçamentária	R$ 596.496,81	
Meta Física (pesquisa realizada)	**12**	100,00
Execução Física	12	

Os levantamentos são realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Nesse processo, as duas instituições têm somado recursos e esforços, objetivando assegurar as mais acuradas e fidedignas informações de acompanhamento de safra ao alcance do estado brasileiro, coordenando progressivamente métodos, fontes, período de apuração, datas e horários de divulgação. Para tanto, conta-se com a permanente contribuição dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e demais instituições geradoras de informações agrícolas.

A unificação das estimativas de produção era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva, e os dados do IBGE atendiam a fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra, a segunda o ano civil, o que causava pequenas diferenças entre os resultados. Com a unificação dos trabalhos, o calendário dos levantamentos e da divulgação das pesquisas não mudaram, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometereológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física aprovada na LOA/2008 previa a realização de 12 pesquisas, sendo seis de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras, e as outras seis mediante levantamentos complementares para a atualização

dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc. A seguir, o cronograma com a programação de viagens para o exercício de 2008.

Quadro 2.54
Calendário de Viagens – 2008

Sureg	Meses												Execução	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Meta	Realizada
AM	-	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	-	2	2
AL	-	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	-	2	2
BA	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	-	-	5	5
SE	-	-	-	-	x	-	x	-	x	-	-	-	3	3
CE	-	-	x	-	x	-	x	-	-	-	-	-	3	3
ES	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	x	-	2	2
GO	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	6	6
MA	x	-	x	-	x	-	x	-	-	-	x	-	5	5
MG	-	x	-	-	x	-	x	-	-	-	x	-	4	4
MS	x	-	x	-	x	-	x	x	x	-	x	-	6	7
MT	x	x	-	x	-	-	x	-	x	-	x	-	6	6
PA	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	1	1
PB	-	-	x	-	x	-	x	-	-	-	-	-	3	3
PE	-	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	-	2	2
PI	x	-	x	-	x	-	x	-	-	-	x	-	5	5
PR	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	6	6
RJ	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	2	2
RN	-	-	x	-	x	-	x	-	-	-	-	-	3	3
RO	x	-	x	-	x	-	x	-	-	-	-	-	4	4
RS	x	-	x	x	x	-	x	-	x	-	x	-	6	7
SC	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	6	6
SP	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	6	6
TO	x	-	x	-	x	-	x	-	-	-	x	-	5	5

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

O último levantamento do ano-safra 2007/08 (12.º da safra 2007/08 e 9.º do exercício de 2008), foi realizado durante o mês de setembro, quando empregados da Conab visitaram municípios produtores do País, e entrevistaram produtores rurais, agrônomos e técnicos de Cooperativas, Secretarias de Agricultura, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (oficiais e privados) e Agentes Financeiros.

A área cultivada com algodão, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale totalizou 47.421,1 mil hectares, superior à plantada na safra 2006/07 em 2,6%, ou seja, houve a incorporação de mais 1.208,5 mil hectares.

A safra nacional de grãos foi de 144.113,7 mil toneladas, superior à colhida na safra anterior em 9,4% (12.363,1 mil toneladas). Destacaram-se o milho, com aumento de 7.294,6 mil toneladas; o trigo, com 1.848,0 mil toneladas, e a soja, 1.625,6 mil toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.55
Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2006/07 e 2007/08

Produto	Área Em 1000ha				Produção Em mil t			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2006/07 (a)	2007/08 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2006/07 (a)	2007/08 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	1.096,8	1.077,4	-1,8	-19,4	2.383,6	2.504,7	5,1	121,1
Amendoim total	**102,6**	**115,2**	**12,3**	**12,6**	**225,7**	**303,1**	**34,3**	**77,4**
Amendoim 1ª safra	75,5	88,2	16,8	12,7	182,0	256,2	40,8	74,2
Amendoim 2ª safra	27,1	27,0	-0,4	-0,1	43,7	46,9	7,3	3,2
Arroz	2.967,4	2.874,9	-3,1	-92,5	11.315,9	12.059,6	6,6	743,7
Aveia	321,4	106,1	-67,0	-215,3	378,0	221,8	-41,3	-156,2
Centeio	4,3	3,7	-14,0	-0,6	5,9	5,0	-15,3	-0,9
Cevada	90,0	98,3	9,2	8,3	205,8	263,7	28,1	57,9
Feijão total	**4.087,8**	**3.993,3**	**-2,3**	**-94,5**	**3.339,8**	**3.521,8**	**5,4**	**182,0**
Feijão 1ª safra	1.559,6	1.313,4	-15,8	-246,2	1.568,0	1.243,3	-20,7	-324,7
Feijão 2ª safra	1.703,9	1.866,9	9,6	163,0	996,6	1.446,2	45,1	449,6
Feijão 3ª safra	824,3	813,0	-1,4	-11,3	775,2	832,3	7,4	57,1
Girassol	75,4	113,9	51,1	38,5	106,1	149,3	40,7	43,2
Mamona	155,6	162,7	4,6	7,1	93,7	123,4	31,7	29,7
Milho total	**14.054,9**	**14.775,8**	**5,1**	**720,9**	**51.369,7**	**58.664,3**	**14,2**	**7.294,6**
Milho 1ª safra	9.493,9	9.645,7	1,6	151,8	36.596,7	39.976,2	9,2	3.379,5
Milho 2ª safra	4.561,0	5.130,1	12,5	569,1	14.773,0	18.688,1	26,5	3.915,1
Soja	20.686,8	21.313,1	3,0	626,3	58.391,8	60.017,4	2,8	1.625,6
Sorgo	704,4	843,5	19,7	139,1	1.497,1	1.986,0	32,7	488,9
Trigo	1.757,5	1.848,8	5,2	91,3	2.233,7	4.081,7	82,7	1.848,0
Triticale	107,7	94,4	-12,3	-13,3	203,8	211,9	4,0	8,1
Brasil	**46.212,6**	**47.421,1**	**2,6**	**1.208,5**	**131.750,6**	**144.113,7**	**9,4**	**12.363,1**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

A seguir, breves comentários sobre o volume produzido para os principais produtos:

- A área cultivada com algodão na safra 2007/08 foi de 1.096,8 mil ha, inferior à safra anterior em 1,8% (19,4 mil hectares). Esta redução deve-se, principalmente, à diminuição da área plantada na Região Centro-Sul, onde o algodão vem sendo substituído por outras culturas menos exigentes em investimentos, basicamente pelos pequenos produtores e mais notadamente nos estados do Paraná e São Paulo. Os bons índices pluviométricos ocorridos durante todo o ciclo da cultura, e a alta tecnologia aplicada, foram os fatores preponderantes para o aumento de 7% na produtividade e, em consequência, para o aumento de 5,1% no volume produzido.
- A produção nacional de arroz na safra 2007/08 foi de 12.059,6 mil toneladas, superior em 6,6% à colhida na safra anterior. O incremento na produção foi motivado, basicamente, pelo aumento da área plantada no Estado do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, que cresceu 11,8% em função da retomada das áreas que deixaram de ser plantadas na safra 2006/07, aliado ao aumento de 2,06% na produtividade decorrente das boas condições pluviométricas ocorridas nos meses que precederam a semeadura, propiciando a normalidade do volume de água das barragens e mananciais.
- A redução na área plantada, motivada pelos baixos preços praticados na safra anterior e pela redução da produtividade, decorrente das baixas precipitações pluviométricas, seguidas de estiagens prolongadas e baixas temperaturas ocorridas no início da cultura nos principais estados produtores, foram as causas apontadas pela redução no volume produzido do feijão 1.ª safra. Nas 2.ª e 3.ª safras os preços de mercado apresentaram boa recuperação e as condições

climáticas foram favoráveis; em consequência observou-se aumento da área cultivada e da produtividade, resultando em um incremento de 5,4% na produção total de feijão.

- A produção nacional de milho foi de 58.664,3 mil toneladas, superior à safra anterior em 14,2%. As condições climáticas favoráveis durante todo o ciclo da cultura; a maior utilização de tecnologias e de sementes selecionadas; o melhor nível de adubação; os preços atrativos, nos mercados interno e externo; o consumo interno aquecido e crescentes volumes exportados foram os motivos apontados para o aumento da área cultivada e da produtividade.
- A produção de soja teve incremento de 2,8%, passando de 58.391,8 para 60.017,4 mil toneladas. Referido incremento deve-se ao aumento de 3% na área plantada, motivado pelos bons preços do produto e pela expectativa futura de mercado à época do plantio, aliados às boas condições climáticas ocorridas durante todo o ciclo da lavoura e pelo alto nível tecnológico utilizado, principalmente no combate às pragas e às doenças como a ferrugem asiática, que nesta safra foi de menor intensidade graças ao vazio sanitário realizado em vários estados (proibição do cultivo da soja no período da entressafra, junho a setembro) e ao maior controle preventivo de outras doenças fúngicas. A exceção foi registrada na Região Sul que foi castigada pelo La Niña, com redução na produtividade média e na produção.
- A produção nacional de trigo foi de 4.081,7 mil toneladas, superior à colhida na safra passada em 82,7%, em conseqüência do incremento na área plantada, motivado, basicamente, pelas altas cotações internacionais, pelos preços recebidos pelos produtores - superiores aos custos de produção - e pela elevação do preço mínimo de garantia do governo.

A partir do início do ano-safra 2008/09, no mês de outubro, a Conab passou a realizar levantamentos sobre a intenção de plantio da safra de grãos 2008/09 e o acompanhamento da safra de inverno de 2009.

As estimativas foram desenvolvidas dentro dos seguintes critérios:

- Safra de verão 2008/09 – para as culturas de algodão, amendoim 1ª safra, arroz, feijão 1ª safra, milho 1ª safra e soja, nos Estados da Região Centro-Sul, foram utilizados os dados da pesquisa. Nos estados onde não foi efetuada a pesquisa, em razão do calendário agrícola, foram mantidos os dados de área da safra anterior. Para a estimativa da produtividade, foram utilizadas as médias dos últimos cinco anos, descartando-se os anos atípicos e agregando-se o ganho tecnológico. Dependendo do Estado e da cultura, em função do crescente nível tecnológico, foi considerada a média dos dois últimos anos.
- Culturas de inverno – para o trigo, o triticale, a aveia, o centeio e a cevada, foram utilizados os dados da pesquisa de campo.
- Safra da Região Norte/Nordeste – Para as 2ª e 3ª safras de verão, mamona, sorgo e girassol, foram consideradas as áreas da safra anterior e a média da produtividade dos últimos cinco anos, descartando-se os anos atípicos e agregando-se o ganho tecnológico.

Os levantamentos de plantio, realizados pela Conab, visam, especificamente, detectar as possíveis variações que possam ocorrer na área a ser cultivada com as principais culturas no país, além de estimar a produção da safra e suas implicações para a política de abastecimento.

No global, a pesquisa indica um crescimento de 0,2% na área de plantio, passando de 47.421,1 para 47.493,3 mil hectares, o que representa um adicional de 72,2 mil hectares. Para este resultado, associaram-se as perspectivas negativas de mercado, como as baixas cotações no mercado interno e externo, o crédito escasso e as adversidades climáticas (atraso do início da estação chuvosa, sobretudo para as culturas de soja, do algodão e do milho).

Diante dos fatores adversos citados, as cinco principais culturas (algodão, arroz, feijão 1.º safra, milho 1.ª safra e soja), com os plantios concentrados entre os meses de setembro e dezembro, apenas a do feijão apresentou crescimento na área de plantio, conforme detalhado no Quadro 2.56.

A produção estimada é de 137,033,8 milhões de toneladas, 4,9% inferior à obtida na safra 2007/08, quando atingiu 144.113,7 milhões de toneladas.

A maior redução foi observada no milho 1.º safra (5,1 milhões de toneladas), seguida pela soja (2,3 milhões de toneladas).

Tal produção está condicionada às condições climáticas durante o ciclo das culturas e à confirmação da intenção dos produtores, já que estes estão passando por uma fase restritiva de crédito, aliada ao elevado custo de produção.

Quadro 2.56
Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2007/08 e 2008/09

Produto	Área Em 1000ha				Produção Em mil t			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2007/08 (b)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2007/08 (b)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	1.077,4	854,5	-20,7	-222,9	2.504,7	1.975,0	-21,1	-529,7
Amendoim total	**115,2**	**110,2**	**-4,3**	**-5,0**	**303,1**	**283,2**	**-6,6**	**-19,9**
Amendoim 1ª safra	88,2	83,2	-5,7	-5,0	256,2	237,1	-7,5	-19,1
Amendoim 2ª safra	27,0	27,0	0,0	0,0	46,9	46,1	-1,7	-0,8
Arroz	2.874,9	2.874,9	0,0	0,0	12.059,6	12.177,1	1,0	117,5
Aveia	106,1	108,4	2,2	2,3	221,8	239,5	8,0	17,7
Centeio	3,7	4,0	8,1	0,3	5,0	5,2	4,0	0,2
Cevada	98,3	74,3	-24,4	-24,0	263,7	234,5	-11,1	-29,2
Feijão total	**3.993,3**	**4.124,6**	**3,3**	**131,3**	**3.521,8**	**3.592,4**	**2,0**	**70,6**
Feijão 1ª safra	1.313,4	1.444,7	10,0	131,3	1.243,3	1.388,9	11,7	145,6
Feijão 2ª safra	1.866,9	1.866,9	0,0	0,0	1.446,2	1.413,5	-2,3	-32,7
Feijão 3ª safra	813,0	813,0	0,0	0,0	832,3	790,0	-5,1	-42,3
Girassol	113,9	119,2	4,7	5,3	149,3	170,9	14,5	21,6
Mamona	162,7	163,9	0,7	1,2	123,4	130,9	6,1	7,5
Milho total	**14.775,8**	**14.434,1**	**-2,3**	**-341,7**	**58.664,3**	**52.282,3**	**-10,9**	**-6.382,0**
Milho 1ª safra	9.645,7	9.304,0	-3,5	-341,7	39.976,2	34.861,4	-12,8	-5.114,8
Milho 2ª safra	5.130,1	5.130,1	0,0	0,0	18.688,1	17.420,9	-6,8	-1.267,2
Soja	21.313,1	21.249,1	-0,3	-64,0	60.017,4	57.759,1	-3,8	-2.258,3
Sorgo	843,5	878,1	4,1	34,6	1.986,0	1.967,1	-1,0	-18,9
Trigo	1.848,8	2.424,1	31,1	575,3	4.081,7	6.030,8	47,8	1.949,1
Triticale	94,4	73,9	-21,7	-20,5	211,9	185,8	-12,3	-26,1
Brasil	**47.421,1**	**47.493,3**	**0,2**	**72,2**	**144.113,7**	**137.033,8**	**-4,9**	**-7.079,9**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

As estimativas de oferta e demanda para os principais produtos apontam situação de conforto para consumidores finais e indústrias, conforme descrito a seguir:

- algodão – na safa 2007/08, o Brasil colheu 1.602,2 mil toneladas de algodão em pluma, recorde absoluto. A soma das exportações também serão recordes no encerramento do exercício, devendo ficar em torno de 520,0 mil toneladas. Neste contexto, o consumo estimado é de 1.050,0 mi toneladas com os estoques de

passagem devendo totalizar cerca de 459,5 mil toneladas, o que dará tranquilidade ao setor têxtil para operar no período de entressafra.

- Arroz – o estoque inicial é de 1,1 milhão de toneladas, inferior em 46,5% ao do exercício anterior (2,0 milhões de toneladas), redução parcialmente compensada pelo aumento da produção e das importações, resultando, mesmo assim, no menor suprimento interno da história, estimado em 14,3 milhões de toneladas. Estima-se pequeno incremento no consumo interno e redução das quantidades exportadas. O estoque no fim do exercício foi estimado em 0,9 milhão de toneladas, podendo acarretar pressões autistas sobre as cotações internas no próximo exercício.
- Feijão - apesar do aumento estimado em 71,3 mil toneladas, a produção ainda é menor que o consumo aparente em 57,6 mil toneladas. Com a estimativa da manutenção do consumo interno no patamar de 3,6 milhões de toneladas e das exportações em 2,0 mil toneladas, do aumento da produção e da redução nas importações, da ordem de 60,0 mil toneladas, foi previsto aumento de 36,6% no estoque final.
- Milho – apesar da expectativa de queda na produção, ainda assim mantém-se o patamar de mais de 50 milhões de toneladas. Some-se um estoque de passagem de mais de 11 milhões de toneladas e tem-se o maior suprimento de milho da história, isto é, cerca 64,5 milhões de toneladas. Espera-se que o consumo interno aumente, chegando a 46,7 milhões de toneladas e aumento das exportações, (provocadas pela recuperação da cotação do dólar frente ao real, preços baixos no mercado interno, baixa cotação internacional e baixa nos preços do petróleo com consequente redução no valor do frete), o que resultaria em um estoque de passagem no fim do exercício de aproximadamente 9,7 milhões de toneladas, o segundo maior de toda a série histórica.
- Trigo – Com a reavaliação dos resultados da safra 2007/08 e a nova estimativa para a safra 2008/09, cujo encerramento se dará no mês de fevereiro de 2009, a situação ente a oferta e demanda nacional sofreu alterações. A necessidade de importação foi reduzida para 5,3 milhões de toneladas, ainda assim a estimativa de suprimento interno é a maior da história. Estima-se aumento do consumo interno em função da redução nos preços, interno e externo, e redução nas exportações em função da grande disponibilidade de trigo no mundo. O estoque de passagem deverá se situar no patamar de 1,6 milhão de toneladas.

O Quadro 2.57 detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2008 e uma estimativa para 2009.

Quadro 2.57
Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão em pluma	2006/07	190,7	1.524,0	96,8	1.811,5	1.009,8	419,4	382,3
	2007/08	382,3	1.602,2	45,0	2.029,5	1.050,0	520,0	459,5
	2008/09	459,5	1.264,8	45,0	1.769,3	1.080,0	450,0	239,3
Arroz em casca	2006/07	2.879,2	11.315,9	1.069,6	15.264,7	12.929,0	313,1	2.022,6
	2007/08	2.022,6	12.059,6	500,0	14.582,2	12.800,0	700,0	1.082,2
	2008/09	1.082,2	12.177,1	1.000,0	14.259,3	12.900,0	400,0	959,3
Feijão	2006/07	176,2	3.339,7	96,0	3.611,9	3.500,0	30,5	81,4
	2007/08	81,4	3.521,1	160,0	3.762,5	3.650,0	2,0	110,5
	2008/09	110,5	3.592,4	100,0	3.802,9	3.650,0	2,0	150,9
Milho	2006/07	3.268,3	51.369,9	1.095,5	55.733,7	41.500,0	10.933,5	3.300,2
	2007/08	3.300,2	58.664,4	808,0	62.772,6	44.500,0	6.400,0	11.872,6
	2008/09	11.872,6	52.282,5	300,0	64.455,1	46.725,0	8.000,0	9.730,1
Soja em grãos	2006/07	2.469,7	58.391,8	97,9	60.959,4	33.550,0	23.733,8	3.675,6
	2007/08	3.675,6	60.017,4	100,0	63.793,0	34.950,0	24.500,0	4.343,0
	2008/09	4.343,0	57.759,1	100,0	62.202,1	34.950,0	25.000,0	2.252,1
Trigo	2006/07	1.992,9	2.233,7	7.809,9	12.036,5	10.260,7	22,1	1.753,7
	2007/08	1.753,7	4.081,7	6.893,1	12.728,5	10.427,1	750,6	1.550,8
	2008/09	1.550,8	6.030,8	5.346,2	12.927,8	10.858,5	454,5	1.614,8

Fonte:Conab/Digem/Suinf/Geasa

A dotação orçamentária aprovada na LOA/2008 para a Ação foi de R$1.000.000,00 milhão, tendo sido cancelado R$140.000,00 e a despesa total foi de R$596.496,81, representando cerca de 69,36% da dotação final. Destacam-se as despesas com Diárias e com Passagens e Despesas com Locomoção que, juntas, representaram 81,06% da despesa total, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 2.58
Demonstrativo de Execução da Despesa

Sureg	Elemento de Despesa (R$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros_Pes. Jurídica	
AM	2.352,50	-	1.102,51	-	3.455,01
BA	16.275,00	8.486,78	5.228,34	25,80	30.015,92
CE	5.775,00	2.438,07	958,35	-	9.171,42
GO	40.105,00	10.223,14	16.394,59	-	66.722,73
MA	7.625,00	4.780,90	4.839,20	-	17.245,10
MG	20.010,00	7.295,20	5.134,39	107,00	32.546,59
MS	17.910,00	6.621,99	9.503,33	-	34.035,32
MT	10.650,00	4.881,04	12.700,92	-	28.231,96
PA	3.480,00	734,81	3.517,40	-	7.732,21
PB	4.725,00	1.851,34	1.303,60	-	7.879,94
PE	6.555,00	1.593,81	-	-	8.148,81
PI	13.605,00	6.667,54	9.176,55	61,00	29.510,09
PR	17.445,00	7.025,61	17.374,35	7,00	41.851,96
RJ	3.585,00	1.517,24	16,14	109,70	5.228,08
RN	2.295,00	731,38	-	-	3.026,38
RO	5.715,00	1.787,36	1.125,00	-	8.627,36
RS	9.045,00	3.781,59	10.270,15	91,00	23.187,74
SC	14.865,00	7.672,07	9.908,96	8,00	32.454,03
SP	14.520,00	3.656,50	16.249,00	127,29	34.552,79
TO	7.470,00	4.496,73	40,00	236,00	12.242,73
Matriz	59.327,50	14.246,43	75.317,01	11.739,70	160.630,64
Total	**283.335,00**	**100.489,53**	**200.159,79**	**12.512,49**	**596.496,81**

Fonte: Siafi

2.4.25 - (4641) Publicidade de Utilidade Pública

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmentos da população para adotar comportamentos que lhes tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
- **Descrição:** Por meio dessa Ação a Conab coordena, supervisiona e classifica as informações de interesse do Governo a serem veiculadas, bem como a contratação de institutos de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Presi/ Copri
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**: Copri/Gepin
- **Coordenador Nacional da Ação:** Natassja Ferreira Tolentino
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
  - **Competências da Gepin – Gerência de Promoção Institucional:**
    - Coordenar a participação da Companhia em feiras, seminários, congressos e outros eventos similares relacionados à sua área de atuação;
    - Desenvolver, regulamentar, coordenar e avaliar ações que assegurem o uso correto e padronizado da marca e dos demais elementos de identidade visual da Companhia;
    - Executar as atividades de elaboração, alimentação, produção e manutenção das informações das páginas de internet e intranet;

- Promover e/ou acompanhar pesquisas de opinião relativas aos serviços prestados pela Companhia, em interface com outras áreas;
- Elaborar e editar material gráfico, e produzir material audiovisual de divulgação da Companhia;
- Executar, em parceria com outras áreas afins, as ações de caráter social, educativo, informativo e integrativo, objetivando maior interação da Conab com seus públicos interno e externo;
- Negociar parcerias para ações promocionais da Companhia.

Resultados

(4641) Publicidade de Utilidade Pública		
Controle: SIAFI – PTRES 1695 **–** de Trabalho 20.131.0352.**4641**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária Inicial	R$ 200.000,00	-
Dotação Orçamentária Final	**R$ 0,00**	-
Execução Orçamentária	R$ 0,00	
Meta Física	**-**	-
Execução Física	-	

Foi aprovada para o ano de 2008, dotação orçamentária de R$200.000,00. A Conab solicitou o cancelamento desta Ação uma vez que a atividade de Comunicação realizada pela Companhia não está compatível com o descritor da Ação. A dotação orçamentária foi remanejada para a Ação Gestão e Administração do Programa.

2.4.26 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Gecad – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns:** Mencionado no item 2.4.7

Resultados

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns		
Controle: SIAFI – PTRES 001.689 – Programa de Trabalho 20.122.0352.**2829**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária Inicial	**R$ 9.450.000,00**	
Dotação Orçamentária Final	**R$ 8.650.000,00**	
a) Despesa Corrente	R$ 2.800.000,00	
b) Despesa de Capital	R$ 5.850.000,00	
Execução Orçamentária	**R$ 7.983.358,02**	**92,29**
a) Despesa Corrente	R$ 2.619.248,45	93,54
b) Despesa de Capital	R$ 5.364.109,57	91,69
Meta Física – Unidade recuperada/modernizada	**80**	91,25
Execução Física	73	

A dotação aprovada na LOA/2007 para esta Ação foi de R$9.450.000,00 milhões sendo R$3.600.00,00 para despesas correntes e R$5.850.000,00 para despesas de capital (investimento), contemplando 80 unidades armazenadoras. Durante o exercício houve cancelamento de R$800.000,00 das despesas correntes.

A Rede Armazenadora Própria da Conab é constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro 2.59
Rede Armazenadora Própria, por UF e Modalidade de Armazenagem

UF	Quantidade		Capacidade (t)			Total
	Armazém	Unidade	Convencional	Granel	Frigorífica	
AC	1	1	600	-	-	600
AL	1	1	2.800	-	-	2.800
AM	2	1	4.800	-	-	4.800
BA	11	6	38.030	-	-	38.030
CE	10	7	53.400	-	-	53.400
DF	5	1	37.800	25.800	-	63.600
ES	3	2	86.000	-	-	86.000
GO	14	9	45.200	145.000	-	190.200
MA	13	4	15.000	66.400	-	81.400
MG	17	11	137.300	141.600	2.400	281.300
MS	16	8	14.700	169.700	-	184.400
MT	23	6	24.100	180.100	-	204.200
PA	5	3	25.000	-	-	25.000
PB	2	2	15.900	-	-	15.900
PE	4	2	28.400	-	-	28.400
PI	6	4	23.900	-	-	23.900
PR	12	5	107.800	445.800	5.000	558.600
RJ	2	1	26.800	-	-	26.800
RN	5	5	23.700	-	-	23.700
RO	5	3	20.000	-	-	20.000
RR	4	1	8.700	-	-	8.700
RS	4	3	13.300	-	14.400	27.700
SC	4	2	6.600	5.000	-	11.600
SE	1	1	3.200	-	-	3.200
SP	6	5	167.300	-	-	167.300
TO	3	2	5.200	28.000	-	33.200
Total	**179**	**96**	**935.530**	**1.207.400**	**21.800**	**2.164.730**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

O quadro a seguir detalha as unidades beneficiadas e os valores aplicados.

Quadro 2.60
Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Sureg	UF	Unidade	Grupo de Despesa(R$)		Total	Sureg	UF	Unidade	Grupo de Despesa(R$)		
			Corrente	Capital					Corrente	Capital	
AM	AM	Manaus	-	26.885,07	26.885,07	MS	MS	Campo Grande	30.420,00	-	30.420,00
	RR	Boa Vista	-	45.594,01	45.594,01			Dourados	31.149,00	-	31.149,00
BA	BA	Sede/Sureg	-	207.000,00	207.000,00			Maracaju	2.385,60	-	2.385,60
		Itaberaba	8.329,00	7.344,16	15.673,16			Rio Brilhante	3.953,40	-	3.953,40
		Irece	20.686,00	-	20.686,00			Sidrolândia	3.649,00	-	3.649,00
		Entre Rios	41845	11691,4	53.536,40			Chapadão do Sul	67.211,28	-	67.211,28
		Ribeira do Pombal	14280	-	14.280,00	MT	MT	Sede/Sureg	3.564,90	80.121,25	83.686,15
	SE	Itabaiana	52.219,00	8.297,88	60.516,88			Diamantino	15.283,00	8.601,40	23.884,40
CE	CE	Russas	7.546,96	-	7.546,96			Rondonópolis	27.232,30	-	27.232,30
		Iguatu	8.200,00	-	8.200,00			Sinop	4.500,00	1.294,00	5.794,00
		Senador Pompeu	8.200,00	-	8.200,00			Sorriso(*)	-	-	0,00
		Crateús	8.200,00	-	8.200,00	PA	PA	Ananindeua	1.500,00	64.121,00	65.621,00
ES	ES	Colatina	69.351,47	21.386,00	90.737,47			Marabá	-	950,00	950,00
		Camburi	48.567,23	100.738,00	149.305,23	PE	AL	Maceió	28.076,33	207.000,00	235.076,33
GO	DF	Brasília	60.956,15	182.146,35	243.102,50		PE	Sede/Sureg	-	211.300,00	211.300,00
	GO	Sede/Sureg	-	207.000,00	207.000,00	PI	PI	Picos	7.533,00	-	7.533,00
		Palmeiras de Goiás	1.316,23	-	1.316,23			Floriano	3.972,00	-	3.972,00
		Paraúna	1.474,14	-	1.474,14			Sede/Sureg		212.149,00	212.149,00
		Pontalina	21.124,98	-	21.124,98			Parnaíba	29.746,54	-	29.746,54
		Rio Verde	41.337,42	-	41.337,42			Teresina(*)	-	-	0,00
		São Luís dos Montes Belos	1.146,50	-	1.146,50	PR	PR	Cambé	128.295,17	24.944,10	153.239,27
								Ponta Grossa	326.198,80	514.845,01	841.043,81
		Santa Helena de Goiás	1.096,23	-	1.096,23			Rolândia	13.411,00	36.080,00	49.491,00
		Itapuranga	40.606,25	-	40.606,25			AF-Curitiba	98.707,83	354.952,04	453.659,87
						RJ	RJ	Lira Tavares	16.071,00	207.000,00	223.071,00
		Porteirão	26.772,88	-	26.772,88	RN	RN	Sede/Sureg(***)	-	323.872,25	323.872,25
		Goiânia	6.000,00	652,00	6.652,00			Currais Novos	28.673,54	12.906,50	41.580,04
MA	MA	Sede/Sureg		236.965,60	236.965,60			Natal(*)	-	-	0,00
		Itaqui	3.701,67	-	3.701,67			Natal-Caiapós	28.273,97	-	28.273,97
		Imperatriz	-	108.512,11	108.512,11			Mossoró(*)			0,00
		São Luís	172.607,46	277.189,22	449.796,68			Assu(*)	-	-	0,00
MG	MG	Sede/Sureg	-	207.000,00	207.000,00	RO	RO	Cacoal	35.908,86	20.876,85	56.785,71
		Uberaba	60.261,06	217.976,99	278.238,05			Porto Velho	5.908,00	-	5.908,00
		Uberlândia	20.066,00	357.608,60	377.674,60			Vilhena	2.940,00	9.113,99	12.053,99
		Passa Quatro	14.850,00	18.747,16	33.597,16			Sede/Sureg(****)	25.386,83	-	25.386,83
		Conceição do Rio Verde	29.892,00	-	29.892,00	RS	RS	Sede/Sureg	-	142.965,00	142.965,00
		Juiz de Fora	-	1.810,00	1.810,00			AF-Augusto Álvaro Leitão	100.164,92	177.633,53	277.798,45
		Varginha	-	229,10	229,10			AF-Porto Alegre	93.656,18	-	93.656,18
		Perdões	5.163,65	910,00	6.073,65			Porto Alegre	4.090,00	96.358,25	100.448,25
		Campos Altos	-	910,00	910,00	SC	SC	Herval D'Oeste	9.944,79	43.225,30	53.170,09
		Montes Claros	13.155,78	253.103,79	266.259,57			São José	41.806,01	-	41.806,01
						SP	SP	Bauru	-	80121,25	80.121,25
								Garça	10.000,00	13.200,00	23.200,00
								Bernardino de Campos	2.000,00	-	2.000,00
						TO	TO	Rio Formoso	575.682,14	17.781,41	593.463,55
						Matriz	DF	Matriz	3.000,00	3.000,00	6.000,00
Total									**2.619.248,45**	**5.364.109,57**	7.983.358,02

Fonte: Siafi
(*) Valores pagos na Sede da Sureg

2.4.27 - (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Possibilitar o acompanhamento e controle dos estoques privados armazenados e avaliar as condições técnico-operacionais do seu armazenamento, com vistas a apurar e registrar os problemas decorrentes das práticas e comportamentos adotados, orientar sobre os procedimentos mais adequados para conservação, maior segurança e manutenção da integridade dos produtos depositados e aumentar a transparência, a responsabilidade, a eficiência e a credibilidade do segmento armazenador.
- **Descrição:** O trabalho consta de inspeção e verificação da existência de estoques e das condições de armazenagem e da documentação pertinente, de acordo com os critérios, as normas e os procedimentos fixados pelo MAPA. As operações serão executadas obedecendo a programação prévia ou em ações específicas para a apuração de denúncias, sendo as informações registradas em Termo de Vistoria que servirão para alimentação e gestão do Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras, orientações de política para o setor ou aplicação das penalidades previstas na legislação, quando for o caso.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufis/Gevep
- **Coordenador Nacional da Ação:** Márcio Augusto da Silva Júnior
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
- **Competências da Gevep – Gerência de Vistoria dos Estoques Privados:**
  - Elaborar a programação anual de vistoria dos estoques privados, consoante a orientação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
  - Coordenar a execução das etapas de vistorias, nas Superintendências Regionais, consoante os cronogramas estabelecidos;
  - Vistoriar os estoques, avaliando as condições de armazenamento dos produtos e analisar a documentação pertinente;
  - Repassar à área de Informações de Estoques Privados os resultados obtidos em cada etapa das vistorias realizadas;
  - Enviar, à Delegacia Regional da Agricultura que jurisdicionar o armazém vistoriado, o respectivo Termo de Vistoria/Notificação, com vistas à adoção das medidas preventivas e/ou corretivas indicadas.

Resultados

(4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento		
Controle: SIAFI – PTRES 001.691 – Programa de Trabalho 20.125.0352.**4706**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Inicial	**R$ 120.000,00**	
Dotação Orçamentária	**R$ 0,00**	
Execução Orçamentária	**R$ 0,00**	-
Meta Física – Estoque vistoriado (Em t)	**200.000**	
Execução Física	0	-

Esta Ação foi criada com base no Art. 19, Capítulo VII do Decreto 3.855, de 03 de julho de 2001, que regulamenta a Lei 9.973, de 29 de maio de 2000 (Lei de Armazenagem), que outorga ao MAPA, entre outras atividades, a responsabilidade pela vistoria dos estoques e das condições de armazenamento dos produtos agropecuários.

A meta física para 2008 previa a vistoria de 200.000 toneladas de produtos armazenados em unidades de terceiros; para tanto foi consignada dotação orçamentária de R$120.000,00. O cronograma de vistorias é definido pela Conab/Matriz, e a implementação ocorre em várias Unidades da Federação, conforme orientação da Gerência de Vistoria dos Estoques Privados-Gevep. Entretanto, as vistorias não foram realizadas, devido a falta de demanda da própria Conab, que depende da definição pelo MAPA, dos produtos a serem vistoriados (além do arroz e do café).

Em função da atividade ter se mantido paralisada, a Conab solicitou o cancelamento da dotação orçamentária desta Ação e o remanejamento para outras ações do Programa.

2.5 – Outras Ações

2.5.1 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda, os Contratos Públicos de Opção de Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

a) Vendas em Leilão Público

Em 2008, a Conab ofertou para venda em leilão público 1.004.249 toneladas de arroz, café, castanha de caju, fécula, feijão, milho e soja, tendo sido negociadas 954.500 toneladas (95,05% da oferta).

Destacou-se o arroz com oferta de 912.083 toneladas e venda de 890.479 toneladas (93,29% da oferta total) motivada pelo aumento dos preços em nível de consumidor. Em função dos estoques estarem altamente concentrados no Estado do Rio Grande do Sul, este foi responsável pela venda de 793.018 toneladas de arroz.

Quadro 2.61
Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos

Produto	UF	Quantidade (t)			Valor da Operação (R$)	
		Ofertado	Negociado	% Negociado	Sem ICMS	Com ICMS
Arroz	GO	85	85	100,00	37.083,35	39.567,76
	MG	185	185	100,00	104.982,95	112.876,25
	MT	1.710	1.317	77,02	490.040,78	490.040,78
	PR	2.652	2.555	96,34	1.143.351,63	1.230.468,39
	RS	810.957	793.018	97,79	508.744.641,28	517.550.681,87
	SC	96.494	93.319	96,71	55.484.163,12	59.776.699,39
Subtotal		**912.083**	**890.479**	97,63	**566.004.263,11**	**579.200.334,44**
Café	MG	491	491	100,00	1.913.904,23	2.139.809,14
Subtotal		**491**	**491**	**100**	**1913904,23**	**2139809,14**
Castanha de caju	PI	72	72	100,00	74454,58	84603,53
Subtotal		**72**	**72**	**100**	**74454,58**	**84603,53**
Fécula	PR	968	968	100,00	687130,15	712970,18
Subtotal		**968**	**968**	**100**	**687130,15**	**712970,18**
Feijão	MS	144	139	96,53	220.795,00	250.898,25
	PR	1.533	1.248	81,41	2.155.240,40	2.169.773,19
	RS	106	106	100,00	170.521,62	183.345,27
	SC	120	120	100,00	213.000,00	229.026,00
Subtotal		**1.903**	**1.613**	**84,76**	**2.759.557,02**	**2.833.042,71**
Milho	GO	12	12	100,00	2.607,19	2.607,19
	MS	11.464	11.357	99,07	3.914.050,47	4.132.729,61
	MT	77.067	49.472	64,19	14.951.210,37	15.662.279,58
	RJ	41	-	0,00	-	-
	RS	75	-	0,00	-	-
Subtotal		**88.659**	**60.841**	**68,62**	**18.867.868,03**	**19.797.616,38**
Soja	RS	73	36	49,32	24.682,37	24.682,37
Subtotal		**73**	**36**	**49,32**	**24.682,37**	**24.682,37**
Total Geral		**1.004.249**	**954.500**	**95,05**	**590.331.859,49**	**604.793.058,75**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

b) Contrato Público de Opção de Venda

Em decorrência da queda nos preços recebidos pelos produtores de feijão, milho e trigo e com o objetivo de assegurar a manutenção da renda dos produtores, a Conab realizou, durante o segundo semestre, leilões de lançamento de Contratos de Opção de Venda, obtendo os seguintes resultados:

- feijão – para absorver parte da oferta nos Estados de Minas Gerais, de Goiás e de São Paulo foram lançados 1.852 Contratos Públicos de Opção de Venda, não obtendo resultados positivos no certame.
- milho – os preços tiveram significativa queda no período de pós-colheita, e com a tendência de manutenção das baixas cotações no Estado do Mato Grosso a Conab realizou, durante todo o segundo semestre, leilões de lançamento de Contratos Públicos de Opção de Venda. Foram oferecidos 108.505 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 58.909, representando 1.590.543 toneladas. O valor total do prêmio pago pelos adquirentes foi de R$3.219.648,23 e o valor da operação, caso sejam exercidos todos os contratos será de R$384.098.922,00.

- trigo – foram lançados 58.264 contratos nos estados de Goiás, do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo e negociados 40.859, totalizando 1.103.193 toneladas.

O valor total do prêmio pago pelos adquirentes foi de R$7.606.482,83 e o valor total da operação, caso sejam exercidos todos os contratos será de R$975.439.152,00, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.62
Contrato Público de Opção de Venda

Produto	UF	N.º Contratos (1)		Quantidade Contratada (t)	Valor do Prêmio (R$)	Valor da Operação (R$)
		Ofertados	Negociados			
Feijão	GO	667	-	-	-	-
	MG	722	-	-	-	-
	SP	463	-	-	-	-
Milho	MT	108.505	58.909	1.590.543	3.219.648,23	384.098.922,00
Trigo	GO	675	75	2.025	6.045,00	1.208.925,00
	MG	1.530	143	3.861	12.141,45	2.277.990,00
	MS	1.275	609	16.443	53.759,45	9.726.507,00
	PR	27.379	15.580	420.660	2.382.549,00	223.327.800,00
	RS	20.515	20.515	553.905	2.557.827,50	294.269.895,00
	SC	1.400	1.400	37.800	100.780,00	20.109.600,00
	SP	5.490	2.537	68.499	368.264,20	40.419.513,00
Total		**168.621**	**99.768**	**2.693.736**	**8.701.014,83**	**975.439.152,00**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom
Nota: Cada contrato corresponde a 27 toneladas de produto.

Da quantidade negociada foram adquiridas pela Conab 821.074 toneladas ao custo total de R$213.452.333,86, conforme detalhado na Ação: Formação de Estoques Públicos.

c) Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação quanto ao desenvolvimento do setor agrícola, notadamente, ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranqüilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.° daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode-se vislumbrar no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.° 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, atenuada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisas aos produtos ofertados pela Conab.

Com essas operações, configuradas no Programa de Vendas em Balcão, o Governo vem assegurando aos segmentos de menor porte acesso a insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades produtivas, propiciando a geração de emprego e renda, sobretudo em áreas de maior demanda social.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto em comprador, sendo:

- milho em grãos – 14 t para as Regiões Norte e Nordeste e 27 t para as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul;
- arroz em casca – 100 t;
- castanha de caju – 10 t
- trigo – 50 t, e
- sacaria – 1.000 unidades

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e a atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 20 estados, totalizando 75.721 toneladas de produtos, sendo: 75.547 toneladas de milho em grãos e 174 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 29.547 atendimentos.

O volume total, se comparado ao de 2007, que atingiu 220.314 toneladas, representou apenas 34% do volume comercializado. Valor revertido aos cofres públicos no total de R$35.966.240,01, conforme demonstrado no quadro a seguir.

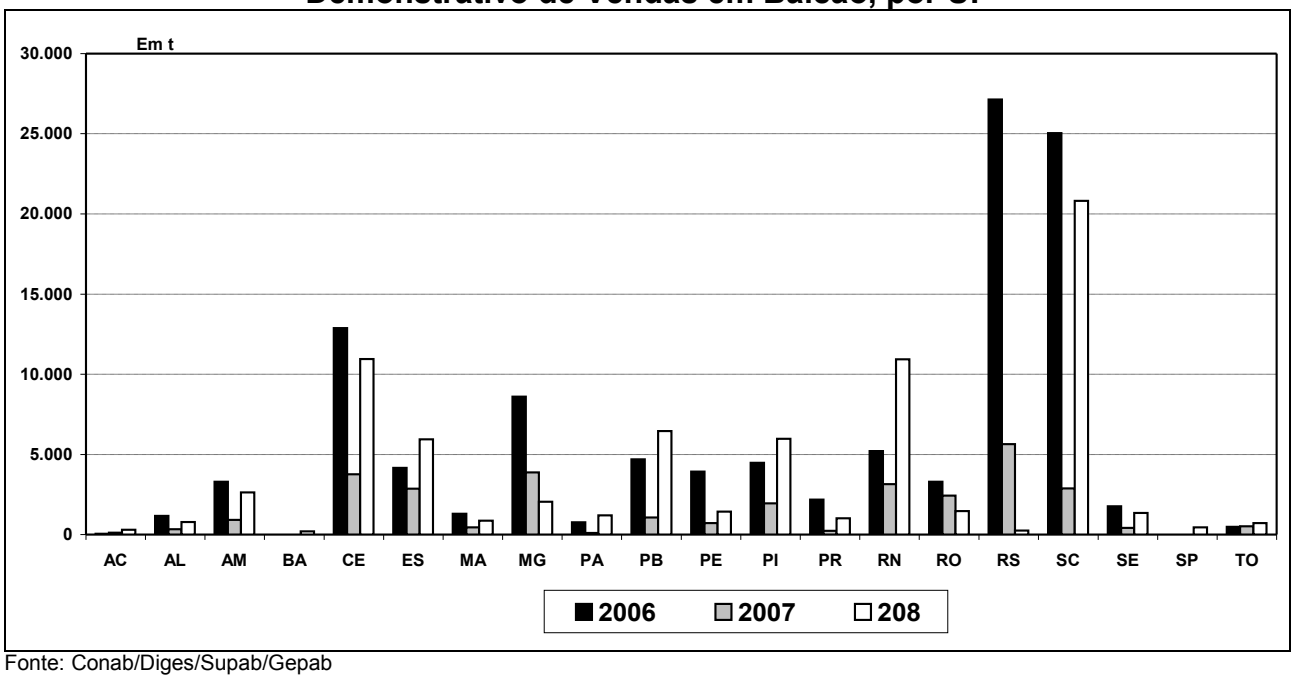
Quadro 2.63
Demonstrativo de Vendas em Balcão, por UF e Produto

Sureg	UF	2006			2007			2008		
		Quant. (t)	Valor(R$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R$)	N.º Clientes
Arroz em Casca										
PI	PI	8	3.440,26	1	-	-	-	0	0,00	-
RO	RO	2.172	777.976,13	100	540	255.061,70	22	0	0,00	-
Subtotal		**2.180**	**781.416,39**	**101**	**540**	**255.061,70**	**22**	**0**	**0,00**	**-**
Castanha de Caju										
PI	PI	13	13.384,25	7	-	-	-	7	9.661,44	1
RN	RN	-	-	-	286	264.580,36	79	167	175.449,75	30
RO	RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		**13**	**13.384,25**	**7**	**286**	**264.580,36**	**79**	**174**	**185.111,19**	**31**
Milho										
AM	AM	3.298	1.150.783,96	913	3.979	1.794.134,08	870	2.630	1.410.517,88	682
BA	BA	4	1.417,92	2	230	95.848,69	65	206	103.830,08	104
	SE	1.765	604.479,11	420	914	348551,53	191	1.352	652.750,73	312
CE	CE	12.885	4.676.705,42	3.752	23.546	9.456.718,73	6.457	10.954	5.779.527,60	3.775
ES	ES	4.161	1.422.895,43	2.861	6.256	2.661.114,40	3.219	5.941	2.874.173,66	3.609
MA	MA	1.299	507.290,68	443	1.569	635.345,92	596	865	433.605,55	464
MG	MG	8.594	2.388.252,01	3.866	4.295	1.783.200,93	1.733	2.039	952.715,75	1.882
PA	PA	759	224.543,84	90	1.105	401.910,19	111	1.188	578.136,52	115
PB	PB	4.697	1.759.790,85	1.067	6.500	2.690.289,01	1.438	6.459	3.260.325,86	1.568
PE	PE	3.916	1.420.178,67	719	3.551	1.437.875,11	633	1.431	783.739,39	511
	AL	1.169	424.237,33	328	441	201.915,17	123	777	419.147,68	258
PI	PI	4.449	1.764.173,72	1.951	4.733	2.153.679,53	2.131	5.956	3.127.028,08	3.277
PR	PR	2.181	609.534,90	233	29.320	10.718.775,44	2.011	1.009	405.240,94	71
RJ	RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	RN	5.202	2.015.799,86	3.143	13.845	5.605.516,88	6.657	10.767	5.361.671,50	5.360
RO	RO	1.129	320.274,36	2.326	1.262	432.925,72	4.241	1.455	590.421,41	3.111
	AC	52	15.445,20	115	314	119.532,58	549	299	135.255,57	980
RS	RS	27.141	6.093.327,05	5.625	36.822	13.227.005,48	3.798	257	114.539,13	49
SC	SC	25.028	6.648.480,49	2.876	80.211	26.549.509,07	8.880	20.807	8.279.800,69	2.236
SP	SP	-	-	-	-	-	-	444	160.470,40	49
TO	TO	476	164.614,90	515	595	234.063,25	624	711	358.230,40	1.103
Subtotal		**108.205**	**32.212.225,70**	**31.245**	**219.488**	**80.547.911,71**	**44.327**	**75.547**	**35.781.128,82**	**29.516**
Total Geral		**110.398**	**33.007.026,34**	**31.353**	**220.314**	**81.067.553,77**	**44.428**	**75.721**	**35.966.240,01**	**29.547**

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Tradicionalmente, as maiores vendas são realizadas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que, em 2008 representaram 27,82% do total vendido, com redução de 82% sobre as efetivadas no ano anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 6
Demonstrativo de Vendas em Balcão, por UF



Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Considerando que os atendimentos são efetuados em unidades armazenadoras próprias, ou credenciadas pela Conab, próximas aos logradouros dos beneficiários cadastrados, a fim de dar andamento à disponibilização de milho para o Programa houve necessidade de reordenamento dos estoques públicos, especialmente daqueles armazenados no Estado do Mato Grosso, para diversas Unidades da Federação, conforme descrito na Ação Formação de Estoques Públicos.

Os valores arrecadados com a venda dos estoques vinculados à PGPM foram transferidos para o Tesouro Nacional, e aqueles decorrentes dos estoques do PAA foram direcionados ao MDA ou MDS, conforme a origem dos recursos utilizados na aquisição dos produtos.

d) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

No período entre os meses de janeiro a maio, quando os preços de mercado estavam aquecidos, a Conab ofertou 545.964 toneladas de milho em grãos armazenados no Estado do Mato Grosso, sendo negociadas 342.455 toneladas. O valor da operação incluindo o ICMS e excluindo o valor do prêmio foi de R$73.521.364,99 e o valor total previsto do prêmio de R$37.738.309,35. Até o fim do exercício foi comprovado o escoamento de 326.700 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.64
Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto-VEP

Quantidade (t)		Valor da Operação (R$)		Valor Financeiro (R $)	Comprovado				
Ofertada	Negociada	S/ ICMS	C/ ICMS s/ Prêmio		UF	Quantidade (t)		Prêmio (R$)	
						Negociada	Comprovada	Previsto	Pago
545.964	342.455	105.333.584,40	73.521.364,99	75.136.661,29	AC	40	40	2.840,00	2.840,00
					AL	19.929	19.771	2.477.765,01	2.463.273,01
					AM	4.215	4.215	323.540,40	323.540,40
					BA	9.072	8.232	1.380.519,00	1.261.039,00
					CE	48.325	46.796	6.360.275,48	6.159.428,24
					ES	36.832	35.380	3.546.249,50	3.409.549,00
					MA	620	620	91.140,00	91.140,00
					MG	43.174	37.676	3.456.874,00	2.961.281,00
					PA	5.800	5.760	518.080,00	515.040,00
					PB	23.488	23.373	2.902.460,00	2.887.805,38
					PE	88.022	85.878	10.868.411,72	10.568.330,82
					PI	1.065	1.065	170.860,00	170.860,00
					RJ	4.391	4.391	313.927,50	313.927,50
					RN	6.714	6.474	812.436,54	778.716,54
					RO	8.381	8.381	675.009,00	674.958,00
					RS	1.600	1.200	177.600,00	146.400,00
					SE	12.188	11.763	1.565.879,70	1.514.538,70
					SP	28.600	25.684	2.094.441,50	1.880.345,46
545.964	**342.455**	**105.333.584,40**	**73.521.364,99**	**75.136.661,29**	**-**	**342.455**	**326.700**	**37.738.309,35**	**36.123.013,05**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

2.5.2 - Serviços de Armazenagem

A receita de armazenagem de produtos de terceiros apresentou elevação de 41,2% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2007, tendo como motivo principal o aumento do estoque médio de terceiros, com incremento de 55,64%. Por outro lado, os estoques públicos tiveram redução de 26,43%, totalizando queda total de 65,33%.

Quadro 2.65
Demonstrativo Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros

Sureg	Estoque (Em t)							Receita com Produtos de Terceiros (Em R$)		
	2007			2008			Var. % (b/a)			
	Governo	Terceiros	Total(a)	Governo	Terceiros	Total(b)		2007	2008	Var. (%)
AM	907	49	956	1.165	2	1.167	6,9	697,31	20.243,34	2.803,1
BA	8.454	663	9.117	4.183	141	4.324	-14,2	49.278,64	11.424,02	-76,8
CE	17.658	2.349	20.007	14.831	2.992	17.823	15,2	371.961,25	385.342,54	3,6
ES	5.656	2.767	8.423	4.902	3.219	8.121	66,6	812.505,90	1.082.354,04	33,2
GO	16.959	35.425	52.384	5.122	45.720	50.842	-50,7	4.010.790,73	4.670.380,54	16,4
MA	3.119	9.650	12.769	3.245	9.196	12.441	-10,9	923.039,52	992.007,83	7,5
MG	83.889	28.705	112.594	22.488	35.982	58.470	122,3	2.458.769,51	3.502.673,54	42,5
MS	80.262	12.327	92.589	5.305	33.345	38.650	-27,6	1.196.715,04	2.526.750,60	111,1
MT	96.637	7.187	103.824	23.618	16.545	40.163	-22,7	1.634.762,85	1.784.201,39	9,1
PA	4.514	406	4.920	2.419	481	2.900	-31,8	228.572,42	127.293,89	-44,3
PB	4.611	54	4.665	2.853	129	2.982	120,6	9.690,40	120.827,21	1.146,9
PI	7.597	349	7.946	8.153	18	8.171	-12,7	27.214,18	31.116,14	14,3
PE	7.673	629	8.302	6.354	277	6.631	-32,2	111.621,90	5.511,92	-95,1
PR	39.743	94.451	134.194	15.027	178.149	193.176	-34,2	6.344.217,15	13.143.086,10	107,2
RJ	695	8.640	9.335	640	8.640	9.280	2,5	597.300,07	613.539,38	2,7
RN	10.906	2	10.908	7.861	6	7.867	146,5	1.446,80	0,00	-100,0
RO	2.320	1.586	3.906	1.903	828	2.731	-42,1	212.375,87	113.892,34	-46,4
RS	900	9.688	10.588	1.002	9.226	10.228	-2,6	5.008.725,88	5.373.934,95	7,3
SC	2.819	4.296	7.115	4.240	4.315	8.555	-7,5	96.205,14	137.451,54	42,9
SP	2.771	9.103	11.874	2.665	8.172	10.837	-29,8	1.091.990,88	1.057.661,15	-3,1
TO	2.242	1.447	3.689	827	234	1.061	-55,2	112.303,45	12.505,95	-88,9
Matriz	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-
Total	**400.332**	**229.773**	**630.105**	**138.803**	**357.617**	**496.420**	**-17,8**	**25.300.184,89**	**35.712.198,41**	**41,2**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

2.5.3 – Remoção de Produto

2.5.3.1 – Remoções de Produtos dos Estoques Públicos – Defesa Civil

Em atendimento à Defesa Civil foi contratada a remoção de 275,8 toneladas de cestas de alimentos e 225 toneladas de farinha de trigo para distribuição a famílias afetadas por desastres naturais, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.66
Demonstrativo de Remoção dos Estoques da Defesa Civil

Origem	Destino	Valores(sem ICMS)		Quantidades (em t)						% Recebido/Removido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
AM	PA	55.671,90	55.671,90	111.500	111.500	-	-	-	111.500	100,00
ES	BA	11.973,72	11.973,72	46.027	46.027	-	-	-	-	0,00
ES	MG	18.062,26	18.062,26	137.411	-	-	-	137.411	-	-
MA	CE	12.874,22	12.874,22	80.900	80.900	-	-	-	80.900	100,00
RS	PR	7.380,75	7.380,75	75.000	-	-	-	75.000	-	-
	SC	8.451,00	8.451,00	150.000	-	-	-	150.000	-	-
Total		**114.413,85**	**114.413,85**	**600.838**	**238.427**	**0**	**0**	**362.411**	**192.400**	**80,70**

Fonte: Conab/Suarm/Gemov

2.5.3.2 – Remoções de Produtos dos Estoques Públicos – MDA

Para reposição dos estoques para distribuição ou comercialização foi contratada a remoção de 6.614 toneladas de cestas de alimentos, sementes de milho e de feijão, arroz beneficiado, açúcar cristal, farinha de mandioca, leite em pó e arroz em casca, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.67
Demonstrativo de Remoção dos Estoques do MDA

Origem	Destino	Valores(sem ICMS)		Quantidades (em t)						% Recebido/Removido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
AL	PE	26199,05	26199,05	460000	-	-	-	460.000	-	-
BA	BA	30.860,11	30.860,11	372.874	372.874	-	-	-	372.514	99,90
CE	CE	2.624,01	2.624,01	30.000	30.000	-	-	-	30.000	100,00
MA	MA	16.023,29	16.023,29	200.322	203.670	-	3.348	-	203.670	100,00
MT	GO	367.464,20	367.464,20	2.000.000	1.667.581	-	-	332.419	1.666.511	99,94
PE	AL	10.646,77	10.646,77	124.790	52.030	-	-	72.760	52.030	100,00
	AM	10.474,30	10.474,30	27.000	27.000	-	-	-	27.000	100,00
	BA	23.326,60	23.326,60	230.370	134.020	-	-	96.350	133.990	99,98
	CE	31.137,17	31.137,17	244.520	228.780	-	-	15.740	228.490	99,87
	ES	14.005,90	14.005,90	67.010	67.010	-	-	-	67.010	100,00
	MA	7.457,87	7.457,87	40.010	40.010	-	-	-	40.010	100,00
	MG	21.299,38	21.299,38	114.010	114.010	-	-	-	114.010	100,00
	MT	28.425,55	28.425,55	90.000	90.000	-	-	-	90.000	100,00
	PA	27.613,60	27.613,60	115.000	115.000	-	-	-	115.000	100,00
	PB	55.901,26	55.901,26	582.120	432.220	149.900	-	-	432.160	99,99
	PE	47.007,66	47.007,66	531.000	81.000	-	-	450.000	81.000	100,00
	PI	33.158,20	33.158,20	374.040	328.250	45.790	-	-	272.110	82,90
	PR	18.102,59	18.102,59	56.000	56.000	-	-	-	56.000	100,00
	RJ	6.853,54	6.853,54	16.000	16.000	-	-	-	16.000	100,00
	RN	2.099,68	2.099,68	28.000	28.000	-	-	-	28.000	100,00
	RO	19.310,78	19.310,78	41.000	41.000	-	-	-	41.000	100,00
	RS	30.842,16	30.842,16	125.000	125.000	-	-	-	81.000	64,80
	SC	9.616,42	9.616,42	27.000	27.000	-	-	-	27.000	100,00
	SE	3.512,38	3.512,38	54.000	54.000	-	-	-	54.000	100,00
	SP	16.742,13	16.742,13	112.000	112.000	-	-	-	111.820	99,84
	TO	5.058,80	5.058,80	27.000	27.000	-	-	-	27.000	100,00
RS	CE	11.110,93	11.110,93	15.000	15.000	-	-	-	15.000	100,00
	SC	5.887,82	5.887,82	60.000	-	-	-	60.000	-	-
	SP	87.054,05	87.054,05	450.000	150.000	-	-	300.000	150.000	100,00
Total		**969.816,20**	**969.816,20**	**6.614.066**	**4.634.455**	**195.690**	**3.348**	**1.787.269**	**4.532.325**	**97,80**

Fonte: Conab/Suarm/Gemov

2.5.3.3 – Remoções de Produtos dos Estoques Públicos – MDS

Para reposição dos estoques para distribuição ou comercialização foi contratada a remoção de 21.302 toneladas de cestas de alimentos e diversos produtos alimentícios, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.68
Demonstrativo de Remoção dos Estoques do MDS

Origem	Destino	Valores(sem ICMS)		Quantidades (em t)						% Recebido/Removido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
BA	BA	89.852,16	79.977,59	1.270.964	1.010.959	33.083	-	226.922	1.010.959	100,00
	SE	5.676,00	5.676,00	53.620	53.620	-	-	-	53.620	100,00
CE	CE	9.091,44	9.091,44	95.000	95.000	-	-	-	94.500	99,47
ES	RJ	2.474,72	2.474,72	16.000	16.000	-	-	-	16.000	100,00
	SP	10.994,94	10.994,94	69.000	69.000	-	-	-	68.990	99,99
GO	TO	10.249,80	9.644,78	60.000	60.000	-	-	-	60.000	100,00
MA	MA	24.201,57	24.200,57	572.647	553.810	18.837	-	-	493.380	89,09
MG	DF	4.139,30	4.139,30	50.000	50.000	-	-	-	50.000	100,00
	GO	4.139,30	4.139,30	50.000	50.000	-	-	-	50.000	100,00
	MG	8.278,60	8.278,60	100.000	100.000	-	-	-	99.920	99,92
	MT	7.450,74	7.450,74	90.000	90.000	-	-	-	89.820	99,80
MS	MS	103.469,53	103.469,53	2.662.208	2.662.208	-	-	-	2.662.979	100,03
PB	PB	6.398,83	6.398,83	134.200	134.200	-	-	-	-	0,00
PE	AL	1.821,77	1.821,77	30.180	-	-	-	30.180	-	-
	BA	24.338,02	24.338,02	185.560	121.000	-	-	64.560	121.000	100,00
	CE	5.344,97	5.344,97	42.000	42.000	-	-	-	42.000	100,00
	DF	9.089,52	9.089,52	40.000	40.000	-	-	-	40.000	100,00
	GO	9.863,69	9.863,69	40.000	40.000	-	-	-	40.000	100,00
	MA	14.530,41	14.530,41	66.000	66.000	-	-	-	66.000	100,00
	MG	18.383,78	18.383,78	69.360	27.000	-	-	42.360	27.000	100,00
	MS	80.336,46	80.336,46	251.020	251.020	-	-	-	181.000	72,11
	PB	7.149,29	6.790,55	172.000	145.000	-	-	27.000	144.120	99,39
	PE	13.892,20	13.502,44	243.714	245.584	-	1.870	-	245.584	100,00
	PI	3.838,07	3.838,07	27.000	-	-	-	27.000	-	-
	RN	4.150,95	3.905,83	45.000	45.000	-	-	-	45.000	100,00
	RS	15.243,50	15.243,50	33.420	33.420	-	-	-	33.360	99,82
	SE	2.040,69	2.040,69	27.000	-	-	-	27.000	-	-
PI	AM	11.502,30	10.823,45	30.000	30.000	-	-	-	30.000	100,00
	MA	6.655,14	6.655,14	48.000	48.000	-	-	-	48.000	100,00
	PB	10.120,20	10.120,20	60.000	60.000	-	-	-	60.000	100,00
	PI	11.562,85	11.562,85	72.360	36.180	-	-	36.180	36.180	100,00
	TO	3.716,28	3.716,28	27.000	27.000	-	-	-	27.000	100,00
PR	SP	3.765,04	3.765,04	62.000	62.000	-	-	-	61.820	99,71
RO	DF	28.890,00	27.183,24	100.000	100.000	-	-	-	100.000	100,00
RS	AL	9.096,25	9.096,25	15.084	15.084	-	-	-	14.448	95,78
	BA	20.633,82	20.633,82	30.612	30.612	-	-	-	30.612	100,00
	MG	7.718,61	7.718,61	20.676	20.676	-	-	-	20.676	100,00
	MS	9.658,66	9.658,66	35.016	35.016	-	-	-	34.991	99,93
	PB	5.118,16	5.118,16	8.016	8.016	-	-	-	8.016	100,00
	PI	9.795,58	9.795,58	10.320	10.320	-	-	-	10.320	100,00
	PR	5.630,27	5.630,27	27.950	27.950	-	-	-	27.950	100,00
	SC	1.590,00	1.590,00	9.940	9.940	-	-	-	9.940	100,00
	SE	8.377,61	8.377,61	13.416	13.416	-	-	-	13.416	100,00
	TO	3.493.315,40	3.493.315,40	13.777.918	933.145	269.985	-	12.574.788	933.145	100,00
SC	MS	29.345,60	27.612,58	160.000	159.060	940	-	-	159.060	100,00
	RJ	4.936,20	4.643,90	30.000	30.000	-	-	-	29.640	98,80
	SP	9.315,00	8.765,21	75.000	75.000	-	-	-	75.040	100,05
SP	SP	13.782,02	13.782,02	193.160	96.580	-	-	96.580	-	-
Total		4.200.965,23	4.184.530,30	21.302.361	7.828.816	322.845	1.870	13.152.570	7.465.486	95,36

Fonte: Conab/Siarm/Gemov

2.5.4 - Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem

para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observada as suas competências regimentais.

Para isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2008 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2008 foram distribuídas mercadorias no valor de R$765.629,45, totalizando 58 atendimentos em 10 municípios, presentes em 5 unidades da federação, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.69
Demonstrativo da Doações Realizadas

Discriminação (Em t)			AM	BA	GO	PB	RJ	Total
Produto	Arroz Beneficiado	Quant.	-	4,9	-	7,8	-	12,7
		Valor	-	6.879,51	-	12.900,00	-	19.779,51
	Farinha de Mandioca	Quant.	-	0,3	-	-	-	0,3
		Valor	-	237,60	-	-	-	237,60
	Farinha de Trigo	Quant.	71,0	-	10,7	-	-	81,7
		Valor	66.669,00	-	12.221,00	-	-	78.890,00
	Flocos de Milho	Quant.	5,0	-	-	-	-	5,0
		Valor	5.625,00	-	-	-	-	5.625,00
	Vestuário	Fios de Fibra,Tecidos e Vestuário	-	-	-	-	107,2	107,2
		Vestuário (1)	-	-	-	-	19678	19678
		Valor	-	-	-	-	660.622,34	660.622,34
	Kits Pedagógicos	Quant.(1)	-	-	95	-	-	95
		Valor	-	-	475,00	-	-	475,00

Fonte: Conab/Diges/Supab
(1) Em unidade

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda, transporte e distribuição de 171.570 impressos e materiais alusivos ao Fome Zero, que foram utilizados em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro 2.70
Demonstrativo da Doações Realizadas

UF	Materiais Distribuídos (unidade)						Total
	Cartilhas	Folder	Sacolas	Caixas	Tabelas	Kit	
DF	32.300	3.000	128.000	3.075	3.500	95	169.970
GO	1.600	-	-	-	-	-	1.600
Total	**33.900**	**3.000**	**128.000**	**3.075**	**3.500**	**95**	**171.570**

Fonte: Conab/Diges/Supab

Em vista do volume, é importante registrar os estoques remanescentes desses materiais que se encontram depositados em Unidades Armazenadoras da Conab.

Quadro 2.71
Demonstrativo do Estoque de Materiais Pedagógicos

Material	Quantidade
Política de Segurança Alimentar e Nutricional	213.250
Manual do Orientador – Registro de Nascimento	1.590
Manual do Mutirão	8.760
Cartazes – Posto de Coleta	25.945
Livro LULA 500 dias em fotos	44
Camisetas – Fome Zero	180
Baners – Comitê Fome Zero	2.925
Baners – Programa de Segurança Alimentar	280
Sacolas Plásticas	1.448.000
A Turma de Sítio – Proteínas e Carboidratos	45.400
A Turma de Sítio – O Que é Educação Alimentar?	69.600
A Turma de Sítio – Cartilha do Cidadão	4.600
Cartilha da Nutrição – Que São Vitaminas?	296.038
Cartilha da Nutrição – Educação Alimentar	96.523
Cartilha da Nutrição – Proteínas e Carboidratos	160.325
Cartilha da Nutrição – Manual do Professor	128.830
A Turma de Sítio – Cartilha do Cidadão	25.500
TACO – Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	4.550
Kit Pedagógico – Alimentação à Mesa	881
Total	**2.533.221**

Fonte: Conab/Diges/Supab

c) Apoio Institucional ao Fome Zero

A título de apoio institucional, a Conab promoveu o recebimento, guarda e entrega de material de assistência humanitária, que se destinava aos atendimentos emergenciais a vítimas de calamidades públicas, abrangendo os Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, com a seguinte movimentação:

Quadro 2.72
Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Material	Unidade	Quantidade		
		Recebido	Entregue	Estoque
Cobertor	Unidade	300.000	66.906	233.094
Colchão	Unidade	187.968	44.528	143.440
Filtro de Água	Unidade	54.993	10.499	44.494
Fronha	Unidade	87.040	8.122	78.918
Kit Limpeza	Unidade	100.094	41.491	58.603
Lençol	Unidade	69.572	11.350	58.222
Mosquiteiro	Unidade	300.000	88.416	211.584
Travesseiro	Unidade	191.500	31.295	160.205
Toalha de Banho	Unidade	240.000	36.508	203.492
Lona 4 x 100	Rolo	600	207	393
Lona 6 x 100	Rolo	502	143	359
Lona 8 x 100	Rolo	502	154	348

Fonte: Conab/Diges/Supab

É de se destacar a ampla e efetiva participação da Conab, em especial da Superintendência Regional de Santa Catarina, na corrente cívica de socorro à numerosa população do Vale do Itajaí, que foi vitimada por chuvas torrenciais e desmoronamentos de encostas, que inundaram e soterraram cidades e vilas, causando grande número de vítimas.

A Conab se fez presente na primeira hora, num trabalho diuturno, atuando na linha de frente na distribuição de cestas de alimentos e de material de assistência humanitária, além de disponibilizar seus armazéns e equipe técnica para operações de logística, em parceria com o Exército, Secretaria Nacional de Defesa Civil e Governo do Estado, abrangendo a coleta, guarda, seleção e distribuição de produtos doados por diversos segmentos da sociedade brasileira. Em resumo, destacam-se os seguintes doadores:

Quadro 2.73
Demonstrativo de Doadores ao Fome Zero

Doador	Produto	Valor (Em R$)
Adia Alimentos Brasil	Espaguete	10.420,00
Água Mineral Santo Anjo	Água Mineral	800,00
Ajinomoto	Sopas	19.794,59
Banco Rio Alimentos	Arroz	29.760,00
Brasmed	Bioredux	99.615,00
Domingos Costa	Macarrão	2.034,20
Firestone do Brasil	Água Mineral	8.092,14
Germacom	Achocolatado	975,00
Grupo Pegoraro	Massas	17.670,00
Grupo Sadia	Margarina	60.540,48
Minalice	Água Mineral	3.000,00
MVK	Quadriciclos	75.000,00
Nestlé	Água	530.323,40
Pão de Açúcar	Água Mineral	44.741,66
Parati S/A.	Biscoitos	100.145,84
Pastifício Selmi	Macarrão	6.728,40
Pró Suco Com. Imp.	Sucos	8.824,32
Ronaldo Nazário	Cesta de Natal, Material de Higiene e Limpeza	97.806,50
SL Cereais e Alimentos	Aveia e Flocos	39.840,00
Total		**1.156.111,53**

Fonte: Conab/Supab/Gepab

d) Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2008 e fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar, doou 14.666 toneladas de produtos, utilizados em ações de suplementação alimentar, totalizando 1.874 atendimentos, beneficiando 655 municípios, em 19 unidades da federação, conforme demonstrativo a seguir.

Quadro 2.74
Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (oriundos da Agricultura Familiar)

Sureg	Nº Entid Benefic	Produtos (kg)													Total
		Açúcar	Arroz		Doce de Frutas	Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em Pó	Mel	Milho	Sementes	Suco	
			Benefic	Em casca		Mandioca	Milho								
AM	4	-	-	-	-	35.000	-	59.440	-	-	-	-	-	-	94.440
BA	399	-	-	-	-	739.496	-	647.074	-	-	-	-	-	-	1.386.570
CE	8	980	-	287.250	-	394.893	-	1.320	-	-	-	200.030	-	-	884.473
ES	2	-	-	-	-	515.000	-	-	-	-	-	-	-	-	515.000
GO	122	-	9.245	1.389.579	-	-	-	784.018	-	-	-	-	-	-	2.182.842
MG	86	-	-	-	-	473.870	-	104.835	-	-	-	-	-	-	578.705
MA	12	-	-	-	-	10.850	-	3.750	-	-	-	-	-	-	14.600
MS	9	-	-	-	-	305.348	-	43.368	-	-	-	59.000	-	-	407.716
PA	2	-	-	1.212.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.212.513
PB	77	-	-	-	-	23.700	-	93.670	-	-	18.000	-	-	-	135.370
PE	212	117.052	-	-	-	658.687	-	326.978	-	-	-	-	-	-	1.102.717
PI	63	-	-	114.605	-	593.839	-	126.734	-	-	-	1.077.200	-	-	1.912.378
PR	310	-	-	155.999	-	167.615	-	360.751	-	-	2.360	-	-	-	686.725
RN	221	3.930	-	-	-	431.996	-	73.500	-	-	2.132	-	-	-	511.558
RO	17	-	-	-	-	-	-	199.460	-	-	-	-	-	-	199.460
RS	48	34.578	18.284	555.000	7.548	-	-	63.295	6.352	24.000	18.979	-	248	8.206	736.490
SC	58	49.161	-	9.450	4.000	209.900	1.728	1.425.079	-	-	-	-	-	-	1.699.318
SP	222	-	-	-	-	155.080	-	247.260	-	-	-	-	-	-	402.340
TO	2	-	-	2.898	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.898
Total	**1.874**	**205.701**	**27.529**	**3.727.294**	**11.548**	**4.715.274**	**1.728**	**4.560.532**	**6.352**	**24.000**	**41.471**	**1.336.230**	**248**	**8.206**	**14.666.113**

Fonte: Conab/Supab

2.5.5 - Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café

Objetivando a realização dessas atividades, a Conab elaborou Plano de Trabalho aprovado pelo MAPA, prevendo recursos da ordem de R$1.325.124,44, sendo R$1.215.124,44 para o levantamento da safra, R$40.000,00 para a elaboração de custos de produção e R$70.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Até o fim de 2008 foram repassados o total dos recursos programados com a descentralização de crédito orçamentário-financeiro da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA, objetivando:

- Levantamentos da safra brasileira de café – a serem divulgados aos usuários nacionais e internacionais, consolidando metodologias que reduzam a subjetividade dos números finais das estimativas, fazendo com que estes sejam os mais próximos possíveis da realidade, reduzindo a margem de erros. Inúmeras experiências realizadas por instituições de pesquisas e universidades, inclusive pela Conab, já comprovaram a eficiência das tecnologias disponíveis, aplicadas à previsão de safras, que precisam tornar-se operacionais e serem adotadas sistematicamente, inclusive pelas instituições parceiras. Neste caso, propõe-se a definição e implementação de procedimentos comuns entre estes parceiros, a fim de aperfeiçoar o processo de previsão das safras e que sejam ao mesmo tempo precisos e expeditos, visando auxiliar com absoluta segurança a tomada de decisão por parte dos produtores rurais e demais integrantes da cadeia produtiva, bem como subsidiar a aplicação das políticas públicas ao setor cafeeiro.
- Custo de produção – elaboração dos custos de produção da cultura, nas mais diversas regiões produtoras, com divulgações periódicas das informações, as mais atualizadas possíveis, com base no acompanhamento mensal da evolução dos preços dos insumos. Este trabalho, além de ser parâmetro básico para subsidiar o cálculo dos preços mínimos do produto, também terá importância fundamental para apoiar tomada de decisões governamentais.
- Levantamento dos estoques privados de café – a partir do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras serão selecionadas todas as unidades que se dedicam à guarda e conservação de café no Brasil. O levantamento destes estoques tem a função de identificar sua localização e posição, em 31 de março de 2008, quando termina o período da safra 2007/08 e inicia a seguinte, permitindo, assim, maior segurança no acompanhamento do produto pelo Governo, em face do aprimoramento do Quadro de Oferta e Demanda, no tocante às variáveis estoque inicial e estoque final.

a) Levantamento da Safra Brasileira de Café

Em 2008 foram realizados 2 levantamentos – 31 de março a 11 de abril e 10 a 23 de agosto, referentes à safra de 2008 e outro, no período de 16 a 29 de novembro, sobre a safra 2009. Nessas pesquisas, empregados da Conab e das instituições parceiras - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A-EBDA, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo-Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI, Instituto de Economia Agrícola-IEA/SP, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná-SEAB, Departamento de Economia Rural-DERAL/PR, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia-

EMATER-RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE - visitaram municípios produtores de café em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro, para colherem dados e informações sobre as condições da safra 2008/09.

A safra nacional de café de 2008 fechou com uma produção de 45.992 mil sacas de café beneficiado. Desse total, 77,15% (35.484 mil sacas) são de arábica e 22,85% (10.508 mil sacas) são de conilon(robusta). Quando comparada à safra anterior (36.070 mil sacas de café beneficiado), verifica-se um crescimento de 27,51%. O referido acréscimo deve-se, principalmente, à bienualidade positiva e à recuperação parcial das lavouras com a regularização das chuvas, a partir da 2.ª quinzena de outubro 2007, associada aos bons tratos culturais nas principais regiões produtoras (Quadro 2.75) .

Quadro 2.75
Demonstrativo da Evolução da Produção de Café
2007 e 2008

UF/Região	Safra				Variação	
	2007		2008			
	Área em produção(ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção(ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)	(c/a)	(d/b)
Minas Gerais	1.016.414	16.473	1.048.172	23.581	3,12	43,15
Espírito Santo	517.729	10.306	489.592	10.230	-5,43	-0,74
São Paulo	168.700	2.632	188.495	4.420	11,73	67,93
Paraná	97.842	1.732	96.920	2.608	-0,94	50,58
Bahia	151.792	2.342	125.033	2.141	-17,63	-8,58
Rondônia	153.281	1.482	155.972	1.876	1,76	26,59
Mato Grosso	16.227	153	15.007	138	-7,52	-9,8
Pará	15.137	266	12.917	233	-14,67	-12,41
Rio de Janeiro	14.048	281	13.562	266	-3,46	-5,34
Outros	25.484	403	24.125	499	-5,33	23,82
Total	**2.176.654**	**36.070**	**2.169.795**	**45.992**	**-0,32**	**27,51**

Fonte: Conab MAPA/SPAE e Conab/Digem/Suinf/Geasa

A primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) para a safra 2009, indica que o País deverá colher entre 36,9 e 38,8 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 19,8% e 15,6%, quando comparada com a produção de 46,0 milhões de sacas obtidas na temporada anterior.

Os principais fatores responsáveis pela provável redução na produção são os seguintes: ciclo de baixa bienualidade na maioria das áreas de café arábica, regime de chuvas bastante irregular e temperaturas elevadas, menor investimento nos tratos culturais devido o alto custo de produção e a intensificação de podas.

Quadro 2.76
Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2008/09

UF/Região	2008		2009			Variaç	
	Área em Produção (em ha)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) Lim. Superior(d)	Lim. Inferior (e)	(c/a)	(d/b)
Minas Gerais	1.048.172	23.581	1.007.264	17.939	18.858	-3,9	-23,93
Espírito Santo	489.592	10.230	491.225	9.239	9.714	0,33	-9,69
São Paulo	188.495	4.420	179.900	3.302	3.415	-4,56	-25,29
Paraná	96.920	2.608	93.100	1.650	1.800	-3,94	-36,73
Bahia	125.033	2.141	126.705	1.963	2.053	1,34	-8,31
Rondônia	155.972	1.876	155.972	1.753	1.824	0	-6,56
Mato Grosso	15.007	138	16.227	128	151	8,13	-7,25
Pará	12.917	233	12.917	224	235	0	-3,86
Rio de Janeiro	13.562	266	13.839	249	275	2,04	-6,39
Outros	24.125	499	25.464	450	473	5,55	-9,82
Total	**2.169.795**	**45.992**	**2.122.613**	**36.897**	**38.798**	**-2,17**	**-19,78**

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Digem/Suinf/Geasa

A produção de café arábica representa 74,6% (26,8 a 28,3 milhões de sacas de café beneficiado) da produção do País, tendo como maior produtor o Estado de Minas Gerais, com 66% (17,7 a 18,6 milhões de sacas de café beneficiado).

O café conilon (robusta) participa da produção nacional com 25,4% (10,0 a 10,5 milhões de sacas de café beneficiado). O Estado do Espirito Santo se destaca como o maior produtor dessa variedade com 69,1% (6,9 a 7,3 milhões de sacas de café beneficiado).

A área total do parque cafeeiro cultivado (em formação e produção) do arábica e conilon está estimada em 2.350.779 hectares, 0,5% inferior à safra passada (2.362.672 hectares), o que corresponde a uma redução de 11.893 hectares. Desse total, 9,7% (228,2 mil hectares) estão em formação e 90,3% (2.122,6 mil hectares) estão em produção.

Quadro 2.77
Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2009

UF/Região	PARQUE CAFEEIRO				PRODUÇÃO (Mil sacas beneficiadas)						PRODUTIVIDADE (Sacas/ha)	
	EM FORMAÇÃO		EM PRODUÇÃO		2009							
					Arábica		Robusta		TOTAL			
	Área (em há)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em há)	Cafeeiros (mil covas)	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
Minas Gerais	163.298	581.872	1.007.264	3.101.631	17.724	18.639	215	219	17.939	18.858	17,81	18,72
Espírito Santo	25.328	78.147	491.225	1.063.229	2.311	2.430	6.928	7.284	9.239	9.714	18,81	19,78
São Paulo	10.410	40.099	179.900	400.206	3.302	3.415	-	-	3.302	4.415	18,35	18,98
Paraná	11.600	59.200	93.100	313.200	1.650	1.800	-	-	1.650	1.800	17,72	19,33
Bahia	5.334	16.542	126.705	291.766	1.437	1.495	526	558	1.963	2.053	15,49	16,20
Rondônia	7.045	13.393	155.972	276.070	-	-	1.753	1.824	1.753	1.824	11,24	11,69
Mato Grosso	1.438	31.001	16.227	38.945	10	12	118	139	128	151	7,89	9,31
Pará	2.365	5.262	12.917	36.329	-	-	224	235	224	235	17,34	18,19
Rio de Janeiro	100	350	13.839	26.540	238	262	11	13	249	275	17,99	19,87
Outros	1.248	3.120	25.464	61.037	189	198	261	275	450	473	17,67	18,58
Total	**228.166**	**828.986**	**2.122.613**	**5.608.953**	**26.861**	**28.251**	**10.036**	**10.547**	**36.897**	**39.798**	**17,38**	**18,28**

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Digem/Suinf/Geasa

b) Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 31 de março a 30 de maio de 2008, o 5.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, com o objetivo de quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31 de maio, data que antecede a entrada da nova safra.

O levantamento é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001, que tem como um de seus objetivos: "suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola".

Nesse levantamento foram pesquisados os estabelecimentos cadastrados que integram a cadeia produtiva do produto, sendo incluídos os dois tipos de café: arábica e conilon, e quando estratificado por entidades no segmento indústria, incluiu os solúveis, torrefação e moagem.

Comparando-se os dois anos, verificou-se que o estoque total apurado em 2008 (12.503.032 sacas beneficiadas) foi inferior 28,2% ao ano anterior (17.421.026 sacas).

No estoque total apurado em 2008, destacaram-se os Estados de Minas Gerais, com 8.348.344 sacas (66,8%); São Paulo, com 1.484.295 sacas (11,8%); Espírito Santo, com 1.311.297 sacas (10,5,0%) e o Paraná, com 740.423 sacas (5,9%), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 2.78
Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

Em sacas de 60 kg

Entidade	Indústrias		Exportadores		Cooperativas		Outros		Total	
UF	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
AC	130	122	-		-				130	122
AL	2.513	12.732	-		-				2.513	12.732
AM	6.895	8.253	-		-				6.895	8.253
BA	50.023	36.198	21.220	89.617	139.745	102.682	332	27.236	211.320	255.733
CE	22.286	27.279	-		-		3.772	1.760	26.058	29.039
DF	9.514	15.423	-		-				9.514	15.423
ES	80.217	101.782	381.649	431.853	51.526	117.252	471.712	660.410	985.104	1.311.297
GO	65.077	70.777	-		-		21.693	2.316	86.770	73.093
MA	1.311	1.502	-		-				1.311	1.502
MG	130.631	256.137	2.701.087	2.660.626	6.397.134	3.427.067	3.528.437	2.004.514	12.757.289	8.348.344
MS	7.798	7.313	-		-		185	402	7.983	7.715
MT	3.697	3.686	-		557	783	2.555	1.318	6.809	5.787
PA	1.291	-	-		-				1.291	0
PB	6.025	7.313	-		-				6.025	7.313
PE	10.777	10.173	-		-				10.777	10.173
PI	306	150	-		-				306	150
PR	178.123	145.809	82.476	16	120.136	85.344	338.359	509.254	719.094	740.423
RJ	15.616	20.195	-		-		45.200	6.916	60.816	27.111
RN	33.196	46.538	-		-				33.196	46.538
RO	18.057	14.006	8.483	9.716	8.901	3.200	18.375	22.656	53.816	49.578
RS	9.928	836	-		-				9.928	836
SC	6.093	6.080	-		-		1.886	1.669	7.979	7.749
SE	113.396	59.081	-		-				113.396	59.081
SP	312.209	199.353	571.231	295.902	938.447	455.170	643.063	533.870	2.464.950	1.484.295
TO	834	745	-		-				834	745
Total	**1.085.943**	**1.051.483**	**3.766.146**	**3.487.730**	**7.656.446**	**4.191.498**	**5.075.569**	**3.772.321**	**17.584.104**	**12.503.032**

Fonte: Conab/Digem/Suinf

2.5.6 - Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante o exercício de 2008 três pesquisas de campo para levantamento de informações sobre a safra de cana-de-açúcar de 2008.

O primeiro, realizado no período de 31/03 a 11/04, objetivava o levantamento de informações sobre a produção da temporada de 2008, cuja moagem estava iniciando. Com os dados foi possível elaborar o prognóstico do total de cana-de-açúcar que seria processada e a produção esperada de açúcar e de álcool etílico. O segundo, ocorrido durante o período de 28/07 a 08/08, e o último, nos meses de novembro e dezembro, visou o levantamento de informações para o fechamento da safra da temporada de 2008/09.

A metodologia empregada pela Companhia na realização dos levantamentos prevê a visita de empregados a todas as unidades de produção em atividade no país. O contato direto com as fontes de informação permite manter uma forte interação com este ramo de atividades e, com o preenchimento dos questionários, apurar um conjunto de

informações que permite inferir, com elevado nível de acuidade, a situação geral deste importante setor de produção.

Os resultados apurados representam um importante instrumento de gestão das políticas públicas do governo federal, particularmente no que se refere ao álcool etílico combustível (etanol), cujo crescimento do consumo doméstico e das exportações exigem constante acompanhamento para facilitar o funcionamento regular dos mercados e prevenir eventualidades de crises de oferta ou demanda.

A área total ocupada da safra 2008/09 é de 8.491.228,0 hectares, sendo 7.010.202,0 em produção, 999.650,0 em formação, 165.509,00 com a produção de sementes/mudas e 315.867,0 (bisada) cuja colheita será processada durante a próxima safra.

A produção prevista de cana-de-açúcar é de 571.370,6 toneladas, com incremento de 13,9% sobre a safra anterior que foi de 501.536,2 mil toneladas. Da produção total, 246.037,1 mil toneladas deverá ser destinada à produção de açúcar (43,1%), correspondendo a 6,7% a mais do que as 230.568,2 mil toneladas processada na safra anterior. Na produção de álcool deverão ser processadas 325.333,5 mil toneladas de cana-de-açúcar, com incremento de 20,1% sobre a quantidade da safra anterior.

A produção total de açúcar está estimada em 32,1 milhões de toneladas e representa um acréscimo de 206% em relação à safra anterior. Para a produção de álcool os números indicam um volume de produção da ordem de 26,6 bilhões de litro, com um expressivo aumento na produção nacional, equivalente a 15,7%.

Referente às duas diferentes regiões brasileiras que produzem cana-de-açúcar em calendários distintos, a situação encontrada é a seguinte:

a) Região Norte/Nordeste: os principais estados produtores (Alagoas, Pernambuco e Paraíba) iniciaram suas colheitas no mês de setembro. Os números ainda representam um prognóstico, porém, o regime de chuvas encerrado apresentou um ótimo comportamento e os canaviais tiveram um crescimento vegetativo adequado, sendo possível manter uma previsão otimista quanto ao desempenho da colheita. Os números levantados junto às unidades de produção da região indicam um aumento de 4,7% na dimensão da safra, com uma previsão para o total da colheita da ordem de 69,2 milhões de toneladas.

b) Região Centro-Sul: abrangendo os estados das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, os resultados indicam uma expansão da produção de cana da ordem de 15,34%, passando de 435,39 milhões de toneladas para 502,15 milhões.

Nesta região, cujo calendário de safra prevê seu início em abril de cada ano e encerramento em dezembro, apesar da grande dimensão da colheita da cana-de-açúcar destinada à moagem, que deve crescer 13,9% em relação à safra passada, seu andamento foi afetado por dois diferentes fatores que conturbaram seu desempenho:

1. clima muito chuvoso, especialmente no período inicial da moagem, que atrasou o ritmo de processamento da colheita resultando em um menor rendimento médio em sacarose (ATR) da safra; e
2. atraso no cronograma de funcionamento de muitas unidades de produção e, em especial, algumas unidades novas, que não tiveram tempo hábil para processar toda a cana madura disponível.

A consequência imediata da ação desses fatores adversos está no volume recorde de cana madura que não será cortada nesta temporada, cujo total estimado se

aproxima de 270,7 milhões de toneladas e corresponde a 5,5% da safra regional, e permanecerá no campo para ser colhida na próxima temporada.

Quadro 2.79
Demonstrativo da Produção de Cana-de-Açúcar

UF	Área (ha)					Produção (Em mil t)	Destinação (Em mil t)	
							Indústria Sucoalcooleira	
	Em Produção	Em Formação	Semente/Muda	Bisada(1)	Total		Açúcar	Álcool
AM	3.901,0	624,0	122,0	-	4.647,0	314,0	172,7	141,3
PA	11.000,0	-	-	-	11.000,0	749,6	321,6	428,0
TO	5.700,0	1.447,0	229,0	-	7.376,0	285,0	-	285,0
MA	38.900,0	2.900,0	742,0	-	42.542,0	2.385,0	186,0	2.199,0
PI	13.110,0	2.000,0	320,0	-	15.430,0	900,9	540,5	360,4
CE	1.618,0	240,0	58,0	-	1.916,0	111,5	-	111,5
RN	55.499,0	11.160,0	2.550,0	-	69.209,0	3.075,0	2.075,6	999,4
PB	112.501,0	8.747,0	1.783,0	-	123.031,0	6.117,0	1.627,1	4.489,9
PE	316.579,0	32.853,0	7.059,0	-	356.491,0	20.418,1	13.473,9	6.944,2
AL	426.815,0	42.154,0	8.745,0	-	477.714,0	29.864,3	19.889,4	9.974,9
SE	34.884,0	11.911,0	2.641,0	-	49.436,0	2.306,2	942,5	1.363,7
BA	37.363,0	10.224,0	1.265,0	-	48.852,0	2.690,0	972,1	1.717,9
MT	223.200,0	37.908,0	6.822,0	-	267.930,0	16.109,9	3.818,0	12.291,9
MS	275.810,0	70.415,0	11.533,0	22.186,0	379.944,0	20.755,1	7.679,4	13.075,7
GO	401.800,0	68.910,0	10.820,0	29.756,0	511.286,0	29.645,1	8.300,7	21.344,4
MG	600.697,0	112.704,0	14.248,0	19.855,0	747.504,0	44.120,0	20.114,8	24.005,2
ES	65.200,0	7.144,0	1.295,0	-	73.639,0	4.419,0	848,4	3.570,6
RJ	50.000,0	9.254,0	1.604,0	1.421,0	62.279,0	3.556,3	2.222,7	1.333,6
SP	3.824.241,0	477.516,0	77.523,0	142.771,0	4.522.051,0	340.510,3	144.022,5	196.487,8
PR	509.289,0	91.149,0	16.150,0	99.878,0	716.466,0	42.918,3	18.829,2	24.089,1
RS	2.095,0	390,0	-	-	2.485,0	120,0	-	120,0
Total	**7.010.202,0**	**999.650,0**	**165.509,0**	**315.867,0**	**8.491.228,0**	**571.370,6**	**246.037,1**	**325.333,5**

Fonte: Conab/Diges/Suinf/Geasa
(1) Cana madura e não colhida

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 31.279,8 mil toneladas na safra passada para 32.085,3 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 2,6%. Na Região Norte/Nordeste a previsão é de crescimento de 3,1% (4.858,7 para 5.010,7 mil toneladas), e na Centro/Sul é de 2,5% (de 26.421,1 para 27.074,6 mil toneladas).

Quadro 2.80
Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safra		Var. %	Safra		Var. %
	2007	2008		2007	2008	
AM	77,4	172,7	123,1	8,9	16,4	84,3
PA	126,1	321,6	155,0	16,2	36,8	127,2
MA	122,5	186,0	51,8	14,0	24,8	77,1
PI	179,5	540,5	201,1	22,2	69,0	210,8
RN	1.768,7	2.075,6	17,4	215,7	255,2	18,3
PB	971,8	1.627,1	67,4	115,7	190,8	64,9
PE	13.365,9	13.473,9	0,8	1.681,1	1.710,1	1,7
AL	19.854,9	19.889,4	0,2	2.591,9	2.467,4	-4,8
SE	747,7	942,5	26,1	89,1	118,4	32,9
BA	838,7	972,1	15,9	103,9	121,8	17,2
MT	3.232,0	3.818,0	18,1	415,7	506,3	21,8
MS	4.517,8	7.679,4	70,0	602,7	1.006,1	66,9
GO	7.404,0	8.300,7	12,1	1.022,9	1.103,4	7,9
MG	15.123,6	20.114,8	33,0	2.089,5	2.639,2	26,3
ES	652,4	848,4	30,0	85,8	109,7	27,9
RJ	2.056,7	2.222,7	8,1	254,8	263,7	3,5
SP	140.458,6	144.022,5	2,5	19.405,8	19.066,7	-1,7
PR	19.069,9	18.829,2	-1,3	2.543,9	2.379,5	-6,5
Total	**230.568,2**	**246.037,1**	**6,7**	**31.279,8**	**32.085,3**	**2,6**

Fonte: Conab/Diges/Suinf/Geasa

Para o álcool é esperado um aumento de 15,7%, passando de um total de 23.007.167,9 mil litros para 26.606.297,3 mil litros. O aumento estimado para a Região Norte/Nordeste é de 2,8% (de 2.217.813,6 para 2.278.817,9 mil litros) enquanto que na Centro/Sul foi previsto um expressivo aumento da ordem de 17,0%, passando a produção total da região de 20.789.354,3 mil litros para 24.327.479,4 mil litros, representando um volume adicional da ordem de 3.538.125,1 mil litros.

Os números confirmam a tendência de aumento na produção de álcool muito acima do observado para o açúcar. Este fato responde ao comportamento de ambos os mercados pois, por um lado, o consumo de açúcar tem um padrão estável e modesto de crescimento, enquanto o álcool etílico, por seu uso como combustível automotor, ocupa espaços crescentes como um produto de fonte limpa e renovável, capaz de substituir a gasolina. Tal crescimento, tanto no mercado doméstico como no internacional, vem transformando este produto em um novo combustível de padrão universal.

Como consequência desta tendência, na safra 2007/08 foram destinadas 270.968,1 mil toneladas para a produção de álcool (54,0% da produção total) e na de 2008/09 estima-se em 325.333,5 mil toneladas (56,9%), enquanto que para a produção de açúcar a participação caiu de 46,0% para 43,1%. Da mesma forma, a crescente participação dos veículos tipo 'flex-fuel' na frota automotiva brasileira de veículos leves, está impulsionando o consumo do álcool etílico hidratado, em substituição à gasolina e ao álcool anidro.

Quadro 2.81
Demonstrativo da Produção de Álcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Alcool (Em 1.000t)			Produção de Alcool (Em 1.000l)								
				Álcool Anidro			Álcool Hidratado			Total		
	Safra		Var. %	Safra		Var. %	Safra		Var. %	Safra		Var. %
	2007	2008		2007	2008		2007	2008		2007	2008	
AM	221,4	141,3	-36,2	157,8	293,5	86,0	15.705,2	8.354,5	-46,8	15.863,0	8.648,0	-45,5
PA	512,6	428,0	-16,5	33.462,4	29.754,8	-11,1	6.294,6	-	-100,0	39.757,0	29.754,8	-25,2
TO	179,9	285,0	58,4	10.597,0	12.021,9	13,4	2.770,8	10.141,6	266,0	13.367,8	22.163,5	65,8
MA	1.781,9	2.199,0	23,4	85.814,2	119.044,1	38,7	37.132,0	57.946,7	56,1	122.946,2	176.990,8	44,0
PI	462,7	360,4	-22,1	23.309,4	25.168,6	8,0	11.649,7	3.568,9	-69,4	34.959,1	28.737,5	-17,8
CE	100,4	111,5	11,1	148,7	377,2	153,7	6.670,9	7.426,5	11,3	6.819,6	7.803,7	14,4
RN	1.317,9	999,4	-24,2	44.087,4	41.644,6	-5,5	57.743,6	37.537,8	-35,0	101.831,0	79.182,4	-22,2
PB	5.275,3	4.489,9	-14,9	193.772,4	157.383,6	-18,8	189.812,9	166.040,5	-12,5	383.585,3	323.424,1	-15,7
PE	5.884,6	6.944,2	18,0	215.907,8	257.323,3	19,2	265.239,5	310.181,2	16,9	481.147,3	567.504,5	17,9
AL	9.777,0	9.974,9	2,0	368.451,9	400.757,3	8,8	455.684,3	395.580,0	-13,2	824.136,2	796.337,3	-3,4
SE	781,2	1.363,7	74,6	34.782,1	55.603,3	59,9	23.094,7	50.447,6	118,4	57.876,8	106.050,9	83,2
BA	1.795,5	1.717,9	-4,3	101.206,5	83.637,8	-17,4	34.317,8	48.582,5	41,6	135.524,3	132.220,3	-2,4
MT	11.430,2	12.291,9	7,5	405.334,5	414.251,9	2,2	497.079,9	588.615,9	18,4	902.414,4	1.002.867,8	11,1
MS	11.127,2	13.075,7	17,5	209.824,7	405.978,3	93,5	713.313,8	658.065,9	-7,7	923.138,5	1.064.044,2	15,3
GO	13.651,1	21.344,4	56,4	512.428,3	514.038,8	0,3	654.599,8	1.244.588,3	90,1	1.167.028,1	1.758.627,1	50,7
MG	21.336,5	24.005,2	12,5	608.092,4	754.082,6	24,0	1.233.509,4	1.216.563,5	-1,4	1.841.601,8	1.970.646,1	7,0
ES	3.356,4	3.570,6	6,4	173.892,0	162.005,7	-6,8	93.979,6	119.511,3	27,2	267.871,6	281.517,0	5,1
RJ	1.836,4	1.333,6	-27,4	28.889,3	30.038,2	4,0	115.743,9	71.729,5	-38,0	144.633,2	101.767,7	-29,6
SP	158.863,6	196.487,8	23,7	5.200.257,4	6.251.406,0	20,2	8.553.918,9	9.972.202,2	16,6	13.754.176,3	16.223.608,2	18,0
PR	21.147,7	24.089,1	13,9	389.634,2	411.098,8	5,5	1.391.253,5	1.504.298,9	8,1	1.780.887,7	1.915.397,7	7,6
RS	128,6	120,0	-6,7	-	-	-	7.602,6	9.003,7	18,4	7.602,6	9.003,7	18,4
Total	**270.968,1**	**325.333,5**	**20,1**	**8.640.050,4**	**10.125.910,3**	**17,2**	**14.367.117,4**	**16.480.387,0**	**14,7**	**23.007.167,8**	**26.606.297,3**	**15,6**

Fonte: Conab/Diges/Suinf/Geasa

2.5.7 – Cobranças

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R$29.024.596,50 referentes a operações vinculadas aos estoques governamentais, R$8.383.389,65 de outros devedores e R$96.066,55 de ex-empregados, totalizando R$37.504.052,70, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.82
Demonstrativo de Cobranças

Operações	Quantidade		Valor cobrado (R$)
	Dívidas	Produtos (kg)	
a) Cobranças Administrativas Por Operações Estoques Governamentais-2008			
Alteração qualidade/escala/tipo	2	109.438	62.350,49
Classificação abaixo do padrão	3	1.070.000	287.451,00
Deságio	62	14.506.088	8.474.703,51
Desclassificação em armazenagem	3	1.368.512	354.636,74
Desvio	32	19.987.007	9.534.915,52
Perda em armazenagem	120	31.309.063	10.310.539,24
Subtotal no período	**222**	**68.350.108**	**29.024.596,50**
b) Cobranças Administrativas Por Origem Dívidas de Outros Devedores -2007			
Agricultura familiar	2	-	136.846,79
Aluguel	11	-	34.303,32
Armazenagem	2	-	28.761,30
Comissão	2	-	4.063,85
Indenização de prejuízos	5	-	122.423,19
Multa Bolsa de Valores	160	-	243.114,70
Multa pelo não cumprimento Aviso/AVE	254	-	5.208.620,34
Pessoal cedido	100	-	2.372.576,76
Ressarcimento despesas administrativas	107	-	225.187,00
Restituição de Salários	3	-	7.492,40
Subtotal no período	**646**	**-**	**8.383.389,65**
c) Dívidas de Ex-Empregados – 2007			
Indenização de prejuízos	2	-	1.234,00
Ressarcimento de Despesas Administrativas	2	-	9.180,38
Restituição de Salários	7	-	85.652,17
Subtotal	**11**	**-**	**96.066,55**
Totais de cobrança	**879**	**68.350.108**	**37.504.052,70**

Fonte: Conab/Diafi/Sufin/Gecob

No mesmo período a Conab recebeu, em espécie, R$18.638.261,96 e 44.072,24 toneladas de produtos, referentes a cobranças por desvios e perdas em armazenagem realizadas em 2008 e em exercícios anteriores, e de cobranças a outros devedores e ex-empregados.

Quadro 2.83
Demonstrativo de Recebimentos até 31/12/2008

Operações	Quantidade		Recebimentos			Valores recebido (R$)
	Dividas	Produtos (kg)	Produtos (kg)	Sobretaxa (R$)	INPC (R$)	
a)Recebimentos Por Operações Estoques Governamentais – 2008						
Alteração de qualidade escala tipo	2	109.438	-	62.350,49	-	62.350,49
Classificação Abaixo do Padrão	2	370.000	-	84.101,00	-	84.101,00
Compra antecipada CAAF/MDS	714	198.430	4.670	-	383.355,12	383.355,12
Deságio	26	1.518.114	173.970	576.162,91	89.939,99	666.102,90
Desvio	24	12.643.235	3.514.477	2.526.970,89	14.267,01	2.541.237,90
Perda em armazenagem	112	29.233.029	6.324.764	5.846.425,72	1.272.593,32	7.119.019,04
Subtotal no período	**880**	**44.072.246**	**10.017.881**	**9.096.011,01**	**1.760.155,44**	**10.856.166,45**
b) Recebimentos de Cobranças Administratias Por Origem Dívidas de Outros Devedores						
Alienação de imóveis	56	-	-	-	-	976.119,88
Aluguel	33	-	-	-	-	34.078,87
Armazenagem	14	-	-	-	-	53.949,55
Comissão	1	-	-	-	-	3.779,60
Indenização de prejuízos	8	-	-	-	-	66.036,04
Multa atraso na entrega	1	-	-	-	-	1.712,13
Multa Bolsa de Valores	155	-	-	-	-	206.601,48
Multa pelo não cumprimento Aviso/AVE	307	-	-	-	-	4.184.389,31
Pessoal cedido	99	-	-	-	-	1.971.890,09
Ressarcimento despesas administrativas	376	-	-	-	-	248.855,38
Restituição de salários	2	-	-	-	-	811,01
Subtotal no período	**1.052**	**0**	**0**	**0**	**0**	**7.748.223,34**
c) Recebimentos de Cobranças Administrativas Por Origem Dívidas de (ex) empregados						
Indenização de prejuízos	20	-	-	-	-	2.157,02
Ressarcimento despesas administrativas	23	-	-	-	-	8.874,18
Restituição de salários	30	-	-	-	-	20.368,97
Serviço de Assistência a Saúde	12	-	-	-	-	2.472,00
Subtotal no período	**85**	**0**	**0**	**0**	**0**	**33.872,17**
Totais de recebimentos	**2.017**	**44.072.246**	**10.017.881**	**9.096.011,01**	**1.760.155,44**	**18.638.261,96**

Fonte: Conab/Diafi/Sufin/Gecob

O valor total das cobranças atualizadas para 31 de dezembro de 2008, desde os processos ajuizados até aquelas em fase de instrução é de R$1.849.310.290,54, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.84
Demonstrativo Gerencial de Cobrança

Natureza do Débito	NÚMERO DE PROCESSOS / VALORES									
	Ajuizados		Enc p/ Ajuizamento		Cobrança em Andament		Outros (*)		TOTAIS	
	Qtde	R$	Qtde	R$	Qtde	R$	Qtde	R$	Qtde	R$
Compra Antecipada CAAF/MDS	-	-	-	-	**22**	233.979,65	40.501	89.128.635,13	40.523	89.362.614,78
Deságio	439	57.760.478,73	13	740.522,96	**27**	2.868.080,00	4	1.146.291,72	483	62.515.373,41
Desclassificação em Armazenagem	182	53.441.986,33	13	1.755.198,56	-	-	-	-	195	55.197.184,89
Desvio	1.418	886.869.669,97	5	62.051,50	**1**	56.006,94	7	4.145.234,75	1.431	891.132.963,16
Outros	5	26.109.959,07	-	-	-	-	-	-	5	26.109.959,07
Perda (Transporte)	2	173.428,41	-	-	-	-	-	-	2	173.428,41
Perda em Armazenagem	3.187	518.651.581,41	39	4.513.357,92	**6**	421.616,60	4	255.945,01	3.236	523.842.500,94
Remoção	1	6.228,55	-	-	-	-	-	-	1	6.228,55
Sinistro em ARM	6	3.585.461,30	-	-	-	-	-	-	6	3.585.461,30
Agricultura Familiar	13	5.728.032,45	2	234.936,96	-	-	1	11.878,79	16	5.974.848,20
Alienação de Imóveis	7	597.954,32	1	3.540.479,51	-	-	3	1.156.156,05	11	5.294.589,88
Alt. Classif. Algod. - Conab	690	28.335.446,48	-	-	-	-	-	-	690	28.335.446,48
Alt. Classif. Algod. - M.P	122	23.316.930,84	-	-	-	-	-	-	122	23.316.930,84
Aluguel	3	1.308.215,86	1	91.094,73	-	-	2	5.603,16	6	1.404.913,75
Armazenagem	9	1.286.866,54	1	116.570,70	-	-	1	66.578,71	11	1.470.015,95
Comissão	-	-	1	340,84	-	-	-	-	1	340,84
Indenização de Prejuízos	61	39.154.727,65	12	1.532.899,81	-	-	11	44.643.673,12	84	85.331.300,58
Multa Atraso Entrega	599	16.274.327,74	24	1.095.578,87	-	-	2	95.816,64	625	17.465.723,25
Multa Bolsa de Valores	3	242.720,06	10	34.093,43	**2**	5.709,82	2	79.853,03	17	362.376,34
Multa pelo não Cumprimento Aviso/AVE	231	17.202.267,68	37	2.698.785,74	**19**	467.099,36	61	6.175.415,93	348	26.543.568,71
Pessoal cedido	12	284.844,16	1	137.217,06	**31**	692.308,10	7	519.932,55	51	1.634.301,87
Ressarc. Desp. Administrativas	1	7.732,16	2	4.830,63	**4**	12.492,11	5	32.924,16	12	57.979,06
Restituição de Salários	1	10.478,86	2	14.484,95	**1**	6.681,39	7	78.525,08	11	110.170,28
Serviço de Assistência à Saúde	12	70.306,16	1	11.179,88	-	-	1	583,96	14	82.070,00
Total	**7.004**	**1.680.419.644,73**	**165**	**16.583.624,05**	**113**	**4.763.973,97**	**40.619**	**147.543.047,79**	**47.901**	**1.849.310.290,54**

(*) Remetido p/ instrução judicial, Composição de dívida, Pagamneto efetuado em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial...

2.6 – Programa de Revitalização da Conab

Esse Programa teve início em dezembro de 2003, mediante acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (Projeto BRA-03/04), com o objetivo geral de capacitar a Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País, fortalecendo cada vez mais a posição da Companhia dentro do contexto nacional.

Nesse cenário, tal Programa vem sendo desenvolvido mediante a implementação de cinco projetos, a seguir descritos, sendo que os dois primeiros buscam atender necessidades internas da Conab e os outros três estão relacionados com exigências externas da organização.

a) Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia

Visa ao aprimoramento das ferramentas de planejamento e, sobretudo, de controle das ações, de forma a garantir o efetivo monitoramento das atividades estratégicas, propiciando transparência ao desempenho institucional, inclusive no que pertine às dimensões de interesse do Tribunal de Contas da União (economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e eqüidade).

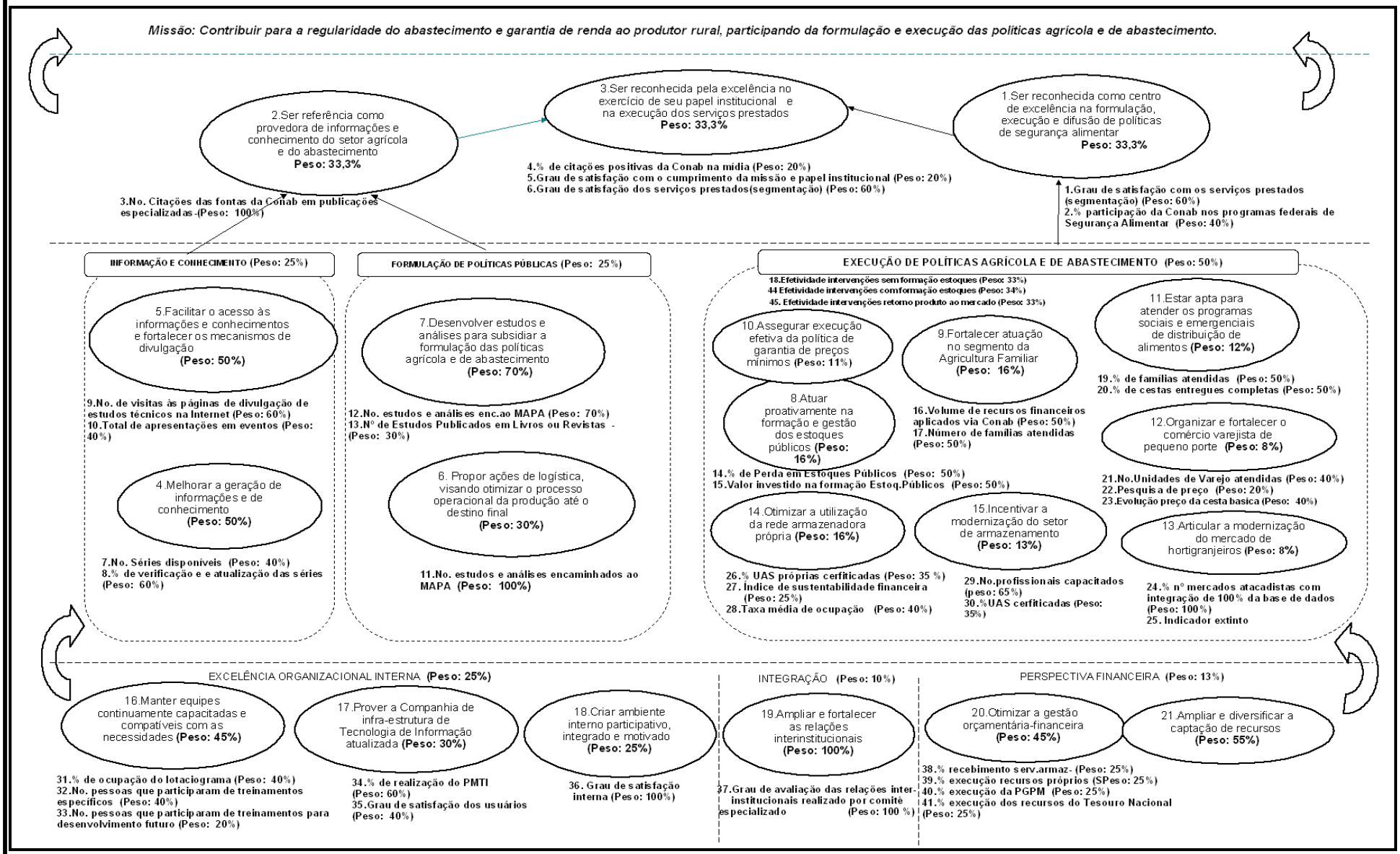
Para o desenvolvimento desse Projeto foi contratada, em abril de 2004, a Symnetics Consultoria Empresarial Ltda. Como resultado, em dezembro de 2004 foi aprovado pela Diretoria Colegiada, em sua 675.ª Redir, por meio do Voto Presi n.º 02/04, o Planejamento Estratégico da Conab.

Citado planejamento, construído a partir da metodologia do Balanced Scorecard-BSC, contemplou, entre outras orientações, uma nova declaração da missão institucional da Companhia; o mapa estratégico corporativo; os indicadores de desempenho; as metas para os anos de 2005, 2007 e 2009 e, ainda as iniciativas estratégicas (ou projetos), definidas para alavancar o alcance dos objetivos estratégicos.

A introdução desse novo modelo de gestão buscou, sobretudo, aprimorar o processo de planejamento e a cultura de avaliação institucional.

Para a medição dos indicadores, e o monitoramento do alcance das metas, a Conab tem utilizado o HPS- Hyperion Performance Scorecard (ferramenta de tecnologia da informação), sendo que os componentes do Mapa Estratégico Corporativo, tais como objetivos e indicadores, estão devidamente parametrizados, de forma a permitir a apuração da performance da Companhia, e sua visualização por meio da sinalização por cores.

Figura 7
Mapa Estratégico Corporativo
Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.



A figura nº 7 apresenta o Mapa Estratégico Corporativo, com a parametrização acima mencionada, para todos os seus componentes (perspectivas, objetivos e indicadores).

Ainda no segundo semestre de 2007, com a mudança na Direção da Companhia, foi abordada a necessidade de se preceder ajustes na forma de condução do processo de avaliação, incluindo os respectivos indicadores de desempenho e as iniciativas estratégicas.

Portanto, em 2008, para atender demanda da Auditoria Interna, foram apurados somente os indicadores que demonstraram estar alinhados com as Ações consignadas no Plano Plurianual 2008/2011, conforme apresentados no **item 2.4.2.**

b) Modernização da Tecnologia da Informação da Conab

O caminho determinado para o cumprimento da missão da Superintendência de Modernização Empresarial - Sumep, estabelecida em *Coordenar e integrar as ações institucionais na área de tecnologia da informação, avaliando e provendo soluções adequadas, com foco nos objetivos estratégicos*, tem resultado em elevado grau de transformação tecnológica, necessário ao alcance dos objetivos estratégicos traçados pela Companhia e colocando-a em igual patamar de grandes corporações.

O Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, iniciado em 2004, é o carro-chefe da Sumep e principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico "Prover a Companhia de Infra-estrutura de TI Atualizada" do Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: "Melhorar a geração de Informação e Conhecimento", "Facilitar o acesso as Informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação", "Atuar proativamente na formação dos estoques públicos", "Fortalecer atuação no segmento da Agricultura Familiar", "Prover a articulação do mercado de hortigranjeiro" e "Criar ambiente interno participativo, integrado e motivado".

O PMTI tem, portanto, impacto em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim a sua importância, como fator crítico de sucesso para a execução de sua estratégia organizacional.

O Projeto Geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível. O PMTI, o qual se encontra em pleno andamento, vem desenhando um novo cenário de TI, com padrões metodológicos e tecnológicos.

Os novos sistemas corporativos, uma das principais entregas do PMTI, estão sendo desenvolvidos com tecnologias de ponta e utilização de melhores práticas em desenvolvimento de sistemas, baseados em premissas tais como tecnologia web e utilização de software livre, desde software básico e de suporte, banco de dados, linguagens de programação e ferramentas de desenvolvimento, em aderência às recomendações do Governo Federal.

Pautados na preservação da visão sistêmica, estes novos sistemas compartilham um mesmo modelo corporativo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento de sistemas, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*.

Além dos novos sistemas corporativos, os destaques ficam para os *Datawarehouse* e soluções de *Business Intelligence (BI)*, também pautados na utilização de softwares livres (bancos de dados, ferramentas OLAP e ETL) derivados das bases de

dados corporativas. O PMTI também privilegiou o desenvolvimento de um novo sítio institucional da Companhia e a intranet.

Parte do acervo de sistemas existentes, também dentro das ações previstas, vem passando por um processo de revisão e reconstrução, tanto tecnológica quanto negocial, como, por exemplo, o xFAC (Sistema de Faturamento e Controle de Estoques), derivado do SINTEG (Sistema Integrado de Estoques), e o SISCOE (Sistema de Comercialização Eletrônica), derivado do SEC (Sistema Eletrônico de Comercialização).

O PMTI também vem privilegiando a infra-estrutura tecnológica: melhoria gradual do parque computacional e da infraestrutura de rede e a migração dos serviços de rede (Firewall, Correio Eletrônico, Servidores Web) e ferramentas de automação de escritório para plataforma livre, o que possibilitou redução significativa do seu Custo Total de Propriedade *(TCO – Total Cost Ownership)* e projetou a Conab como referência de sucesso na adoção de software livre, no âmbito da administração pública.

As ações previstas vêm ocorrendo de acordo com as prioridades, metas, indicadores traçados e também de acordo com as expectativas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Conab; contudo, neste exercício, diante da impossibilidade de renovação da Carta de Acordo que amparava as contratações dos serviços por meio de Agência Implementadora vinculada ao Projeto BRA/03/034, houve no primeiro trimestre uma perda de aproximadamente 80% da força de trabalho que, somada à evasão de novos concursados para outros órgãos de governo com remuneração melhor adequada aos padrões de mercado de TI, assim como a não recomposição do quadro funcional próprio, impactou diretamente em vários projetos e atividades, comprometendo sobremaneira a prestação dos serviços de infraestrutura, de suporte e de sistemas em produção e em desenvolvimento.

Mesmo diante deste cenário crítico, tem-se que especificamente em relação ao exercício de 2008, várias foram as ações realizadas, cabendo destacar:

- Entrada em produção do Sistema de Auditoria - SIAUDI em plataforma web e livre. O sistema automatiza o processo de acompanhamento das Constatações (follow-up), provendo um maior gerenciamento e flexibilidade no acesso às informações dos Relatórios de Auditoria Interna.
- Entrada em produção do Sistema de Demonstração do Resultado do Exercício – SISDRE em plataforma web e livre. O sistema tem como principal função permitir a geração automática da Demonstração do Resultado do Exercício a partir de informações colhidas do SIAFI, para que seja possível gerar os relatórios das unidades e consolidado da Conab.
- Entrada em produção do Sistema de Ouvidoria – SISOUV em plataforma web e livre. O sistema possibilita a coleta, cadastro, trâmite e acompanhamento das demandas (sejam elas sugestões, elogios, críticas ou denúncias) enviadas à Ouvidoria da Conab. O envio de demandas pode ser realizado na intranet e internet da Conab.
- Entrada em produção do Sistema de Faturamento e Controle de Estoques - xFAC, nas Suregs do AM, MG, MT, PB, PR, SC e RN. Serviços de manutenção corretiva e evolutiva em andamento. O sistema, em substituição ao Sinteg, efetua controles integrados das operações relacionadas com faturamento, controle de estoques, atualização contábil e escrituração fiscal. A entrada em produção nos demais estados será decidida pelo Grupo Gestor constituído por meio da Portaria Presi 253/2008.

- Desenvolvimento da primeira etapa do módulo web do sistema xFac, com a disponibilização dos relatórios: Notas Fiscais Sintético, Notas Fiscais Analítico, Relatório de Equalização e Estoque.
- Entrada em produção da solução de “Suporte a Sistemas”, disponível aos usuários na intranet.
- Desenvolvimento do sistema de apuração dos índices IPP/IPR, parte integrante do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - SIAGRO em plataforma web e livre. Promovida a entrega da versão funcional à área gestora para homologação. A entrada em produção encontra-se prevista para o primeiro trimestre de 2009. Dada à grande abrangência do escopo negocial do projeto SIAGRO, de longo prazo, o mesmo vem sendo continuado com os demais módulos priorizados, observadas as definições da Diretoria e rede de precedência.
- Implementação das solicitações de mudanças e melhorias demandadas e priorizadas pela área gestora Suarm no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – SICARM, desenvolvido em plataforma web e livre. Novos pacotes de implementações encontram-se previstos para ocorrer no ano vindouro. O sistema trata de todo o ciclo de vida dos armazéns: cadastro, impedimento, credenciamento e descredenciamento de armazéns, cadastro de contrato, termo aditivo, termo de rescisão, impedimentos, descredenciamentos e recredenciamentos de agentes, registro de perdas de estoque e informações relativas às ofertas de armazenagem existentes nas diversas regiões do país.
- Implementação das solicitações de mudanças e melhorias demandadas e priorizadas pela área gestora Suinf no sistema de Preços, parte integrante do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO, desenvolvido em plataforma web e livre. O sistema gera informações de séries, preços de produtos e índices econômicos para divulgação à sociedade e aos setores interessados, possibilitando a realização de análises conjunturais.
- Implementação das solicitações de mudanças e melhorias demandadas e priorizadas pela área gestora Suinf, inclusive aquelas necessárias para atendimento ao PGPAF 2009, na solução de Datawarehouse do sistema de Preços, parte integrante do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO, desenvolvido em plataforma web e livre. A partir do cadastramento diário de preços e de índices no SIAGRO, a solução de DW consolida uma base multidimensional, permitindo, via solução de Business Intelligence (BI), análises gerenciais – geração de relatórios, gráficos e mapas das séries históricas de preços e índices.
- Desenvolvimento e disponibilização à área gestora Suinf do sistema de Custo de Produção para aves de corte e suínos (para grãos, a entrada em produção ocorreu ainda em 2007), parte integrante do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO em plataforma web e livre. Fornece informações sobre os custos inerentes à produção dos produtos acompanhados pela Conab. Para tanto, o sistema possibilita a realização do cálculo do custo a partir da coleta de informações sobre tecnologias e sistemas de produção predominantes e preços de insumo. O cálculo e a análise do custo de produção é essencial para a elaboração da proposta de preços mínimos e de garantia.
- Início da reestruturação do sistema web da Agricultura Familiar e do aplicativo PAANet, partes integrantes do Sistema de Gestão de Estoques – SIGEST, cujas mudanças nos requisitos do sistema foram demandadas pela área gestora Supaf com a finalidade de simplificar o processo de participação no PAA e possibilitar

uma melhor gestão. O sistema permite o controle das demandas e programação orçamentárias e o registro de propostas de participação dos seguintes mecanismos do PAA: Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – CPR Doação e Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR/Estoque.

- Continuidade do levantamento de requisitos de casos de uso com vistas ao oportuno desenvolvimento do sistema de Administração de Estoques, parte integrante do projeto SIGEST. Dada à grande abrangência do escopo negocial do projeto SIGEST, de longo prazo, o mesmo vem sendo continuado com o próximo módulo priorizado, observadas as definições da Diretoria e rede de precedência.
- Migração da plataforma do Portal de comercialização eletrônica de Windows para Linux e início da reestruturação do Sistema de Comercialização Eletrônica – SISCOE, para plataforma web e livre.
- Implementação das solicitações de mudanças e melhorias demandadas pela área gestora Suinf no Sistema de Avaliação de Safras, desenvolvido em plataforma web.O sistema possibilita o cadastramento dos levantamentos e avaliação de safras. Fornece informações relativas à diferença de área plantada em relação à safra anterior. Possibilita acompanhamento de dados sobre a colheita / comercialização ao longo do ano. Acompanhamento sobre as áreas agrícolas.
- Suporte tecnológico ao Projeto Prohort e ao Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil – SIMAB.
- Implementação de melhorias no Sistema de Informações Gerenciais – ConabSIG, desenvolvido em plataforma web e livre para atendimento ao Projeto Prohort. Disponibiliza uma solução de *Datawarehouse* e *Business Intelligence (BI)* para provimento de informações gerenciais de oferta e valor de comercialização de produtos hortigranjeiros em nível de município de origem e CEASA de destino.
- Implantação no SAS da Conab do padrão de Conteúdo e Estrutura (formulários em papel) definido no TISS. Em andamento o processo com vistas à implantação transitória do padrão de Comunicação e Segurança até que seja deflagrada licitação para fins de contratação e implantação de solução definitiva para adequação do SAS ao padrão TISS.
- Aquisição de licença de uso da solução de nota fiscal eletrônica – NFe, customização e sua integração com os sistemas xFAC e Saagra, assim como a realização de exaustivos testes no ambiente de homologação da SEFAZ-MT. A entrada em produção encontra-se prevista para o primeiro trimestre de 2009 no âmbito do estado do Mato Grosso.
- Aquisição de novas licenças de uso do Sistema Aplicado à Administração Quantitativa e qualitativa de Armazenagem de Grãos – SAAGRA para os armazéns próprios que passaram a integrar a rede estratégica da Conab. O sistema possibilita a automação das atividades inerentes à operação das unidades armazenadoras da Companhia.
- Elaboração de Projeto Básico para subsidiar a oportuna licitação com vistas à contratação da prestação de serviços especializados objetivando o desenvolvimento do Sistema de Controle das Operações de Subvenção – SISSUB.
- Elaboração de Projeto Básico para subsidiar a oportuna licitação com vistas à contratação da prestação de serviços especializados objetivando a continuidade do desenvolvimento e manutenção do Sistema de Gestão de Estoques – SIGEST.

- Retomada das atividades para a customização das disciplinas de gerência de projetos, requisitos, análise e projeto, gerência de configuração e mudanças e Testes, com vistas à oportuna implantação do processo de desenvolvimento de software da Conab (Conab-UP).
- Prospecção de soluções para um novo sistema de controle de atividade jurídica, demandado pela área gestora Proge. A conclusão do Projeto Básico encontra-se prevista para o primeiro trimestre de 2009.
- Contratação e ampliação dos links de longa distância. Concluída a primeira etapa de instalação (Matriz, CDRH, UA BsB, sede das Suregs e Bolsas de Mercadorias) e migração dos links anteriores providos pela BrasilTelecom pelos novos da Embratel. Em andamento a segunda e terceira etapas de instalação, a qual irá integrar todos os armazéns próprios à rede Wan da Conab.
- Revitalização gradual do parque computacional da Matriz, CDRH, Suregs e UAs, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. No decorrer do exercício foram concluídos os processos de aquisição de 500 microcomputadores, 176 notebooks, 53 servidores e determinadas peças/componentes. Encontram-se em curso as aquisições de 10 servidores para as novas Suregs, 28 notebooks para a área gestora de fiscalização de estoques, 01 sistema de armazenamento de dados (Storage), 111 impressoras matriciais, 41 impressoras multifuncionais, 85 Racks e Path Panel e 114 concentradores/switches.
- Revisão das redes locais e instalação dos novos servidores (Windows e Linux) nas Suregs do AM, CE, ES, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO e SC. Agendada para o ano vindouro a instalação nas demais Regionais.
- Instalação das redes locais nas novas Suregs de AL e RR. Para as demais novas Regionais aguarda-se definição quanto à efetiva localização de suas sedes.
- Contratação e implantação da Infovia. Cabe salientar que a Infovia trata-se de uma iniciativa do Governo Federal Brasileiro, que visa a integração dos órgãos públicos federais em uma rede de comunicação metropolitana de alta velocidade para dados, voz e imagem. Os serviços disponíveis na Infovia são: acesso aos sistemas estruturantes de governo (Siafi, Siape, Siasg, etc), acesso à internet, videoconferência e segurança da informação.
- Acompanhamento em conjunto com a Superintendência de Administração, de levantamento com vistas ao novo projeto das redes lógica, elétrica, e de telefonia para a Matriz e CDRH.
- Implantação de solução com vistas à integração dos cadastros do sistema de RH e rede.
- Levantamento, análise e conversão de cerca de 1.500 documentos de usuários em MS-Office para BrOffice (software livre).

c) Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras)

Visa o aperfeiçoamento metodológico da previsão de safras do Brasil, buscando a redução da subjetividade na avaliação das safras, oferecendo informações mais precisas sobre volumes, épocas e localização da produção, e objetivando a melhoria na gestão dos estoques e do escoamento da safra em apoio às políticas públicas e ao mercado. Na geração das informações o GeoSafras faz uso de geotecnologias tais como, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite, sistema de informações geográficas, além de modelos agrometeorológicos e de levantamentos de campo.

As principais atividades desenvolvidas em 2008, no âmbito do Projeto Geosafras foram:

1) Desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento agrometeorológico e espectral

- Instalação e operacionalização da antena de recepção de dados SPOT e EUMETSAT (Projeto DevCoCast);

O DevCoCast visa envolver países em desenvolvimento na iniciativa GEONETCast que tem como objetivo a divulgação de dados sobre o meio ambiente (in situ e de satélites) a partir de várias fontes da África, América Central e do Sul e na Europa em (quase) tempo real e sem nenhum custo via projeto GEONETCast que, por meio de uma vasta gama de comunidades usuárias de dados desses países, promove e apóia a utilização desses produtos.

Está prevista: a) a criação de uma série de casos-piloto na África, América Central e do Sul, e Ásia; b) estruturação de uma rede, que construirá e difundirá infraestruturas existentes; e c) atividades de formação, seminários, trocas de experiências e capacitação.

É um projeto que reúne diversas instituições no mundo, e a VITO, que é o Instituto Flamengo de Pesquisas, na Bélgica, é quem está liderando. Nesse projeto todas as instituições parceiras receberão recursos para a instalação e operação de uma antena para a recepção de dados meteorológicos da EUMETCAST e imagens SPOT VEGETATION, para o monitoramento da vegetação.

No momento, um resumo executivo do processo está sendo analisado pela área jurídica Conab, para a obtenção da chancela e assinatura do Presidente da Companhia.

- Instalação, calibração e operacionalização do CGMS – *Crop Growth Monitoring System*, em conjunto com o Centro de Pesquisas da Comissão Européia.

Está previsto para o início de 2009 a assinatura de um acordo internacional com o JRC – Joint Research Center, instituto de pesquisas da União Européia que funciona em Ispra na Itália. Por meio desse acordo espera-se fazer intercâmbio de pessoas e informações de monitoramento da agricultura no Brasil/América do Sul. Foi definido que uma das primeiras frentes de trabalho será a implementação e calibração do modelo de crescimento de culturas CGMS - *Crop Growth Monitoring System.*

2) Dinâmica do Espaço Rural

- Atualização do mapeamento de áreas de cultivo (cana-de-açúcar, grãos) por meio da geração de “máscaras” derivadas de imagens de satélite de baixa resolução espacial (MODIS, SPOT Vegetation e NOAA/AVHRR).

O estudo da dinâmica do espaço rural vem sendo feito pela Conab há algum tempo. Por meio dessa metodologia é possível estimar a área cultivada com culturas de verão, inverno e cana-de-açúcar. Em 2008 foi feito um intenso esforço para a melhoria dessa metodologia e bons resultados foram obtidos. Para esse trabalho, a Companhia tem o apoio da Unicamp e o Simepar.

Na metodologia de trabalho utilizam-se imagens com baixa resolução espacial e após procedimentos, são geradas máscaras de áreas de cultivo.

- Atualização da localização das usinas.

O desenvolvimento de um banco de dados sobre as usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar foi uma demanda da Diretoria de Logística e Gestão Empresarial-DIGEM, de forma a facilitar e possibilitar o acesso às informações sobre o Agronegócio da Cana, como: localização, área plantada etc.

A localização das usinas é uma informação essencial para a geração das máscaras. De início foram utilizados os dados fornecidos pela Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras-GEASA. A localização das que não possuíam coordenadas foi feita por meio do *Google Earth.*

Esse banco já está concluído, contudo restam ainda; a) mapear e/ou corrigir o georreferenciamento de algumas usinas, trabalho esse que será realizado nos próximos levantamentos de safra de cana-de-açúcar, e b) atualizar e automatizar a entrada de dados.

- Mapeamento da cultura do café na Bahia, Rondônia e Espírito Santo por meio de imagens de satélite de média e alta resolução espacial

No fim de 2008 o mapeamento da cultura de café apresentava a seguinte situação:

- Minas Gerais: mapeamento concluído e disponível na web. Foi feita também a validação por meio de pesquisa de campo para a avaliação da acurácia,
- São Paulo: o trabalho foi realizado pelo INPE. Falta disponibilizar na web.
- Paraná: concluído e validado no norte do Estado. O resultado foi apresentado no relatório anual do Funcafé;
- Bahia: mapeamento ainda não foi inicializado. Foi concluída a aquisição/download das imagens necessárias para a execução do trabalho, faltando ainda georreferenciar na Projeção Policônica e iniciar a atividade de mapeamento visual,
- Rondônia: mapeamento não inicializado,
- Espírito Santo: mapeamento não inicializado em função do relevo acidentado.

3) Monitoramento Agrícola

- Geração de boletins mensais de monitoramento com informações agrometeorológicas e espectrais

Os boletins são gerados mensalmente utilizando-se dados decendiais do INMET e dados sobre a condição de vegetação dos sensores AVHRR e MODIS. Esses boletins são repassados para a GEASA e disponibilizados na Internet.

- Prognóstico trimestral das condições climáticas.

Os boletins de prognóstico climático são elaborados utilizando como base o prognóstico climático trimestral do INMET/CPTEC, sendo elaborado relatório dos possíveis impactos das condições climáticas nas principais culturas agrícolas brasileiras.

d) - Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agro-Extrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis

A Conab, tradicionalmente vinculada à ações de política pública voltadas para o abastecimento, mercado e armazenamento agrícolas, pretende verificar a eficácia da estratégia e dinâmica de Rede em duas dimensões: a) no incremento da presença da agricultura familiar no mercado e no acesso à políticas públicas - especialmente aquelas

operadas pela própria Companhia; b) no aumento, em volume e qualidade, das informações existentes sobre a produção e comercialização da agricultura familiar, inserindo-a de modo mais favorável nos dados que caracterizam a agricultura brasileira.

Para as organizações parceiras envolvidas com seu alcance, este objetivo pode representar a possibilidade de estruturação e perenização de uma dinâmica autônoma centrada na cooperação e ajuda mútua para além da vigência e interesses institucionais do Projeto Conab/PNUD.

Coerente com tal perspectiva de autonomia, a metodologia adotada para a estruturação das Redes tem caráter participativo, com as organizações envolvidas sendo chamadas a definir os principais obstáculos a enfrentar, as atividades e estratégias para sua implantação. Ao mesmo tempo, o entendimento de agricultura familiar utilizado no Projeto é bastante amplo, considerando uma noção de agricultores familiares que engloba, além destes propriamente ditos, assentados, acampados, quilombolas, índios e pescadores artesanais.

Seus objetivos específicos distribuem-se caracterizando quatro fases. A primeira foi aplicada em cinco áreas-piloto e, a partir da análise do nível de resposta alcançado, passou a ser executada em apenas três destas: no Mato Grosso, no Pará e na área de abrangência da SUREG-BA (estados da Bahia e Sergipe).

- **Fase 1 –** Identificação/articulação de organizações de representação e apoio, movimentos sociais e outros atores vinculados à agricultura familiar interessados no estabelecimento da Rede; realização de diagnóstico nas potenciais regiões de implantação do projeto; sistematização e análise de informações secundárias.
- **Fase 2 -** discussão e análise das informações sistematizadas; elaboração de Planos de Ação Regionais (PARs) definindo a estratégia de implementação da rede e suas atividades no estado; identificação de parceiros para a celebração de Acordos de Implementação para execução dos PARs.
- **Fase 3 -** implementação dos PARs (a cargo das Agências de Implementação); avaliação da execução dos PARs; e da estratégia de Rede.
- **Fase 4-** consolidação das redes, com atualização dos PARs, nova seleção de Agências (Parceiras de Desenvolvimento) e celebração de Cartas de Acordo para implementação dos Planos

No ano de 2004 foram cumpridas ações previstas nas fases 1 e 2, como: a) desenvolvimento de critérios para seleção das regiões alvo do projeto; b) realização de atividades de sensibilização de entidades nas regiões alvo; c) realização de diagnóstico sobre as experiências de produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar; d) realização de seminários de discussão sobre os diagnósticos realizados; e) elaboração de Planos Preliminares de Ação.

O fim de 2004 e o início de 2005 coincidiu com a realização de seminários para discussão dos Planos Preliminares de Ação e definição de Comissões Coordenadoras de Rede. A partir da realização dos Seminários, foram elaborados Planos de Ação Regional (PARs) para cada uma das 3 regiões-alvo (MT, PA e BA/SE) e os respectivos Relatórios Analíticos e Listagens de Potenciais Parceiros, inaugurando a Fase 3 do Projeto - a implementação dos Planos de Ação Regionais.

Para tanto, as Comissões Coordenadoras reuniram-se por várias vezes ao longo do ano, coordenando atividades como a avaliação e definição de entidades para serem designadas Agência Implementadora do Projeto, selecionando animadores de rede e participantes de capacitações e participando dos pré-serviços para capacitação

dos animadores selecionados. Além disso, coordenaram a atualização e ampliação do levantamento/diagnóstico sobre as experiências de produção e comercialização da agricultura familiar existentes nos estados, trabalho que foi realizado predominantemente pelos animadores e outros agentes das entidades que integram as Redes.

Ainda em 2005 teve início o processo de capacitação previsto nos PARs e no projeto de capacitação "Comercialização, cooperativismo e associativismo - Princípios básicos e ferramentas de ação" (convênio com MAPA/SEARC) - o qual foi concluído já em 2006 totalizando 231 pessoas capacitadas - 139 num processo de médio prazo (130 horas divididas em 4 módulos) e outras 92 no curto prazo (1 módulo de 8 horas).

Em 2006 foram celebradas Cartas de Acordo com Agências para implementação das atividades previstas nos PARs (março e maio) permitindo, então, o repasse de recursos às entidades. A partir de tais repasses, as entidades contrataram os animadores selecionados e treinados e assumiram a implementação das atividades previstas nos Planos de Trabalho. Ao final desse ano, a dinâmica das redes concentrou-se na realização dos Seminários Regionais e de Rede que, avaliando as atividades realizadas de 2004 a 2006, colheram subsídios para atualização da estratégia de estruturação das redes e elaboração de um novo Plano de Ação para 2007.

A descontinuidade no fluxo de recursos do Projeto Conab/PNUD para as Agências Implementadoras comprometeu o pleno alcance das metas traçadas, determinando a elaboração de Termos Aditivos às Cartas de Acordo para assegurar o completo alcance das metas previstas para o ano de 2006 ainda que adentrando 6 meses de 2007.

Sob a égide de Termos Aditivos às Cartas de Acordo, as Agências Implementadoras puderam dar continuidade as ações previstas nos PARs - concluindo, com a realização dos Seminários Regionais e de Rede, as metas previstas.

Com os subsídios colhidos em tais eventos, foram elaborados pelas Comissões Coordenadoras de Rede, com apoio da Conab, os Planos de Ação para a continuidade do esforço de estruturação de redes durante o ano de 2007. Entretanto, tais Planos não puderam ser implementados.

Devido a revisão do Projeto Conab/PNUD – BRA 03/034, que ocupou todo o segundo semestre de 2007, novas Cartas de Acordo para assegurar a continuidade da estruturação das redes não puderam ser celebradas. Assim, as Agências Implementadoras não tiveram meios materiais para garantir o custeio das atividades dos animadores e Comissões Coordenadoras.

O ano de 2008 inicia com as Comissões Coordenadoras de Rede realizando a atualização de seus Planos de Ação de Rede, inaugurando a Fase 4 do trabalho - a de consolidação das redes nos estados do MT, PA e BA/SE. Ao mesmo tempo, o PNUD alterou o rito para a definição das Agências Implementadoras a serem contratadas para implementação dos Planos.

Estas passaram a ter uma nova designação dentro do PNUD - "Parceiras de Desenvolvimento" - e o rito para contratação passou a constar das seguintes partes:

- Edital de habilitação: Anuncia Termo de Referência Genérico sobre necessidade de habilitar organizações para implementar ações em apoio à comercialização e produção agroecológica, e oferece prazo para acolher "Manifestação de Interesse" (envio de portfólio).
- Reunião do Comitê tripartide: Aprecia "Manifestações de Interesse"/portfólios e anuncia ranking de habilitadas.

- Termos de Referência específicos: Elaboração TRs para cada ação prevista (previsão de apoio à atividades como realização de eventos, publicações, levantamentos/estudos, etc.), e oferece prazo para acolhimento de "Plano de Trabalho".
- Envio dos TRs: Envio dos TRs específicos para todas as organizações habilitadas.
- Reunião do Comitê tripartide: Aprecia Planos de Trabalho e anuncia resultado (estabelecendo ranking quando mais de um Plano de Trabalho atingir a linha de corte/pontuação mínima estabelecida).
- Negociação/ajustes: Comitê negocia com organizações autoras dos Planos selecionados aspectos relativos à ações, método, cronogramas e/ou custos.
- Carta de Acordo/contrato: Celebração de Carta de Acordo/contrato para execução da ação prevista.
- Repasse de recursos: Liberação de recursos para realização das atividades contratadas.

O cumprimento de tal rito ocupou todo o primeiro semestre de 2008, logrando definir um rol de 11 parceiras de desenvolvimento: 1) cerrado – CEDAC, 2) RS – CETAP 3) BA/SE – CFAC, ARCO, CEALNOR, SASOP, 4) PA – CEAPAC, APACC, FASE-PA e 5) MT – AJOPAM.

Em julho deflagrou-se o processo de contratação previsto e, somente a partir de setembro, as Parceiras de Desenvolvimento passaram a receber recursos (a maioria delas, entretanto, teve liberação de recursos de meados de outubro em diante, com algumas recebendo somente em dezembro). No tocante à liberação de recursos, a demora foi ainda agravada pelo fato de que o PNUD substituiu o sistema anteriormente utilizado (ATLAS), o qual alterou os procedimentos para contratação e pagamento, acarretando necessidade de treinamento de pessoal na UGP para adequar-se ao novo sistema.

Tal fato determinou que as atividades de Rede tenham tido um lapso de 18 meses (julho de 2007 a dezembro de 2008). Entretanto, contrariamente ao que se poderia supor, e numa demonstração de vitalidade e compromisso, muitas das organizações que integram as redes asseguraram a continuidade de ações como, notadamente, custeando deslocamento de animadores de rede para participação em eventos e para orientação à grupos e organizações no acesso ao Programa PAA.

O primeiro aspecto a destacar enquanto avaliação sobre o andamento do Objetivo 4 no ano de 2008 diz respeito à descontinuidade das ações - fato conseqüente da revisão do Projeto Conab/PNUD – BRA 03/034 mas, também, do tempo exigido para cumprimento do rito de seleção das Parceiras de Desenvolvimento e da morosidade do PNUD para liberação dos recursos previstos nas Cartas de Acordo.

Um segundo aspecto a destacar é que a Direção Nacional do Projeto Conab/PNUD, face às morosidades anteriormente expostas e ao surgimento de novas oportunidades optou por não implementar a expansão das redes para novas áreas - o que fora previsto na revisão substantiva realizada em 2007.

Tal previsão foi substituída, em nova revisão substantiva implementada a partir de outubro de 2008 e ainda em negociação, pela previsão de atividades de estruturação de redes de comercialização a partir dos Territórios da Cidadania, em parceria com o CNPq e com o MDA, cabendo ao primeiro a contratação de bolsistas e ao segundo a destinação de recursos que serão repassados à Conab (Projeto Conab/PNUD) em 2009.

Este trabalho, face ao montante de recurso previsto (R$11,5 milhões), está inserido no novo PRODOC como um novo resultado.

Um terceiro fato relevante enquanto perspectiva foi a inclusão na revisão substantiva em curso de um novo produto dentro do resultado 4, qual seja o de desenvolver atividades direcionadas para o público das redes e experiências de produção agroecológica.

Um quarto fato a destacar foi a seleção (em outubro e novembro) e contratação (em dezembro) de consultores para acompanhamento das redes nos estados do MT, PA e BA/SE - cabendo ainda a estes a realização de atividades com vistas ao incremento das operações do PAA nos estados de Goiás, Minas Gerais (oeste e noroeste), Amapá e Maranhão.

Assim, a perspectiva para 2009 é de:

- Implementação dos Planos de Ação (PARs) pelas redes estaduais (MT, PA e BA/SE) e regionais (CEDAC - GO e CETAP – RS);
- publicação de Edital, seleção e contratação de novas Parceiras de Desenvolvimento para implementação do PRODUTO 4.11 do novo PRODOC (ainda em revisão);
- incremento das operações do PAA nos estados de Goiás, Maranhão, Amapá e no oeste e noroeste de Minas Gerais.

e) Promoção da Eficiência das cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aqüicultura Familiar

Visa estruturar e consolidar uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal e da aquicultura familiar, capaz de garantir uma melhoria significativa das condições de remuneração dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Objetiva, também, reduzir a intermediação existente entre pescadores artesanais e o mercado consumidor, por meio da estruturação de corredores de comercialização, ampliando a oferta de pescado pelos beneficiários diretamente aos consumidores, e capacitando pescadores e aquicultores para a comercialização direta com o consumidor.

Até o fim do exercício foram atendidas todas as regiões do Brasil, resultando na distribuição de 362 módulos de comercialização direta de pescado para as entidades selecionadas o que, até o momento conseguiu abranger 26 estados da Federação e mais o Distrito Federal beneficiando 05 regiões administrativas e 274 organizações de pescadores artesanais e aqüicultores familiares. Foram contemplados cerca de 260 municípios, atendendo diretamente mais de 4.000 famílias de pescadores artesanais e aquicultores familiares, proporcionando um efeito demonstrativo bastante positivo pela agregação de valor com o apoio à comercialização, além de um acréscimo do volume comercializado, assim como ao consumidor, que tem à sua disposição produtos de qualidade e sem intermediação.

Os equipamentos foram cedidos sob a forma de comodato pelo prazo de um ano e, após este período, pode ser doado em definitivo às entidades beneficiadas ou prorrogado pelo período de até um ano, se a avaliação técnica assim o recomendar. Em última instância o equipamento poderá ser transferido à outra entidade demandante se a primeira não tiver condições de cumprir o contrato de comodato assinado.

Vários impactos positivos podem ser relacionados a partir dessa iniciativa, entre eles no campo da economia, pois a utilização dos kits tem resultado em um

aumento na renda auferida pelo pescador que sempre perdeu com a exploração de atravessadores de pescado. Além disto, a utilização desses módulos de comercialização direta de pescado tem contribuído bastante na melhoria da relação com o público consumidor pelo impacto visual positivo e pelo aumento da autoestima do pescador, pois são equipamentos com padronização técnica orientados pela engenharia de pesca e vigilância sanitária. No campo da educação ambiental, este conjunto de equipamentos condiciona a um cuidado maior na utilização do espaço de venda de pescado (historicamente bastante insalubres), preservando o meio ambiente.

Também podem ser citados os reforços à organização das entidades de pescadores no campo da comercialização e a busca de parcerias institucionais governamentais ou não-governamentais que podem contribuir no futuro com a autosustentabilidade desta ação. Além disto, é uma ação socialmente viável, conforme conclusão tirada de diversos relatos dos representantes das entidades beneficiadas e de consumidores que aprovaram a iniciativa e onde os projetos de módulos de comercialização direta de pescado estavam funcionando com certa freqüência.

Entretanto, muitos desses projetos necessitam de um apoio mais constante e de assessoria e assistência técnica. Muitos deles não puderam iniciar ou utilizar os kits adequadamente por falta de apoio efetivo dos governos locais, seja cedendo legalmente os espaços públicos para a instalação dos equipamentos e afastando os pescadores da informalidade, seja apoiando no transporte destes kits para o local de comercialização (geralmente feiras livres). Uma assessoria mais efetiva pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural no dia-a-dia destes projetos possibilitaria que um número maior de projetos estivesse em pleno funcionamento em conformidade com o contrato de comodato.

Esta ação pretende continuar apoiando estas entidades no fornecimento dos equipamentos para a comercialização em feiras e mercados públicos de maneira organizada retirando essas famílias da comercialização informal. Mas também tem como estratégia atuar no fortalecimento das entidades que foram beneficiadas com os módulos de comercialização tanto na sua organização, como na sua capacitação, buscando superar os entraves e dificuldades diagnosticadas no primeiro momento. Outrossim, isto não será possível sem uma forte articulação em rede solidária que proporcione a estes atores um intercâmbio permanente de experiências e elementos que venham a fortalecê-los na sua organização com relação a comercialização. Para isto, está previsto um forte assessoramento que possa identificar os gargalos para que esta experiência se consolide, seja apoiando em processos de capacitação, seja executando processos de diagnose, com o levantamento e sistematização de dados que possam consolidar uma melhor compreensão dos projetos em andamento e dos projetos em demanda que ainda pleiteiam aprovação.

Pretende-se dar continuidade às ações de apoio por meio do fornecimento de infraestrutura de comercialização no varejo para pescadores artesanais e aquicultores familiares enquadrados no PRONAF. As atividades relacionadas à aquisição e distribuição dos módulos de comercialização direta de pescado (denominação atual para os antigos kits-feira) terão sua continuidade e serão ampliadas tanto na distribuição de mais módulos quanto no monitoramento, no apoio à gestão, na capacitação e consolidação de um banco de dados com informações sobre os projetos e seus beneficiários. Além disto, no âmbito destas atividades será ampliada a meta anterior para apoiar cerca de 700 famílias de pescadores artesanais que possuem pequenos empreendimentos estimulando iniciativas de geração de trabalho e renda, por meio da melhoria das condições de pesca, da agregação de valor aos produtos pesqueiros e de aproveitamento de subprodutos da pesca.

Esta iniciativa se justifica porque, no exercício de sua atividade, os pescadores artesanais se deparam com inúmeras dificuldades, em função da precariedade do trabalho, da falta de acesso aos meios de produção e da dependência resultante das formas predominantes de comercialização do pescado. A comercialização, a melhoria da qualidade do pescado a ser comercializado e os processos de intermediação continuam sendo os pontos mais críticos para o desenvolvimento da pesca artesanal e do aumento de renda dos pescadores.

É necessário considerar também que existe um alto nível de informalidade na cadeia produtiva da pesca e que existe uma ampla variedade de atividades que geram trabalho e renda, que não estão formalizadas. Estas atividades constituem importante estratégia de sobrevivência para um significativo número de famílias de pescadores artesanais. Entre estas atividades, podemos citar a comercialização direta e informal e as etapas de processamento de pescado que muitas vezes são realizadas pelas famílias dos pescadores.

Neste sentido, esta iniciativa tem como objetivo realizar a aquisição e distribuição (dentro da legislação vigente) de materiais e/ou equipamentos para apoio a pequenos empreendimentos, nas seguintes categorias:

- Manipulação de mariscos

Grande parte da produção de mariscos, siris e caranguejos é realizada de maneira altamente precária, sem qualquer preocupação com a qualidade sanitária e com a segurança à saúde do trabalhador. No caso das marisqueiras podem ser destacados os constrangimentos físicos em todo o processo como: riscos de cortes ocasionados pelas ostras e pela lama durante a coleta, grande pressão nas costas pela postura de coleta, posturas inadequadas durantes o processo de coleta e lavagem dos mariscos. Quanto à qualidade sanitária, é muito comum verificar a evisceração de peixes em pedras ou tábuas de madeira no chão, sem qualquer cuidado na higienização desse material.

- Pontos comerciais fixos

Em várias cidades é possível observar a carência de locais adequados à venda de pescado pelos próprios pescadores ou por seus familiares. Após a cansativa jornada de trabalho, o pescador entrega a sua produção a um comerciante, mais tradicionalmente conhecido como atravessador, que revende esse pescado a outro comerciante até chegar ao consumidor final. Esse canal de comercialização pode ser mais ou menos extenso, mas não muda a situação do pescador, que por falta de estrutura e organização, vende seu produto a um baixo valor, ganhando mais quem se encontra no outro extremo desse canal.

- Acampamento de pescadores artesanais

Em diversas regiões do interior do país, como no nordeste, norte e centro-oeste, os pescadores artesanais se deslocam para áreas de pesca distantes, necessitando permanecer em ranchos durante dias, pescando até conseguirem ter uma boa produção para então retornarem à cidade para a venda desse pescado. A falta de estrutura nesses acampamentos é grande. Segundo informações de acampamentos de pesca no Rio São Francisco, a opção de acampar está relacionada ao conhecimento ecológico dos pescadores sobre os sítios de pesca mais produtivos ou que estão mais descansados; às pequenas embarcações utilizadas, que impedem longos trajetos e não dão muita segurança de navegação; à minimização de conflitos, evitando a competição, uma vez que os acampamentos são distantes uns dos outros.

- Cozinha comunitária

Grande parte do pescado produzido pelos pescadores artesanais é vendida *in natura* nas comunidades pesqueiras, projetos de cozinhas comunitárias têm transformado essa situação, levando trabalho e renda as famílias de pescadores, pela agregação de valor oriunda do trabalho dos próprios pescadores ou pelos familiares.

Diante do exposto, torna-se fundamental o apoio à estruturação destes pequenos empreendimentos voltados à pesca artesanal, visando solucionar ou minimizar os problemas citados quanto às questões sanitárias do pescado, quanto à saúde do trabalhador e principalmente à criação de novos trabalhos e de melhoria da renda nas comunidades pesqueiras. A renda dos pescadores e de suas famílias poderá ser incrementada pelo aumento do valor agregado ao se colocar no mercado produtos frescos de melhor qualidade ou produtos processados com técnicas e estruturas adequadas ao manejo e a conservação.

Para o biênio 2009/10, além dos recursos atuais (R$3.032.280,64) que já estão sendo utilizados para atender a 600 famílias de pescadores, a Conab terá um maior aporte de recursos financeiros:

- R$938.304,80 - para fornecimento de módulos de comercialização direta de pescado para os pescadores artesanais dos estados de Santa Catarina e Amazonas. Este recurso financeiro é oriundo de emenda parlamentar dos deputados federais destes dois estados;
- R$2.800.000,00 – para fornecimento de equipamentos e materiais diversos visando apoiar também a estruturação de pequenos empreendimentos já estabelecidos de pescadores artesanais de todo Brasil (manipulação de mariscos, pontos comerciais fixos, acampamentos de pescadores artesanais e cozinhas comunitárias) ampliando e diversificando as metas.

2.7 - Projeto SIGABrasil

Este projeto, denominado Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira-SIGABrasil, integra e espacializa informações do setor (produção, estoques, rede de armazéns, vias de transporte, plantas de processamento, portos, entre outras), de forma a possibilitar a sua sobreposição, bem como permitir operações como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção; localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas; fluxo de cargas; orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária e da rede armazenadora; escolha das regiões mais adequadas para instalação de agroindústria; e gerenciamento de programas sociais, consistindo em um importante sistema para o gerenciamento da logística do agronegócio.

Em 2008, destaca-se a composição de diversos mapas sobre produção, rede viária, localização de armazéns e portos para desenvolvimento do estudo sobre os corredores de escoamento da produção, em elaboração pela Conab.

Além deste, é grande o atendimento às demandas internas e externas para elaboração e impressão de mapas diversificados, para apoio logístico no desenvolvimento de ações tais como: levantamento de safras, cadastro de unidades armazenadoras etc.

2.8 - Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios)

2.8.1 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Objetivando a aquisição de produtos, a operacionalização do Programa, a supervisão, acompanhamento e avalização dos projetos em execução e também a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA, a Conab celebrou Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R$336.953.966,00, conforme descrito a seguir.

2.8.1.1 – Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

1) Supervisão, Acompanhamento e Avalização dos Projetos em Execução e dos Estoques do PAA, vinculados ao MDA

Objetivando dar continuidade às ações de supervisão e acompanhamento dos projetos de Compra com Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque e dos estoques oriundos da Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, e mediante a apresentação de Plano de Operações elaborado pela Conab, o MDA providenciou o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor de R$100.000,00, para cobertura das despesas com diárias, combustíveis e lubrificantes e despesas com passagens e locação de transporte, de acordo com a Portaria Conjunta MDA/Conab n.º 50, de 11 de março de 2008.

Durante o exercício foram realizadas supervisões nos estados do AC, do AM, do ES, de MG, do PA, do PR, do RJ, do RN, de RO e do RS.

2) Seminário Nacional do PAA

Repasse da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MDA, no valor de R$210.900,00 para a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA – Balanços e Perspectivas, em parceria com o Consea, MDA, MDS e FNDE.

O evento teve como objetivo a avaliação e o balanço do PAA, do ponto de vista do governo e dos parceiros da sociedade civil, buscando elementos para o fortalecimento do Programa enquanto política pública promotora da soberania e da segurança alimentar. Objetivou, ainda, o aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais, e a melhoria dos controles e da eficiência na aplicação dos recursos públicos - na geração de renda aos agricultores familiares, na sustentação dos preços dos produtos provenientes da agricultura familiar e no fornecimento de alimentos para populações em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Os principais temas abordados foram: a) o fortalecimento do PAA enquanto política púbica de articulação entre produção/comercialização/consumo, b) o PAA como instrumento de fomento ao desenvolvimento territorial e promoção da agrobiodiversidade, e c) o arranjo institucional do PAA, debatendo-se as diferentes formas de gestão, os mecanismos de operacionalização, seus limites e possibilidades.

O Seminário foi realizado no período de 16 a 19 de junho, em Brasília-DF e para sua realização foi contratada por meio de licitação pública, a empresa Premier Alimentos e Eventos Ltda (CNPJ n.º 0311819191/0001-89).

3) Aquisição de Alimentos

Termo de Cooperação no valor de R$142.534.800,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio da utilização das modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar.

No plano de trabalho elaborado pela Conab foi previsto o atendimento a 39.200 famílias de produtores rurais e a implantação de 10 pólos de aquisição de alimentos.

Durante o exercício foram atendidos 26.698 produtores familiares, representando cerca de 68,11% da meta prevista, com aquisição de 57.067 toneladas, conforme descrito a seguir.

3.1) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Este instrumento tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em conformidade com o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008. Podem ser adquiridos produtos de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Os preços de referência são elaborados pela Conab de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA constantes Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, e após a aprovação pelo Grupo são divulgados no DOU e incluídos no Manual de Operações da Conab.

Por este instrumento foram adquiridas, em 2008, 7.042 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R$42.713.811,96, beneficiando 12.258 famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.85
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

Sureg	UF	Nº De Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R$)
CE	CE	20	3	50	60.000,00
MG	MG	1.875	1	875	6.560.550,00
PE	PE	83	1	319	286.684,53
	AL	111	12	429	382.899,22
PI	PI	26	2	26	26.403,84
RN	RN	187	6	522	635.903,61
PR	PR	664	75	417	2.317.603,57
SP	SP	14	1	85	48.995,94
RS	RS	9.278	24	4.319	32.394.771,25
Total		**12.258**	**125**	**7.042**	**42.713.811,96**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

3.2) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003 e Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

Podem ser adquiridos em todo o território nacional produtos de agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive povos e comunidades tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab) organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos da agricultura familiar, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 50.025 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo de R$46.517.339,01, beneficiando 14.440 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.86
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Sureg	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R$)
AM	AM	305	6	857	622.256,59
BA	BA	1.703	14	1.207	5.667.183,08
	SE	110	2	902	384.620,00
CE	CE	159	2	463	555.124,80
ES	ES	112	3	133	379.918,00
GO	GO	103	1	224	358.070,00
MG	MG	878	8	1.226	3.068.394,78
MT	MT	145	9	495	465.185,50
PA	PA	67	2	260	234.199,18
PB	PB	9	1	8	31.500,00
PI	PI	249	2	89	249.550,00
PE	AL	372	5	1.630	1.288.375,22
PR	PR	2.020	13	5.688	6.907.494,14
RJ	RJ	93	1	72	324.440,00
RN	RN	466	10	859	1.209.873,60
RO	RO	192	4	474	533.390,02
	AC	429	1	1.579	1.499.999,65
RS	RS	4.083	23	25.957	12.618.620,50
SP	SP	1.606	16	6.058	5.619.144,88
SC	SC	1.339	8	1.844	4.499.999,10
TOTAL		**14.440**	**131**	**50.025**	**46.517.339,04**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

O número total de agricultores atendidos com os recursos repassados para a operacionalização do PAA foi de 26.698 equivalendo a 68,11% da meta prevista. A execução a menor deve-se ao cronograma de desembolso dos recursos e à menor demanda pela CPR Estoque e pela aquisição direta.

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R$94.352.869,50, representando cerca de 66,05% dos recursos recebidos. Com a aquisição de produtos foram gastos R$89.239.799,67 equivalente a 94,58% do total pago, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.87
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Aquisição de Bens para Revenda	
	AM	5.190,00	755,00	8.332,77	-	23.861,22	-	622.256,43	660.395,42
AM	RR	-	-	-	-	12.610,00	-	-	12.610,00
	BA	10.275,00	3.225,21	2.103,27	-	104.600,61	-	5.667.183,08	5.787.387,17
BA	SE	165,00	50,00	-	-	4.824,95	-	384.620,00	389.659,95
CE	CE	7.395,00	1.419,29	-	-	-	-	624.926,67	633.740,96
ES	ES	5.775,00	1.256,52	1.665,50	-	14.598,39	-	379.918,00	403.213,41
GO	GO	-	-	296,03	-	559,05	-	358.070,00	358.925,08
MA	MA	5.400,00	2.487,16	2.864,18	-	-	-	-	10.751,34
MG	MG	4.920,00	2.324,84	1.668,46	-	22.435,00	1.549.767,91	9.628.944,78	11.210.060,99
MS	MS	-	165,20	-	-	-	-	-	165,20
MT	MT	3.645,00	870,30	360,00	-	19.891,78	-	465.185,50	489.952,58
PA	PA	450,00	426,19	2.648,34	-	16.274,23	-	234.199,18	253.997,94
PB	PB	3.225,00	711,45	1.060,47	-	19.693,29	-	31.500,00	56.190,21
PE	PE	-	-	-	380,00	239.178,15	118,80	286.684,53	526.361,48
	AL	-	-	-	18,97	49.213,12	4.105,90	1.669.113,90	1.722.451,89
PI	PI	-	-	-	-	28.461,12	4.488,65	276.561,12	309.510,89
PR	PR	5.040,00	1.515,52	817,83	-	49.129,21	-	9.225.098,82	9.281.601,38
RJ	RJ	1.125,00	257,66	760,00	-	15.043,75	-	324.440,00	341.626,41
RN	RN	15.300,00	5.434,03	3.906,78	793,15	29.429,42	13.375,00	1.846.175,14	1.914.413,52
	RO	4.770,00	1.893,03	1.905,00	-	-	-	533.390,02	541.958,05
RO	AC	1.125,00	250,00	581,88	-	14.793,00	-	1.499.999,65	1.516.749,53
RS	RS	2.475,00	-	2.796,91	-	1.031.951,90	1.259.235,90	45.013.392,43	47.309.852,14
SC	SC	6.900,00	2.527,14	4.219,76	-	82.745,95	45.661,47	4.499.999,60	4.642.053,92
SP	SP	-	-	-	-	6.047,05	-	5.668.140,82	5.674.187,87
Matriz		15.830,00	-	24.918,18	-	264.303,99	-	-	305.052,17
Total		**99.005,00**	**25.568,54**	**60.905,36**	**1.192,12**	**2.049.645,18**	**2.876.753,63**	**89.239.799,67**	**94.352.869,50**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

No fim do exercício os estoques vinculados ao PAA/MDA somavam 27.417 toneladas conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 2.88

Demonstrativo da Posição de Estoque-MDA

Surg	UF	Produto (kg)									Total Geral	Sacaria (unidade)
		Açúcar	Arroz	Castanha de caju	Farinha de mandioca	Feijão cores	feijão preto	Leite em pó	Milho	Trigo		
AM	AM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33.377
BA	BA	0	0	0	0	0	0	0	322.514	0	322.514	0
CE	CE	0	0	50.000	0	0	0	0	0	0	50.000	7.247
ES	ES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GO	GO	0	5.968	0	0	0	0	0	0	0	5.968	330
MA	MA	0	0	0	25.055	0	0	0	0	0	25.055	0
MG	MG	0	0	0	0	0	0	652.334	0	0	652.334	0
MS	MS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MT	MT	0	0	0	0	0	0	0	80.000	0	80.000	26.703
PA	PA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23.582
PE	PE	3.689.080	0	0	997.077	10.166	0	0	0	0	4.696.323	0
	AL	19.500	0	0	560.033	181	0	0	0	0	579.714	0
PI	PI	51.564	0	25.861	1.899.274	16.953	0	4.706	229.461	0	2.227.819	2.580
PR	PR	56.000	201.318	0	75.000	137.387	202.639	30.030	0	117.410	819.784	14.683
RJ	RJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.624
RN	RN	0	0	522.773	0	0	0	0	0	0	522.773	7.506
RO	RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29.084
	AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.113
RS	RS	0	9.179.476	0	0	0	24.720	1.656.738	623.291	5.477.935	16.962.160	2.970
SC	SC	0	23.100	0	0	269.290	14.002	47.520	0	0	353.912	0
SP	SP	0	0	0	0	0	2.999	0	0	115.824	118.823	0
TO	TO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		**3.816.144**	**9.409.862**	**598.634**	**3.556.439**	**433.977**	**244.360**	**2.391.328**	**1.255.266**	**5.711.169**	**27.417.179**	**160.799**

Fonte: Suope

2.8.1.2 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

1) Supervisão, Acompanhamento e Avalização dos Projetos em Execução e dos Estoques do PAA, vinculados ao MDA

Objetivando dar continuidade às ações de supervisão e acompanhamento e avaliação dos projetos em execução e mediante a apresentação de Plano de Trabalho elaborado pela Conab, o MDS providenciou o repasse de recursos de R$180.000,00, para cobertura das despesas com diárias, combustíveis e lubrificantes e despesas com passagens e locação de transporte.

Durante o exercício foram realizadas supervisões nos seguintes estados: AL, AM, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, AC, RS, SC, SP, SE e TO.

2) Aquisição de Alimentos

Termo de Cooperação n.º 004/2008-SESAN, no valor de R$189.937.976,00, estabelecendo parceria entre o MDS e a Conab, visando dar continuidade à operacionalização do PAA, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, envolvendo instrumentos como a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação, visando a formação de estoques estratégicos/segurança, à distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

Para tanto, a Conab recebeu recursos no valor de R$189.937.976,00, objetivando o atendimento a 50.411 famílias de agricultores familiares para compra de 100.000 toneladas de diversos produtos agropecuários. No rol de famílias atendidas foram priorizadas: a)aquelas dos municípios pertencentes ao 60 Territórios da Cidadania; b) a participação de grupos de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas de Mulheres Rurais; c) a aquisição de produtos alimentícios da agrobiodiversidade, e d) aquisição de alimentos de origem extrativistas oriundos dos povos e comunidades tradicionais, conforme compromisso firmado com a Agenda Socioambiental.

Durante o mês de dezembro foi celebrado Termo Aditivo pelo qual a Conab recebeu mais R$3.990.290,03 para aquisição de produtos agropecuários, de 535 agricultores familiares, alterando o valor total para R$193.928.266,00 e a meta física para 50.946 agricultores.

Durante o exercício foram atendidos 65.460 agricultores familiares, representando cerca de 129,85% da meta prevista, com aquisição de 117.650 toneladas, conforme descrito a seguir.

2.1) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Por este instrumento foram adquiridas 3.043 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R$3.593.827,22, beneficiando 1.076 famílias, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 2.89
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

Sureg	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R$)
PI	73	4	167	134.333,19
RN	149	6	573	510.275,56
PB	14	1	55	46.674,50
PE	193	1	698	666.558,42
AL	368	16	1.420	1.263.985,55
RS	279	1	130	972.000,00
TOTAL	**1.076**	**29**	**3.043**	**3.593.827,22**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

2.2) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Por meio desse instrumento foram adquiridas 501 toneladas de diversos produtos alimentícios de 275 produtores familiares em 275 municípios, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.90
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDS

Sureg	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R$)
SC	69	5	77	223.040,00
MS	15	1	10	49.555,00
RS	191	6	414	643.022,04
Total	**275**	**12**	**501**	**915.617,04**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

2.3) Compra Especial da Agricultura Familiar-CAEAF (CPR – Doação)

Objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

Os fornecedores são agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive os povos e comunidades tradicionais, qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

Os consumidores são instituições governamentais, ou não governamentais, que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

São amparados produtos alimentícios próprios para consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura d*a safra vigente; b) produtos industrializados/processados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados que poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Os preços de aquisição são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 12, de 12 de maio de 2004.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 114.106 toneladas de diversos produtos alimentícios de 64.109 produtores familiares e distribuídas a 10.466.480 beneficiários consumidores, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.91
Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Produtos Alimentícios/ MDS

Sureg	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R$)
AM	AM	1.382	15	5.405	111.012	214	4.313.160,25
	RR	29	2	14	4.087	36	100.590,00
BA	BA	6.059	73	9.252	778.287	1.685	17.074.033,76
	SE	4.221	35	8.504	297.813	300	11.675.966,24
CE	CE	3.667	60	4.220	636.803	1.671	11.628.738,87
ES	ES	180	7	353	22.695	58	511.585,31
GO	GO	756	12	879	93.165	434	2.556.498,41
MA	MA	3.863	48	4.788	269.764	831	12.961.956,94
MG	MG	14.148	144	20.958	3.115.188	3.015	35.932.836,60
MS	MS	319	10	469	116.295	122	946.529,05
MT	MT	1.816	44	3.535	210.239	592	5.517.677,76
PA	PA	979	28	1.490	724.163	192	3.083.035,28
	AP	94	5	179	9.918	45	258.711,65
PB	PB	938	31	1.225	141.199	812	2.617.847,14
PE	PE	2.201	22	5.085	210.365	764	7.220.797,06
AL	AL	236	7	664	268.606	655	811.019,06
PI	PI	582	5	96	66.246	66	459.485,70
PR	PR	4.305	92	9.304	948.424	1.209	12.033.381,57
RJ	RJ	870	8	1.325	347.491	94	2.598.188,55
RN	RN	1.131	19	814	435.277	1.209	2.990.312,99
RO	RO	819	7	1.467	63.492	269	2.618.612,19
	AC	648	11	1.374	67.176	409	1.692.120,35
RS	RS	6.676	49	11.352	220.095	878	18.149.087,44
SC	SC	2.106	22	3.521	257.047	460	5.624.960,00
SP	SP	5.811	56	17.609	1.003.454	1.606	18.577.734,60
TO	TO	273	7	224	48.179	135	723.036,69
TOTAL		**64.109**	**819**	**114.106**	**10.466.480**	**17.761**	**182.677.903**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R$194.099.245,11, representando cerca de 100,00% dos recursos recebidos no valor total de R$194.108.266,00. Com a aquisição de produtos foram gastos R$187.823.556,22, equivalente a 96,77% do total pago, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.92
Demonstrativo da Execução da Despesa-MDS

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
AM	AM	10.965,00	498,95	4.413.750,25	12.727,82	-	17.140,00	-	4.455.082,02
BA	BA	49.532,50	37.414,30	17.074.033,76	17.450,87	-	23.290,00	-	17.201.721,43
	SE	7.020,00	1.549,88	11.675.966,24	720,31	-	-	-	11.685.256,43
CE	CE	43.784,20	10.845,09	11.889.255,83	5.325,28	-	637,02	-	11.949.847,42
ES	ES	2.940,00	1.323,46	511.585,31	2.020,91	-	2.184,00	36.000,38	556.054,06
GO	GO	35.971,73	11.805,37	2.565.284,08	9.372,56	-	26.363,74	-	2.648.797,48
MA	MA	55.575,00	18.228,16	12.961.956,94	13.827,64	125,39	56.754,52	-	13.106.467,65
MG	MG	11.567,50	3.115,62	35.934.881,62	5.568,90	-	16.355,97	-	35.971.489,61
MS	MS	5.625,00	2.690,68	998.487,71	4.846,09	-	10.760,23	2.253,58	1.024.663,29
MT	MT	13.590,00	4.903,93	5.775.767,26	4.140,78	-	37.775,32	157.027,79	5.993.205,08
PA	PA	32.182,50	5.128,69	3.341.746,93	16.696,75	-	30.966,00	-	3.426.720,87
PB	PB	34.515,00	13.182,11	2.732.744,45	6.497,47	-	4.455,24	2.268,00	2.793.662,27
PE	PE	59.457,88	13.242,80	7.900.033,02	2.011,00	1.774,58	1.700,00	354,92	7.978.574,20
	AL	24.525,00	2.253,58	2.085.603,19		312,41	17.708,83	62,48	2.130.465,49
PI	PI	35.910,00	6.358,51	596.908,55	7.075,87	-	3.167,53	94.537,29	743.957,75
PR	PR	39.360,00	9.522,29	12.033.539,37	21.147,31	-	22.593,19	12.872,82	12.139.034,98
RJ	RJ	13.185,00	4.487,23	2.598.188,55	515,18	1.732,00	-	-	2.618.107,96
RN	RN	17.760,00	4.877,75	3.500.588,55	7.089,97	666,47	264,50	4.113,04	3.535.360,28
RO	RO	27.175,00	10.212,46	2.916.617,99	7.334,28	-	1.788,90	-	2.963.128,63
	AC	6.050,00	1.362,00	1.394.114,55	3.474,19	-	18.202,00	-	1.423.202,74
RS	RS	22.845,00	3.539,62	19.773.717,92	2.969,95	-	262.553,59	685.493,52	20.751.119,60
SC	SC	9.660,00	3.132,39	5.848.000,00	5.314,69	-	152.833,15	36.522,83	6.055.463,06
SP	SP	6.825,00	691,20	18.577.747,46	1.611,87	-	-	-	18.586.875,53
TO	TO	13.740,00	5.335,56	723.036,69	-	-	3.493.315,40	-	4.235.427,65
Matriz		30.320,00	9.835,66	-	40.611,59	-	44.792,38	-	125.559,63
Total		**610.081,31**	**185.537,29**	**187.823.556,22**	**198.351,28**	**4.610,85**	**4.245.601,51**	**1.031.506,65**	**194.099.245,11**

Fonte: Siafi

No fim do exercício os estoques vinculados ao PAA/MDS somavam 6.190 toneladas conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 2.93
Demonstrativo da Posição de Estoque

Sureg	UF	Produto (kg)						Total Geral (kg)	Sacaria (unidade)
		Açúcar	Arroz	Farinha de Mandioca	Feijão Cores	Feijão Preto	Milho		
BA	BA	0	0	7.452	0	0	0	7.452	0
	SE	0	0	0	8.570	0	0	8.570	39
ES	ES	0	0	291.799	0	0	0	291.799	32.488
MA	MA	0	424.422	0	0	0	253.513	677.935	55.803
MG	MG	7.242	0	22.940	0	5.895	0	36.077	0
MS	MS	0	0	336.224	0	0	57.000	393.224	34.562
PB	PB	0	0	31.601	0	0	0	31.601	2.665
RN	RN	50.570	0	568.422	11	0	0	619.003	0
SC	SC	2.360	0	70.136	398.770	247.410	0	718.676	0
TO	TO	0	3.406.600	0	0	0	0	3.406.600	1.395
Total		**60.172**	**3.831.022**	**1.328.574**	**407.351**	**253.305**	**310.513**	**6.190.937**	**126.952**

Fonte: Suope

2.8.1.3 - Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional-MI

O Programa 1029 - Resposta aos Desastres, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as pessoas de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária 4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres, em todo território Nacional, que objetiva prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grandes porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

A Conab, por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC, elaborou e apresentou planos de trabalho objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para confecção de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, em todo o Território Nacional, classificadas na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR, e, também, para envio a título de ajuda humanitária internacional, aos países da América Latina, Caribe e África, que se encontrarem em situação de desastre de qualquer natureza, ou sob ameaças e riscos resultantes de carência ou insegurança alimentar que possam comprometer/reverter a ordem pública e/ou social.

Durante o exercício a Conab recebeu recursos orçamentários/financeiros da citada Ação orçamentária no valor total de R$50.623.955,22, sendo:

- R$46.823.955,22 para a aquisição de aproximadamente 16.037 toneladas de gêneros alimentícios objetivando a formação e manutenção de um estoque estratégico de cerca de 697.250 cestas de alimentos, compostas por 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de leite em pó e 2 latas de óleo de soja, para atendimento às famílias em situação de carência alimentar e nutricional, em todo o território nacional em (Processos n.ºs 59050.001030/2008-56; 59050.000649/2008-43, 59050.002928/2007-61 e 59050.001692/2008-26);
- R$1.500.000,00 para a aquisição e armazenagem de 168 toneladas de gêneros alimentícios para montagem de 7.008 cestas de alimentos, compostas por : 5 latas de sardinha (650 g), 5 latas de fiambre (1,6 kg), 2 kg de leite em pó, 20 pacotes de biscoito água e sal (4 kg), 10 pacotes de biscoito maisena (2 kg), 20 pacotes de macarrão instantâneo (1,7 kg), 20 pacotes de farinha de milho em flocos (10 kg) e 2 kg de açúcar cristal, totalizando 23,950 kg. para o envio aos países afetados por desastres, visando a distribuição gratuita às comunidades dos países da América Latina, Caribe e África que se encontrarem em situação de insegurança alimentar devido a ocorrência de desastres de qualquer natureza (Processo n.º 59050.001705/2008-67); e

- R$2.300.000,00 para a aquisição de 961,4 toneladas de produtos alimentícios para confecção de aproximadamente 41.800 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de macarrão e 2 kg de leite em pó, para distribuição gratuita a famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, no Estado do Piauí (Processo n.° 59050.000181/2008-97).

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab, após solicitação da Secretaria de Defesa Civil e com a devida anuência do MDS, utilizou parte dos estoques oriundos das aquisições realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA para a composição das cestas.

Os locais de armazenagem dos produtos e o público beneficiário é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC, cabendo à Conab, na forma de contrapartida, a disponibilização de sua estrutura física e operacional, materializada pelas unidades armazenadoras distribuídas em diversas Unidades da Federação, pelas Superintendências Regionais localizadas nas capitais do País e pelo quadro de empregados.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 22.414 toneladas de diversos gêneros alimentícios, superando a meta prevista de 17.166 toneladas em 30,57%. Além dessas foram utilizadas 2.111 toneladas de produtos adquiridos no âmbito do PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.94
Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Em t

Produto	Estoque/2007	Aquisições		Saídas		Saldo/2008
		Leilão	PAA	Transf. MDS	Distribuição	
Açúcar cristal	28	909	543	-	594	886
Arroz	140	12.072		-	3.137	9.075
Biscoito água e sal	-	260	-	-	-	260
Biscoito maisena	-	130	-	-	-	130
Feijão	42	2.277	522	-	874	1.967
Fubá	10	-		1	9	-
Farinha de mandioca	19	895	503	-	590	827
Farinha de trigo	-	-	306		10	296
Fiambre	-	65	-	-	-	65
Flocos de milho	-	130	-	-	-	130
Leite em pó	28	715	190	-	552	381
Leite UHT	-	-	47		47	-
Macarrão	28	2.318	-	-	592	1.754
Macarrão instantâneo	-	260	-	-	-	260
Óleo de soja	28	2.318	-	-	594	1.752
Sardinha em lata	-	65	-	-	-	65
Total	**323**	**22.414**	**2.111**	**1**	**6.999**	**17.848**

Fonte: Suope/Gecom

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem despendido esforços para ampliar sua assistência humanitária a países em situação de vulnerabilidade social e econômica – na linha da política vigente, observados seus objetivos socioeconômicos, onde se insere a necessidade de elevar a condição de vida dos povos. Nesse sentido foi instituído grupo de trabalho interministerial para tratar da questão, com a incumbência de definir as ações brasileiras de ajuda humanitária a partir das demandas apresentadas por suas representações diplomáticas.

Para as ações de ajuda humanitária internacional foram repassados à Conab, por meio da SEDEC, R$1,5 milhão para aquisição de alimentos, a qual somou aproximadamente 296,4 toneladas de produtos alimentícios.

Esses alimentos, embalados em caixas, ficarão à disposição do Itamaraty em um armazém da Infraero, no aeroporto do Galeão no Estado do Rio de Janeiro, para fazer frente às ações humanitárias internacionais do Brasil no exterior.

No que se refere à doação de alimentos, a Conab tem atuado sistematicamente na liberação e apoio logístico para o embarque das mercadorias doadas, consideradas as orientações e comandos da Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, sob a gestão do Ministério das Relações Exteriores-MRE.

Para essas doações foram utilizados alimentos dos estoques públicos e produtos originários de aquisições da agricultura familiar, mediante prévia autorização do órgãos detentores dos estoques, neste caso, o MDS e a SECEC.

Em 2008, a Conab comandou a expedição de 1,6 mil toneladas de produtos básicos para sete países, visando atendimento emergencial às populações vitimadas por calamidades públicas, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.95
Demonstrativo de Ajuda Humanitária

Produto	País (Em t)							Total
	Bolívia	Cuba	Haiti	Jamaica	Moçambique	Paraguai	Zâmbia	
Açúcar	**0,6**	**2,6**	**5,2**	**-**	**-**	**2,5**	**-**	**10,9**
Arroz	2,5	212,2	206,7	200,0	-	12,2	-	**633,6**
Feijão	0,9	3,6	9,0	-	3,5	3,7	3,5	**24,2**
Farinha de mandioca	-	2,6	1,2	-	2,5	2,4	-	**8,7**
Flocos de milho	0,3	-	-	-	-	-	-	**0,3**
Leite em pó	0,3	302,5	301,2	300,0	-	2,4	-	**906,4**
Macarrão	0,3	2,6	-	-	-	2,4	-	**5,3**
Milho em grãos	-	-	-	-	-	-	3,0	**3,0**
Óleo de soja	0,6	2,5	4,2	-	-	2,4	-	**9,7**
Total	**5,5**	**528,6**	**527,5**	**500,0**	**6,0**	**28,0**	**6,5**	**1.602,1**

Fonte: Supab/Gepab

Por força da Lei n.º 11.881, de 23 de dezembro de 2008, foi autorizada a doação de 45.000 toneladas de arroz, 2.000 toneladas de leite em pó e 500 kg de sementes de hortaliças, para as populações de Honduras, Haiti, Jamaica e Cuba, em virtude de catástrofes climáticas. Foram encaminhadas, inicialmente, 900 toneladas de leite em pó e 600 toneladas de arroz.

Durante o exercício foram atendidas 294.312 famílias, com a distribuição de 296.317 cestas de alimentos, totalizando 6.999 toneladas de gêneros alimentícios, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 2.96
Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos

UF	ATENDIMENTOS EFETUADOS																		Total		
	Emergencial			Ajuda Humanitária			Indígenas			Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro					
	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)
AL	6.740	6.740	155.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.740	6.740	155.020
AM	8.187	8.187	188.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.187	8.187	188.301
AP	4.800	4.800	110.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.800	4.800	110.400
BA	24.137	24.137	555.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	61	1.403	3.939	3.939	90.597	28.137	28.137	647.178
CE	16.500	16.500	357.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.500	16.500	357.000
ES	8.000	8.000	178.001	-	-	-	700	700	16.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.700	8.700	194.101
MA	12.467	12.467	249.340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.467	12.467	249.340
MG	35.081	35.081	799.388	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.081	35.081	799.388
MS	500	500	10.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500	500	10.500
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000	9.000	207.000	1.000	1.000	23.000	-	-	-	10.000	10.000	230.000
PA	12.869	12.869	295.987	600	600	13.990	-	-	-	2.000	2.000	46.000	-	-	-	-	-	-	15.469	15.469	355.977
PB	10.000	10.000	230.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	230.000
PE	15.000	15.000	345.070	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.000	15.000	345.070
PI	28.688	28.688	923.432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.688	28.688	923.432
RJ	13.560	13.560	311.880	1.278	1.278	28.110	-	-	-	2.494	4.248	97.761	482	733	16.859	800	800	18.400	18.614	20.619	473.010
RN	12.200	12.200	280.600	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	23.000	-	-	-	-	-	-	13.200	13.200	303.600
RO	325	325	7.475	-	-	-	-	-	-	600	600	13.800	-	-	-	-	-	-	925	925	21.275
RS	13.672	13.672	296.286	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.672	13.672	296.286
SC	39.881	39.881	931.295	1.218	1.218	28.014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.099	41.099	959.309
SE	1.000	1.000	23.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	23.000
SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	69.000	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	69.000
TO	2.533	2.533	58.259	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.533	2.533	58.259
Total	266.140	266.140	6.306.412	3.096	3.096	70.114	700	700	16.100	18.094	19.848	456.561	1.543	1.794	41.262	4.739	4.739	108.997	294.312	296.317	6.999.446

Fonte: Supab/Gepab

Na aquisição de produtos e na operacionalização da distribuição das cestas de alimentos foram gastos R$46.517.882,63, representado 91,89% do repasse total. Destacaram-se as despesas com a aquisição dos produtos, no valor de R$43.868.833,64, com participação de 94,31% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.97
Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição Alimentos MI

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
MA	AM	-	18.025,50	1.169.715,54	-	-	62.352,86	1.295,67	1.251.389,57
BA	BA	60,00	644.109,99	4.685.425,08	131,76	-	111.103,70	2.028,92	5.442.859,45
	SE	-	4.625,76	143.884,02	-	-	4.829,50	156,14	153.495,42
CE	CE	-	23.866,10	1.257.494,76	-	928,20	5.021,26	-	1.287.310,32
ES	ES	-	25.401,18	1.532.486,04	-	-	47.501,93	4.047,97	1.609.437,12
GO	GO	-		-	-	-	11.660,23	-	11.660,23
MA	MA	-	11.413,50	944.033,60	-	-	27.033,69	-	982.480,79
MG	MG	-	54.540,79	3.163.120,31	-	-	68.032,93	3.162,24	3.288.856,27
MS	MS	-	273,00	-	-	-	48.605,55	49.804,41	98.682,96
MT	MT	-	18.413,91	979.879,60	-	-	43.030,38	-	1.041.323,89
PA	PA	1.200,00	23.543,36	2.351.557,92	2.475,64	-	14.689,11	-	2.393.466,03
PB	PB	-	23.971,75	975.459,04	-	-	31.489,95	1.607,47	1.032.528,21
PE	PE	-	175.526,81	8.289.451,47	-	-	36.408,68	-	8.501.386,96
	AL	-	18.505,08	600.970,02	-	-	2.601,96	-	622.077,06
PI	PI	360,00	49.985,04	3.279.880,28	-	-	77.841,19	28.742,60	3.436.809,11
PR	PR	-	12.335,36	444.948,58	-	-	61.273,48	-	518.557,42
RJ	RJ	-	85.340,03	2.489.077,77	-	12.567,00	3.139,09	-	2.590.123,89
RN	RN	-	23.898,70	1.377.907,62	-	-	4.167,46	-	1.405.973,78
RO	RO	300,00	18.340,08	912.671,08	-	-	13.306,62	669,55	945.287,33
RS	RS	-	41.434,82	1.105.936,62	-	-	121.147,43	-	1.268.518,87
SC	SC	3.420,00	49.810,86	1.593.877,08	-	-	67.277,00	-	1.714.384,94
SP	SP	-	12.125,60	499.311,64	-	-	43.941,36	-	555.378,60
TO	TO	-	4.340,10	259.260,90	-	-	-	-	263.601,00
Matriz		-	132.980,53	5.812.484,67	-	-	156.828,21	-	6.102.293,41
Total		**5.340,00**	**1.472.807,85**	**43.868.833,64**	**2.607,40**	**13.495,20**	**1.063.283,57**	**91.514,97**	**46.517.882,63**

Fonte: Siafi

2.8.1.4 - Distribuição de Alimentos - MDS

O Programa 1049 – Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

Compõem citado Programa as Ações orçamentárias: 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos e 2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar, que objetivam a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional.

Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas. A distribuição das cestas de alimentos – parcialmente compostas por produtos adquiridos pelo PAA, conta com a colaboração da Conab, do INCRA, da Funai e da Fundação Cultural Palmares.

A experiência iniciada em 2003, com a distribuição gratuita de gêneros alimentícios, tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

A coordenação dos trabalhos encontra-e sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do MDS-SESAN, que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição da cesta de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

Por meio dos ofícios de n.ºs 016, de 09/02/2008, e 062, de 04/04/2008, a SESAN solicitou à Conab a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento a essas famílias ou grupos populacionais. Para atendimento, a Companhia elaborou planos de trabalho prevendo a aquisição de 17.292 toneladas de gêneros alimentícios, para confecção de aproximadamente 786.000 cestas de alimentos com vistas à distribuição a 355.796 famílias.

Para tanto, a Conab recebeu repasses de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R$41.900.000,00, conforme processo n.º 71000.500934/2008-51.

- Repasse no valo de R$7.660.000,00 para a aquisição de 3.256 toneladas de gêneros alimentícios, para montagem de 148.000 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 latas de óleo de soja, 1 kg de leite em pó, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de flocos de milho, (para as famílias do Centro-Sul 1 kg de fubá) e 1 kg de macarrão, totalizando 22 kg.
- Repasse de R$33.740.000,00 objetivando a compra de 14.036 toneladas de gêneros alimentícios, para composição de 638.000 cestas de alimentos, para distribuição a 34.647 famílias indígenas, 24.139 famílias quilombolas, 15.919 famílias atingidas por barragens (MAB), 8.400 famílias em comunidades de terreiro, 222.691 famílias em acampamentos da reforma agrária e formação de reserva estratégica para atendimento a 50.000 famílias.
- Repasse de R$500.000,00 referente a emenda parlamentar e destinado à aquisição de 176 toneladas de produtos alimentícios, para formação de 8.000 cestas de alimentos para distribuição às famílias de terreiro no Rio de Janeiro

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab pode, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (MDS e/ou MDA), dentre outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero.

Nesse caso, os alimentos adquiridos foram recebidos e depositados nas unidades operacionais da Conab, preferencialmente, nos estados onde deveria ocorrer a distribuição. A retirada dos alimentos nas unidades operacionais, bem como a distribuição às famílias beneficiadas, ficou a cargo dos representantes do INCRA/OAN, FUNAI/FUNASA, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR e MAB.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 18.760 toneladas de diversos gêneros alimentícios, superando a meta em 8,49%. Além dessas foram recebidas transferências de 7.166 toneladas de produtos da agricultura familiar (PAA) e 1 tonelada de fubá de milho dos estoques da Defesa Civil, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.98
Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque 2007	Aquisições (Em t)			Distribuição	Saldo/2008
		Leilão	PAA	Def. Civil		
Açúcar cristal	113	247	1.898	-	1.947	311
Arroz	-	11.110	-	-	9.547	1.563
Feijão	135	1.632	2.237	-	3.552	452
Fubá	-	682	-	1	597	85
Farinha de mandioca	14	-	2.472	-	2.313	173
Farinha de trigo	-	166	293	-	365	94
Flocos de milho	-	582	-	-	488	94
Leite em pó	-	847	266	-	957	156
Macarrão	-	1.127	-	-	967	160
Óleo de soja	67	2.153	-	-	1.908	312
Total	**329**	**18.546**	**7.166**		**22.641**	**3.400**

Fonte: Suope/Gecom

Durante o exercício foram atendidas 354.218 famílias, com a distribuição de 1.439.256 cestas totalizando 32.552 toneladas de alimentos. Tal volume é 34,36% inferior ao realizado em 2007, que registrou a distribuição de 49.590 toneladas de alimentos, em razão dos recursos terem sido disponibilizados pelo MDS/SESAN apenas no mês de junho/2008. Há de se considerar, também, a alta nos custos dos alimentos e a escassez de produtos do PAA na composição das cestas que, mesmo assim, representou cerca de 24% da formação dos estoques totais. O quadro a seguir detalha os atendimentos realizados durante o exercício de 2008.

Quadro 2.99
Demonstrativo da Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UF	Atendimentos Realizados																					Total Geral		
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atend. Especiais			MAB			Indígenas			Marisq/Caranguejeira					
	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	323	1.292	27.778	-	-	-	323	1.292	27.778
AL	13.021	65.281	1.467.824	555	2.660	58.975	240	1.115	24.530	-	-	-	-	-	-	1.300	6.500	146.104	-	-	-	15.116	75.556	1.697.433
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-	5.360	10.722	243.894	-	-	-	5.360	10.722	253.894
AP	2.200	2.200	50.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.200	2.200	50.200
BA	22.144	92.984	2.084.802	4.288	20.791	503.762	1.000	5.000	121.465	2.000	2.000	44.000	440	1.760	40.314	2.117	12.383	268.284	-	-	-	31.989	134.918	3.062.627
CE	3.014	15.156	334.943	557	3.127	68.794	100	700	15.400	1.500	1.500	34.500	1.595	8.273	178.274	1.500	6.000	132.000	678	2.034	44.748	8.944	36.790	808.659
DF	7.057	39.519	873.710	-	-	-	-	-	-	50	50	15.050	-	-	-	200	200	4.400	-	-	-	7.307	39.769	893.160
ES	2.765	8.194	191.722	530	2.721	71.528	300	1.500	35.321	-	-	-	-	-	-	340	2.040	46.240	-	-	-	3.935	14.455	344.811
GO	6.356	29.323	637.696	2.095	14.844	323.396	300	1.200	27.600	-	-	10.723	2.500	7.800	168.480	111	555	11.544	-	-	-	11.362	53.722	1.179.439
MA	8.491	25.406	545.043	3.645	14.580	320.950	1.000	3.088	67.496	1.000	1.000	23.000	-	-	-	2.795	9.582	198.371	-	-	-	16.931	53.656	1.154.860
MG	13.533	71.819	1.515.103	2.289	14.734	326.924	800	4.800	105.800	-	-	-	532	3.192	70.294	2.500	17.126	418.175	-	-	-	19.654	111.671	2.436.296
MS	17.850	96.375	2.629.996	180	720	18.360	100	400	10.200	-	-	-	-	-	-	22.000	135.682	2.909.898	-	-	-	40.130	233.177	5.568.454
MT	20.129	54.312	1.205.540	654	1.962	43.164	-	-	-	-	-	-	965	965	21.230	4.198	6.594	148.068	-	-	-	25.946	63.833	1.418.002
PA	22.413	44.611	983.234	2.210	2.435	53.570	800	1.600	35.200	5.000	5.000	111.500	2.210	4.420	97.240	767	1.597	35.163	250	250	5.500	33.650	59.913	1.321.407
PB	3.481	17.405	394.261	770	3.850	87.380	100	500	12.296	1.500	1.500	36.000	1.050	5.249	119.700	2.000	10.000	228.000	200	600	15.165	9.101	39.104	892.802
PE	29.052	126.704	2.786.059	2.651	9.576	222.626	800	2.620	57.190	605	605	12.705	-	-	-	2.751	14.334	320.343	500	500	29.040	36.359	154.339	3.427.963
PI	3.881	12.827	384.485	603	4.264	137.493	100	800	23.000	6.362	6.362	118.490	-	-	-	-	-	-	360	360	10.800	11.306	24.613	674.268
PR	11.861	48.605	1.066.655	99	445	9.751	-	-	-	-	-	-	610	1.830	38.430	1.500	4.595	104.550	-	-	-	14.070	55.475	1.219.386
RJ	2.494	12.517	250.749	482	2.641	51.419	800	4.010	76.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.776	19.168	378.239
RN	3.488	13.023	285.817	495	1.980	43.396	100	400	8.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.083	15.403	337.613
RO	2.882	11.645	254.028	-	-	-	-	-	-	300	300	5.500	1.010	4.288	94.380	873	1.255	27.196	-	-	-	5.065	17.488	381.104
RR	284	818	17.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284	818	17.946
RS	2.831	31.326	663.228	341	2.387	52.514	800	5.600	123.200	-	-	6.352	1.605	11.840	256.509	3.530	27.795	633.824	-	-	-	9.107	78.948	1.735.627
SC	1.066	5.905	120.354	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.401	5.210	113.154	1.500	5.290	129.854	-	-	-	4.967	16.405	363.362
SE	12.572	49.693	1.096.123	262	786	17.292	200	800	17.600	-	-	-	307	1.228	27.016	82	268	5.896	-	-	-	13.423	52.775	1.163.927
SP	10.473	41.892	1.044.766	1.395	8.370	192.290	800	4.800	110.400	2.000	2.000	45.304	-	-	-	326	1.304	27.384	-	-	-	14.994	58.366	1.420.144
TO	2.659	7.977	171.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.094	3.283	70.055	1.083	3.420	81.700	-	-	-	4.836	14.680	323.056
Total	225.997	925.517	21.055.585	24.101	112.873	2.603.584	8.340	38.933	871.169	20.317	20.317	473.124	16.319	59.338	1.295.076	57.156	278.534	6.148.666	1.988	3.744	105.253	354.218	1.439.256	32.552.457

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Na aquisição de produtos e na operacionalização da distribuição das cestas de alimentos foram gastos R$40.825.075,78, representado 97,43% do repasse total. Destacaram-se as despesas com a aquisição dos produtos, no valor de R$38.801.876,79,com participação de 95,04% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.100
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Servidos de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
						Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
AM	AM	-	-	572.972,93	-	-	17.706,07	1.096,00	591.775,00
BA	BA	3.900,00	32.060,00	3.933.532,44	294,00	-	139.753,15	2.019,68	4.111.559,27
	SE	2.325,00	1.225,04	1.189.942,27	589,34	-	38.439,62	1.600,15	1.234.121,42
CE	CE	11.087,50	4.364,82	1.507.892,37	1.925,91	219,06	23.984,70	1.820,00	1.551.294,36
DF	DF	33.942,50	16.522,36	1.031.185,27	3.376,10	-	303.480,05	1.412,84	1.389.919,12
ES	ES	-	-	338.000,95	-	-	6.537,61	-	344.538,56
GO	GO	15.515,00	29.867,59	699.125,94	1.342,58	-	46.141,63	13.675,32	805.668,06
MA	MA	-	1.475,00	1.365.791,46	-	-	8.392,33	2.951,44	1.378.610,23
MG	MG	19.615,00	25.444,66	2.920.847,42	1.414,14	-	70.639,55	1.736,77	3.039.697,54
MS	MS	540,00	636,59	7.355.658,19	-	-	211.750,85	40.719,57	7.609.305,20
MT	MT	-	-	1.471.561,13	-	-	12.445,98	24.831,15	1.508.838,26
PA	PA	-	4.375,00	2.693.475,05	-	-	32.414,27	-	2.730.264,32
PB	PB	5.025,00	1.697,75	706.582,45	-	-	51.921,83	8,00	765.235,03
PE	PE	-	-	3.506.532,98	1.484,58	5.756,82	93.634,79	22.553,99	3.629.963,16
	AL	-	-	1.999.545,57	-	18.879,95	16.043,47	36.862,18	2.071.331,17
PI	PI	6.780,00	13.555,53	667.912,11	130,00	275,00	42.331,35	9.033,12	740.017,11
PR	PR	-	18.000,00	1.163.158,73	-	-	101.294,68	5.504,13	1.287.957,54
RJ	RJ	1.800,00	1.023,05	310.680,81	-	1.952,00	11.712,96	2.369,76	329.538,58
RN	RN	10.800,00	4.766,61	276.918,51	-	7.638,54	4.232,71	687,54	305.043,91
RO	RO	-	6.194,56	526.681,15	-	1.416,00	26.344,08	3.354,10	563.989,89
	AC	-	-	-	-	-	3.300,00	-	3.300,00
RS	RS	5.175,00	6.929,42	1.597.947,96	934,76	-	100.541,01	13.726,50	1.725.254,65
SC	SC	-	-	735.231,94		-	11.207,11	16.344,86	762.783,91
SP	SP	-	-	1.900.451,35		-	101.871,83	6.848,96	2.009.172,14
TO	TO	-	-	330.247,81		-	4.347,14	1.302,40	335.897,35
Total		**116.505,00**	**168.137,98**	**38.801.876,79**	**11.491,41**	**36.137,37**	**1.480.468,77**	**210.458,46**	**40.825.075,78**

Fonte: Siafi

2.8.1.5 - Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e modernizar a gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para formulação de políticas públicas relacionadas ao setor.

Durante o primeiro semestre de 2008 a Conab encerrou o programa de trabalho referente a 2007/08 e iniciou o de 2008/09, tendo sido fiscalizadas 1.053 operações de seguro rural. Para o desenvolvimento do Plano de Trabalho 2008/09, a Conab solicitou recursos da ordem de R$576.200,00, tendo recebido até o fim do exercício R$636.200,00.

O quadro a seguir apresenta os resultados apurados no Plano de Trabalho 2007/08. Foram fiscalizadas 847 apólices, envolvendo uma área de 57.226 hectares.

Quadro 2.101
Demonstrativo de Fiscalização de Apólices do Seguro Rural

Sureg	UF	N.º Apólices	N.º Municípios	Área Segurada (ha)	Situação		
					Regular	Irregular	Não Mensurada(*)
BA	BA	6	3	942	6	-	-
ES	ES	1	1	1	1	-	-
GO	GO	63	33	6929	55	8	-
	DF	3	1	400	2	1	-
MG	MG	34	25	3908	29	5	-
MS	MS	33	15	6699	28	5	
MT	MT	21	14	6609	19	2	-
PE	PE	1	1	20	1	-	-
PR	PR	416	146	26390	381	26	9
RJ	RJ	1	1	0	-	1	-
RS	RS	72	26	819	57	15	-
SC	SC	47	16	374	47	-	
SP	SP	149	56	4135	131	17	1
Total		**847**	**338**	**57226**	**757**	**80**	**10**

Fonte: Sufis/Gefag

Por atividade destacaram-se as culturas de soja, com 519 apólices; milho, com 119 apólices e uva, com 78, representando cerca de 84,53% do total fiscalizado.

Os relatórios parciais e final foram encaminhados à SPA para as providências cabíveis.

2.8.1.6 - Manutenção e Recuperação da UA-Camburi/ES

Descentralização de crédito orçamentário/financeiro da Secretaria de Produção e Agroenergia/DECAF/MAPA/FUNCAFE, no valor de R$33.330,00, objetivando a execução de serviços de manutenção na Unidade Armazenadora de Camburi/ES, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.102
Demonstrativo de Serviços

Discriminação dos Serviços	Valor (R$)
Mobilização/Desmobilização de pessoal e equipamentos	1.150,00
Deslocamento vertical de 10 marquises metálicas	21.000,00
Ligação do esgoto à rede pública	4.336,00
Confecção de 6 mesas/plataformas para carga e descarga traseira dos caminhões	3.480,00
Reforma do piso do escritório das dependências administrativas da Unidade	2.780,00
Limpeza geral	584,00
Total	**33.330,00**

Fonte: Suarm/Gerap
Fonte: Conab/Diges/Suarm

Para a execução das obras foi contratada por meio de licitação pública, a empresa Topograph Engenharia Ltda – CNPJ 01.469.689/0001-60. O valor total da despesa foi de R$33.267,60, sendo devolvido ao MAPA o valor de R$62,40.

2.8.1.7 - Aquisição e Distribuição de Lonas Plásticas

Por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando a aquisição de 1.500 rolos de lona plástica, para socorrer emergencialmente as famílias desabrigadas por fortes chuvas no município de Salvador/BA. Para tanto, a Companhia recebeu destaque orçamentário/financeiro no valor de R$840.975,00, sendo adquiridos 1.500 rolos, depositados na UA-Irecê à disposição da Defesa Civil.

2.8.1.8 - Troca de Arroz no Estado do Maranhão

Em junho/06, houve um surto de doença desconhecida na região sudeste do Estado do Maranhão, inclusive com a ocorrência de 38 óbitos, com continuidade em 2007. De acordo com as análises, foi diagnosticada a doença de Beribéri, cuja causa foi atribuída ao armazenamento e beneficiamento de arroz executados de maneira precária, viabilizando, assim, a propagação da doença.

Considerando a continuidade do problema, a gravidade dos quadros clínicos, o risco de morte da população exposta e a evidência da existência de fungos no arroz, os ministérios da Saúde; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, decidiram pela troca do arroz comprovadamente contaminado ou inadequado para o consumo humano, por produto adquirido no âmbito do PAA, com recursos do MDS.

Para tanto, a Conab elaborou Plano de Trabalho que foi devidamente aprovado pelo MAPA, onde estava previsto o beneficiamento de 320 toneladas de arroz em casca, resultando em aproximadamente 200 toneladas de arroz beneficiado, devidamente acondicionado em embalagens de 5 kg e disponibilizado para o governo do Estado do Maranhão. Pela Portaria MAPA n.º 391, de 5 de maio de 2008, foi autorizado o repasse dos recursos orçamentários/financeiros, no valor de R$97.000,00, para a execução dos trabalhos.

As despesas de beneficiamento e empacotamento do produto somaram R$71.804,79, sendo devolvidos ao MAPA R$25.195,21.

2.8.1.9 - Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal

Descentralização de recursos orçamentários/financeiros mediante Termo de Cooperação celebrado entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e a Conab, no valor de R$2.800.000,00, autorizada pela a Portaria n.º 303, de 10 de dezembro de 2008, objetivando a aquisição, distribuição e doação de equipamentos e materiais, para o apoio a 70 pequenos empreendimentos de organizações produtivas ou representativas de pescadores artesanais selecionadas pela SEAP/PR, dentro das seguintes categorias: manipulação de mariscos; pontos fixos de comercialização, acampamentos de pescadores artesanais e cozinhas comunitárias.

Os recursos foram repassados ao PNUD para execução durante o exercício de 2009.

2.8.1.10 - Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar

Descentralização de recursos orçamentários/financeiros no valor de R$938.304,80 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab e aprovado pela SEAPE-PR, de acordo com a Portaria n.º 36, de 18 de dezembro de 2008.

Os recursos destinam-se a aquisição e doação de equipamentos de infraestrutura para comercialização em feiras livres e mercados públicos para pescadores artesanais e aquicultores familiares, sendo 70 unidades do tipo peixe vivo e 90 unidades do tipo fresco, objetivando o fortalecimento e consolidação de uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados, reduzindo a intermediação existente entre pescadores e o mercado consumidor.

Os equipamentos serão cedidos sob a forma de comodato pelo prazo de um ano e após este período poderão ser doados em definitivo às entidades beneficiadas, prorrogado pelo período de até um ano se a avaliação técnica assim o recomendar. Em última instância o equipamento poderá ser transferido a outra entidade se a primeira não tiver condições de cumprir o contrato assinado.

A doação de equipamentos já vem sendo realizada há dois anos e vários impactos positivos já podem ser relacionados a partir dessa iniciativa, entre eles no campo da economia, uma vez que a utilização dos kits tem resultado em um aumento na renda auferida pelo pescador, que sempre perdeu com a exploração de atravessadores de pescados. Além disto, a utilização desses módulos de comercialização direta de pescado tem contribuído bastante na melhoria da relação com o público consumidor, pelo impacto visual positivo e no aumento da autoestima do pescador, pois são equipamentos com padronização técnica orientados pela engenharia de pesca e vigilância sanitária.

Outros elementos que podem se citados são os esforços à organização das entidades dos pescadores no campo da comercialização e a busca de parcerias institucionais governamentais e/ou não governamentais que podem contribuir, no futuro, com a autosustentabilidade desta Ação.

2.8.1.11 - Comercialização dos Estoques Governamentais de Café

Descentralização de recursos da Secretaria de produção e Agroenergia/MAPA, no valor de R$60.000,00, conforme Plano de Trabalho elaborado pela Conab e aprovado pelo MAPA, conforme Portaria n.º 1.170, de 1.º de dezembro de 2008, objetivando a comercialização dos estoques governamentais de café de propriedade do Funcafé, no total de 487.687 sacas de 60 kg localizados nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e

Espírito Santo, por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC. Os recursos foram utilizados no pagamento de comissões às bolsas de mercadorias que fizeram a intermediação entre a Conab e os compradores, correspondendo a 0,5% do valor de cada operação realizada.

Durante o último trimestre de 2008 foram realizados quatro leilões eletrônicos, sendo comercializados 490,7 toneladas de café.

2.8.1.12 - Desenvolvimento de Metodologia para Capacitação de Agricultores Familiares e Gestores da Alimentação Escolar

Repasse de recursos orçamentários/financeiros, conforme Termo de Cooperação celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e a Conab objetivando o desenvolvimento de metodologia para capacitação de agricultores familiares e gestores da alimentação escolar, no valor de R$800.000,00.

Citado Termo tem como base legal o Decreto n.º 6.447, que incorpora o Ministério da Educação-MEC, por meio do FNDE/PNAE, ao Grupo Gestor do PAA, com o intuito de qualificar a relação entre a produção e o consumo, por meio da integração dos Programas de Alimentação Escolar e o de Aquisição de Alimentos.

Para tanto, o Grupo Gestor do PAA instituiu uma nova modalidade, a Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar, objetivando assegurar o fornecimento de gêneros alimentícios adquiridos diretamente da agricultura familiar, em nível local ou regional, possibilitando assim a qualificação e diversificação dos cardápios fornecidos às crianças na escola.

Na perspectiva de implementar ações que permitam estabelecer uma relação conjunta do PAA e do PNAE, faz-se necessário realizar uma análise dos dados extraídos da “Pesquisa Nacional de Consumo Alimentar e Perfil Nutricional de Escolares, Modelos de Gestão e de Controle Social”, coordenada pela Associação Brasileira de Alimentação e Nutrição-ASBRAN, para o PNAE, e da pesquisa “Repercussões do Programa Bolsa Família sobre a SAN dos Beneficiados”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-IBASE.

Ao estabelecer a análise dos resultados das duas pesquisas, será possível criar uma estratégia que permita incluir as famílias agricultoras beneficiárias do Bolsa Família como fornecedoras de alimentos, por meio do PAA, para o PNAE.

Além disso pretende-se a criação de uma metodologia que assegure capacitar os gestores estaduais e municipais, os integrantes dos Conselhos de Alimentação Escolar-CAEs, e os grupos de agricultores familiares que apresentam potencial para fornecer alimentos ao PNAE.

Os recursos foram repassados ao PNUD para desenvolvimento das ações durante o exercício de 2009.

2.8.1.13 – Capacitação de Mulheres Rurais

Repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor de R$287.851,32, mediante Termo de Cooperação celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e a Conab, objetivando a realização de eventos para a formação com o tema 'Políticas Públicas para Mulheres Rurais', tendo em vista a ampliação do acesso das mulheres às políticas públicas e ações de apoio à organização da produção e comercialização, no âmbito do programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

O público-alvo é formado por agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, extrativistas, pescadoras artesanais, indígenas e quilombolas, vinculadas a organizações, grupos produtivos, movimentos e redes de mulheres rurais.

Os recursos foram repassados para o PNUD, para execução durante o exercício de 2009.

2.8.1.14 – Ampliação dos Processos de Comercialização e Produção Ecológica na Agricultura Familiar

Repasse de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R$1.373.870,00, mediante Termo de Cooperação celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrária-MDA e a Conab, objetivando a ampliação dos processos de comercialização e produção agroecológica desenvolvidos pela agricultura familiar.

A experiência acumulada pela Conab por meio das ações implementadas junto ao público da agricultura familiar tem revelado o papel estratégico da diversidade agrícola e alimentar, características da agricultura familiar, para a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais e para a promoção de formas sustentáveis de desenvolvimento rural. A conservação dos componentes da agrobiodiversidade é normalmente feita nas unidades produtivas ou nos territórios coletivamente manejados pelas comunidades rurais envolvendo a reprodução, o manejo e o melhoramento de uma grande diversidade de espécies vegetais e raças de animais em sistemas produtivos diversificados e intensivos em conhecimento. Estas práticas possibilitam aos agricultores familiares e comunidades extrativistas não apenas produzir uma parcela importante dos alimentos consumidos pela famílias, mas, também, abastecer circuitos locais e regionais de produção e consumo de alimentos ampliando, significativamente, suas possibilidades de inserção nos mercados de produtos agrícolas. A Conab tem comercializado, por meio do PAA, 208 diferentes itens produzidos pela agricultura familiar, contemplando uma ampla diversidade de espécies ou variedades de plantas e diferentes produtos de origem animal. Os mecanismos de apoio à comercialização podem contribuir para estimar o uso e conservação dos recursos genéticos conservados e manejados pela agricultura familiar. Os recursos hoje operacionalizados pela Conab, por meio das parcerias constituídas com o MDA e o MDS ou por meio da PGPM contemplam, principalmente, a aquisição de produtos da agrobiodiversidade, não permitindo, no entanto, um apoio mais amplo às experiências em áreas como o desenvolvimento de produtos, a estocagem, o processamento, a produção, a sistematização e o intercâmbio de conhecimentos e a promoção de produtos da agrobiodiversidade. O suporte nessas áreas se coloca, no entanto, como uma necessidade para boa parte dos grupos e organizações acompanhadas, de forma a permitir que os mecanismos de apoio à comercialização possam incidir positivamente na diversificação dos sistemas produtivos e na conservação dos recursos genéticos de interesse agrícola e alimentar.

O público alvo será as organizações de agricultores familiares e de assessoria de modo a fortalecer as ações locais e em rede para a produção e comercialização de produtos da agrobiodiversidade. Portanto, serão trabalhadas duas dimensões: por um lado o fortalecimento das experiências que já estão em andamento, inclusive aquelas que comercializam seus produtos via PAA e por outro lado, será estimulada a ação em redes regionais de produção e comercialização.

Em relação às ações locais, será lançado um processo de seleção de projetos de organizações de agricultores familiares e assessoria de modo a beneficiar 18 experiências locais de produção, uso e comercialização de produtos da agrobiodiversidade.

Os recursos foram repassados ao PNUD para desenvolvimento das atividades durante o exercício de 2009.

2.8.1.15 – Transporte e Guarda de Bens Apreendidos

Descentralização de crédito orçamentário/financeiro do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, no valor de R$659.646,00, objetivando a execução da atividade de programação e logística para o transporte e a guarda de bens apreendidos, originários de ilícitos ambientais, em todo o território nacional.

A primeira atividade desenvolvida foi a remoção de 4.000 cabeças de gado bovino, que se encontrava sob a guarda do IBAMA, no município de Altamira-PA destinados ao município de Xinguara. Até o fim do exercício foram removidos 114 animais.

A despesa liquidada foi de R$645.734,96, representando cerca de 97,85% dos recursos recebidos. A Conab providenciou a devolução de R$6.166.24.

2.8.1.16 - Avaliação do Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos de reforma agrária.

Repasse de recursos orçamentários-financeiros no valor de R$1.571.800,00, referente ao Termo de Cooperação celebrado entre o Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária-INCRA e a Conab objetivando a avaliação da eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, sobre as condições de sustentabilidade econômica e social das famílias assentadas, mediante realização de inquérito domiciliar junto a uma amostra significativa dessas famílias, bem como verificar os principais problemas enfrentados pelas organizações das famílias assentadas no acesso ao Programa; avaliar o nível de desenvolvimento das famílias inseridas no PAA, desenvolvendo metodologia e instrumentos de execução que contribuam para a construção de uma proposta de avaliação da qualidade dos assentamentos implantados no País; e divulgar os resultados auferidos com a pesquisa junto a gestores das organizações dos assentados em todos os estados da federação.

Os recursos foram repassados ao PNUD para execução em 2009.

2.8.1.17 - Inclusão de Produtos Extrativistas na Pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM

Descentralização de créditos orçamentários/financeiros da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R$103.117,19, visando a realização de painéis técnicos, com a participação dos agentes das cadeias de produtos extrativistas para a definição de parâmetros, atividades e insumos modais, utilizados para estabelecer os custos de produção das cadeias e estabelecimento de uma rede de informantes para fornecer, de forma sistemática, dados de preços e situação de mercado, objetivando alimentar o sistema de informações da Conab, conforme Portaria n.° 266, de 4 de setembro de 2008.

Tais atividades decorrem de propostas do Grupo de Trabalho da Câmara Setorial, constituído no âmbito da Casa Civil, com vistas à atuação do Governo Federal no apoio à comercialização de produtos da sociobiodiversidade, tais como: açaí, andiroba, babaçu, buriti, pó cerífero de carnaúba, castanha-do-brasil, copaíba, pequi e piaçava, que resultaram na elaboração de 36 planilhas de custos de produção.

A parceria firmada entre a Conab e o MMA culminou com a implementação do Programa de Apoio à Comercialização e Fomento da Produção Extrativista-PAE, coordenado por aquele Ministério, cujo objetivo é de fomentar a produção e apoiar a comercialização de produtos da sociobiodiversidade, por meio da organização da produção extrativista e da subvenção direta da diferença entre o preço mínimo e o valor de venda.

A apuração dos custos de produção objetiva, entre outros aspectos, estabelecer o montante de recursos a serem alocados pelo Governo Federal para apoiar os processos de produção e de comercialização, de modo a manter o equilíbrio econômico e permitir a remuneração justa pelos esforços realizados no processo de produção.

Em setembro de 2008, a Conab realizou o levantamento dos custos e o cálculo dos preços mínimos, que após aprovado pelo Conselho Monetário nacional-CMN foram divulgados por meio da Portaria MAPA nº 1.039, de 28.10.2008, servindo de base para a comercialização da safra 2008/09 dos seguintes produtos: açaí, babaçu, borracha natural extrativista e pequi.

Os recursos foram repassados ao PNUD, projeto GeoSafras, para custeio das despesas.

2.8.1.18 - Levantamento de Coeficientes Técnicos para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar–MDA

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar-PGPAF foi instituído pelo Decreto n.° 5.996, de 20 de dezembro de 2006, em cumprimento ao disposto na Lei n.° 11.326, de 24 de julho de 2006 e o art. 13 da Lei n.° 11.322, de 13 de julho de 2006, objetivando assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo PRONAF, por ocasião da amortização ou da liquidação de suas operações de crédito junto aos agentes financeiros. Materializa-se pela concessão de bônus de desconto representativo do diferencial entre os preços de garantia definidos anualmente e os preços de comercialização, praticados no período que antecede a amortização ou liquidação do financiamento.

No Art. 4.° do citado Decreto ficou definido que cabe à Conab dar apoio técnico ao Comitê Gestor do PGPAF, responsabilizando-se pelo levantamento dos custos de produção e dos preços de mercado dos produtos da agricultura familiar, pelo cálculo dos bônus enquadrados no Programa e por outras ações que venham a ser definidas pelo Grupo.

Para tanto, a Conab recebeu destaque orçamentário/financeiro em atendimento ao disposto no Termo de Cooperação estabelecido entre o MDA e a Conab, no valor de R$89.161,50, objetivando a implementação de ações no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, de acordo com a Portaria Conjunta n.° 54, de 16 de abril de 2008.

Para a fixação do preço de garantia do PGPAF foram realizados levantamentos de custos de produção nas principais regiões produtoras e análises de mercado para cada um dos produtos amparados, de modo a subsidiar o MDA na fixação do preço de garantia. Com base neste preço de garantia é apurado mensalmente o bônus, calculado pela diferença entre o preço de garantia e o preço de mercado, sendo assim concedido um desconto em percentual equivalente a esta diferença, não podendo ultrapassar R$3.500,00.

Atualmente, a Conab elabora cálculos em 172 planilhas de custos de produção e estabelece coeficientes para 28 produtos, conforme Resolução do Conselho Monetário

Nacional–CMN n.º 3.632, de 30.10.2008, que estabeleceu preços mínimos para safra 2008/2009: de algodão em caroço, alho, amendoim, borracha natural cultivada, café arábica, café conillon, carne de caprino/ovino, cará, inhame, castanha de caju, castanha do Brasil, cebola, pó cerífero de carnaúba, feijão, juta/malva, leite, mamona, milho,pimenta do reino, raiz de mandioca, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

2.8.2 – Recursos Transferidos

Durante o exercício foram feitas transferências orçamentárias/financeiras ao PNUD no valor total de R$11.420.311,26, conforme discriminado no **item 5 (Demonstrativo de Transferências no Exercício, pág. 226** para desenvolvimento das atividades inseridas nos projetos incluídos no Acordo firmado entre a Conab e a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o PNUD.

2.9 – Desempenho Operacional

No exercício de 2008 a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no Plano Plurianual 2008/1011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento dos benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

O principal objetivo foi a criação de um painel de indicadores que possibilitasse o acompanhamento das atividades, a avaliação dos resultados e a antecipação de medidas para a correção de rumos e, adicionalmente, o atendimento às demandas de órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União-CGU e o Tribunal de Contas da União-TCU.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA 2008/11 - exceto as que são desenvolvidas em decorrência de repasses orçamentários-financeiros de outros órgãos públicos - os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional no âmbito do PPA e equipes responsáveis pela execução.

Um dos aspectos abordados no desenvolvimento dos trabalhos foi a necessidade de mudança nos padrões de entendimento e resposta aos controles exigidos para a gestão das ações, incluindo a disseminação e assimilação de conceitos como: eficiência, eficácia e efetividade. A experiência demonstra que a internalização de novos padrões exige contínuo trabalho de convencimento e de divulgação do que está sendo feito e da forma como está sendo feito, e ainda do que e como deveria ser feito, tornando-se fundamental, portanto, uma mudança de paradigma no que se refere ao acompanhamento da ação pelo responsável pela sua execução.

Outro ponto que mereceu destaque foi a identificação da necessidade de melhoria na descrição e nos atributos de diversas ações, inclusive nos respectivos produtos, tendo sido objeto de solicitação de ajustes ao Ministério da Fazenda, Gestão e Orçamento.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período inicial observou-se que alguns necessitam ainda de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, à facilidade de cálculo e à facilidade de obtenção das informações, até mesmo quanto a uma definição mais detalhada. Em decorrência, precedendo a divulgação do conjunto de indicadores, deverá ocorrer em 2009 a revisão destes, mediante a proposição de supressões e/ou acréscimos de novos.

Nesse primeiro momento, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Gerência de Avaliação de Resultados-GEARE e, após validação junto aos CANs (Coordenadores de Ação Nacional no PPA), passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação.

2.9.1 - Indicadores no Âmbito do PPA 2008/2011

2.9.1.1 – Indicadores Vinculados às Ações Orçamentárias

Os indicadores de eficácia são utilizados na aferição do andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena

execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamentos de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como justificativas, são inseridos no Sistema de informações Gerenciais e de Planejamento-SIGPLAN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para nivelamento do desempenho apurado, mediante esses indicadores, várias reuniões foram realizadas em 2008, envolvendo o Secretário Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar e os respectivos CANs, buscando soluções para entraves que dificultavam o bom desenvolvimento da Ação.

A seguir, as fórmulas de cálculo estabelecidas, cuja ênfase recaiu, nessa fase inicial, sobre a dimensão eficácia, entre aquelas recomendados pelos órgãos de controle.

Ação: Aquisição de Produtos para Comercialização			
Eficácia	Quantidade Adquirida (t) X 100	36	0,03%
	Quantidade Planejada (t)	104.456	
	Valor liquidado (R$) X 100	99.855,23	0,10%
	Valor planejado (R$)	99.597.977,00	

Quantidade adquirida = quantidade efetivamente adquirida durante o período
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade adquirida – fornecida pela área responsável (Geope/Sureg-RS)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Em decorrência da baixa execução física e financeira neste e nos exercícios anteriores, a Conab solicitou a exclusão desta ação do Programa Abastecimento Agroalimentar. Segundo orientação recebida, em 2009 esta Ação continuaria existindo, mas com dotação orçamentária e meta física igual a zero.

Ação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Eficácia	Quantidade de atendimentos realizados (unid) X 100	13.698	66,83%
	Quantidade Planejada (unid)	20.497	
	Valor liquidado (R$) X 100	14.630.333,19	99,75%
	Valor Planejado (R$)	14.666.772,00	

Quantidade de atendimentos realizados = quantidade de empregados e dependentes atendidos durante o período
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de atendimentos realizados – fornecida pela área responsável (GEBEN)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

A diferença entre a execução física (63,83%) e a financeira (99,75%) é decorrência direta da alta idade média dos empregados, acarretando maiores custos com assistência médica. Buscando redução nos custos, a Conab continua investindo nos exames periódicos anuais e no maior controle de emissão de guias de exames, e para a maioria dos tratamentos solicitados é realizado perícia médica e odontológica.

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
Eficácia	Quantidade de beneficiários assistidos (unid) X 100	478	86,91%
	Quantidade de beneficiários planejada (unid)	550	
	Valor liquidado (R$) X 100	2.529.532,44	99,45%
	Valor Planejado (R$)	2.543.447,00	

Quantidade de beneficiários assistidos = quantidade média de beneficiários entre 0 e 7 anos que recebeu o auxílio no período
Quantidade de beneficiários planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade média de empregados beneficiados - fornecida pela área responsável (GEBEN)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados			
Eficácia	Quantidade de empregados beneficiados (unid) X 100	3.763	91,02%
	Quantidade de empregados planejada (unid)	3.425	
	Valor liquidado (R$) X 100	16.470.695,37	101,66%
	Valor Planejado (R$)	16.744.022,00	

Quantidade de empregados beneficiados = quantidade média de empregados que recebeu o auxílio no período
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade média de empregados beneficiados – fornecida pela área responsável (GEBEN)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

A execução física acima da meta prevista é decorrência do aumento do número de empregados, principalmente pelo retorno dos anistiados.

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Eficácia	Quantidade de empregados beneficiados (unid) X 100	3.535	111,83%
	Quantidade de empregados planejada (unid)	3.161	
	Valor liquidado (R$) X 100	5.589.901,76	98,83%
	Valor Planejado (R$)	5.656.353,00	

Quantidade de empregados beneficiados = quantidade média de empregados que recebeu o auxílio no período
Quantidade de empregados planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade média de empregados beneficiados – fornecida pela área responsável (GEBEN)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

De forma semelhante, a execução física superior à meta prevista decorre do aumento do número de empregados, principalmente pelo retorno dos anistiados.

Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Eficácia	Operações realizadas (unid) X 100	12	300,00%
	Operações programadas (unid)	4	
	Total de unidades cadastradas (unid) X 100	6.276	150,50%
	Total de unidades planejada (unid)	4.170	
	Valor liquidado (R$) X 100	350.015,96	97,23%
	Valor Planejado (R$)	360.000,00	
Eficiência	Valor Planejado (R$)	360.000,00	154,80%
	Total de Unidades planejadas	4.170	
	Valor liquidado (R$)	350.015,96	
	Unidade Cadastrada	6.276	

Quantidade de operações realizadas no período
Quantidade de operações programadas = meta operacional
Quantidade de unidades cadastradas
Quantidade de unidades planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de operações e de unidades cadastradas – fornecidas pela área responsável (GECAD)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

A execução física foi bem acima da meta estabelecida pela área responsável, em decorrência da necessidade de aumento da capacidade credenciada, para a efetivação das aquisições de produtos por meio das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda e também para a operacionalização dos instrumentos de apoio à comercialização (Prop, Pepro e PEP). Em face da pequena dotação orçamentária disponível, parte dos cadastramentos/recadastramentos foi realizada pelos fiscais durante as operações de fiscalização, o que resultou em menor custo para a Ação e a possibilidade de execução acima do previsto.

Capacitação de mão-de-obra do setor armazenador			
Eficácia	Quantidade de treinandos (unid) X 100	285	35,83%
	Quantidade de treinandos planejada (unid)	800	
	Valor liquidado (R$) X 100	0,00	0,00%
	Valor Planejado (R$)	200.000,00	

Quantidade de treinandos = quantidade de empregados do setor armazenador treinados no período
Quantidade de treinandos planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade média de empregados treinados – fornecida pela área responsável (SUARM)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Em razão do cancelamento do convênio entre a Conab e a Funarbe (Centreinar) a ação foi interrompida. Os cursos realizados em 2008 foram custeados com sobra de recursos repassados em 2007. Para continuidade da Ação, em 2009, foram realizadas reuniões entre o CAN, o gerente executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, a Diretoria de Gestão de Estoques da Conab e o Centreinar visando a celebração de novo convênio diretamente com este último agente, o que deve ser concretizado no início do exercício. As tratativas para a celebração de novo convênio está sob a responsabilidade do Coordenador Nacional da Ação.

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Eficácia	Quantidade de servidor capacitado (unid) X 100	6.012	117,22%
	Quantidade planejada (unid)	5.129	
	Valor liquidado (R$) X 100	1.620.336,57	96,45%
	Valor Planejado (R$)	1.680.000,00	
Eficiência	Valor Planejado (R$)	1.680.000,00	R$ 327,55
	Quantidade de empregados planejada (unid)	5.129	
	Valor liquidado (R$)	1.620.336,57	R$ 269,52
	Quantidade de servidor capacitado (unid)	6.012	
	Valor Planejado (R$)	1.680.000,00	R$ 4.077,67
	Quantidade de eventos programados	412	
	Valor liquidado (R$)	1.620.336,57	R$ 1.518,59
	Quantidade de eventos realizados	1.067	

Quantidade de servidor capacitado = quantidade de servidor capacitado
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Quantidade de eventos programados = meta estabelecida pela área responsável
Quantidade de eventos realizados = quantidade de eventos realizados
Fonte = quantidade de servidor capacitado – fornecida pela área responsável (GECAP)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Na execução da Ação vários servidores receberam mais de um treinamento durante o ano. No total de 6.012 treinandos não estão incluídos os dados relativos ao número de participantes nos programas educacionais de idiomas, curso supletivo e convidados.

Contribuição à Previdência Privada			
Eficácia	Valor liquidado (R$)	22.931.919,11	
	Valor Planejado (R$)	22.932.360,00	100,00%
Eficiência	Valor Planejado (R$)	22.932.360,00	
	Participante Ativo	1.649	13.906,83
	Valor liquidado (R$)	22.931.919,11	
	Participante Ativo	1.649	13.906,56
Efetividade	Participante Ativo	1.649	
	Quantidade de Empregados Conab	4.242	38,87%

Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Participante ativo = empregado participante da Previdência Complementar
Quantidade de empregados Conab = Total de empregados na Conab
Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

O baixo índice de efetividade decorre da admissão de novos empregados que, não aderiram ao plano de previdência, e do retorno de anistiados, que também não aderiram em função da obrigação de pagamento do serviço passado.

Cumprimento de Débitos			
Eficácia	Valor liquidado (R$) X 100	38.709,68	64,52%
	Valor Planejado (R$)	60.000,00	

Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual
Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Cumprimento de Sentenças			
Eficácia	Valor liquidado (R$) X 100	25.732.117,62	84,08%
	Valor Planejado (R$)	30.603.660,00	

Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual
Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

O contínuo acompanhamento do índice foi fundamental para as negociações de suplementação orçamentária/financeira, dado que o pagamento de sentenças relativas a pessoal superaram as previsões iniciais.

Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços Na Comercialização de Produtos Agropecuários			
Eficácia	Estoque fiscalizado (t) X 100	9.734.630	84,59%
	Quantidade planejada	11.507.810	
	Fiscalização realizada (unid) X 100	4.799	168,39%
	Fiscalização planejada (unid)	2.850	
	Valor liquidado (R$) X 100	1.420.101,38	74,74%
	Valor planejado (R$)	1.900.000,00	
Efetividade	Quantidade perdas em armazenagem X 100	19.605,00	0,20%
	Quantidade estoque fiscalizado	9.734.630,00	
	Quantidade desvios em armazenagem X 100	14.731,00	0,15%
	Quantidade estoque fiscalizado	9.734.630,00	
	Quantidade produtos abaixo do padrão X 100	348,00	0,00%
	Quantidade estoque fiscalizado	9.734.630,00	
	Quantidade produtos desclassificados X 100	1.581,00	0,02%
	Quantidade estoque fiscalizado	9.734.630,00	
Economicidade	Valor liquidado (2008) (R$)	1.420.101,38	94,79%
	Fiscalização realizada (2008)	4.799,00	
	Valor liquidado (2007) (R$)	1.485.060,39	
	Fiscalização realizada (2007)	4.757	

Quantidade de estoque fiscalizado = quantidade de produtos fiscalizados no período
Quantidade de estoques planejada = meta operacional prevista pela GEFIS para as Suregs meta estabelecida
Fiscalização realizada – quantidade de fiscalizações realizadas no período
Fiscalização planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado (despesas correntes) = valor comprometido extraído do SIAFI
Valor planejado (despesas correntes) = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Quantidade de perdas em armazenagem = quantidade de perdas ocorridas durante o período,
Quantidade de desvios em armazenagem = quantidade de desvios praticados durante o período
Quantidade de produtos abaixo do padrão = quantidade de produtos AP apurada durante o período
Quantidade de produtos desclassificados = quantidade de produtos desclassificados verificada durante o período
Valor liquidado 2008 (despesas correntes) = extraído do Siafi
Fiscalização realizada 2008 = quantidade de fiscalizações realizadas no período, informada pela GEFIS
Valor liquidado 2007 (despesas correntes) = extraído do Siafi
Fiscalização realizada 2007 = quantidade de fiscalizações realizadas no período, informada pela GEFIS
Fonte = quantidade de produtos fiscalizados – fornecida pela área responsável (GEFIS)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual
perdas em armazenagem – fornecida pela área responsável (GEFIS)
desvios em armazenagem – fornecida pela área responsável (GEFIS)
produtos abaixo do padrão – fornecida pela área responsável (GEFIS)
produtos desclassificados – fornecida pela área responsável (GEFIS)
valor liquidado 2008 – fornecida pela área responsável (GEFIS)
fiscalização realizada 2008 – fornecida pela área responsável (GEFIS)
valor liquidado 2007 – fornecida pela área responsável (GEFIS)
fiscalização realizada 2007 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

A menor execução apurada pelo índice de eficácia dos estoques deve-se ao menor volume de aquisições realizadas no exercício anterior; ao aumento das vendas de arroz, realizadas para conter a elevação dos preços do produto em nível de consumidor; e ao atraso nas compras em 2008. Quanto ao índice de realização das fiscalizações, a meta estabelecida para 2008 incluiu apenas as unidades armazenadoras planejadas, ou seja, não levou em consideração a fiscalização dos instrumentos de apoio à comercialização, em função do atraso na aprovação do PPA 2008/11.

Formação de Estoques Públicos			
Eficácia	Quantidade de produto adquirido (t) X 100	1.214.138	24,65%
	Quantidade planejada (t)	4.925.000	
	Valor liquidado (R$) X 100	650.794.970,06	28,30%
	Valor Planejado (R$)	2.300.000.000,00	

Quantidade de produtos adquiridos = quantidade de produtos adquiridos por AGF e Contrato Público de Opção de Venda
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de produtos adquiridos por AGF e Contrato Público de Opção de Venda - fornecida pela área responsável (SUOPE)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Os baixos índices apurados são decorrentes das boas condições de mercado para os principais produtos amparados pela PGPM durante quase todo o exercício, não necessitando, portanto, da intervenção do Governo Federal para garantia da renda dos produtores agrícolas. Neste caso, a intervenção da Conab poderia forçar ainda mais os preços, prejudicando sobremaneira os esforços de controle inflacionários.

Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Eficácia	Quantidade de informações divulgadas (unid) X 100	6.552	85,36%
	Quantidade planejada (unid)	7.676	
	Valor liquidado (R$) X 100	215.093,50	61,46%
	Valor Planejado (R$)	350.000,00	

Quantidade de informações divulgadas = quantidade de informações geradas e/ou divulgadas pela Conab
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de informações geradas e/ou divulgadas – fornecida pela área responsável (SUINF)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

A menor execução física foi motivada pela exclusão, no banco de dados, das séries estatísticas cuja fonte não é a Conab; quanto à execução financeira, as despesas foram iniciadas apenas no fim do primeiro semestre.

Gestão e Administração do Programa			
Eficácia	Valor liquidado (R$) X 100	332.544.626,54	99,53%
	Valor Planejado (R$)	334.100.950,00	

Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

O contínuo acompanhamento do índice foi fundamental para as negociações de suplementação orçamentária/financeira, dado que a dotação orçamentária aprovada para o período ocorreu em patamares inferiores aos solicitados pela Conab.

Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro			
Eficácia	Quantidade de mercados integrados (unid) X 100	21	131,25%
	Quantidade planejada (unid)	16	
	Valor liquidado (R$) X 100	79.444,81	99,31%
	Valor Planejado (R$)	80.000,00	
Efetividade	Número de mercados integrados	21	33,87%
	Número de Ceasas Existentes	62	

Quantidade de mercados integrados = quantidade de mercados integrados na base de dados
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Quantidade de Ceasas Existentes = quantidade de Ceasas já existentes na base de dados
Fonte = quantidade de mercados integrados – fornecida pela área responsável (Gehor)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual
quantidade de Ceasas integradas e existentes - fornecida pela área responsável (Gehor)

A diferença entre os índices de execução física e financeira deve-se ao fato de boa parte das Ceasas disporem de boa infraestrutura física, reduzindo o tempo e as despesas com a integração dos mercados.

Operacionalização da Comercialização de Produtos			
Eficácia	Quantidade de serviço prestado (unid) X 100	0	0,00%
	Quantidade planejada (unid)	27	
	Valor liquidado (R$) X 100	0	0,00%
	Valor Planejado (R$)	0	

Quantidade de serviço prestado = quantidade de serviço prestado
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de serviço prestado – fornecida pela área responsável (SUPAB)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Devido ao fato de não ter havido programação de aquisição de mercadorias para comercialização, não houve gastos com a operacionalização desta ação; por conseguinte não houve execução e financeira, levando a Conab a solicitar sua exclusão do Programa de Abastecimento Agroalimentar.

Organização dos Micro e Pequenos Varejistas			
Eficácia	Quantidade de unidades organizadas (unid) X 100	305	0,25
	Quantidade planejada (unid)	1.240	
	Valor liquidado (R$) X 100	44.644,83	0,18
	Valor Planejado (R$)	250.000,00	

Quantidade de unidades organizadas = quantidade de unidades organizadas
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de unidades organizadas – fornecida pela área responsável (GEPRI)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

A baixa execução física e financeira desta ação decorreu da reduzida capacidade técnica-operacional das Suregs, que restringiu a abertura de frente de trabalho para formação de novas Centrais de Negócios.

Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Eficácia	Quantidade de pesquisa realizada (unid) X 100	12	100,00%
	Quantidade planejada (unid)	12	
	Valor liquidado (R$) X 100	596.496,81	69,36%
	Valor Planejado (R$)	860.000,00	

Quantidade de pesquisas realizadas = quantidade de pesquisa realizada
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de pesquisa realizada – fornecida pela área responsável (GEASA)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Parte das pesquisas de campo foram realizadas por empregados das próprias Suregs, reduzindo-se, assim, as despesas com passagens. Além desse fator, não houve necessidade de pesquisas extras devido às boas condições de desenvolvimento das culturas.

Publicidade de Utilidade Pública			
Eficácia	Valor liquidado (R$) X 100	0,00	0,00%
	Valor Planejado (R$)	200.000,00	

Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Foi solicitado o cancelamento desta Ação, tendo em vista que a atividade de Comunicação realizada pela Companhia não corresponde ao descritor da Ação.

Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Eficácia	Quantidade de unidade modernizada (unid) X 100	73	91,25%
	Quantidade planejada (unid)	80	
	Valor liquidado (R$) X 100	7.983.358,02	92,29%
	Valor Planejado (R$)	8.650.000,00	
Eficiência	Valor orçado (R$)	8.650.000,00	R$ 108.125,00
	Quantidade de Unidades planejadas	80	
	Despesa liquidada	7.983.358,02	R$ 109.361,07
	Quantidade de unidades modernizadas	73	

Quantidade de unidade modernizada = quantidade de unidade modernizada
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de unidade modernizada – fornecida pela área responsável (GECAD)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Apesar do bom desempenho alcançado, foram identificados problemas estruturais que estão dificultando seu desenvolvimento, tais como: falta de Engenheiros para acompanhamento das obras, excessivo controle sobre o processo de licitações causando atraso nos serviços ou aquisições, falta de normas sobre a manutenção e conservação das unidades armazenadoras e necessidade de execução de serviços emergenciais para continuidade do fluxo operacional.

Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento			
Eficácia	Quantidade de estoque vistoriado (ton) X 100	0	0,00%
	Quantidade planejada (ton)	200.000	
	Valor liquidado (R$) X 100	0,00	0,00%
	Valor Planejado (R$)	120.000,00	

Quantidade de estoque vistoriado = quantidade de estoque vistoriado em toneladas
Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Valor liquidado = valor comprometido
Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida
Fonte = quantidade de estoque vistoriado – fornecida pela área responsável (GEVEP)
quantidade planejada – publicada na LOA anual
valor liquidado – extraído do Siafi
valor planejado – publicado na LOA anual

Esta Ação foi criada com base no Art. 19, Capítulo VII do Decreto 3.855, de 3 de julho de 2001, que regulamenta a Lei n.º 9.973, de 29 de maio e 2000, e a não execução mereceu preocupação durante todo o exercício. Foram realizadas diversas reuniões internas entre o CAN e o Secretário Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar. Em 2009 serão feitas novas tentativas de se obter do MAPA orientação e recursos orçamentários para a efetiva realização da Ação. A regularização está a cargo do CAN, Márcio Augusto da Silva Junior.

2.9.1.2 - Indicadores Vinculados ao Programa Abastecimento Agroalimentar

No PPA 2008-2011 foram incluídos três novos indicadores: Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários; Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários; Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários.

Esses indicadores objetivam identificar a contribuição efetiva dos instrumentos de equalização de preços, de subvenções econômicas (prêmios), de crédito rural concedidos pelas instituições financeiras oficiais federais (BB, BSA e BNB) e do quantitativo de produtores rurais adquirentes/arrematantes atendidos pelos instrumentos de apoio do Governo Federal.

Por outro lado, foram excluídos dois indicadores:Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal e Variação Percentual de Renda dos produtores Agropecuários. Essa alteração foi motivada pela transferência da ação orçamentária de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. A seguir, breve comentário sobre os resultados apurados nos indicadores constantes do citado Programa.

1 - Margem de Disponibilidade do algodão em pluma, arroz em casca, milho e trigo

Este indicador permite relacionar os estoques governamentais com o consumo aparente de determinados produtos, visando apurar a margem de disponibilidade. Isto é, possibilita aferir os resultados da formação e manutenção dos estoques estratégicos. Conforme as previsões estipuladas no PPA 2008-11, verifica-se que somente o algodão em pluma não conseguiu superar as as expectativas delineadas para os produtos em pauta, sendo que o arroz em casca, o milho e o trigo superaram os índices previstos. A situação é a seguinte:

- **Algodão em pluma** - os estoques públicos (1.571,5 t) representaram 0,67% do estoque final e corresponderam a 0,5 dia do consumo aparente.
- **Arroz em casca** - os estoques públicos (597.424,6 t) representaram 62,28% do estoque final e corresponderam a 16,9 dias do consumo aparente.

- **Milho** - os estoques públicos (1.129.524,3 t) representaram 11,61% do estoque final e corresponderam a 8,8 dias do consumo aparente.
- **Trigo** - os estoques públicos (232.614,9 t) representaram 14,41% do estoque final e corresponderam a 7,8 dias do consumo aparente.

Quadro 2.01
Margem de Disponibilidade

Produtos /Safras		2008/2009 mil t
Algodão em pluma	Consumo	1.080,00
	Estoque Final	239,30
	Índice %	**22**
	Previsão PPA	**53**
Arroz em casca	Consumo	12.900,00
	Estoque Final	959,30
	Índice %	**7**
	Previsão PPA	**3**
Milho	Consumo	46.725,00
	Estoque Final	9.730,10
	Índice %	**21**
	Previsão PPA	**14**
Trigo	Consumo	10.858,50
	Estoque Final	1.614,80
	Índice %	**15**
	Previsão PPA	**3**

Fonte: Conab-Indicadores da Agropecuária I – Balanço de Oferta e Demanda 2008
Conab – Posição Contábil dos Estoques em 31/12/2008

2 - Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

O indicador tem por finalidade mostrar a quantidade de produtores rurais ou cooperativas atendidos pelos instrumentos de apoio à comercialização disponíveis, tanto na Formação de Estoques (AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda), quanto na Garantia e Sustentação de Preços (PEP, PROP, PEPRO e PESOJA). No ano de 2008 foi previsto o atendimento a 14.458 produtores, tendo atingido 2.544 adquirentes ou arrematantes, isto é, 17,6% do programado. A SUOPE informou que, em face dos variados prazos de comprovação para receber os prêmios dos diversos instrumentos de apoio à comercialização (PEP - dois meses, PROP- seis meses, PEPRO- de oito a doze meses, etc), a maioria das informações referentes às operações realizadas em 2008 ainda não está disponível, o que revelou o pequeno número apresentado. Além disso, o leque de adquirentes/arrematantes dos prêmios, no caso do PEP, por exemplo, são indústrias, comerciantes, avicultores, suinocultores, cooperativas etc, o que dificulta o controle da quantidade de produtores beneficiados.

3 - Produção Nacional de Grãos

É a contagem física dos grãos produzidos no País. A projeção para a safra de 2008/2009 era atingir o quantitativo de 137,4 milhões de toneladas de produtos, tendo alcançado 137,0 milhões de toneladas, ou seja, 99,7% da estimada.

4 - Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

São os recursos orçamentários aplicados na Formação de Estoques, como o exercício de Contratos Públicos de Opção de Venda, na Garantia e Sustentação de Preços da Comercialização de Produtos Agropecuários, adicionados aos recursos não-orçamentários na Comercialização de Produtos via Mercados Futuros e de Opções (BB

Garantia de Preços). No ano de 2008 foram previstos gastos de R$3.599.879.000,00, tendo sido despendido R$1.515.367.022,00, perfazendo 42,09% do projetado. É importante assinalar que, de uma maneira geral, os preços internos dos produtos amparados pela PGPM mantiveram-se em níveis acima dos preços mínimos vigentes, havendo apenas intervenções pontuais de alguns produtos.

5 - Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

O indicador mostra o total de crédito rural concedido pelas instituições financeiras oficiais de crédito, como o Banco do Brasil-BB, Banco da Amazônia -BASA e Banco do Nordeste -BNB. A meta para 2008 previa a concessão de recursos financeiros no valor de R$12.670.634.000,00, tendo sido aplicado R$39.987.912.370,00, ou seja, superando a previsão contida no PPA 2008, em 215,6%. Trata-se de recursos não-orçamentários, orientados para atuações no mercado de agronegócios, abrangendo o setor agrícola, pecuária e agroindústria, atendendo a mini e pequenos produtores, cooperativas, associações etc.

2.9.2 – Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico

Considerando que o Plano Plurianual 2008/2011 ensejou a definição de indicadores de desempenho para as ações orçamentárias que integram o Programa Abastecimento Agroalimentar, cujo gerenciamento está sob a responsabilidade da Conab, tornou-se necessária uma reflexão sobre os indicadores vinculados ao Mapa Estratégico Corporativo - definidos por ocasião do planejamento estratégico da Companhia - os quais, em várias situações, coincidem com os do PPA ou estão diretamente relacionados à gestão das citadas ações.

Na análise do conjunto de indicadores do mapa estratégico buscou-se identificar aqueles que se mostram mais relevantes no atual contexto e que denotam apresentar os requisitos desejáveis para sua implementação, tendo em vista que a construção de indicadores de desempenho deve observar dimensões tais como: facilidade de compreensão; representatividade do fenômeno monitorado; periodicidade definida/ possibilidade de mensurações periódicas; custo aceitável; coerência com os demais indicadores; base de dados confiável e de fácil acesso e, facilidade de apuração.

As características acima - levadas em conta quando da elaboração dos indicadores de desempenho para as Ações da Conab no PPA - serviram de parâmetro para a seleção de 17 indicadores, de um total de 44 preliminarmente definidos no mapa estratégico corporativo, à época do planejamento estratégico, sendo que tais dimensões estão presentes em boa parte desses.

Considerando que nem todos os indicadores criados foram implementados, seja em função da periodicidade estabelecida, ou pela necessidade já identificada de ajustes envolvendo desde a concepção até a metodologia de apuração, decidiu-se, em reunião que envolveu as áreas de planejamento, auditoria interna, desenvolvimento e apoio à gestão, e responsáveis pela apuração dos dados nas respectivas Superintendências, que seriam apresentados os resultados referentes somente aos 17 indicadores selecionados.

A planilha que se segue vincula os indicadores (4, 7, 8, 15, 21, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 42 e 43) aos respectivos objetivos estratégicos constantes do mapa acima mencionado.

Planilha Demonstrativa de Indicadores do Planejamento Estratégico

Indicadores vinculados aos objetivos estratégicos			
Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados			
Indicador(4)	**% de citações positivas da Conab na mídia**	Resultado	Observação
meta	90% (média do percentual de citações mensais)	65%	72% da meta
Melhorar a geração de informações e de conhecimento			
Indicador(7)	**Nº de séries estatísticas disponíveis**	Resultado	Observação
meta	7.676	6.552	85% da meta (1)
Indicador(8)	**% de séries estatísticas verificadas e atualizadas**	Resultado	Observação
meta	100%	vide nota rodapé	indicador excluído (2)
Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos			
Indicador (15)	**Valor investido na formação de estoques públicos**	Resultado	Observação
meta	1,5 bilhões meta definida por instrumento de intervenção: AGF = 1.048 milhões (investidos 314.488 milhões) Contrato Opção = 452 milhões (investidos 336.306 milhões)	650.795 milhões	43% da meta (3)
Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte			
Indicador (21)	**nº de unidades de varejo atendidas**	Resultado	Observação
meta	1240	305	25% da meta (4)
Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros			
Indicador (24)	**Nº de mercados atacadistas com integração de 100% da base de dados**	Resultado	Observação
meta	54 mercados atacadistas (meta preliminar em 2004) ou 16 Ceasas integradas a cada ano (meta consignada no PPA em 2008)	21	131% da meta, pelo novo critério (5)
Otimizar a utilização da rede armazenadora própria			
Indicador (27)	**Índice de sustentabilidade financeira das UAs próprias**	Resultado	Observação
meta	1,0 apuração mensal, por unidade da federação	0,43	43% da meta
Indicador (28)	**Taxa média de ocupação das UAs próprias**	Resultado	Observação
meta	**45%** (Localização das Unidades Armazenadoras = próximas às regiões de consumo, regiões de produção e para atendimento a programas sociais)	23%	51% da meta, considerada a localização das UAs

Indicadores vinculados aos objetivos estratégicos			
Incentivar a modernização do setor de armazenamento			
Indicador (29)	**Nº de profissionais capacitados**(rede armazenadora)	Resultado	Observação
meta	800 pessoas	285	35% da meta (6)
Manter equipes continuamente capacitadas e compatíveis com as necessidades			
Indicador (32)	**Nº de pessoas que passaram por treinamentos específicos voltados para as atividades**	Resultado	Observação
meta	Todos passem por um treinamento de no mínimo 12 h Quantitativo a ser treinado, informado pela Gecap = 2810 empregados, excluindo os cedidos, com contratos suspensos e situações análogas (O empregado deve ser contado somente 1 vez).	2.461 treinados (87%)	87% da meta, em face do universo de empregados informado
Indicador (33)	Nº de pessoas que passaram por treinamentos para desenvolvimento futuro	Resultado	Observação
meta	6% do número de empregados com graduação, equivalendo a 60 empregados (informação Gecap) (contar o empregado somente 1 vez)	51 (85%)	85% da meta, em face do universo considerado
Otimizar a gestão orçamentária-financeira			
Indicador (38)	**% de recebimento da prestação de serviços de armazenagem**	Resultado	Observação
meta	100% (apuração mensal)	61%	resultado médio, por unidade da federação
Indicador (39)	**% de execução orçamentária-financeira da PGPM**	Resultado	Observação
meta	100% do financeiro (apuração mensal e resultado acumulado)	52%	Considerado o espaço fiscal (7)
Indicador (40)	**% de execução orçamentária-financeira dos recursos próprios**	Resultado	Observação
meta	100% do limite fixado pela SOF (apuração mensal)	91%	resultado acumulado
Indicador (41)	**% execução orçamentária-financeira dos recursos do Tesouro Nacional**	Resultado	Observação
meta	100% do limite financeiro (apuração mensal)	92%	resultado acumulado
Ampliar e diversificar a captação de recursos			
Indicador (42)	**Recursos provenientes de parcerias**	Resultado	Observação
meta	R$ 500 milhões	350 milhões	70% da meta
Indicador (43)	**Recursos provenientes de armazenagem**	Resultado	Observação
meta	R$ 42 milhões	35.290 milhões	84% da meta

Notas explicativas

(1) O indicador do Planejamento Estratégico adotava o banco de dados "Agropreços", que reunia informações geradas pela Conab e também coletadas de fontes de pesquisa externas. Ainda em 2007 houve a migração dos dados para o sistema "SIAGRO", desenvolvido pela Companhia. Visando fortalecer a fonte Conab como referência de preços, os dados das fontes externas deixaram de ser inseridos, ocasionando a redução do nº de séries estatísticas anteriormente informado. Como tal ajuste foi considerado para efeito da meta física explicitada no PPA 2008/11, o quantitativo foi ajustado e compatibilizado com essa última.
(2) Esse indicador não se justifica no atual contexto, ou seja, não tem representatividade, na medida em que qualquer série estatística, para ser divulgada, necessita ser verificada e atualizada. Por ser inócuo, o indicador foi excluído.

(3) O indicador representa o nível de intervenção governamental na agricultura. O fato do índice estar baixo mostra que as intervenções do Estado na Política de Garantia de Preços Mínimos não se fizeram necessárias com a intensidade que se previa. Ou seja, pelo fato do mercado ter se auto-regulado, foi dispensado a aquisição maciça de produtos agrícolas, tendo sido utilizado outros instrumentos de escoamento da produção.

(4) O indicador estabelece para apuração o nº de unidades de varejo atendidas. No entanto, com a mudança de foco (de Unidade de Varejo para Centrais de Negócios - que congregam e organizam inúmeras unidades varejistas), o responsável pela ação entende que o indicador deve passar a considerar o nº de Centrais de Negócios em operação (que atualmente são 4, e que por esse critério representam uma execução física da ordem de 60%).

(5) A meta física contida na LOA/08 prevê mercados atacadistas hortigranjeiros modernizados, a partir da implementação de um banco de dados integrado e ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, em 16 mercados. Logo, a meta foi ajustada conforme definido no PPA. Considerando o banco de dados implementado via SIMAB, foram integradas 21 Ceasas.

(6) A meta desse indicador foi ajustada ao previsto no PPA/08, sendo reduzida de 1.000 para 800 pessoas capacitadas. O baixo índice de atendimento da meta decorreu da decisão da diretoria da Conab em rescindir, no segundo semestre, o convênio existente com a instituição responsável pelos cursos de capacitação.

(7) Este indicador possibilita o acompanhamento da execução orçamentária-financeira do espaço fiscal estabelecido para a PGPM.

2.9.3 – Indicadores Econômico-Financeiros

Os resultados dos indicadores, que são evidenciados mediante a comparação temporal de 31/12/2008 e 31/12/2007, retratam a situação econômico-financeira da Companhia com base nos registros contábeis, contemplando inclusive, as contas relativas às operações governamentais (estoques reguladores e estratégicos, mercado de opções e agricultura familiar).

a) Quocientes de Liquidez

Quadro 2.02
Demonstrativo de Variação dos Índices de Liquidez

Discriminação	30/12/2008	30/12/2007
iquidez Absoluta ou Imediata	0,03	0,03
Liquidez Geral	1,01	1,07
Liquidez Corrente ou Comum	1,11	1,05
Liquidez Seca	0,33	0,38

Fonte:Conab/Diafi/Gecon/Sucon

Em 31/12/07, a Conab mantinha em disponibilidade R$0,03 do total de suas obrigações de curto prazo, permanecendo o mesmo índice (de liquidez absoluta ou imediata) em 2008.

O índice de liquidez corrente em 2007 passou de R$1,07 para R$1,01. Essa alteração representou os decréscimos em relação ao exercício de 2007 de 12,91% e 8,46% ocorridos nos resultados apresentados no curto prazo do Ativo (equivalente a (R$297.306.468,30) e Passivo (R$182.529.240,64), respectivamente.

O índice em liquidez geral teve alteração e foi influenciado pelo decréscimo de 6,71% (equivalente a R$158.162.867,87) no total do ativo circulante e realizável a longo prazo (2007 para 2008), precisamente na rubrica Estoques para Alienação (recursos repassados pelo governo para os convênios), sobre o total e 8,46% (correspondente a R$182.529.240,64), também de decréscimo, ocorrido no montante do passivo circulante mais o exigível a longo prazo (em Operações de Crédito).

A liquidez seca caiu de 0,32 para 0,38, fato explicado pelos decréscimos de 20,68% e 8,46% obtidos pelo ativo circulante, após dedução dos estoques para compor a base de cálculo desse índice, resultando inferior ao apresentado pelo passivo circulante (equivalentes a R$171.264.849,53 e R$182.526.240,64, respectivamente), no exercício de 2008 em relação ao 2007.

Em 31/12/07, para cada R$1,00 de dívidas de curto prazo, a Companhia dispunha de R$1,07 de disponibilidade de bens e direitos de curto prazo, alterando esse índice em 2008, para 1,02%.

Esses índices têm por objetivo medir a capacidade de pagamento da Companhia ou seja, quanto em direitos (R$ no ativo) existe para honrar cada R$1,00 de compromisso assumido.

b) Quociente de endividamento e estrutura

Quadro 2.03
Demonstrativo da Variação dos Índices de Endividamento

Discriminação	30/12/2008	30/12/2007
Participação do Capital de Terceiros	4,38	5,08
Composição do endividamento	1,00	1,00
Endividamento Geral	0,81	0,84
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,51	0,53

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Na relação da participação de capital de terceiros sobre o capital próprio da Conab, ocorreu de 2007 para 2008 um decréscimo de R$0,72 (de R$5,08 para R$4,38). Constata-se que o Passivo Circulante representa 81,33% (sendo essa em 2007 equivalente a 83,55%) do total constante no passivo, cabendo ao Patrimônio Líquido

17,49% (sendo essa em 2007 equivalente a 17,56%). É válido mencionar que 60,07% do Passivo Circulante R$1.551.219.916,63) está representado por débitos em operações especiais e caíram 14,90% de 2007 para 2008 (são recursos a serem repassados pelo Governo para obrigações decorrentes de convênios).

O decréscimo de 0,03 pontos percentuais nos índices de Endividamento Geral relativos aos exercícios de 2007 e 2008 (entre as variações de 0,84% e 0,81%, respectivamente) representa as variações, para menor, ocorridas tanto no Ativo (de R$2.861.640.142,29 para R$2.582.235.241,34) como no montante dos resultados do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (R$2.463.154.156,45 para R$2.157.548.453,72), já comentado no item anterior. No que se refere à composição do endividamento, constata-se que tanto as obrigações como os direitos junto a terceiros concentram-se no curto prazo, fato constatado tanto em 31/12/2007 como também em 31/12/2008. Tal cenário não deixa de ser uma característica do setor no qual está inserido a Companhia.

A Imobilização do Patrimônio Líquido-PL teve em 2008 um decréscimo em torno de 0,02% em relação ao exercício de 2007 (passando de 0,53% para 0,51%), face ao aumento do Patrimônio Líquido em aproximadamente 6,75% (precisamente na rubrica Resultado Acumulado), equivalente a R$24.366.372,77 já a variação do Ativo Permanente foi de 1,91% (correspondendo a (R$4.298.774,70).

Resguardadas as participações e excepcionalidades com que se revestem as atividades da Conab, a evolução dos indicadores de liquidez e endividamento indica uma performance considerada como satisfatória.

c) Rentabilidade (Resultados)

Quadro 2.04
Demonstrativo da Variação dos Índices de Rentabilidade

Discriminação	30/12/2008	30/12/2007
Giro do ativo-AM	0,17	0,14
Giro do Ativo Circulante-ACM	0,20	0,16
Giro do Ativo Permanente-APM	1,86	1,73
Margem Bruta	0,06	0,05
Margem Operacional	-0,89	-3,06
Margem Líquida	-1,21	-2,75
Rentabilidade do Ativo	0,01	0,01
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,07	0,07

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon

A variação ocorrida nesses indicadores tem influência sobre o potencial de vendas, gerador de resultados favoráveis, pois investimentos do Ativo implicam em receitas.

A diferença de R$0,03, para maior (R$0,14 para R$0,17), resultante dos indicadores do Giro do Ativo (receita operacional diversa contra o ativo médio), corresponde ao aumento de 8,21% do primeiro indicador, contra uma diminuição de 7,96% do segundo, em relação aos resultados dos indicadores supramencionados no mesmo período de 2007. Esses valores foram de R$389.966.57,50 para R$421.986.224,43 contra os de R$2.721.937.691,82 para R$2.505.303.194,76 respectivamente, resultando nas diferenças de R$32.019.646,93 e (-)R$216.634.497,06, respectivamente.

Comparativamente a 2007, o Giro do Ativo Circulante teve uma variação a maior de R$0,04 em 2008. Essa diferença se deve à diminuição do Ativo Circulante

Médio-ACM, em 11,77% (correspondente aos totais de R$2.441.740.559,95 e R$2.154.371.588,90 - ACM 2007 para 2008), equivalente a R$287.368.514,13, à menor, contra o aumento de 8,21% (correspondente a R$32.019.646,93 de 2007 para 2008) ocorrido na Receita Operacional Diversa o que resultou nos índices de R$0,16% e R$0,20% (2007 e 2008 respectivamente).

Já o índice relativo ao giro do permanente sofreu uma variação de R$1,73 para R$1,86 (2007 para 2008). A relação da média alcançada de R$226.885.809,25 em 2008 e a de 2007 no valor de R$226.885.809,25, deve-se ao valor de acréscimo na receita operacional diversa de R$32.019.646,93 (8,21%), já que a diminuição do ativo permanente foi de 0,72% (correspondente a R$1.628.418,94).

Em termos representativos o aumento da receita (R$32.019.646,93) em questão ficou bem aquém dos investimentos efetuados, conforme as variações (2007/2008) ocorridas de R$216.634.497,06, para menor (Ativo Médio 2006/2007 e de R$1.628.418,94, para maior (no Ativo Permanente Médio) apresentados. Isso quer dizer, que para cada R$1,00 do Ativo foi investido R$0,14.

As alterações dos indicadores (lucro bruto/receita líquida de vendas e serviços) que medem a margem bruta, ocasionaram um aumento do seu índice em R$0,01 (de R$0,05 para R$0,06). Isso se deve ao lucro bruto que teve um aumento 3,92% e, em termos numéricos corresponde a R$1.696.533,32. Esse valor é representado em parte pela queda de 12,67% dos custos líquidos das vendas de serviços e produtos de 2007 para 2008 (nos valores de R$788.940.941,04 e R$688.986.318,66 respectivamente). Já que esse é mais expressivo do que o crescimento de 2,11% apresentado na receita líquida (R$619.087,17).

A margem operacional e a margem líquida têm como indicadores o lucro operacional/receita operacional líquida e o lucro líquido/receita operacional líquida, respectivamente. E esses indicadores sofrem influência das alterações ocorridas aos custos, às despesas operacionais e ao resultado não operacional da Companhia.

O lucro operacional teve em 2008 resultado menor em aproximadamente 34,97% do que o de 2007 (passando de R$32.649.283,17 para R$21.232.514,54 positivo), enquanto a receita operacional líquida, também, teve um aumento, negativo, em torno de 122,85% (passando de (-)R$10.674.491,72 para (-)R$23.787.793,67). Essas alterações implicaram nas variações negativas R$3,06, em 2007 para R$0,89 em 2008. Quanto à margem líquida, os índices de 2007 e 2008 foram negativos em R$2,75 e R$1,21, respectivamente. Essa diferença se deve ao resultado do lucro líquido de 2008 se apresentar menor em aproximadamente 2,1% ao de 2007 (passando de R$29.397.692,76 para R$28.778.605,59).

Os dois últimos indicadores informam o poder de ganho correspondente a cada R$1,00 investido pela Companhia. E resultam do lucro líquido obtido no exercício de 2008 em relação ao ativo médio e ao patrimônio líquido médio, respectivamente, apresentados nos balanços patrimoniais (2007 e 2008). Não ocorreu prejuízo, pois seus indicadores não apresentaram resultados negativos. Os índices de R$0,00 e R$0,00 relativos à rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido resultantes em 2008 passaram em 2007 para R$0,01 e R$0,07. Em 2008 ocorreu ganho no investimento efetuado na Companhia nesses indicadores para cada R$ (Real) investido.

2.9.4 - Evolução de gastos gerais

Quadro 2.103
Evolução da Despesa

Descrição	Ano (Em R$)		
	2006	2007	2008
1 Despesas de pessoal	**224.786.539,47**	**238.811.054,50**	**278.556.563,67**
1.1 Vencimentos e vantagens fixas	139.919.294,60	161.734.199,30	186.114.595,52
1.2 Obrigações patronais	49.893.450,26	55.838.226,62	65.775.796,58
1.3 Outras despesas variáveis	9.023.207,99	9.527.397,27	10.921.187,31
1.4 Sentenças judiciais e dep. Compulsórios	25.950.586,62	11.711.231,31	15.744.984,26
2 Material de consumo	**4.555.986,02**	**6.699.009,42**	**2.818.439,20**
2.1 Combustíveis e lubrificantes	2.291.650,31	2.320.701,70	3.002.344,58
2.2 Material químico	1.232.363,03	906.678,63	900.779,88
2.3 Material de expediente	553.376,32	660.740,42	746.119,18
2.4 Material de processamento de dados	596.124,38	772.437,31	735.662,78
2.5 Material para manutenção	1.189.640,09	1.546.256,94	1.327.106,72
2.6 Aquisição de softwares de base	701,00	12.052,49	1.353,50
2.7 Outros materiais de consumo	-1.307.869,11	480.141,93	-3.894.927,44
3 Diárias	**4.735.742,42**	**4.847.807,97**	**5.453.210,92**
4 Passagens e despesas com locomoção	**2.982.213,91**	**2.953.537,10**	**3.375.016,95**
5 Serviços de terceiros	**66.888.361,62**	**69.254.633,15**	**61.361.562,50**
5.1 Manutenção e conservação	4.845.259,82	4.369.187,02	4.198.997,45
5.2 Serviços de limpeza e conservação	2.220.873,96	2.541.623,30	2.625.504,56
5.3 Vigilância	10.235.556,38	11.115.213,79	11.491.353,10
5.4 Tecnologia da informação	507.828,53	563.407,89	606.839,65
5.5 Capatazia, estiva e pesagem	2.223.777,94	5.285.304,09	6.516.484,62
5.6 Fretes, transportes e encomendas	5.361.544,51	5.376.752,53	6.714.418,41
5.7 Publicidade	338.998,25	788.938,41	292.139,33
5.8 Outras terceirizações	41.154.522,23	39.214.206,12	28.915.825,38
5.9 Suprimento de fundos	(*)	(*)	(*)
6 Cartão de pagamentos	(*)	(*)	(*)
7 Obrigações tributárias e contributivas	**8.305.131,49**	**33.765.245,08**	**28.823.100,53**
8 Obras, instalações e imóveis	**1.779,39**	**1.482.054,60**	**1.367.182,65**
9 Equipamentos e material permanente	**16,33**	**2.174.410,71**	**3.322.371,50**
9.1 Equipamentos de processamento de dados	614.318,49	1.953.227,54	2.449.367,02
9.2 Outros equipamentos	-614.302,16	221.183,17	873.004,48
10 Outras despesas	**23.668.583,61**	**17.169.324,83**	**162.904.231,93**
Total	**335.924.354,26**	**377.157.077,36**	**547.981.679,85**

Fonte: DRE-Demonstrativo de Resultados do Exercício
Obs.: (*) Despesas reclassificadas para outros elementos de despesas, não apontadas nestes itens para evitar dupla contagem.

3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Item 3 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.

Quadro II.A.1-Reconhecimento de Passivos (valores lançados na Conta Contábil 212111100 Por insuficiência de créditos/recursos do Siafi).

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

UG	Credor		Inscrição (Saldo Inicial)		Movimento Devedor		Movimento Credor		Saldo Final 31/12/2008
	Denominação	CNPJ/CPF	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	Data
TOTAL				0,00		0,00		0,00	0,00

Fonte: Sufin

- UG – Código da Unidade Gestora responsável pelo lançamento
- Saldo Final 31/12/n – saldo do final do exercício sob análise
- Análise abordando os motivos que levaram a constituição do respectivo passivo e as providências adotadas para regularização da situação

4 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Item 4 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.

Quadro II.A.2-Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Unidade Responsável	RP PROCESSADO												RP Processado	RP Não Processado
	2005				2006				2007				2008	
	INSCRITO	PAGO	Cancelado	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	Cancelado	A PAGAR	INSCRITO	PAGO	Cancelado	A PAGAR	Inscrito	Inscrito
MATRIZ	14.654		14.654	0				0	21.019.596	16.145.265	1.431.884	3.442.447	37.560.986	2.242.374
AM				0	232	232		0	159.490	157.381	15	2.094	481.382	161.232
BA	7.787			7.787	42.885	2.747		40.138	1.740.202	971.310	146.227	622.665	2.428.129	1.833.952
CE				0				0	3.539.763	2.752.304	99.759	687.700	1.014.209	222.489
ES				0				0	560.341	555.428	240	4.672	241.475	334.415
GO				0	76.283		72.017	4.266	841.697	790.557	51.132	7	1.523.349	478.775
MA				0				0	1.071.429	713.756	58.523	299.151	1.429.174	5.205.025
MG	5.240			5.240	74.095	4.755	0	69.341	2.852.833	2.011.691	622.168	218.975	9.922.401	2.065.688
MS				0				0	373.978	369.747	4.231	0	558.722	371.084
MT				0	2.000			2.000	1.980.586	1.766.065	121.150	93.371	944.615	18.295.610
PA	11.907	5.175		6.732				0	227.229	211.164	3.574	12.490	336.056	612.196
PB				0	1.328	1.328		0	1.019.558	633.684	379.892	5.982	619.152	3.745.350
PE	2			2	45.503			45.503	430.133	359.138	11.207	59.788	5.728.394	1.781.219
PI				0				0	1.047.550	1.032.647	14.903	0	1.275.975	183.365
PR				0	53.145			53.145	7.072.817	6.209.422	774.961	88.434	2.071.042	5.492.255
RJ				0	13.183	10.942	2.242	0	451.734	443.341	8.392	0	522.988	243.880
RN				0				0	192.558	181.764	5.631	5.162	322.500	176.501
RO				0	4.206			4.206	324.576	291.546	0	33.029	727.439	382.914
RS				0	90.293	17.015		73.278	3.178.136	2.918.102	180.441	79.593	20.640.631	81.258.694
SC				0				0	5.482.984	4.830.377	534.403	118.205	6.418.853	2.165.880
SP				0	2.027	2.027		0	226.560	213.766	0	12.794	20.636.472	129.662
TO				0				0	292.998	251.593	12.416	28.989	160.763	3.280.146
TOTAIS	**39.591**	**5.175**	**14.654**	**19.762**	**405.181**	**39.044**	**74.259**	**291.877**	**54.086.748**	**43.810.050**	**4.461.149**	**5.815.549**	**115.564.709**	**130.662.706**

Fonte: Sufin

Os valores concernentes aos Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro (2005 – 2006 e 2007), foram mantidos em razão de suas validades no prazo de vigência ou por prorrogação conforme Decreto, associadas ao cumprimento das obrigações pertinentes.

5 – Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

5.1 - Recursos Recebidos

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 490002 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
- Programa: Agricultura Familiar
- Ação: 21.122.0351.2B83.0001 – Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem, e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar-PAA
- PTRES: 022680
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria Conjunta MDA/Conab n.º 50, de 11 de março de 2008.
- Objeto da Avença: Supervisão, acompanhamento e avaliação dos projetos de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar CPR-Estoque e dos estoques oriundos da Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$99.000,00
- Valor Total Recebido: R$99.000,00
- Contrapartida:
- Beneficiários: Agricultores Familiares
- Situação da avença: Foram realizadas supervisões nos seguintes estados: AC, AM, ES, MG, PA, PR, RJ, RO e RS

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 490002 – Subsecretaria de Panejamento, Orçamento e Administração
- Programa: Agricultura Familiar
- Ação: 21.122.0351.2B83.0001 – Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar
- PTRES:022680
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria Conjunta MDA/Conab n.º 57, de 90 de maio de 2008
- Objeto da Avença: Realização do 2.º Seminário Nacional do PAA “Programa de Aquisição de Alimentos – Balanço e Perspectivas”
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$210.000,00
- Valor Total Recebido: R$210.000,00
- Contrapartida:
- Beneficiários: Agricultores Familiares
- Situação da avença: Seminário realizado em Brasília-DF, no período de 16 a 19 de junho de 2009

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 490002 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
- Programa: Agricultura Familiar
- Ação: 21.122.0351.2B83.0001 -Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar-PAA e 21.122.0351.2B81.0001 – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- PTRES: 022680 e 022699
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria n.º 69, 30 de julho de 2008
- Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$132.534.800,00
- Valor Total Recebido: R$101.665.682,82
- Contrapartida: Agricultores familiares
- Beneficiários: Agricultores familiares
- Situação da avença: Adquiridas 57.067 toneladas de diversos produtos agropecuários de 26.698 produtores familiares

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 550008 – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa: Acesso à Alimentação
- Ação: 08.306.1049.2798.0001 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar
- PTRES: 007603
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença: Supervisão e Acompanhamento dos Projetos em Execução de CPR Doação e dos Estoques de Alimentos adquiridos via CDAF
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$180.000,00
- Valor Total Recebido: R$180.000,00
- Contrapartida:
- Beneficiários:
- Situação da avença: Realizadas supervisões nos seguintes estados: AM, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, AC, RS, SC, SP, SE e TO

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente:
- Programa: Acesso à Alimentação
- Ação: 08.306.1049.2798.0001 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e 08.605.1049.2802.0001 – Operacionalização de Estoques e Estratégicos de Segurança Alimentar
- PTRES:007603 e 022938
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Termo de Cooperação n.º 004/2008, Portaria n.º 213, de 17 de junho de 2008 e Termo Aditivo n.º 1
- Objeto da Avença: Aquisição de Produtos Agropecuários Produzidos por Agricultores Familiares
- Data de Publicação no DOU: 18 de junho de 2008
- Valor Total Pactuado: R$193.928.266,00
- Valor Total Recebido: R$193.928.266,00
- Contrapartida:
- Beneficiários:Agricultores familiares
- Situação da avença: Adquiridas 117.650 toneladas de diversos produtos agropecuários de 65.460 produtores familiares

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 530001 - Secretaria Nacional de Defesa Civil
- Programa: Respostas aos Desastres e Reconstrução
- Ação: 06.182.1029.4564.0103 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres
- PTRES:014730
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença: Distribuição emergencial e gratuita, de gêneros alimentícios às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, proveniente de desastres, em todo o território Nacional, que estejam classificadas na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$3.323.955,22
- Valor Total Recebido: R$3.323.955,22
- Contrapartida:Disponibilização de estrutura física contendo unidades armazenadoras distribuídas em diversas Unidades da Federação. Superintendências Regionais localizadas nas capitais do estaduais, bem como a disponibilização de pessoal técnico para o devido apoio operacional
- Beneficiários: Famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, em todo o Território Nacional
- Situação da avença: Neste repasse e nos demais com o mesmo objetivo foram distribuídas 6.999 toneladas de produtos, acondicionadas em 296.317 cestas de alimentos, beneficiando 294.312 famílias.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 530001 - Secretaria Nacional de Defesa Civil
- Programa: Resposta aos Desastres e Reconstrução
- Ação: 06.182.1029.4564.0103 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres
- PTRES:014730
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença: Aquisição de cestas de alimentos para envio a título de ajuda humanitária internacional, após países da América Latina, Caribe e África , que se encontrarem em situação de desastre de qualquer natureza, ou sob ameaças e riscos, resultantes de carência ou insegurança alimentar que possam comprometer/reverter a ordem pública e/ou social
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$1.500.000,00
- Valor Total Recebido: R$1.500.000,00
- Contrapartida: Disponibilização de estrutura comercial localizada na Matriz, em Brasília/DF, e a estrutura da Unidade Armazenadora de Lyra Tavares, no Estado do Rio de Janeiro, envolvendo, inclusive, pessoal para o devido apoio técnico e operacional
- Beneficiários: Famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres nos países amigos
- Situação da avença: Neste repasse e nos demais com o mesmo objetivo foram distribuídas 6.999 toneladas de produtos, acondicionadas em 296.317 cestas de alimentos, beneficiando 294.312 famílias

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 530001 - Secretaria Nacional de Defesa Civil
- Programa: Resposta aos Desastres e Reconstrução
- Ação: 06.182.1029.4564.0103 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres
- PTRES:014730
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença: Distribuição emergencial e gratuita, de gêneros alimentícios às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, proveniente de desastres, em todo o território Nacional, que estejam classificadas na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$28.500.000,00
- Valor Total Recebido: R$28.500.000,00
- Contrapartida: Disponibilização de estrutura física contendo unidades armazenadoras distribuídas em diversas Unidades da Federação. Superintendências Regionais localizadas nas capitais do estaduais, bem como a disponibilização de pessoal técnico para o devido apoio operacional
- Beneficiários: Famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, em todo o Território Nacional
- Situação da avença: Neste repasse e nos demais com o mesmo objetivo foram distribuídas 6.999 toneladas de produtos, acondicionadas em 296.317 cestas de alimentos, beneficiando 294.312 famílias.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 550008 – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa: Acesso à Alimentação
- Ação: 08.244.1049.2792.0103 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos do Estado do Rio de Janeiro
- PTRES:025814
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Termo de Cooperação 022/2008
- Objeto da Avença: Abastecimento alimentar às comunidades de terreiro na cidades do Estado do Rio de Janeiro
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$500.000,00
- Valor Total Recebido: R$500.000,00
- Contrapartida:Contrapartida: A contrapartida da Conab para o desenvolvimento do programa, de caráter sustentável, concerne na utilização de sua estrutura física que conta com 84 unidades armazenadoras, distribuídas pelas pelas diversas regiões do país e 27 superintendências regionais nas capitais estaduais, bem como, com a disponibilização de pessoal técnico, o qual soma na Companhia aproximadamente 266 empregados, sendo 168 nas unidades, 78 nas sedes regionais e 20 na Matriz.
- Beneficiários: Famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional
- Situação da avença: Dado que os recursos foram liberados no dia 09 de dezembro, tempo insuficiente para a preparação do leilão de aquisição de produtos, foi solicitado e o MDS aprovou a utilização dos recursos na aquisição de leite de produtores familiares no Estado de Santa Catarina para distribuição a famílias carentes.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 550008 – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa: Acesso à Alimentação
- Ação: 08.244.1049.2792.0001 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos
- PTRES:007597
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria n.º 214, de 18 de junho de 2008
- Objeto da Avença: Abastecimento Alimentar a Grupos Populacionais Específicos
- Data de Publicação no DOU: 19 de junho de 2008
- Valor Total Pactuado: R$33.740.000,00
- Valor Total Recebido: R$33.740.00,00
- Contrapartida: A contrapartida da Conab para o desenvolvimento do programa, de caráter sustentável, concerne na utilização de sua estrutura física que conta com 84 unidades armazenadoras, distribuídas pelas pelas diversas regiões do país e 27 superintendências regionais nas capitais estaduais, bem como, com a disponibilização de pessoal técnico, o qual soma na Companhia aproximadamente 266 empregados, sendo 168 nas unidades, 78 nas sedes regionais e 20 na Matriz.
- Beneficiários: Famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional
- Situação da avença: Neste repasse e nos demais com o mesmo objetivo foram distribuídas 32.552 5 toneladas de produtos, acondicionadas em 1.439.256 cestas de alimentos, beneficiando 354.218 famílias.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 550008 – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa: Acesso à Alimentação
- Ação: 08.244.1049.2792.0001 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos
- PTRES:007597
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença: Abastecimento alimentar a grupos populacionais específicos que estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$7.660.000,00
- Valor Total Recebido: R$7.660.000,00
- Contrapartida: A contrapartida da Conab para o desenvolvimento do programa, de caráter sustentável, concerne na utilização de sua estrutura física que conta com 84 unidades armazenadoras, distribuídas pelas pelas diversas regiões do país e 27 superintendências regionais nas capitais estaduais, bem como, com a disponibilização de pessoal técnico, o qual soma na Companhia aproximadamente 266 empregados, sendo 168 nas unidades, 78 nas sedes regionais e 20 na Matriz.
- Beneficiários: Famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional
- Situação da avença: Neste repasse e nos demais com o mesmo objetivo foram distribuídas 32.552 5 toneladas de produtos, acondicionadas em 1.439.256 cestas de alimentos, beneficiando 354.218 famílias.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 420012 – Secretaria de Política Agrícola
- Programa: Gestão da Política Agropecuária
- Ação: 20.122.0360.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa
- PTRES: 001475
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos:
- Objeto da Avença: Fiscalização do Seguro Rural
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$576.20,00
- Valor Total Recebido: R$636.200,00
- Contrapartida:
- Beneficiários:
- Situação da avença: Durante o exercício foram fiscalizadas 1.053 apólices de seguro rural. Devolvidos a SPA R$60.000,00

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 130137 – Secretaria de Produção e Agroenergia - MAPA
- Programa: Desenvolvimento da Economia Cafeeira
- Ação: 20.605.0350.2825.0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café
- PTRES: 001601
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença: Realização de Obras na UA-Camburi
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$33.320,00
- Valor Total Recebido: R$33.320,00
- Contrapartida:
- Beneficiários:
- Situação da avença: Obra concluída. Devolvido ao MAPA R$62,40

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 530001 - Secretaria Nacional de Defesa Civil
- Programa: Resposta aos Desastres e Reconstrução
- Ação: 06.182.1029.4564.0103 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres
- PTRES:014730
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença: Aquisição de rolos de lona plástica para atendimento emergencial da população do município de Salvador afetadas por fortes chuvas
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$840.975,00
- Valor Total Recebido: R$840.975,00
- Contrapartida:
- Beneficiários: Famílias desabrigadas
- Situação da avença: Foram adquiridas por meio de licitação pública 1.500 rolos de lona plástica, que estão a disposição da Defesa Civil na UA-Irecê/BA

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 130007 – Secretaria de Defesa Agropecuárias - MAPA
- Programa: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
- Ação: 20.125.0356.4746.0001 – Padronização, Classificação, Fiscalização e inspeção de Produtos Vegetais
- PTRES: 001491
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria n.º 391, de 5 de maio de 2008
- Objeto da Avença: Disponibilizar ao Governo do Estado do Maranhão 200 toneladas de arroz beneficiado, visando à troca do arroz com contaminação por fungos produtores de micotoxinas causadoras do "beriberi".
- Data de Publicação no DOU: 06 de maio de 2008
- Valor Total Pactuado: R$97.000,00
- Valor Total Recebido: R$97.000,00
- Contrapartida:
- Beneficiários: Governo do Estado do Maranhão
- Situação da avença: Foram utilizadas 364 toneladas de arroz em casca, vinculadas aos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, armazenados na UA-Balsas, colocadas à disposição daquele Governo após o processo de beneficiamento. Dos recursos repassados foram devolvidos R$25.195,21

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 110008 – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
- Programa: Desenvolvimento Sustentável da Pesca
- Ação: 20.602.1342.6948.0001 - Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira Nacional e Apoio e 20.602.1342.10B5.0001Implantação de Infraestrutura Aquicola e Pesqueira Nacional
- PTRES:02069 e 020698
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria n.º 303, de 10 de dezembro de 2008
- Objeto da Avença: Aquisição e distribuição de equipamentos e materiais para o apoio a pequenos empreendimentos de organizações produtivas ou representativas de pescadores artesanais
- Data de Publicação no DOU: 19 de dezembro de 2008
- Valor Total Pactuado: R$R2.800.000,00
- Valor Total Recebido: R$2.800.000,00
- Contrapartida: R$9.000.000,00 (estrutura física, capital humano e equipamentos necessários à realização das aquisições e distribuições)
- Beneficiários: organizações produtivas ou representativa de pescadores artesanais, nas seguintes categorias: manipulação de mariscos, pontos fixos de comercialização, acampamentos de pescadores artesanais e cozinhas comunitárias
- Situação da avença: Recursos repassados ao PNUD, para desenvolvimento do Projeto BRA/03/034.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 110008 – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
- Programa: Desenvolvimento Sustentável da Pesca
- Ação: 20.602.1342.10B5.0076 – Apoio e Implantação de Infraestrutura Aquicola e pesqueira – Aquisição e Manutenção de Equipamentos no Estado do Amazonas e 20.602.1342.10B5.0078 – Apoio e Implantação de Infraestrutura Aquicola e Pesqueira – Aquisição de Equipamentos no Estado de Santa Catarina
- PTRES:520042 e 520043
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria n.º 316, de 18 de dezembro de 2008
- Objeto da Avença: Aquisição e distribuição de equipamentos de infraestrutura para comercialização em feiras livres e mercados públicos para pescadores artesanais e da aquicultura familiar (Programa Feira do Peixe)
- Data de Publicação no DOU: 19 de dezembro de 2008
- Valor Total Pactuado: R$938.304,80
- Valor Total Recebido: R$938.304,80
- Contrapartida: R$9.000.000,00 (estrutura física, capital humano e equipamentos necessários à realização das aquisições e distribuições)
- Beneficiários: organizações de pescadores artesanais e aquicultores familiares, sob a forma de comodato pelo prazo e um ano e após este período pode ser doado em definitivo às entidades beneficiada , podendo, ainda, ser prorrogado por igual período ou transferido a outra entidade
- Situação da avença: Recursos repassados ao PNUD, para desenvolvimento do Projeto BRA/03/034.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 130137 – Secretaria de Produção e Agroenergia - MAPA
- Programa: Desenvolvimento da Economia Cafeeira
- Ação: 20.605.0350.2825.0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café
- PTRES:001601
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria n.º 1.170, de 1.º de dezembro de 2008
- Objeto da Avença: Comercialização dos estoques governamentais de café, depositados nas unidades armazenadoras localizadas nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo
- Data de Publicação no DOU: 2 de dezembro de 2008
- Valor Total Pactuado: R$600.000,00
- Valor Total Recebido: R$60.000,00
- Contrapartida:
- Beneficiários:
- Situação da avença: Comercializadas 490,7 toneladas de de café, por meio de leilão eletrônico. Os recursos foram repassados para o PNUD.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 153173 – Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação
- Programa: Brasil Escolarizado e Qualidade na Escola
- Ação:12.128.1061.8264.0001 – Formação para Gestão das Ações Educacionais e Controle Social e 12.361.1448.0509.0001 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
- PTRES: 021039 e 021031
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Termo de Cooperação
- Objeto da Avença:Promoção e desenvolvimento de ações para análise das pesquisas "Repercussões do Programa Bolsa Família sobre a SAN dos Beneficiados" e "Pesquisa Nacional de Consumo Alimentar e Perfil Nutricional de Escolares, Modelos de Gestão e de Controle Social"
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado:R$800.000,00
- Valor Total Recebido:R$800.000,0
- Contrapartida:
- Beneficiários:
- Situação da avença:Recursos repassados ao PNUD para desenvolvimento durante o exercício de 2009

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 490002 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
- Programa: Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres
- Ação:21.422.1433.8400.0001 – Organização Produtiva de Trabalhadores Rurais
- PTRES: 22691
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Termo de Cooperação
- Objeto da Avença: Realização de eventos para a formação de mulheres rurais com o tema Políticas Públicas para as Mulheres Rurais
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado:R$287.851,32
- Valor Total Recebido:R$287.851,32
- Contrapartida:
- Beneficiários:Agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, extrativistas, pescadoras artesanais, aquicultoras familiares, indígenas e quilombolas, vinculadas a organizações, grupos produtivos, movimentos e redes de mulheres rurais.
- Situação da avença:Recursos repassados ao PNUD para desenvolvimento durante o exercício de 2009

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 490002 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
- Programa: Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade e Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
- Ação:21.541.1426.8450.0001 – Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da agrobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povo e Comunidades Tradicionais e Fomento á assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares
- PTRES: 22705 e 22693
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Termo de Cooperação
- Objeto da Avença: ampliação dos processos de comercialização e produção agroecológica na agricultura familiar
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado:R$1.373.870,00
- Valor Total Recebido:R$1.373.87,00
- Contrapartida:
- Beneficiários:Agricultores familiares
- Situação da avença: Recursos repassados ao PNUD para desenvolvimento durante o exercício de 2009

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 19034 – IBAMA
- Programa: Apoio Administrativo
- Ação: 18.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade
- PTRES:004001
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria Conjunta IBAMA/Conab n.º 285, de 18 de setembro de 2008
- Objeto da Avença: Transporte e guarda de bens apreendidos originários de ilícitos ambientais em todo o território nacional
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado:R$659.646,00
- Valor Total Recebido:R$645.734,96
- Contrapartida:
- Beneficiários:
- Situação da avença: Contratada a remoção de 4.000 cabeças de bovinos, tendo sido removidas em 2008 114 cabeças. A Conab devolveu ao IBAMA R$6.166,24

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 373001 – Departamento de Administração Financeira DAF - INCRA
- Programa: Assistência Técnica e Extensão Rural
- Ação: 21.606.1427.4470.0001 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
- PTRES: 022106
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos:
- Objeto da Avença: Avaliação de impacto do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA nos assentamentos da reforma agrária
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$1.571.800,00
- Valor Total Recebido: R$1.571.800,00
- Contrapartida: R$166.000,00
- Beneficiários:
- Situação da avença: Recursos repassados ao PNUD para execução em 2009.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 280106 – Secretaria de Produção e Agroenergia - MAPA
- Programa: Desenvolvimento da Agroenergia
- Ação: 20.122.1409.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa
- PTRES: 020822
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença: Levantamento da safra brasileira de cana-de-açúcar
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado: R$321.000,00
- Valor Total Recebido: R$321.000,00
- Contrapartida:Pessoal administrativo, pessoal de pesquisa de campo e equipamentos necessários
- Beneficiários:
- Situação da avença: Os recursos foram repassados para o PNUD. Em 2008 foram realizadas três pesquisas de campo.

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 130137 - Secretaria de Produção e Agroenergia - MAPA/Funcafé
- Programa: Desenvolvimento da Economia Cafeeira
- Ação:20.605.0350.2825.0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café
- PTRES: 001596
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Plano de Trabalho
- Objeto da Avença:Levantamento das estimativas da safra, dos custos de produção e dos estoques privados de café
- Data de Publicação no DOU:
- Valor Total Pactuado:R$1.325.124,44
- Valor Total Recebido:R$1.325.124,44
- Contrapartida: Pessoal administrativo, pessoal para pesquisa de campo e equipamentos e softwares e veículos
- Beneficiários:
- Situação da avença:Durante o exercício foram realizados 3 pesquisas sobre a safra de café, uma pesquisa sobre os estoques privados

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 440040 – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
- Programa: Comunidades Tradicionais
- Ação: 18.541.1145.2001.0001 – Apoio às operação de comunidades tradicionais
- PTRES:022645
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria Conjunta n.º 287, de 3 de setembro de 2008
- Objeto da Avença: Levantamento do custo de produção visando estabelecer o preço mínimo de 10 produtos provenientes de espécies extrativistas
- Data de Publicação no DOU: 5 de setembro de 2008
- Valor Total Pactuado:R$103.117,19
- Valor Total Recebido:R$103.117,19
- Contrapartida:
- Beneficiários:
- Situação da avença: Estabelecido preços mínimos para açaí, babaçu, borracha natural e pequi, a vigorar a partir da na safra 2008/09. Os recursos foram repassados ao PNUD, projeto GeoSafras

- Descentralização
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 490002 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
- Programa: Agricultura Familiar - Pronaf
- Ação: 21.122.0351.2272.0001 -Gestão e Administração do Programa
- PTRES: 007187
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Portaria Conjunta MDA/Conab n.º 54, de 16 de abril de 2008
- Objeto da Avença: Levantamento dos coeficientes técnicos para elaboração dos custos de produção e coleta de preços de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a fixação dos preços de garantia no âmbito do PGPFA
- Data de Publicação no DOU: 5 de setembro de 200818 de abril de 2008
- Valor Total Pactuado:R$89.161,50
- Valor Total Recebido:R$89.161,50
- Contrapartida:
- Beneficiários:
- Situação da avença: Foram realizados levantamentos de custos de produção nas principais regiões produtoras e análises de mercado para cada um dos produtos amparados, de modo a subsidiar o MDA na fixação do preço de garantia. Com base neste preço de garantia é apurado mensalmente o bônus, calculado pela diferença entre o preço de garantia e o preço de mercado, sendo assim concedido um desconto em percentual equivalente a esta diferença.

5.2 - Recursos Repassados

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 135100 – Conab Sede
- Programa: Desenvolvimento da Economia Cafeeira
- Ação:20.605.0350.2825.0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café
- PTRES: 001596
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$1.325.124,44

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- UG Cedente: 135100 – Conab Sede
- Programa: Agricultura Familiar - Pronaf
- Ação: 21.122.0351.2272.0001 -Gestão e Administração do Programa
- PTRES: 007187
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$89.161,50

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Desenvolvimento Sustentável da Pesca
- Ação: 20.602.1342.6948.0001 - Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira Nacional e Apoio e 20.602.1342.10B5.0001Implantação de Infraestrutura Aquicola e Pesqueira Nacional
- PTRES:02069 e 020698
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$2.800.000,00

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Desenvolvimento da Agroenergia
- Ação: 20.122.1409.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa
- PTRES: 020822
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$321.000,00

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Assistência Técnica e Extensão Rural
- Ação: 21.606.1427.4470.0001 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
- PTRES: 022106
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$1.571.800

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade e Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
- Ação:21.541.1426.8450.0001 – Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da agrobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povo e Comunidades Tradicionais e Fomento á assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares
- PTRES: 22705 e 22693
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$1.323.000,00

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Brasil Escolarizado e Qualidade na Escola
- Ação:12.128.1061.8264.0001 – Formação para Gestão das Ações Educacionais e Controle Social e 12.361.1448.0509.0001 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
- PTRES: 021039 e 021031
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$800.000,00

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres
- Ação:21.422.1433.8400.0001 – Organização Produtiva de Trabalhadores Rurais
- **PTRES: 22691**
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$287.851,32

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Desenvolvimento Sustentável da Pesca
- Ação: 20.602.1342.10B5.0076 – Apoio e Implantação de Infraestrutura Aquicola e pesqueira – Aquisição e Manutenção de Equipamentos no Estado do Amazonas e 20.602.1342.10B5.0078 – Apoio e Implantação de Infraestrutura Aquicola e Pesqueira – Aquisição de Equipamentos no Estado de Santa Catarina
- **PTRES:520042 e 520043**
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$938.304,00

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Abastecimento Agroalimentar
- Ação: 20.605.0352.8579.0001 – Geração e Difusão de Informações Agropecuárias
- **PTRES:20.872**
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$168.000,00

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Desenvolvimento da Economia Cafeeira
- Ação: 20.605.0350.2825.0001 – Conservação dos Estoques Reguladores de Café
- **PTRES:001601**
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$60.000,00

- Repasse
- Código Siafi/Siasg:
- Programa: Abastecimento Agroalimentar
- Ação: **Gestão e Administração do Programa**
- Identificação do Termo Inicial ou Aditivos: Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab
- Beneficiários: PNUD
- CNPJ: 03723329/0001-73
- Valor Total Recebido:R$1.685.200,00

6 - Previdência Complementar Patrocinada

a) - Identificação da Entidade:

Nome	CIBRIUS
Razão Social	**Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS** Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil. O regime especial de intervenção federal que afetava a entidade desde **14/12/2000**, por força da Portaria MPAS/nº 9093, de 13/12/2000, foi levantado em 30/11/2007 e reconstituídos os órgãos estatutários, nos termos do Ofício SPC/DEFIS/CGRE/nº 1749, de 08 de junho de 2007.
CNPJ:	**00.531.590/0001-89**
Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido – Registrado no CNPB sob o nº 19.790.007-19

b) - Demonstrativo Anual:

i. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

- **R$ 140.320.649,57**
  Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

ii. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

- **Participante - R$ 10.145.645,13**
  Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi (mesmo valor da patrocinadora)

iii. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

- **Patronal/Paritária - R$ 10.145.645,13**
  Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

- **Complemento de Previdência (Serviço Passado) - R$ 12.786.273,98**
  Valor referente ao pagamento da **dotação** do serviço passado da massa de empregados da CONAB, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente à entrada para plano em 1.995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.
  Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

- **Total Contribuições - R$ 22.931.919,11**
  Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pelo Cibrius, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jóia de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

iv. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora CONAB

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

v. Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições

vi. - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2008

Descrição	Valor	Percentual Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3456
1) Renda Fixa	**284.242.690,08**	**79,01**	**70,00**	**100,00**
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	226.644.200,30	63,00		
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	14.219.868,47	3,95		
1.3 - LFT – Título P. Federal (selic)	37.910.591,30	10,54		
1.4 - LFT-B - Título P. Federal (selic)	867.118,56	0,24		
1.5 - Fundo BB Institucional	4.387.867,78	1,22		
1.6 – Fundo UBS Pactual Select Bolsa Plus	213.043,67	0,06		
2) Renda Variável	**43.203.733,92**	**12,01**	**20,00**	**50,00**
2.1 - Mercado de Ações à Vista	23.072.899,97	6,41		
2.2 – Bradesco Dividendos	1.918.863,34	0,53		
2.3 – Bradesco ibx ativo	1.714.707,74	0,48		
2.4 – Bradesco infra-estrutura	1.655.843,98	0,46		
2.5 – Fator Institucional	4.992.797,92	1,39		
2.6 – Mercatto Geração Futura	4.665.160,28	1,3		
2.7 – FIA Schroder Performance	2.731.172,00	0,76		
2.8 – UBS Pactual Dividendos	2.452.288,69	0,68		
3) Imóveis	**21.904.806,74**	**6,09**	**6,00**	**11,00**
3.1 – Imóveis	15.647.593,79	4,35		
3.2 – Fundo de investimento imobiliário	6.257.212,95	1,74		
4) Empréstimos	**10.388.054,78**	**2,89**	**4,00**	**15,00**
Total Geral	**359.739.285,52**	**100**		

Fonte:Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN Nº 3.456/07 **(Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC)**, além das demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

vii. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, a SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do balanço 2008 da entidade, cujo calendário de obrigações para envio do referido balanço é 31 de março de 2009. Entretanto, tal posicionamento vem se repetindo ao longo dos anos, sem que efetivamente qualquer manifestação tenha sido apresentada pela SPC. Por outro lado, a SPC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 19 do B-CONTEUDO ESPECÍFICO da DN/TCU nº 93, de 03/12/2008.

viii. Parecer da Auditoria Independente

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, obedecendo ao calendário, o Parecer da Auditoria Independente ficará pronto até 31 de março de 2009.

Tão logo obtida a manifestação da SPC/MPS, como também o Parecer da Auditoria Independente, os documentos respectivos poderão ser encaminhados aos órgãos de Controle.

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação.

Todos os repasses de recursos foram realizados dentro dos limites fixados em lei.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.

Na forma do Art. 50, inciso VI do Estatuto da Entidade, foram empossados em 30/11/2007, para o cumprimento de mandato de 04 (quatro) anos, os empregados da CONAB e Participantes do CIBRIUS, abaixo relacionados, com o devido ressarcimento, nos termos termos da Carta/CONAB/PRESI/nº 026, de 21/01/2009, como segue:

FABRÍCIO PEREIRA GARCIA – Diretor Superintendente
JOSÉ CARLOS ALVES GRANGEIRO – Diretor Financeiro
RACHID MAMED FILHO – Diretor de Seguridade

Não há recursos patrimoniais disponibilizados à Entidade.

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência.

Em 31/12/2007, ficou consignado no balanço da CONAB o valor de R$ **60.311.921,08**, já contabilizadas as amortizações de R$ 1.007.298,02 e R$1.133.258,30, concernentes às parcelas de competência de dezembro/2008 e amortização extra, também de competência de dezembro/2008.

O referido compromisso, decorrente de Termo de Adesão celebrado em 07/10/1994 e aditivo nº 1, de 12/12/2002, entre a Conab e o Cibrius, vem tendo suas parcelas cumpridas regularmente dentro das condições pactuadas.

f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Patrocinadora CONAB, por meio da **Auditoria Interna-AUDIN**, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 e no §2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acordão TCU nº 2.887/2008, 1ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/nº 032/2009).

7 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

8 – Renúncia Tributária

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

9 – Declaração Sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

10 – Operações de Fundos

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

11 – Despesas com Cartão de Crédito

Item 11 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.

A quantidade de fatura refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto).

Nos Exercícios de **2006 e 2007** a Unidade Jurisdicionada **não operou com Cartão de Crédito Corporativo.**

Quadro 11.01
Cartão de crédito corporativo - Exercício de 2008

Sureg	Limite Mensal	Limite 2008	Qtde. Supridos	Fatura		Saque	
				Quant.	Valor	Quant.	Valor Saque
AM	2.000,00	12.000,00	3	8	1.211,34	8	860,00
BA	3.000,00	18.000,00	7	24	5.734,07	26	1.676,00
DF	3.500,00	21.000,00	3	10	10.696,96	5	430,00
ES	2.000,00	12.000,00	3	12	4.169,03	22	2.605,00
GO	10.000,00	60.000,00	8	12	7.108,39	6	1.245,00
MA	3.000,00	18.000,00	4	4	2.984,97	0	0,00
MS	10.000,00	60.000,00	12	50	38.435,63	39	13.461,78
MT	10.000,00	60.000,00	9	37	39.648,04	22	3.930,00
PA	3.000,00	18.000,00	4	16	7.649,21	39	4.644,55
PB	3.000,00	18.000,00	3	13	4.385,10	12	460,00
PE	3.000,00	18.000,00	2	6	2.488,39	3	150,00
PI	3.000,00	18.000,00	5	18	7.972,38	6	228,00
PR	5.000,00	30.000,00	7	20	6.620,72	38	4.697,00
RN	2.000,00	12.000,00	6	21	6.270,95	16	1.638,35
RO	2.000,00	12.000,00	9	30	6.123,21	29	1.367,38
RS	10.000,00	60.000,00	6	22	36.047,27	39	11.450,00
SC	2.000,00	12.000,00	3	9	3.335,41	11	205,00
SP	3.000,00	18.000,00	5	15	3.855,22	36	1.640,00
TO	3.000,00	18.000,00	3	10	7.070,28	16	3.440,00
Totais	**82.500,00**	**495.000,00**	**102**	**337**	**201.806,57**	**373**	**54.128,06**

Fonte: Sufin

MATRIZ-DF	
Limite de utilização total da UG:	**21.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
CARLOS ALBERTO SANTOS	2.000,00
MANOEL FRANCISCO REDUSINO	500,00
TELMA DE FATIMA ALVES ANDRADE	1.000,00

SUREG-AM	
Limite de utilização total da UG:	**12.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
JOSE WILAMOR DE SOUZA MOTA	1.000,00
FRANCISCO OLIVEIRA BARBOSA	500,00
IRISELI BUARQUE ONOFRE MARTIMIANI	500,00

SUREG-BA	
Limite de utilização total da UG:	**18.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
BENJAMIM OLIVEIRA ALVES	400,00
ROSALVO DA COSTA SANTOS	200,00
ANTONIO MIRANDA DA ANUNCIACAO	1.000,00
FLAVIO JOSE DOS SANTOS NETO	500,00
ELC APARECIDO ROCHA	500,00
FRANCISCO ROMAO GRANGEIRO	400,00
MIRIAN PEREIRA DOS SANTOS	1.000,00

SUREG-CE
Não houve utilização do Cartão de Crédito

SUREG-ES	
Limite de utilização total da UG:	**12.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
WALTER SODRE	400,00
JADIR ALVARENGA FILHO	1.000,00
JULIO CESAR RODRIGUES	600,00

SUREG-GO	
Limite de utilização total da UG:	**60.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
ZIRVALDO ZENID VIRGOLINO	1.000,00
OTAVIANO JOSE DO CARMO	1.000,00
ANTONIO DE SOUSA LEITE	1.000,00
JOAO HENRIQUE SILVA	1.000,00
LUIS GUILHERME QUEIROZ ODININO	1.000,00
VALDIR SOARES DE ARAUJO	1.000,00
JOSE ALVARENGA BARBOSA	1.000,00
LINDOMAR SILVA DA COSTA	1.000,00

SUREG-MA	
Limite de utilização total da UG:	**18.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
JOAO BATISTA VIEGAS	600,00
MANOEL DA VERA CRUZ REIS SILVA FILHO	600,00
ROGERIO PRAZERES DA SILVA	600,00
AIRTON SANTOS DE AZEVEDO	600,00

SUREG-MS	
Limite de utilização total da UG:	**60.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
EDSON YUI	1.300,00
CARLOS GOULART DE AZEVEDO	1.300,00
AMARAL AGUIAR PEREIRA	1.100,00
JAIR ANTONIO TAVARES	1.300,00
UBALDO ADEMAR RODRIGUES SOUTO	500,00
HUMBERTO ANTUNES DE OLIVEIRA	1.300,00
OTAVIO DE SOUZA PAES	1.600,00
ELSEMIR PAULINO PRADO	500,00
JOSE FERNANDES GUIMARAES	1.600,00
ELVIS RODRIGUES DE LIMA	1.100,00
GILSON TEZZA	1.100,00
CLAUDIO PITCHENIN	1.300,00

SUREG-MT	
Limite de utilização total da UG:	**60.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
JOSIAS DE MIRANDA	1.300,00
RUBENS BENEDITO DA SILVA	1.300,00
JOSE JULIO PEREIRA	1.300,00
LUIZ CARLOS DA SILVA GOUVEIA	1.700,00
HERBERT RAMOS DA SILVA	2.500,00
ROSELI MARTINS	1.700,00
BENEDITO MAXIMO DA CUNHA FILHO	2.500,00
HERCULES BORGES GUIMARAES	1.500,00
ROSELI SLAVIERO LAUX	1.700,00

SUREG-PA	
Limite de utilização total da UG:	**18.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
CINCINATO MARCELINO JOSE DE SOUZA CLEMENTE	800,00
MARIO ALBERTO BATISTA COSTA	500,00
PAULO SERGIO PERES DE SOUZA	500,00
SILVIA REGINA MENEZES DOS SANTOS	1.200,00

SUREG-PB	
Limite de utilização total da UG:	**18.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
ALBERTO BATISTA DE LIMA	750,00
LAELSON FERREIRA MOREIRA	1.500,00
MARCOS ANTONIO FREIRE RANGEL	750,00

SUREG-PE	
Limite de utilização total da UG:	**18.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
MARILIDIA CATUABA DA SILVA	700,00
ERONILDO NASCIMENTO DA SILVA	1.500,00

SUREG-PI	
Limite de utilização total da UG:	**18.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
AGOSTINHO MONTEIRO DO NASCIMENTO	500,00
FABIO BARBOSA FERRAZ	500,00
MANUEL LOPES DA PAZ	500,00
EDUARDO ANTONIO COUTINHO DE ARAUJO CHAVES	500,00
FRANCISCO DAS CHAGAS MELO DE ARAUJO	500,00
ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA	1.000,00

SUREG-PR	
Limite de utilização total da UG:	**30.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
ANTONIO PAULO DOS SANTOS	500,00
MARIO FLOR DO NASCIMENTO	500,00
JOAO FILON	500,00
VILSON GONGORA RATUCHINIAK	1.000,00
MAURO GUY DO AMARAL TUMEO	600,00
LUIZ ROSA	2.000,00
JORGE LUIZ SILVA RAPOSO	500,00

SUREG-RN	
Limite de utilização total da UG:	**12.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
PAULO VIEIRA CONFESSOR	400,00
CARLOS ANTONIO VICTOR DE AMORIM	400,00
MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA	400,00
JOSE AELIO DE LIMA	400,00
CHARLES NAZARENO DE OLIVEIRA	400,00
BORIS PINHEIRO MINORA DE ALMEIDA	400,00

SUREG-RO	
Limite de utilização total da UG:	**12.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
CARLOS ALBERTO ALONSO PONTES	1.000,00
ODILON MARCELINO DE OLIVEIRA	250,00
JORGE FARIAS DIAS	1.000,00
AMIRALDO GOMES PEREIRA	300,00
ROOSEVELT JOSE MIRANDA	200,00
CARLOS CELSO BARROS MARTINS	250,00
MARIA CELIA ALVES DA SILVA	1.000,00
DUCILEIDE FERREIRA DE ALMEIDA	300,00
MARTAZALEM LOPES	250,00

SUREG-RS	
Limite de utilização total da UG:	**60.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
EDMILTON ALVES DE SOUZA	2.000,00
ALDAIR COSTA DA SILVA	2.000,00
AURI GERMANO FALLER	2.000,00
FLAVIO ALBERTO GONCALVES	2.000,00
JAMES DA SILVA	1.000,00
LISANDRA BEATRIZ CICERI	1.000,00

SUREG-SC	
Limite de utilização total da UG:	**12.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
VALDIR GALDINO JUNIOR	1.000,00
ROSANGELA COELHO	1.000,00
MARIO ADRIANO SILVA MOREIRA	500,00

SUREG-SP	
Limite de utilização total da UG:	**18.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
EUCLIDES FRANCISCO	300,00
ANTONIO CICERO DE SOUZA	500,00
MARIA ALICE E SILVA	1.500,00
VALDINEI DE OLIVEIRA	300,00
MANOEL MEDEIROS	400,00

SUREG-TO	
Limite de utilização total da UG:	**18.000,00**
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	**Limite Mensal**
JOSE ROMER CAMARA DOS SANTOS	1.400,00
LUIS MOURAO DA SILVA	800,00
FELIPE THOMAZ DE SOUZA CARVALHO	800,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (CGU).

MATRIZ

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Relatório de Auditoria n° 208.221	Refere-se a Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício de 2007 – Processo de Prestação de Contas da Conab-Matriz. Detalhamento das recomendações consta do Plano de Providências Exercício 2007, em anexo. Detalhamento dos esclarecimentos e informações consta da Nota Técnica Audin/n° 20/2008, em anexo.	Conab	**1 -** Foi elaborado o Plano de Providências correspondente remetido à Controladoria-Geral da União-CGU/Secretaria Federal de Controle-SFC por meio do Ofício Presi n° 0462, de 3/9/2008. **2 –** Aludido Plano foi complementado com a expedição dos Ofícios Presi n°s 0532, de 16/10/2008 e 0629, de 23/12/2008.
Solicitação de Auditoria n° 04/219979	Análise preliminar sobre as medidas adotadas pela Conab relativas aos Planos de Providências dos exercícios de 2005, 2006 e 2007 Detalhamento dos esclarecimentos e informações consta da Nota Técnica Audin/n° 24/2008 em anexo	Conab	As respostas foram oferecidas pela Conab por meio da Nota Técnica Audin n° 024/2008, de 8/12/2008, remetida à CGU/SFC em 8/12/2008 por meio da CI/AUDIN/GEDOP n° 0486/2008

Fonte: CI/AUDIN/081/2009.
Nota: Encaminhamos cópias do Plano de Providências, dos Ofícios Presi n°s 0462, 0542 e 0629, da Nota Técnica Audin/Gedop n° 024/2008 e CI/AUDIN/GEDOP/0486/2008.

SUREG – AM			
Número do Relatório	**Descrição da Recomendação**	**Setor Responsável pela Implementação**	**Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)**
208217	**Recomendação 1:** Morosidade para providenciar a ação judicial visando ao recolhimento de R$4.728,00, relativos a desvio de estoques. Recomendamos à Unidade que adote medidas judiciais, no caso da não regularização do débito no prazo de 30 dias, contados da notificação de cobrança ao responsável, para que se cumpra o previsto no art.4º, parágrafo 1º, alínea "b", da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/02004	Procuradoria Regional - PRORE	Justificativa inicial: Por circunstâncias judiciárias a Justiça Federal só possui Vara em duas cidades no Estado do Amazonas e sendo a CONAB, empresa pública federal é dela (Justiça Federal), a competência para julgamento e execução de decisões. No caso em tela, se mostraria necessário a expedição de carta Precatória para o interior do Estado, condicionada ao pagamento de no mínimo R$500,00, por condução de Oficial de Justiça e trâmites na Justiça Estadual do Amazonas, além das custas que já seriam vertidas para a Justiça Federal. Diante disso, considerando a extrema dificuldade de logística da apontada cobrança judicial em Comarca de precário acesso, a Área Jurídica recomenda, com base no princípio da eficiência e buscando evitar o desperdício de recursos públicos federais, com diligências de desconhecida efetividade, mister se faz o exaurimento da cobrança administrativa através de telefonemas, cartas, ofícios, inclusão de cadastro de devedores e principalmente a adequada instrução dos expedientes administrativos anteriormente ao ajuizamento de ação judicial. Não obstante às justificativas apresentadas, esta Superintendência reuniu todos os responsáveis por áreas, orientando para o fiel cumprimento do estabelecido no art.4º, parágrafo 1º, alínea "b", da Portaria Interministerial MF/MAPA nº38, de 09/03/2004. Posicionamento GCU: *A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior auditoria.*

SUREG – AM			
Número do Relatório	**Descrição da Recomendação**	**Setor Responsável pela Implementação**	**Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)**
			Última Justificativa (proposição): Submetemos este item para análise dessa CGU, propondo sua extinção, uma vez que não houve prejuízo para a Administração. O valor recolhido em 10/04/2007 pela Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM está compatível com os preços praticados pela CONAB, nas indenizações, conforme Manual de Operações da CONAB – MOC, Título 07, Padrões e Preços de Embalagens disponível no seguinte endereço eletrônico http://www.conab.gov.br/conabweb/moccentro.php?aMOC=23".

SUREG – AM			
Número do Relatório	**Descrição da Recomendação**	**Setor Responsável pela Implementação**	**Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)**
208217	**Recomendação 2:** Registros contábeis em 06 contas do Ativo pendentes de regularização. Salienta-se que, somente após a conclusão do processo a Unidade poderá regularizar a citada conta.”	Procuradoria Regional - PRORE	Justificativa inicial: Foi ajuizado na 8ª Vara do Trabalho o Processo nº32923/2006-08-11-00, com audiência inaugural para o dia 10/05/2007. O processo continua "sub judice", pendente da realização de audiência inaugural vez que, os atos designados para os dias 10/05/2007,03/09/2007 e 05/03/2008, deixaram de ser efetivados pelo juízo em razão do réu não ter sido notificado. Ressalte-se que no dia 05/03/2008, o juízo determinou que a Secretaria da Vara, providenciasse o desentranhamento da Carta Precatória, já expedida a fim de que o réu seja intimado pessoalmente. Anexamos Extrato de Andamento Processual expedido do site do TRT e cópia da Ata de Audiência do dia 05/03/2008. Posicionamento CGU: **A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior auditoria.**

SUREG – AM			
Número do Relatório	**Descrição da Recomendação**	**Setor Responsável pela Implementação**	**Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)**
			Última justificativa: O Processo continua *sub judice*, apesar de citado, o réu não compareceu na audiência ocorrida no dia 15/09/2008. O processo foi instruído, tendo o juízo designado o dia 23/09/2008, para publicação da sentença. Ocorre que a sentença não foi publicada na data marcada, razão pela qual no dia 24/09/2008 a CONAB peticionou requerendo a intimação pessoal da efetiva publicação da decisão. Anexamos cópia da ATA de Audiência e Petição devidamente protocolada na Secretária da 8º vara.

SUREG – AM			
Número do Relatório	**Descrição da Recomendação**	**Setor Responsável pela Implementação**	**Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)**
208217	**Recomendação 3:** Falta de providências para sanear saldos na conta contábil 1.1.229.01.00 - Pagamentos Indevidos. A SUREG/AM informou, em 11/05/2006, que foram interpostas ações de restituição de indébito combinado com cobrança de multa, em desfavor da BNB BORRACHA NATURAL BRASILEIRA LTDA. e da IBRIM INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE BORRACHA RIO MADEIRA LTDA., protocolizadas sob os n.ºS 2006.32.00.002802-2 e 2006.32.00.0033057-0, respectivamente.	Procuradoria Regional - PRORE	Justificativa Inicial: Ambos os processos continuam tramitando na Justiça Federal. No que se refere ao Processo nº 2006.32.00002802-2(BNB-Borracha Natural Brasileira LTDA) foi publicada no DOE/AM, de 15/04/2008, decisão suspendendo o feito pelo prazo de 30 dias. Quanto ao processo 2006.32.00003057-0 (IBRIM-Indústria de Beneficiamento de Borracha Rio Madeira LTDA), foi proferido despacho determinando que a CONAB manifeste-se sobre a não localização da ré, contudo, o ato processual ainda não foi publicado. Anexamos, Extrato de Andamento Processual expedido do site do TRF da 1ª Região. Posicionamento CGU: ***A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior, auditoria.*** Última Justificativa: Conforme já informado o deslinde das questões ora tratada dependem da esfera judicial.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208217	**Recomendação 3:** Falta de providências para sanear saldos na conta contábil 1.1.229.01.00 - Pagamentos Indevidos. A SUREG/AM informou, em 11/05/2006, que foram interpostas ações de restituição de indébito e cobrança de multa, em desfavor da BNB BORRACHA NATURAL BRASILEIRA LTDA. e da IBRIM INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE BORRACHA RIO MADEIRA LTDA., protocolizadas sob os n.ºs 2006.32.00.002802-2 e 2006.32.00.0033057-0, respectivamente.	Procuradoria Regional - PRORE	Quanto ao Processo nº 2006.32.00002802-29 (BNB-Borracha Natural Brasileira LTDA),o último andamento aponta a apresentação de petição pelo réu indicando a conclusão do inventário da Sra. Clinéia da Cunha Cidade (sócia falecida) o qual está registrado na Comarca de Presidente Figueiredo. Extrato de Andamento Processual, anexo. Relativamente ao Processo nº 2006.32.00003057-0 (IBBRIM – Indústria de Beneficiamento de Borracha Rio Madeira Ltda), conforme Extrato de Andamento Processual expedido do site do TRF da 1 □ Região, verifica-se que no dia 25/08/2008, houve citação por oficial e o Mandado remetido a Central, sem indicação de cumprimento até o momento.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208217	**Recomendação 4:** *Pendência de saldo em conta contábil.* *Recomenda-se tão logo se obtenha resposta do Ofício PRESI nº 605 de 13/10/2006 com reiterações posteriores, que informe à CGU/AM sobre as providências adotadas para quitar o débito do IBAMA e posterior regularização de saldo na conta contábil.*	Gerência de Finanças e Administração - Gefad	Justificativa Inicial: A Área Jurídica, desta SUREG/AM-RR(ASJUR), por meio do Parecer COJUR/SUREG/AM-RR Nº22/2077, manifestou-se pela inadequação do ingresso em juízo, num primeiro momento, como também, pela inviabilidade de inclusão do IBAMA junto ao cadastros informativos do CADIN e SIRCOI, posição esta acatada pela Procuradoria Geral da CONAB/Matriz, conforme Parecer PROGE/SUMAD Nº BM-093/2008, tendo em vista o disposto na lei 9.028/95, na Medida Provisória 2.180/35 e na Portaria AGU nº 1.281/07, opinando pela tentativa de solucionar a controvérsia estabelecida por meio de conciliação a ser requerida ao Advogado Geral da União, conforme a citado Portaria.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208217	**Recomendação 4:** *Pendência de saldo em conta contábil.* *Recomenda-se tão logo se obtenha resposta do Ofício PRESI nº 605 de 13/10/2006 com reiterações posteriores, que informe à CGU/AM sobre as providências adotadas para quitar o débito do IBAMA e posterior regularização de saldo na conta contábil.*	Gerência de Finanças e Administração - Gefad	Por meio do Despacho nº014/2008 - DIPLAN/IBAMA, de 23/01/2008, o IBAMA reconheceu a dívida no valor de R$117.999,77. Com base nesse Despacho o IBAMA/AM, através do MEMO nº19/2008, de 20/02/2008, solicitou Dotação Orçamentária do valor reconhecido. Após analisar a proposta apresentada pelo IBAMA a Procuradoria Regional -PRORE/ AM manifestou-se, considerando vantajoso para a Companhia o encontro de contas entre as dívidas do IBAMA X CONAB, uma vez que, aquele Instituto sinaliza concretamente sua intenção de resolver o impasse. Manifestação esta que obteve a concordância da PROGE SUMAD, pela aceitação da proposta sugerida pelo IBAMA, compensando-se os débitos referentes à dívida de armazenamento e o saldo do Convênio nº 25/98. Atualmente o Processo encontra-se em fase de atualização do valor das dívidas. Posicionamento da CGU: ***A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior auditoria.*** Última Justificativa: Após manifestação favorável por parte da Diretoria desta CONAB ao recebimento da dívida na forma proposta pelo IBAMA e adoção das medidas necessárias a composição do valor real a ser pago, tendo como parâmetro as dívidas mútuas, enviamos Ofício CONAB SUREG/AM nº 634, de 09/10/2008 ao IBAMA/MMA, encaminhando GRU no valor de R$ 83.241,85, com vencimento em 31/10/2008.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208217	**Recomendação 5:** *Falta de documentos e informações no Relatório de Gestão de 2006.* *Recomendamos que, ao obter a Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar/MPS e o Parecer de Auditores Independentes sobre as contas do CIBRIUS, estes documentos sejam encaminhados aos órgãos de Controle Interno o mais breve possível.*	Gerência de Finanças e Administração - Gefad	Justificativa inicial: No dia 08/08/2007, recebemos o Parecer dos Auditores Independentes sobre as contas do CIBRIUS e no dia 10/08/2007, protocolamos Ofício CONAB SUREG/AM-RR nº 483, de 09/10/2007, nessa Controladoria, encaminhado o respectivo Parecer. Com relação a Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar/MPS, estamos no aguardo da documentação solicitada à Superintendência de Contabilidade-SUCON/Matriz, em 22/01/2008, através da CI. nº 025, reiterada por meio do FAX nº217, de 25/04/2008.Por meio do Ofício CONAB/SUREG/AM Nº282, de 02/05/2008, a CONAB reafirma estar no aguardo da resposta da Secretaria de Previdência Complementar sobre a aprovação do Balanço do CIBRIUS - Instituto CONAB de Seguridade Social. Posicionamento CGU:***A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior auditoria.*** Última Justificativa: Permanece a mesma informação prestada anteriormente. Estamos envidando esforços junto a Superintendência de Contabilidade na Matriz, para obtermos o posicionamento da Secretaria de Previdência Complementar/MPS, tão logo o mencionado documento seja disponibilizado, enviaremos a essa CGU.

Fonte: Plano de Providências elaborado em 14/10/2008 em atendimento ao Ofício nº 30.211/2008/CGU-AM/CGU-PR

SUREG - CE

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208212	Identificar os responsáveis pelas reincidências apontadas, a fim de notificá-los pessoalmente quanto às circunstâncias das impropriedades em que incorreram para evitar novas ocorrências (item do Relatório de Auditoria . 1.1.2.1 - Constatação 001).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Os responsáveis pelas impropriedades foram notificados, inclusive pela necessidade de encerramento das contas bancárias, em face do advento dos Cartões de Pagamento do Governo Federal. Os supridos foram notificados, também para devolverem via GRU os saldos remanescentes que não puderam ser contabilizados por falta de dotação orçamentária correspondentes às despesas realizadas.
208212	Proceder a correta identificação nos prestações de contas dos Boletins de Pagamentos de Fundos de Caixa, dos empregados envolvidos com sua concessão e análise, segregando a responsabilidade pela conformidade de seus atos. (item do Relatório de Auditoria 1.1.2.1 - Constatação 001).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Consoante recomendação, foram efetuadas as devidas correções e autuados processos administrativos a fim de facilitar a identificação individualizando-os por suprido.
208212	Abster-se, doravante, de realizar despesas com a aquisição de serviços de água e esgoto, por meio de suprimento de fundos, utilizando para tal o procedimento referente à inexigibilidade de licitação. (item do Relatório de Auditoria 1.1.2.2 - Constatação 002).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Como os demais serviços dessa naturezas são pagos em fatura consolidada na conta da sede da Regional, orientamos o gerente da unidade onde foi detectada a ocorrência, e o mesmo esteve na Empresa SAEE, e ficou acertado que doravante as faturas serão encaminhadas para pagamento pelo setor financeiro da Sureg/CE.
208212	Acompanhar por intermédio da Procuradoria Jurídica, a ação que envolve o imóvel da UA TIANGUÁ, adotando as medidas processuais cabíveis que o caso requeira, com vistas as cumprimento das determinações judiciais e finalização da contenda (item do Relatório de Auditoria 1.1.3.1 – Constatação 004).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	A justiça expediu mandado ordenando a Construtora Padre Ibiapina a desocupar o imóvel de Tianguá, e concedeu um prazo de 30 dias, a contar da intimação desta decisão para efetiva desocupação voluntária do imóvel, sob pena de haver a desocupação compulsória. Estamos aguardando notificação da justiça para nossa imissão de posse.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208212	Identificar os responsáveis pelas reincidências apontadas, a fim de notificá-los pessoalmente quanto às circunstâncias das impropriedades em que incorreram para evitar novas ocorrências (item do Relatório de Auditoria . 1.1.2.1 - Constatação 001).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Os responsáveis pelas impropriedades foram notificados, inclusive pela necessidade de encerramento das contas bancárias, em face do advento dos Cartões de Pagamento do Governo Federal. Os supridos foram notificados, também para devolverem via GRU os saldos remanescentes que não puderam ser contabilizados por falta de dotação orçamentária correspondentes às despesas realizadas.
208212	Agilizar o processo de recebimento dos imóveis alienados às Prefeituras de Aracoiaba e Icó, visando a regularização das situações dos imóveis e, consequentemente, do saldo da conta contábil 1.1.2.1.9.09.00 – Créditos por Alienação, sanando assim a impropriedade que se afigura. (item do Relatório de Auditoria 1.1.3.1 – Constatação 004).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Consoante recomendação da Auditoria, esta Superintendência Regional emitiu o ATO nº 043, de 17/04/2008 constituindo uma comissão para proceder a regularização dos imóveis. Os trabalhos de campo foram realizados e a referida comissão elaborou o relatório final o qual se encontra aguardando deliberação desta Superintendência.
208212	Compatibilizar o saldo devedor existente no SIAFI, relativamente ao imóvel de Icó com os controles extra-contábeis mantidos por essa Entidade. (item do Relatório de Auditoria 1.1.3.1 – Constatação 004).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	O saldo da conta 112190900 no SIAFI foi compatibilizado com o demonstrativo apresentado no relatório. Ressalte-se, todavia, que a diferença detectada, tratava-se dos valores registrados na conta 112490900 relativo às parcelas registradas no longo prazo e que agora foram transferidas para o curto prazo.
208212	Proceder aos registros, quanto aos afastamentos legais dos titulares de cargos comissionados e seus respectivos substitutos, de forma a demonstrar a efetiva responsabilidade pelos atos realizados no decorrer da gestão.(item do Relatório de Auditoria 2.1.1.1 – Constatação 005).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Consoante recomendação, os registros foram atualizados antes do encerramento do exercício 2008.

SUREG - GO

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
20813	**Recomendação:** Recomendamos tornar praxe na Unidade a consulta quanto à regularidade das empresas junto ao SICAF, previamente às contratações e aos pagamentos das despesas, juntando o resultado aos autos do processo. Recomendamos, ainda, quando da revogação de processo licitatório em razão das propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos de mercado, que seja realizada a compra direta por dispensa de licitação, respeitando os trâmites Legalmente estabelecidos, em especial, aqueles contidos no Art. 26 da Lei n.º 8.666/93. Recomendamos, também, que a Comissão de Licitação, ao elaborar o Edital dos certames licitatórios, atente para a necessidade de se estabelecer todas as condições que garantam a adequada execução dos serviços/produtos a serem contratados	**Setor Administrativo e Setor Contábil e Financeiro**	No que se refere as consultas de regularidade de Empresas junto ao SICAF, as áreas envolvidas foram orientadas a procederem obrigatoriamente as consultas previamente as contratações ou pagamentos das compras e/ ou serviços. Está sendo acatada na integra também, a partir desta data, a recomendação para que quando houver revogação de processo licitatório em função de recebimento de propostas com preços superiores aos praticados no mercado, que seja realizada compra direta por processo de dispensa de Licitação, de acordo com a Legislação em Vigor. Quanto a Elaboração dos Editais dos Certames Licitatórios, além de estarmos melhor qualificando as Equipes que compõem a Comissão Permanente de Licitação e de Pregoeiros, implantamos também a rotina de que todos os procedimentos sejam previamente analisados pela Procuradoria Jurídica desta Regional.
20813	**2.1 Recomendação:** Inicialmente, ressaltamos nosso posicionamento acerca do contrato em questão, reiterando nossa já mencionada recomendação no sentido de se fazer observar, com a máxima acuidade, no âmbito da SUREG/GO, os procedimentos legais estabelecidos na Lei n.º 8.666/93, para tanto, no caso específico, mediante aplicação dos termos prescritos na cláusula décima terceira do mencionado Contrato de Credenciamento, que reza: "Cláusula Décima Terceira - Da Rescisão	**Setor de Recursos Humanos – SEREH.**	Visando corrigir tal situação no âmbito da sede autorizamos a imediata deflagração de novo procedimento administrativo para credenciamento ou contratação de empresa prestadora de serviços de fisioterapia convencional, reeducação postural global e acupuntura no âmbito desta Superintendência Regional, e será efetivada a notificação do prestador de serviços quanto a vinculação da duração do contrato vigente ao encerramento do procedimento de credenciamento ou de contratação.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
	O presente Contrato poderá ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições, independentemente de interpelações judiciais ou extrajudiciais, bem como pela superveniência de norma legal ou ato administrativo que impossibilite o seu prosseguimento, resilido por mútuo consentimento ou por uma das partes, com aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias, tendo em vista os objetivos deste Contrato, tudo de acordo com o disposto na Seção V, que abrange os artigos 77 a 80 - Da Inexecução dos Contratos, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93". Deve, pois, a SUREG/GO, amoldar-se às determinações do supramencionado compêndio legal, para tanto rescindindo o contrato, objeto da contratação realizada de modo equivocado, e refazer a contratação mediante eleição de procedimento licitatório adequado, norteando-se, para tanto, pelos parâmetros fixados na Lei n.º 8.666/93.		
20813	**3.1-Recomendação:** Recomendamos que a Unidade envide esforços para que sejam estabelecidos procedimentos com vistas a implementar a segregação de funções e a assegurar sua efetividade na execução das atividades contábeis.	SETOR CONTABIL E FINANCEIRO-SECOF	Com vistas a coibir a repetição dos fatos apontados no presente relatório intensificamos a implantação do uso do cartão do Governo Federal, cujo suprido não mais será empregados lotados no Setor Financeiro, bem como providenciamos o encerramento das contas de suprimentos de fundos, com o que estaremos cumprindo na integra a proibição contida no principio básico de controle administrativo, conforme definido pela IN/SFC/MF. N.º. 01, de 06.04.2001.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
20813	**5.1 Recomendação:** Em função de toda argumentação por nós exposta neste relatório, não nos cabe emitir outra recomendação ao órgão auditado que não esteja em estrita consonância tanto em relação à norma legal vigente a regular o caso concreto em foco (Lei nº8.666/93), bem como para com a necessidade de cumprimento das cláusulas estipuladas no Contrato de n.º 027/2006, o qual encontra-se em vigor.Em suma deverá a Unidade valer-se deste para rescindir o mencionado contrato, nos termos de sua cláusula oitava e a cláusula décima-nona, "in verbis": **"CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA RESOLUÇÃO** ...Na hipótese de descumprimento do Contrato pelo(a) Contratada, ele será resolvido antecipadamente, independente de prévia notificação, resguardado à Contratante... CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PENALIDADES O descumprimento por parte da Contratada de qualquer uma das condições contratuais implicará em rescisão deste contrato e a sujeitará ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mensal contratado, além da aplicação das penalidades referidas no Edital e no Termo de Referência que não conflitarem com as desta Cláusula". Deverá, ainda, visando evitar eventuais prejuízos ao órgão, proceder à contratação emergencial, de outro escritório de advocacia, mediante dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito:	**PROCURADORIA JURÍDICA REGIONAL**	**A rescisão contratual do Contrato nº 027/2006 e a realização de contratação direta traria prejuízos incalculáveis à CONAB, o que não foi considerado pela equipe de Auditoria mesmo tendo sido amplamente demonstrado nas respostas protocoladas pela CONAB na Controladoria-Geral da União.** Face aos argumentos expendidos e baseados na legislação vigente, na doutrina dominante, nas orientações do Tribunal de Contas da União e da Procuradoria Geral da CONAB, o Contrato nº 027/2006 não foi rescindido e não foi feita a contratação direta conforme determinado pela equipe de Auditoria da Controladoria-Geral da União em Goiás. Informamos, mais uma vez, que está em andamento o novo procedimento licitatório para contratação de escritório de advocacia terceirizado nos autos do processo administrativo nº 09.0074/2008, o qual teve o edital elaborado conforme as orientações do Tribunal de Contas da União e da Procuradoria Geral da CONAB.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
	"Art. 24. É dispensável a licitação: IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Tal recomendação, deve-se, exclusivamente, ao fato de ter restado suficientemente comprovado, ainda à época dos trabalhos de auditoria de gestão relativos ao exercício de 2006, o descumprimento contratual por parte do escritório Brom & Brom Advogados Associados S/S, sendo que a CONAB/GO deveria tê-la acatada, para o bem da estrita observância, não somente dos termos estabelecidos no Contrato nº 027/2006, mas sobretudo em homenagem aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa.		

SUREG-MT

Número do Relatório	Descrição da determinação ou da recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208214	A formalização de AGFs devem ser realizadas em processos administrativos protocolizados na SUREG/ CONAB-MT, a fim de assegurar a reunião de todos os documentos em um ou mais volumes processuais, possibilitando, assim, a melhoria na eficiência do controle documental.	Setor de Comercialização -SECOM	A partir da recomendação a SUREG-MT se comprometeu a reunir todos os documentos relativos as AGF'S. Até a presente data o Governo Federal, através da Conab, no bojo da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, interveio no mercado de milho deste Estado com aquisições do produto, através de leilões públicos e de Contratos de Opção de Venda, mesmo assim, a documentação referente às operações está centralizada em um único setor, conforme recomendação.
208214	a)Refazer a Planilha de Custo e Formação de Preços, considerando nos cálculos a produtividade adequada para carga horária de 6 horas; b) A partir da nova planilha, elaborar Termo Aditivo ao Contrato 005/2005, contemplando os novos valores da planilha de custo e formação de preços	Setor Administrativo -SETAD	A tentativa de novo aditivo visando o acerto da planilha com a produtividade para os serviços de limpeza, restou frustrada, uma vez que não houve acordo com a Contratada. Como solução não aditamos o contrato e realizamos nova licitação para adequação da produtividade, obedecendo aos normativos vigentes.
208214	O Gestor deverá exigir a apresentação da documentação original comprobatória da habilitação do vencedor, com a finalidade de dar cumprimento ao instrumento vinculante da licitação (edital) e de resguardar a Unidade de riscos decorrentes da inabilitação de empresas.	Setor Administrativo -SETAD	Em atendimento a recomendação foi exigida do licitante a documentação e o mesmo apresentou cópias autenticadas dos documentos, os quais foram apensados ao processo licitatório.

Número do Relatório	Descrição da determinação ou da recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208214	a)abster-se de realizar contratação de prestadores de serviços terceirizados para área fim. b)Desenvolver, em conjunto com a Matriz, da CONAB/BSB, estudo que viabilize dotar a SUREG/MT de capacidade adequada de recursos humanos quando da ocorrência de demandas imprevistas, ou de demandas, que embora previsíveis, tenham impactos de difícil mensuração pela SUREG/ MT	Setor de Recursos Humanos - SEREH	a) Não foi mais realizada contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra para atendimento de tarefas temporárias, cujas execuções são consideradas para área fim. A partir desta recomendação passamos a utilizar apenas, quando necessário, de empregados da matriz ou outras Regionais. b) A falta de pessoal na Regional foi minimizada com o retorno dos beneficiados pela Lei de Anistia, porém a falta de mão-de-obra especializada em algumas áreas, ainda é uma realidade que só será resolvida mediante concurso público

SUREG - MG

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208218 CGU-MG	Agilizar a realização de processo licitatório visando a contratação de serviços de Telefonia Fixa.	Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	Processo enviado à Matriz para autorização da Diretoria em observância à Resolução Conab nº 14/2008, em face do valor.
	Utilizar indicadores de desempenho para aferir as ações executadas pelas Superintendência, no âmbito dos programas, no tocante à economicidade, eficácia, eficiência e efetividade.	Sureg-MG	Cientificação à Presidência/Diretoria da CONAB, com vistas a obtenção de orientações que possam resultar na elaboração de indicadores de desempenho (estratégicos). CI/SUREG/MG nº 8868, de 31/10/2008, dirigida à Coordenadoria de Planejamento-COPAV, sugerindo mais ênfase quanto a elaboração de Indicadores de Gestão, a ser elaborado pela Sureg, sob a coordenação da COPAV/Presi.

SUREG - PE

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208220 CGU-PE	Recomendamos aperfeiçoamento dos procedimentos e controles da Unidade para realização de despesas de pequeno vulto e pronto pagamento, mediante implementação do Cartão de Pagamento do Governo Federal, no exercício 2008, nos termos do dispositivo do Decreto nº 5.355, de 25/01/05, alterado pelo Decreto nº 6.370, de 01/02/08.Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	Implantado em junho de 2008, conforme o recomendado, e informado a COAUD conforme CI Nº 919/08, assim como nossa resposta ao ofício 12072/08 da CGU – Regional PE pelo nosso ofício nº 901/08.

SUREG - PR

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208215	Pagamento de despesa efetuada fora do período de vigência da Cédula de Produto Rural nº 41.1.0202 (item do Relatório de Auditoria 2.1.3.2 - Constatação 024).	Gerencia de Operações – GEOPE	Com o objetivo de obter maior segurança na condução do Programa, realizamos reuniões com entidades envolvidas e estamos com acompanhamento sistemático dos projetos e com supervisões bimestrais.
208215	Retirada de recursos da conta corrente específica da CPR/Doação, sem autorização da CONAB (item do Relatório de Auditoria 2.1.3.3 - Constatação 025).	Gerencia de Operações - GEOPE	Foi proposto junto a nossa matriz que viabilize acordo/convênio com agentes financeiros, fins assegurar que os recursos não sejam liberados sem previa autorização da Conab e estamos exigindo extratos bancários dos proponentes do projeto, bem como realizando supervisões de acompanhamentos.
208215	Emissão de Notas Fiscais de Venda do Produtor após a sua data limite (item do Relatório de Auditoria 2.1.3.4 - Constatação 026).	Gerencia de Operações - GEOPE	Estamos observando os documentos para que sejam aceitos dentro do prazo regulamentado.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208215	Notas Fiscais de Venda emitidas após o período de entrega dos produtos e ausência de seu envio pelas entidades beneficiárias (item do Relatório de Auditoria 2.1.3.5/ Constatação 027).	Gerencia de Operações - GEOPE	Estamos observando para que os documentos sejam emitidas dentro do prazo regulamentado, ou seja, acompanhando o produto e exigindo o envio das vias para a Conab no prazo de três dias do recebimento da mercadoria.
208215	Ausência de indicação das instituições beneficiárias e dos locais de entrega das mercadorias nas Notas Fiscais de Venda (item do Relatório de Auditoria 2.1.3.6 – Constatação 028).	Gerencia de Operações - GEOPE	Devido ausência de espaços na nota fiscal, sugerimos alterações no normativo Título 30 do MOC, para que tais registros sejam feitos no verso da respectiva NF de venda e ainda estamos exigindo o registro do nº das Nfs. e nome dos produtores no verso do documento de aceitabilidade.
208215	Divergência de informações quanto ao montante de recursos oriundos do MDS utilizados nas aquisições de alimentos da agricultura familiar (item do Relatório de Auditoria 2.1.2.2 - Constatação 035).	Gerencia de Finanças e Administração - GEFAD	Aprimoramos os mecanismo de controle existentes para evitar que informações divergentes dos registros no Siafi impactem os resultados apresentados em relatórios de gestão
208215	Divergência de informações quanto ao montante de recursos provenientes do MDA, utilizados nas aquisições de alimentos na agricultura familiar (item do Relatório de Auditoria 2.1.2.3 - Constatação 038).	Gerencia de Finanças e Administração – GEFAD	Aprimoramos os mecanismo de controle existentes para evitar que informações divergentes dos registros no Siafi impactem os resultados apresentados em relatórios de gestão.
208215	Ausência de licitação para a contratação de serviços de telefonia fixa (item do Relatório de Auditoria 3.2.2.1 – Constatação 008).	Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	Informamos que foi autuado o Processo nº 212.10.000 190/2008, para condução das providências inerentes a licitação conforme dispõe a Lei 8.666/93.
208215	Ausência de formalização de processo para contratação de empresa fornecedora de energia elétrica (item do Relatório de Auditoria 3.2.2.2 – Constatação 009).	Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	Informamos que foi autuado o Processo nº 21.210.000203/2008-66, para condução e acompanhamento das despesas enquadradas como Dispensa de Licitação, artigo 24, inciso XXII da Lei 8.666/93.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208215	Notas de Empenho emitidas com classificação incorreta quanto a modalidade de licitação (item do Relatório de Auditoria 3.2.2.3 – Constatação 011).	Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	A equipe de trabalho foi orientada para que se evite tais incorreções.
208215	Reforma contratada, por dispensa de licitação, com empresa de comércio de peças e acessórios para veículo, cuja atividade comercial é incompatível com os serviços de engenharia executados (item do Relatório de Auditoria 3.2.2.5 – Constatação 013).		Esta Superintendência Regional tomou as devidas providências, no sentido de orientar à todas as suas Unidades para não contratar prestação de serviços e fornecimento de materiais com empresas cuja atividade comercial não seja compatível com os serviços e obras a serem contratados.
208215	Divergência de informações quanto ao montante de recursos oriundos do MDS utilizados na operacionalização das aquisições de produtos da agricultura familiar (item do Relatório de Auditoria 3.3.1.1 – Constatação 036).	Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	Aprimoramos os mecanismo de controle existentes para evitar que informações divergentes dos registros no Siafi impactem os resultados apresentados em relatórios de gestão.
208215	Divergência de informações quanto ao montante de recursos oriundos do MDA utilizados na operacionalização das aquisições de produtos da agricultura familiar (item do Relatório de Auditoria 3.3.1.2 – Constatação 039).	Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	Aprimoramos os mecanismo de controle existentes para evitar que informações divergentes dos registros no Siafi impactem os resultados apresentados em relatórios de gestão

SUREG - RS

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208216 (avaliação da gestão anual de	Rol de Responsáveis - promover atualização de dados.	GEFAD/SECOF/RS	promovida a atualização e conferência sistemática das informações no SIAFI
	Atualizar fichas funcionais empregados.	GEFAD/SEREH/RS	Fichas atualizadas.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
2007) CGU-RS	Providenciar, tempestivamente, trâmites quanto cessões empregados.	GEFAD/SEREH/RS	Matéria regulamentada pela CI/GEFAD/ RS/7507/09.
	Observar normativos quanto contratações emergenciais.	GEFAD/SETAD/RS	Matéria regulamentada pela CI/GEFAD/ RS/7506/08.
	Observar a correta identificação do objeto licitado no respectivo edital de licitação.	GEFAD/SETAD/RS	Matéria regulamentada pela CI/GEFAD/ RS/7506/08.
	Observar, na celebração de contratos, o atendimento do licitante acerca de todos os requisitos do edital.	GEFAD/SETAD/RS	Matéria regulamentada pela CI/GEFAD/ RS/7506/08.
	Observar, previamente ao pagamento, a conformidade da documentação suporte.	GEFAD/SECOF e SETAD/RS	Orientações às áreas envolvidas por meio das CI/GEFAD/RS/7505 e 7506/08.
	Realizar pagamentos a fornecedores dentro dos prazos contratualmente previstos.	GEFAD/SETAD e SECOF/RS	Orientações às áreas envolvidas por meio das CI/GEFAD/RS/7505 e 7506/08.
	Observar disposições contratuais no que concerne ao limite de horas-extras	GEFAD/SEREH/RS e UNIDADES DA SUREG	Orientações repassadas às áreas envolvidas pela CI/GEFA/ RS/7526/08.
	Realizar estudos quanto possibilidade monitoramento de frequência dos trabalhadores terceirizados.	GEFAD/SEREH/RS e UNIDADES DA SUREG	Autuado Processo administrativo nº 06.0242/08, em andamento.
	Elaborar, mensalmente, relatórios de acompanhamento dos contratos de serviços prestados de forma contínua.	GEFAD/SETAD/RS	Orientações à área responsável, conforme CI/GEFAD/RS/7506/08.

SUREG - RO

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208019	Aprimoramento dos procedimentos de Cotação Prévia de preços nos processos de compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea	Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI	A Sureg/RO passou a identificar nas pesquisas de preços os responsáveis pela fonte da informação, com o nome, número de RG e assinatura do informante.
208019	Aprimoramento das Ações de Fiscalização, constando nos relatórios, a descrição dos produtores visitados e dos produtos que estes produzem	Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI	A Sureg/RO vem orientando os técnicos responsáveis pelas fiscalizações quando da elaboração dos relatórios, que faça constar todas as informações referente à produtores, produtos e beneficiários consumidores, de forma a demonstrar o real andamento dos projetos em todas as suas etapas.
208019	Efetuar maior conferência no ato da emissão de notas de empenhos, evitando registro indevidos de despesas em Unidades jurisdicionadas à Sureg/RO.	Setor Contábil e Financeiro - SECOF	A Sureg/RO, vem orientando a equipe do Setor responsável pela elaboração de notas de empenho, para que fatos dessa natureza não se repitam.
208019	Falta de Identificação do rol de Responsável pela Conformidade Contábil	Gerência de Finanças e Administração – GEFAD	A Sureg/RO discordou do posicionamento da CGU, uma vez que conforme documento juntado no Plano de Providências, encontrava-se relacionado no código 207 o nome da Contadora desta Sureg/ RO.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS – EXERCÍCIO 2007

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: Conab/Matriz

Relatório n.º: 208.221

1.1. FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS

1.1.1. ASSUNTO – ATUAÇÃO DA CGU – NO EXERCÍCIO

1.1.1.2. INFORMAÇÃO: (002)

1.Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1

1.1 Recomendação: Diante das informações contidas na Nota Técnica AUDIN nº 09, de 23.05.2008, recomendamos à Conab manter esta Controladoria informada sobre o

relatório final sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria PRESI nº 231/2007.

1.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.2. Providências a serem Implementadas:

A Procuradoria Geral - Proge informou que "Em resposta à CI Proge nº 419/08, o Presidente do Grupo de Trabalho esclareceu que os bens foram Tombados pela Prefeitura do Rio de Janeiro sugerindo a remessa do anexo Decreto nº 9.596/2008 e da Lei Municipal nº 166/1980. Subsidiando ainda a questão a Prore/RJ emitiu o Parecer nº 15/2008, anexo, esclarecendo as possíveis providências a serem tomadas para a solução do óbice. Informamos que somente após o desembaraço dos bens o Grupo de Trabalho emitirá parecer final quanto à destinação dos bens."

Cópias dos documentos citados seguem em anexo **[Doc. n.º 001]**.

1.3. Prazo limite de implementação: Imprevisível.

2. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.1

2.1. Recomendação: Recomendamos à Conab que tão logo disponha de informações acerca do encerramento dos trabalhos e julgamento da autoridade competente, encaminhe os resultados a esta CGU.

2.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

2.3. Providências a serem implementadas:

A Corregedoria Geral - Coger informou que a apuração ainda está em andamento, na fase de relatório preliminar.

Na ocorrência de fato novo essa SFC será informada.

2.4. Prazo limite de implementação: Não é possível, no momento, indicar o prazo.

3. Item do Relatório de Auditoria: 3.4.1.1

3.1. Recomendação: O Gestor propõe a retomada dos trabalhos de auditoria no Cibrius a partir de 2008. Contudo, não estão contemplados na proposta os demais exercícios desprovidos de fiscalização por parte da Conab. Dessa forma, acatamos parcialmente as providências adotadas, reiterando a Conab que realize trabalhos de auditoria no Cibrius, para os exercícios não fiscalizados pela patrocinadora, conforme os termos do artigo 25 da Lei Complementar n° 108/2001.

3.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

3.3. Providências a serem implementadas:

A Audin/Geaud posicionou-se no sentido de que: - "Em atenção à CI/Audin/nº 293, de 18/8/2008 que capeia este expediente, no que concerne ao Ponto de Auditoria n.º 3, item do Relatório de Auditoria 3.4.1.1, Constatação: (007) – Recomendação: 001, informamos que em reunião realizada na CGU/SPC em 25/8/2008, às 16h30, da qual participaram técnicos daquela Secretaria Federal de Controle Interno e da Auditoria Interna da Conab-Audin, ficou definido que a Auditoria Interna incluirá no seu escopo de trabalho, auditar os exercícios em que não houve a realização de fiscalização no Instituto Conab de Seguridade Social -CIBRIUS e que abrange o período a partir de janeiro de 2001.

O período em questão é relativo ao tempo em que o CIBRIUS esteve sob o regime de intervenção e a Conab entendeu que não caberia a ação da Auditoria Interna haja vista ser o interventor um técnico indicado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, órgão máximo do Governo Federal no que concerne à fiscalização de entidades de previdência privada.

Está previsto no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT, a realização de uma Auditoria Especial no CIBRIUS, no mês de novembro/2008, para a qual serão destinadas 480 horas e, com o intuito de atender à determinação da CGU/SFC, foi proposto que a realização das auditorias referentes aos exercícios não fiscalizados seria escalonada. Sendo assim, no mês de novembro/2008, a Auditoria Interna se comprometeu a realizar trabalhos voltados à análise das prestações de contas relativas aos exercícios de 2007 e 2006, e contemplando no mínimo um daqueles exercícios não fiscalizados, na programação de trabalhos para os próximos exercícios.

3.4. Prazo limite de implementação: No momento, não é possível a indicação do prazo.

4. Item do Relatório de Auditoria: 3.5.1.2

4.1. Recomendação: Recomendamos à Conab manter esta Controladoria informada sobre a petição inicial da AÇÃO CONSTITUCIONAL DE RESSARCIMENTO DO ERÁRIO, POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA", processo interno de apuração nº 21000.006405/2005/44.

4.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

4.3. Providências a serem implementadas:

A Procuradoria Geral - Proge indicou que "De acordo com informações prestadas pelo Dr. José Roberto, responsável pela análise do processo interno de apuração nº 21000.006405/2005/44, a minuta da petição inicial está em fase de

elaboração juntamente com o Escritório Terceirizado e a AGU. Ressalte-se que, a AGU teve conhecimento da minuta e apresentou sugestões (documentos anexos), que estão sendo analisados para a conclusão dos trabalhos de elaboração da petição inicial e devido protocolo."

Em anexo os documentos citados **[Doc. n.º 002].**

4.4. Prazo limite de implementação: Imprevisível.

5. Item do Relatório de Auditoria: 4.2.1.1

5.1. Recomendação: Diante das justificativas apresentadas, recomendamos à Conab manter esta Controladoria informada acerca do processo interno de apuração.

5.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

5.3. Providências a serem implementadas:

A Corregedoria Geral - Coger informou que mediante a Portaria PRESI n.º 186, de 6/8/2008, foi constituída a Comissão de Apuração, cujo procedimento está em andamento, na fase de instalação dos trabalhos.

Qualquer fato novo essa SFC será informada.

5.4. Prazo limite de implementação: Não é possível, no momento, indicar o prazo.

6. PLANO DE PROVIDÊNCIAS RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2005

6.1. Item do Relatório de Auditoria: 5.1.2.1

6.1.1. Recomendação: Diante das justificativas aduzidas, com relação aos processos da CASEGO, recomendamos à Conab que tão logo os trabalhos da Comissão Apuradora estejam concluídos sejam os resultados encaminhados a esta CGU.

6.1.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.1.3. Providências a serem implementadas:

A Corregedoria Geral - Coger informou que a apuração está em andamento, em sua fase de instrução, e que pela Portaria PRESI n.º 149, de 2/7/2008, ocorreu a substituição de um dos membros, e o prazo foi prorrogado por mais noventa dias, a contar da data *in lide*.

6.1.4. Prazo limite de implementação: Não é possível, no momento, indicar o prazo.

6.2. Item do Relatório de Auditoria: 5.1.2.5

6.2.1. Recomendação: Quanto à Letra "c", recomendamos à Companhia manter esta CGU informada acerca da implementação de novas providências.

Quanto à Letra "f", em que pese às providências apresentadas pelo gestor, reiteramos a Conab que envide esforços na recuperação do total de R$ 838.265,17, pendentes junto à Eletrobrás, informando os resultados a esta CGU.

6.2.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.2.3. Providências a serem implementadas:

No que diz respeito à Letra "c", a Sureg/GO informou que o Processo Judicial n.º 199901771863, ação de habilitação de crédito em inventário proposta pela Conab em desfavor do espólio de Lázaro Rodrigues de Oliveira, encontra-se suspenso aguardando o andamento dos apensos, conforme consta da consulta realizada em 20/8/2008. Informou, ainda, que o processo principal, onde os autos acima citado foram apensados (Processo Judicial n.º 9801724587) encontram-se suspensos aguardando o andamento da ação de prestação de contas, Processo n.º 9600985642, que em 14/8/2008 estava aguardando a intimação do membro do Ministério Público Estadual. Consigna, ainda a Sureg/GO que os processos antes citados estão com andamento regular.

Quanto ao assunto da Letra "f", solicitamos reportar aos esclarecimentos constantes do Item 6.8 – Item 9.3.1.1 – 5.1.1.18.

6.2.4. Prazo limite de implementação: Impossível a indicação de prazo.

6.3. Item do Relatório de Auditoria: 7.1.3.6

6.3.1. Recomendação: Acatamos os documentos apresentados referentes ao registro contábil do fato em tela. Quanto ao ressarcimento dos valores recebidos indevidamente, não foram apresentados fatos novos que alterem a situação apontada no item. Além disso, não foram informadas medidas visando ao levantamento dos valores a receber de empregados e à sistematização dos registros contábeis. Assim sendo, reiteramos a recomendação quanto ao ressarcimento dos valores e às medidas citadas.

6.3.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.3.3. Providências a serem implementadas:

A Gerência de Folha de Pagamento - Gefop, da Superintendência de Recursos Humanos - Sureh esclareceu que: - “Quando da ocorrência de afastamento de empregado por motivo de licença médica superior a quinze dias, mediante informação da Superintendência Regional, em tempo hábil, é de praxe da SUREH/GEFOP, proceder os acertos competentes de imediato, no entanto, quando a comunicação por parte da Regional chega com atraso, após o fechamento/homologação da folha de pagamento, ocasionando pagamentos indevidos, os descontos normalmente são efetuados quando do efetivo retorno do empregado às atividades laborais.

No caso específico do empregado JOÃO CHANOSKI, devido as cobranças da CGU, em face do longo período de afastamento, a GEFOP por meio de Ordem de Recebimento – OP direcionou o ressarcimento extra folha de pagamento, culminando, assim, no pedido de parcelamento, por parte do empregado, ora em tramitação na Conab.

Quando da emissão de Ordem de Recebimento – OR, a GEFOP encaminha cópias aos setores pertinentes dentre eles à GECON/SUCON para a sistematização dos registros contábeis, cujas baixas, ao nosso ver, são realizadas à medida em que as pendências são regularizadas.

Como medidas saneadoras, informamos que além de outras orientações anteriores, acerca dos afastamentos por licença médica, mensalmente, é solicitado às SUREG’S a conferência geral e detalhada de todos os relatórios da folha de pagamento, visando detectar possíveis divergências, conforme cópia da última CI n.º 688/08, anexa, bem como, será solicitado à SUMEP levantamento, objetivando a identificação de possíveis casos análogos [CI SUREH/GEFOP n.º 597, de 29/8/2008].”[Além de manter] “Acompanhamento da quitação do débito autorizado em descontos de 15 parcelas mensais. Conforme entendimento com o GEFAD da SUREG/PR, a devolução da primeira parcela via GRU, deverá ocorrer no mês de setembro/2008.”

Qualquer fato novo essa SFC será informada.

A cópia das CIs antes citadas constituem o anexo **[Doc. n.º 003].**

6.3.4. Prazo limite de implementação: 4/10/2008.

6.4. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1 – 4.2.1.1

6.4.1. Recomendação: Acatamos as providências adotadas com relação ao item "a". No tocante aos itens "b" e "c", recomendamos à Conab manter esta Controladoria informada a respeito da CARTA PRESI Nº 338/2007, que trata do encontro de contas com a firma ARGEPAL, bem como do processo nº 1233/2005, que se encontra na Casa Civil da Presidência da República aguardando decisão em recurso hierárquico que interposto à decisão Ministerial.

6.4.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.4.3. Providências a serem implementadas:

A Superintendência Financeira - Sufin esclareceu que: - “Os referidos itens versam sobre apuração de responsabilidades quanto ao acordo extrajudicial, conduzido através do processo nº. 0908/2000, celebrado entre a empresa ARGEPAL e a CONAB, para liquidação de débitos provenientes de atrasos nos pagamentos de armazenagem, ocorridos no período de 1986 a 1989, informamos que com a nulidade deste acordo extrajudicial, face às irregularidades apuradas e comprovadas nos autos do PROCESSO INTERNO DE APURAÇÃO Nº. 1233/2005-07, foi instaurada a Tomada de Contas Especial que conduz atualmente o assunto, do qual desconhecemos seu parecer final. Quanto as reuniões realizadas com a mencionada empresa armazenadora, para fins de refazimento do acordo, com a proposta de um novo encontro de contas, via amigável, propiciando a solução das demandas judiciais e a recuperação dos valores pagos indevidamente, informamos que não logramos êxito uma vez que a empresa citada insiste em afirmar que ainda é credora perante esta Companhia, e, por isso está conduzindo este assunto através de uma ação judicial, que tramita na Décima Sétima Vara Especial de Brasília – DF, através processo nº. 2002.34.00.038955-8. No âmbito financeiro, informamos que toda documentação entregue pela ARGEPAL, na ocasião das reuniões realizadas para tratativa do novo acordo, foi analisada, seu parecer emitido e submetido à DIAFI, com vistas ao encaminhamento aos membros integrantes da Tomada de Contas Especial, para contribuir e viabilizar apresentação de relatório final sobre o assunto.”

Aduzimos que em relação à citada TCE, essa decorreu de determinação do Tribunal de Contas da União – TCU *in* Acórdão n.º 2120/2007 – 1.ª Câmara, indicando o prazo de 180 dias para conclusão e remessa à Controladoria Geral da União - CGU. Ocorreu a necessidade de prorrogação do prazo o que foi aquiescido pelo TCU, por noventa dias, consoante os termos do OFÍCIO n.º 234/2008-TCU/SECEX-5, de 26/3/2008. Ainda assim, o prazo não foi suficiente para a conclusão dos trabalhos, ensejando novo pedido de prorrogação, atendido pelo Tribunal conforme o teor do OFÍCIO n.º 945/2008-TCU/SECEX-5, de 16/7/2008. Mediante a Portaria Presi n.º 142, de 30/6/2008, foi designado o empregado matrícula n.º 091.713 para proceder aos trabalhos de peritagem, em face de solicitação da TCE, e aquiescido pela Presidência.

Os ofícios e a portaria citados seguem em anexo por cópia **[Doc. n.º 004].**

6.4.4. Prazo limite de implementação: No momento, não é viável a indicação do prazo para a conclusão da TCE, uma vez que o resultado da peritagem ainda não foi apresentado.

6.5. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1 – 5.1.1.6

6.5.1. Recomendação: Diante das justificativas apresentadas, recomendamos à Conab manter esta Controladoria informada no tocante aos itens "a" e "b", que tratam respectivamente da realização de perícia pelo Departamento de Polícia Federal, bem como da elaboração de medida judicial de ressarcimento do prejuízo causado pela Chanceller à Conab.

6.5.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.5.3. Providências a serem implementadas:

A Procuradoria Geral - Proge manifestou-se: - "Visando obter resposta acerca do andamento da realização da Perícia pelo Departamento de Polícia Federal dos documentos da Empresa de Transportes Chanceller Ltda, e devido a exigüidade do tempo para resposta da CI nº 301/08, foi realizado contato telefônico junto ao setor de perícias da Polícia Federal, com o servido Roosevelt, que esclareceu que os autos da Empresa de Transportes Chanceller Ltda a ser periciado recebeu o nº de inquérito 414/2008 e, encontra-se em 21/08/08, na Delegacia de Patrimônio, não tendo até a presente data sido remetido ao setor de perícias. A elaboração da medida judicial só será concluída após o relatório da perícia.

6.5.4. Prazo limite de implementação: Imprevisível.

6.6. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1 – 5.1.1.7

6.6.1. Recomendação: A análise foi efetuada no item 6.4

6.6.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.6.3. Providências a serem implementadas:

Vide os esclarecimentos ínsitos no Item 6.4. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1 – 4.2.1.1

6.6.4 Prazo limite de implementação da etapa 1:

6.7. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1 – 5.1.1.11

6.7.1. Recomendação: A análise foi efetuada no item 4.

6.7.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.7.3. Providências a serem implementadas:

Obs.: O posicionamento da Procuradoria Geral - Proge sobre o assunto encontra-se no Item 4. Item do Relatório de Auditoria: 3.5.1.2

6.7.4. Prazo limite de implementação: Imprevisível.

6.8. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1 – 5.1.1.18

6.8.1. Recomendação: Conforme mencionado no item 6.2.3, em que pese às providências apresentadas pelo gestor, reiteramos a Conab que envide esforços na recuperação do total de R$ 838.265,17, pendentes junto à Eletrobrás, informando os resultados a esta Controladoria.

6.8.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.8.3. Providências a serem implementadas:

A Superintendência de Finanças - Sufin consignou: - "Fins atender ao Relatório da Secretaria Federal de Controle -SFC, informamos que mantivemos contato com a Srª Sueli Macedo da Eletrobrás e enviamos a CT/SUFIN nº 1900, de 28/08/08, cópia anexa, sendo certo que aquela Empresa já transformou parte dos Depósitos em ações, cujas cópias foram enviadas à AUDIN, aos cuidados do Sr. Gilberto Diniz, enviamos, também, e-mail ao BNDES solicitando informar a posição das citadas ações, cópia anexa. ... ."

Cópias dos documentos referenciados seguem em anexo **[Doc. n.º 005].**

Qualquer fato novo sobre o assunto, essa SFC será informada.

6.8.4. Prazo limite de implementação: A evolução para se ter sanada esta pendência depende das respostas da Eletrobrás e do BNDES, razão porque deixamos de indicar o prazo.

6.9. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1 – 9.4.2.9

6.9.1. Recomendação: Recomendamos à Conab manter esta Controladoria informada sobre os trabalhos apuratórios.

6.9.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.9.3. Providências a serem implementadas: O escritório de advocacia que presta serviços à Conab no Estado de Goiás informou que "Da análise do procedimento administrativo nº 1267/2004, infere-se que é cabível ação de indenização visando o ressarcimento do prejuízo suportado por esta Companhia. Sendo assim, devolvo por oportuno os referidos autos para atualização do débito a ser cobrado, visando instruir a inicial com o valor da causa e para encaminhar a esta Companhia as Guias de custas para após haver o devido ajuizamento. ..."

Por sua vez a Sureg/GO informou ter recebido o Processo em 28/8/2008, para a atualização do débito, e que os autos serão devolvidos nesta data [**29/8/2008**] ao escritório de advocacia terceirizado para a imediata propositura da competente ação judicial.

Qualquer fato novo essa SFC será informada.

6.9.4. Prazo limite de implementação: 30/9/2008.

7. Item do Relatório de Auditoria: 5.2.2.1

7.1. Recomendação: Recomendamos à Conab manter esta Controladoria informada sobre as seguintes recomendações da Auditoria Interna: 54 (relatório n° 07); 58.1 e 65.1 (relatório 08); 71.1 (relatório 09); 143.1 e 146.1 (relatório 22); e 176.1, 176.2, 178.1 e 179.1 (relatório 30), 238.1 (relatório 11), 320.1 e 324.1 a 324.9 (relatório 39), 325.1 a 325.4 (relatório 40), 340.1 e 343.1 (relatório 45), 348.1 e 353.1 (relatório 46), 360.1, 361.1 a 361.3 e 362.1 a 362.6 (relatório 49).

7.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

7.3. Providências a serem implementadas:

A Audin/Geaud posicionou-se consoante o demonstrativo a seguir:

RESPOSTAS PARA O ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 5.2.2.1- Recomendações da Auditoria Interna pendentes de solução.		
RELATÓRIO Nº	**RECOMENDAÇÃO Nº**	**SITUAÇÃO DA PENDÊNCIA**
07/2006	54	**BAIXADO -** As providências que dependiam de ações dos gestores, foram adotadas. O Processo nº 0789/2006 foi encaminhado para arquivo em 29.4.2008.
08/2006	58.1 e 65.1	**PENDENTE -** Processo nº 0752/2006 – tratam-se de **Títulos a Receber** – débitos da antiga Rede Somar(Sureg/SP) e **Débito de Terceiros em Prestação de Serviços** – Falta documentação para inscrição no CADIN. A Sureg/SP informou , por diversas vezes, das dificuldades para encontrar documentos desaparecidos em face da inundação/enchente ocorrida em maio/2005, a localização de documentos poderia possibilitar a regularização das contas. O Processo foi encaminhado à Superintendência de Contabilidade - Sucon, em 30.4.2008, com vistas a verificação de possibilidade de baixa contábil, para as pendências. A Sucon retornou o processo à Audin , em 12.5.2008, informando "...*que os assuntos deverão ser redirecionados à Sureg/SP, antes de nossa manifestação, para para a conclusão dos levantamentos da documentação e formalização dos processos conforme Fax 1.651 de 01/10/2007 e CI 519 de 04/04/2008 constantes às fls.67 e 72 do presente*...". O processo foi encaminhado à Sureg-SP, em 15.5.2008, para ciência e providências, com vistas à solução.

RESPOSTAS PARA O ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 5.2.2.1- Recomendações da Auditoria Interna pendentes de solução.		
RELATÓRIO Nº	**RECOMENDAÇÃO Nº**	**SITUAÇÃO DA PENDÊNCIA**
09/2006	71.1	**BAIXADO** – Processo nº 0753/2006 – O assunto foi baixado do "follow-up" referente às pendências do exercício/2006. Passou a ser objeto do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 06, de 02.5.2008.
22/2006	143.1	**PENDENTE** - Processo nº 2.203/2006 - Trata-se de resgate de Depósitos para Recursos. A busca da solução depende de medidas a serem adotadas por terceiros(Justiça, Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil S/A), não nos permitindo indicar um prazo para saneamento. O assunto fará parte do escopo dos trabalhos de Auditoria Contábil/Financeira programados para ocorrer, na Sureg-RN, em outubro/2008.
	146.1	**PENDENTE** – Processo nº 2.203/2006 - O Processo nº 16.166/04, que trata da apuração de responsabilidade por multas e juros pagos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, há muito foi encaminhado ao Escritório de Advocacia terceirizado, não mais retornando à Sureg-RN, apesar das cobranças. "A Coger autuou o Processo Administrativo nº 21200.001335/2008-24, de 24.6.2008, e o encaminhou à Sureg-RN, em 11.7.2008, sugerindo ao Superintendente Regional e ao Presidente da Comissão Apuradora, estudarem em conjunto com a PRORE/RN medidas eficazes a fim de solucionar a questão, sob pena de responsabilidades previstas nos artigos 171/172 do Regulamento de Pessoal".
030/2006	176.2	**PENDENTE** – Processo nº 0864/2007 – Após tramitar pela Diges/Suope, Proge, Coger e Sureg/MS, o processo retornou à Auditoria Interna. Avaliadas as respostas oferecidas pela Sureg-MS, o Auditor Interno manteve o item 176.2 como pendente. Por solicitação do Auditor, o processo retornou à Corregedoria Geral-Coger, em 03.6.08, para manifestação acerca do item 176.2. A Coger redirecionou o processo à manifestação da Procuradoria Regional-Prore/MS. O processo retornou à Audin em 15.8.2008, e por solicitação do Auditor Interno foi remetido à Diretoria de Gestão de Estoques-Diges, em 19.8.2008, para posicionamento, haja vista a resposta oferecida pela Prore/MS.

RESPOSTAS PARA O ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 5.2.2.1- Recomendações da Auditoria Interna pendentes de solução.		
RELATÓRIO Nº	**RECOMENDAÇÃO Nº**	**SITUAÇÃO DA PENDÊNCIA**
11/2007	238.1	**PENDENTE** – Processo nº 1.024/2007 – As medidas adotadas pela Sureg-RS, para sulução das pendências, foram acatadas pelo Auditor Interno que analisou a resposta oferecida. Contudo, antes de proceder a baixa das pendências no controle Follow-Up, o Auditor solicitou que o processo fosse encaminhado(em 23.7.2008) à Gecob/Sufin/Diafi, para fins de ajuste no Sistema de Cobrança-SISCOB. A Audin aguarda posicionamento quanto aos ajustes para considerar o item solucionado.
45/2007	340.1 e 343.1	**PENDENTE** – Processo nº 2.871/2007 - O auditor interno, após avaliação, não acatou as respostas oferecidas pela Sureg-PR , e sugeriu o retorno do processo àquela Superintendência, para adoção de medidas complementares, com vistas à solução das pendências. O processo foi encaminhado à regional em 06.8.2008.
46/2007	348.1 e 353.1	**PENDENTE** – Processo nº 2.872/2007 - O auditor interno, após avaliação das respostas oferecidas pela Sureg-MS (CI/Sureg-MS/nº 1895, de 30.7.2008), manteve os dois itens na condição de não solucionado. O processo foi encaminhado à Sureg-MS, em 22.8.2008, para adoção de providências complementares, com vistas à solução das pendências.
49/2007	360.1,361.1 a 361.3 e 362.1 a 362.6	**PENDENTE** – Processo nº 0191/2008 – Após avaliar as respostas oferecidas pela Sureg-TO, o Auditor Interno manteve os itens com pendentes e sugeriu o retorno do processo à Diretoria de Gestão de Estoques-Diges, em 22.8.2008, para manifestação. A Audin aguarda retorno do processo para proceder a reavaliação.

7.4. Prazo limite de implementação: A Audin mantém sob controle os itens em pendência até sua regularização, não sendo oportuna a indicação de prazo.

8. Item do Relatório de Auditoria: 5.2.4.3

8.1.Recomendação: As providências adotadas ainda não foram conclusivas, razão pela qual acatamos parcialmente as justificativas. Não obstante, recomendamos à Conab que mantenha a CGU informada sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Apuradora.

8.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

8.3. Providências a serem implementadas:

A Comissão Apuradora, em seu Relatório, apresentou a seguinte conclusão: - " Diante de que, a Comissão Apuradora, com base nos depoimentos, no sentido de que não há como precisar o momento exato ou aproximado de quando o processo saiu de seu curso regular e aliado a isto, que ao tempo do trâmite do processo na então EPFAG, hoje, GEFOP, não havia um controle formal de seu acompanhamento dentro do setor, o que, evidentemente, ante a falta de estrutura organizacional da COMPANHIA, no particular, não há suporte normativo que possa sustentar ou imputar responsabilidade quer ao Chefe da então EFPAG, quer ao Gerente da GEFOP, leva a Comissão Apuradora à firme convicção de sugerir o arquivamento do Processo, quanto ao aspecto disciplinar, com fundamento no subitem 01, do item X – Da Absolvição e da Extinção do Processo, Capítulo II, do PROCESSO INTERNO DE APURAÇÃO, CÓDIGO 10.401, das Normas da Organização da CONAB, e demais, quanto ao aspecto financeiro, encontra-se em curso a mencionada Ação Ordinária de Cobrança, Proc. Nº 2007.37.00.020188-04, 13ª Vara Federal/DF (fls. 29 a 32).

A Corregedoria Geral – Coger emitiu o PARECER COGER N.º 013/2008 e, em conclusão, exarou: - "20. Diante de todo o exposto entende essa COGER que o processo em análise se apresenta formalmente perfeito. 21. No que toca ao mérito, sugere esse mesmo órgão pela absolvição e conseqüente extinção do processo interno de apuração com espeque no subitem 01, do item X, capítulo II do normativo procedimental de cód. nº 10.401, em consonância com a conclusão apresentada pela Comissão Apuradora em sede de Relatório Preliminar. 22. São dois os fundamentos para tanto: 22.1. Primeiramente, os atos de inscrição no Cadin e Sircoi foram realizados conforme documentação anexa. 22.2. Ainda, não sendo declarada a prescrição da respectiva ação de cobrança impossível aplicação de penalidade por omissão porque essa ainda se mostra viável. Portanto, em sendo possível a cobrança do crédito, não há que se falar em lesão ao erário. 23. Finalmente, sugere essa COGER que os presentes autos sejam remetidos à PROGE para análise e manifestação."

A Procuradoria Geral – Proge, em despacho exarado na folha 156 do Processo anuiu e ratificou o Parecer Coger n.º 013/2008.

Com foco nos posicionamentos antes transcritos, a autoridade julgadora, em despacho exarado na folha 159 do Processo, decidiu: - "1-Considerando o que consta dos autos em epigrafe, tendo em vista as manifestações da Procuradoria-Geral (fls.156) e da Corregedoria-Geral (fls. 152/155) desta Companhia, que acolho e agrego a este Despacho, para dele fazer parte integrante, independentemente de sua transcrição, nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29/01/99; e considerando o disposto no Subitem 01, item X, do Capítulo II, Código 10.401 – Normas da Organização, determino o arquivamento destes autos quanto ao aspecto disciplinar, pelo prazo de 05 (cinco) anos. ... ."

Aduzimos que qualquer outra providência dependerá do trânsito em julgado da Ação Ordinária de Cobrança, Proc. N.º 2007.37.00.020188-04, 13.ª Vara Federal/DF.

8.4. Prazo limite de implementação: NIHIL.

1.1.2. ASSUNTO – CONTROLES INTERNOS

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.2 INFORMAÇÃO: (016)

Recomendação: Recomendamos à Conab que dê conhecimento a esta Controladoria tão logo obtenha o posicionamento da Corregedoria-Geral, com relação ao processo nº 0864/2007, que versa sobre o pagamento do Prêmio efetuado pela SUREG/MS à empresa ADM DO BRASIL LTDA, no valor de R$ 2.055.931,06, por meio da 2006OB905026, de 25.10.2006.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas: A respeito deste assunto, sugerimos reportar à manifestação oferecida pela Audin/Geaud, constante do Ponto 7. Item do Relatório de Auditoria: 5.2.2.1., tendo em vista que a matéria foi objeto do Relatório de Auditoria n.º 030/2006, Item 176.2, na Sureg/MS.

Prazo limite de implementação: A Audin mantém sob controle os itens em pendência até sua regularização, não sendo oportuna a indicação de prazo.

1.1.3. ASSUNTO – CONVÊNIOS DE OBRAS E SERVIÇOS

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (033)

Recomendação 001: Doravante, que a Conab atente para a correta seleção do programa e da ação orçamentária ao emitir Notas de Empenho no SIAFI, abstendo-se, dessa forma, de executar despesas fora da finalidade proposta para a ação orçamentária.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Superintendência de Finanças - Sufin posicionou-se: - “A Conab acata a recomendação e está tomando as providências necessárias para evitar a ocorrência de fatos análogos no corrente e nos próximos exercícios.”

Prazo limite de implementação: Imediato.

Recomendação 002: Que a Conab providencie e anexe ao processo o Ato de Nomeação do responsável pela fiscalização do Convênio entre Conab e Centreinar/Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, processo n° 1953/2006, SIAFI 572144, assim como dos demais designados, caso tenha ocorrido alternância de técnicos responsáveis.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Suarm posicionou-se no sentido de que a recomendação será implementada mediante a emissão de:

a) Portaria Presi Conab nomeando o novo Gestor, responsável pela fiscalização, do Convênio Conab e Centreinar/Funarbe (Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador); e

b) Termo Aditivo ao Convênio, com objetivo de substituir o nome do Gestor da Concedente, consignado na Cláusula Décima Segunda do Termo de Convênio firmado entre as partes.

Prazo limite de implementação: 30/9/2008.

1.1.4. ASSUNTO – GERENCIAMENTO DE ESTOQUES

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.2 INFORMAÇÃO: (013)

Recomendação 001: Recomendamos à Conab que informe a esta Controladoria sobre a emissão pela SUREG/MG da nota fiscal relativa a falta de estoque registrada no Termo de Vistoria e Notificação nº 4421 e os lançamentos contábeis correspondentes.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Superintendência de Contabilidade - Sucon informou que foi emitida a Nota Fiscal de Retorno de Armazenagem n.º 2620, de 11/7/2008 da UA Conceição do Rio Verde e a Nota Fiscal de Perda em Armazenagem n.º 009, de 4/7/2008 (Mercado de Opção/MG), no total de 248.076 kg de Café. Foram, também, emitidas pela UA Conceição do Rio Verde, as Notas Fiscais de Perda em Armazenagem n.º 2621, de 11/7/2008, no total de 9.333 kg de café em grãos (varredura) e n.ºs 2622 a 2625, todas de 11/7/2008, no total de 53.048 kg de café em grãos (estoques de terceiros). O registro contábil da perda foi efetuado pelas Notas de Lançamentos n.ºs 2008NL00091, da UG 135431 – Mercado de Opção/MG e 2008NL000092, 000084, 00085, 000086 e 000090 da UG 135475 – UA Conceição do Rio Verde.

Prazo limite de implementação: NIHIL.

Recomendação 002: Recomendamos à Conab que encaminhe a esta Controladoria cópia do Relatório Final da Comissão Apuradora encarregada de apurar as divergências entre os saldos contábeis e os estoques físicos na UA/Conab em Conceição do Rio Verde/MG, bem como do Relatório do Grupo de Assessoramento e Administração,

designado pela presidência da Conab, encaminhados à Polícia Federal e à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

Em anexo **[Doc. n.º 006]**, encaminhamos, por cópia, os documentos solicitados.

Prazo limite de implementação: NIHIL.

Recomendação 003: Informe esta CGU-PR sobre os resultados obtidos pela Comissão Apuradora constituída pela Portaria nº 37, de 04/03/2008, e alterada pela Portaria nº 065, de 03/04/2008.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Corregedoria Geral - Coger informou que a apuração está em andamento, em sua fase de instrução, e que mediante a Portaria PRESI n.º 152, de 3/7/2008, o prazo foi prorrogado por mais sessenta dias, a contar da data *in lide*.

Qualquer fato novo essa SFC será informada.

Prazo limite de implementação: No momento, não é possível indicar o prazo.

Recomendação 004: Recomendamos, ainda, que doravante, os valores relativos a perdas e desvios constatados pela fiscalização da Conab sejam contabilizados dentro do próprio exercício em que tiverem sido levantados, identificando, quando possível, o ano de sua ocorrência, com vistas a resguardar a transparência e fidedignidade entre os registros contábeis, financeiros e físicos da Conab.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Superintendência de Contabilidade - Sucon consignou que se trata de caso isolado, onde a Sureg/MG, por lapso, deixou de registrar a falta no exercício de competência, cujo procedimento encontra-se previsto nos normativos internos e nas orientações de “Procedimentos para o encerramento do Balanço – Exercício 2007”, aprovados pela Portaria PRESI n.º 235, de 21/11/2007, onde compete às Suregs:

“Realizar o Inventário físico-financeiro de mercadorias, com posição em dezembro de 2007, separando-as por atividade, estocado em unidades próprias da Conab (PGPM, Estoque Estratégico, Mercado de Opções e PAA), encaminhando-os à área contábil para efeito de compatibilização e ajustes contábeis necessários”, e “Analisar, conciliar, regularizar e compatibilizar os saldos contábeis com os inventários físico-financeiros dos Almoxarifados, Estoques de Mercadorias e Declarações de Fiéis Depositários”. Por meio do Fax n.º 417, de 2/6/2008, a Sucon solicitou a imediata emissão da nota fiscal da falta de estoque, registrada por meio do TVN n.º 4421/2008, ora regularizada e continuará zelando para o fiel cumprimento das normas e para que fatos dessa natureza não se repitam.

Prazo limite de implementação: NIHIL.

Recomendação 005: Que a Conab insira em seu sítio oficial informação gerencial quanto a restrição de impedimento e/ou descredenciamento dos armazéns cadastrados que tenham sido responsabilizados por perdas ou desvios de produtos do Governo Federal.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - Suarm indicou as providências de:

a) Acatamos a recomendação, contudo o assunto deverá ser analisado pela área jurídica da Conab e submetida à Diretoria para deliberação sobre a inserção no sítio oficial a informação gerencial quanto a restrição de impedimento e/ou descredenciamento dos armazéns cadastrados que tenham sido responsabilizados por perdas ou desvios de produtos do Governo Federal.

b) Independente do posicionamento da área jurídica e da orientação da Diretoria Colegiada, com relação as providências a serem implementadas, esta Superintendência se reunirá com a área de informática, com o objetivo de criar no sítio oficial a informação gerencial constante da recomendação.

Prazo limite de implementação: 4/10/2008.

1.2. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

1.2.1. ASSUNTO – CONTROLES INTERNOS

Item do Relatório de Auditoria: 1.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (026)

Recomendação 001: Mantemos a recomendação 002 inserida no relatório de auditoria de acompanhamento, exarada no seguinte sentido: "Que a Conab mantenha a CGU informada sobre a solicitação de transferência da titularidade de imóvel remanescente da extinta Rede Ferroviária Federal/RFFSA, atualmente administrado pela Secretaria do Patrimônio da União. A transferência de titularidade tem o fito de realizar um encontro de despesas pendente entre a Rede Ferroviária Federal/RFFSA, extinta, e a Conab. Entre

elas, constam as pendências salariais referente a cessão do empregado matrícula SIAPE 1450551."

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Superintendência de Finanças - Sufin informou que mediante o Ofício DIAFI n.º 121, de 25/7/2008, cópia em anexo **[Doc. n.º 007]**,os termos do Ofício n.º 072, de 18/5/2007, foram reiterados. Qualquer fato novo sobre o assunto essa Secretaria Federal de Controle Interno – SFC será informada.

Prazo limite de implementação: A solução da pendência não depende apenas da Conab razão porque deixamos de indicar o prazo.

Recomendação 002: Quanto às recomendações 004 e 005(h) constantes no relatório de acompanhamento da gestão, exercício de 2007, transcritas acima, recomendamos à Conab informar a esta CGU se foram ajuizadas as respectivas ações.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Sufin informou, também, que (recomendação 004) foi ajuizada a Ação n.º 2008.34.00.024279-4, em 1.º/8/2008, em face da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo em vista a pendência inerente ao 14.º salário do empregado matrícula n.º 1172393. Para a recomendação 005 (h), solicitamos reportar à informação constante do Ofício PRESI n.º 295, de 2/6/2008, quando informamos que a pendência foi regularizada em 3/12/2007.

Prazo limite de implementação: NIHIL.

1.2.2. ASSUNTO – REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

Item do Relatório de Auditoria: 1.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (011)

Recomendação: Recomendamos à Conab informar o estágio atual em que se encontra o Plano de Cargos e Salários, encaminhado ao Departamento de Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - DEST. Recomendamos à Conab informar, ainda, se o novo Plano de Cargos e Salários atende às determinações contidas no Acórdão 2170/2007 - 2ª Câmara.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Superintendência de Modernização e Capacitação - Sumoc informou que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Conab foi encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por meio do Ofício PRESI n.º 0383, de 29/7/2008, que por sua vez o remeteu ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Aviso n.º 253/GM-MAPA, em 13/8/2008, conforme cópias anexas **[Doc. n.º 008]**. A Conab, no momento, aguarda posicionamento do DEST quanto à data de audiência para discussão do PCCS apresentado.

No que se refere às determinações contidas no Acórdão n.º 2170/2007 – 2.ª Câmara, a Sumoc consignou que o PCCS propõe uma estrutura composta de três grandes grupos (cargos), quais sejam Auxiliar, Assistente e Analista, correspondendo à formação de nível fundamental, médio e superior, respectivamente. Os cargos são compostos por diversos espaços ocupacionais amplos definidos por um conjunto de atribuições típicas necessárias à realização de um determinado processo. Para atuar em um espaço ocupacional, o empregado necessita possuir, desenvolver e/ou demonstrar competências técnicas específicas da atividade correspondente ao mesmo.

Quando da aprovação do PCCS, pelo Dest, e de sua implantação, essa SFC será informada.

Prazo limite de implementação: No momento, não é possível a indicação de prazo uma vez que não se tem a aprovação do Dest.

1.2.3. ASSUNTO – SEGURIDADE SOCIAL

Item do Relatório de Auditoria: 1.2.3.2 CONSTATAÇÃO: (007)

Recomendação 001: Reiteramos que a Conab, por meio da Auditoria Interna, fiscalize as atividades do Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, nos termos do artigo 25 da Lei Complementar n.º 108/2001. Destacamos que os trabalhos deverão incluir, em seu escopo, os exercícios anteriormente não fiscalizados.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

Sugerimos reportar aos esclarecimentos oferecidos no Ponto 3. Item do Relatório de Auditoria: 3.4.1.1.

Prazo limite de implementação:

Recomendação 002: Que a Conab envide esforço na obtenção da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, referente às atividades realizadas pelo Cibrius, conforme disciplina o no subitem 4.2.7 da Decisão Normativa TCU n.° 85/2007, de 06/12/2006.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Conab mediante o Ofício PRESI n.º 432, de 20/8/2008, cópia em anexo **[Doc. n.º 009]**, endereçado para o Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, solicitando, mais uma vez, o posicionamento daquele órgão, na qualidade de fiscalizador dos fundos de pensão, acerca da manifestação sobre as contas do CIBRIUS, referentes aos exercícios de 2006 e 2007, de forma a cumprir o disposto no subitem 7.2.7 da Decisão do TCU n.º 81, de 6/12/2006.

Prazo limite de implementação: A ação independe de providências diretas da Conab, razão porque deixamos de indicar o prazo requerido.

1.2.4. ASSUNTO – REGIME DISCIPLINAR

Item do Relatório de Auditoria: 1.2.4.1 CONSTATAÇÃO: (009)

Recomendação 001: Recomendamos à Proge/Conab e à Coger/Conab agilizar a análise quanto a continuidade e/ou conclusão do processo nº 1568/2005, com vistas ao atendimento do Acórdão nº 1.640/2007 – 2ª Câmara.

Recomendação 002: Recomendamos à Conab que informe esta Controladoria tão logo o processo nº 1568/2005 seja analisado pela Procuradoria Geral - Proge e pela Corregedoria Geral - Coger.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A propósito das duas recomendações dessa Secretaria Federal de Controle Interno - SFC direcionadas à agilização da Proge e Coger quanto à continuidade e/ou conclusão do Processo n.º 1568/2005, e para que essa SFC seja informada tão logo o citado Protocolado seja analisado pela Proge e Coger, entendemos que a resposta para elas já foi ofertada pela Conab quando encaminhamos (Ofício PRESI n.º 0381, de 28/7/2208) a cópia da Portaria PRESI n.º 155, de 8/7/2008, com a indicação do

empregado matrícula n.º 005.578, para compor a TCE – Portaria PRESI n.º 108, de 6/6/2005, na condição de presidente, em substituição ao anterior. Assim, está implícito que os posicionamentos da Coger e Proge indicaram o caminho da continuidade dos trabalhos da Tomada de Contas Especial.

Na oportunidade da conclusão dos trabalhos da TCE, essa SFC será informada.

Prazo limite de implementação: NIHIL.

Item do Relatório de Auditoria: 1.2.4.2 CONSTATAÇÃO: (017)

Recomendação: Recomendamos à Conab que informe a esta Controladoria a posição atualizada para as providências solicitadas no item 3 da Informação PROGE Nº JR-58/2008.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Procuradoria Geral - Proge esclareceu que:

- "A Procuradora de São Paulo informou que, o processo administrativo nº 1.157/2006 – "Relatório Preliminar – PIA – Terminal Pesqueiro de Santos" – 3 volumes – será encaminhado à PROGE em razão das considerações realizadas pelo antigo escritório terceirizado de São Paulo "**Rocha Calderon Advogados Associados"** sobre alguns fatos que possivelmente obstam a propositura da ação de ressarcimento contra o TPS. A Procuradora de São Paulo peticionou no dia 18 de junho de 2008 a desistência do recurso de apelação proposto pelo CONAB conforme determinação da PROGE. A PRORE tem as cópias das principais peças do processo nº 950206623-9 – 4ª Vara da Justiça Federal e que, atualmente, os autos encontram-se no TRF 3ª Região para julgamento das apelações cíveis e homologação da desistência recursal da CONAB. Ressaltamos que o processo possui 7 (sete) volumes da ação originária, mais 4 (quatro) do recurso especial e mais 5 (cinco) da cópia do processo administrativo."

Prazo limite de implementação: Imprevisível.

1.2.5. ASSUNTO – PROCESSOS LICITATÓRIOS

Item do Relatório de Auditoria: 1.2.5.1 CONSTATAÇÃO: (023)

Recomendação: Doravante, que a Conab atente ao estipulado na Lei n.° 8.666/93, em específico aos Parágrafos Únicos dos Art. 60 e 61, quando da formalização de Termos Aditivos aos Contratos Administrativos firmados.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

A Superintendência de Administração - Supad manifestou-se por reconhecer e acatar a recomendação, em face da delonga na assinatura do Termo Aditivo, ocorrida em 9/4/2008, e registrou que o pagamento dos serviços somente ocorreu em 22/4/2008, após a formalização do Termo Aditivo.

Providências a serem implementadas: NIHIL.

Prazo limite de implementação: NIHIL.

2. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2.1. MOVIMENTAÇÃO

2.1.1. ASSUNTO – QUANTIDADE DE PESSOAL

Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (032)

Recomendação: Diante do exposto, recomendamos à Conab efetuar levantamentos das inconsistências apontadas e a atualização das informações dos empregados, junto ao Sistema de Pessoal e SIAPE, de forma a obter a fiel correspondência de dados entre os dois sistemas.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem implementadas:

A Sureh/Gecap posicionou-se conforme a seguir: - “Em que pese as tentativas realizadas, em conjunto com a área de informática da Conab, não obtivemos êxito relativamente à identificação da origem, ou origens da divergência numérica identificada. Historicamente as empresas públicas e as sociedades de economia mista que recebem recursos financeiros do Tesouro Nacional, para custear parcial ou totalmente a sua folha de pagamento de pessoal, foram integradas ao SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, por força do Decreto nº 2.028, de 11/10/1996. Concebido para processar a folha de pagamento de órgãos públicos do SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal regidos pela Lei nº 8.112/90, a Conab, na condição de empresa pública federal regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, se viu compelida a manter, em paralelo com o Siape, seu sistema próprio de gerenciamento de recursos humanos, denominado POLIGERH, com vistas ao atendimento das exigências impostas pela CLT, sob pena de sofrer as cominações legais pelo não cumprimento da legislação pertinente. Citado sistema foi substituído em outubro de 2004 pelo VETORH/Sênior, adquirido da empresa Sênior Sistemas, por meio de processo licitatório. Nessa contextualização, os técnicos que trabalham com citados sistemas ressaltam a diferenciada estrutura que ambos apresentam, agregando-se a esta

constatação a própria dinâmica das ocorrências funcionais (financeiras e cadastrais), que em determinados momentos são incluídas nos dois sistemas, ora só no Vetorh, em função do encerramento antecipado do cronograma estabelecido pelo Siape. A título de exemplificar situação que contribuiria para esta "margem de divergência", citamos a própria folha de pagamento de dezembro, que no Siape fecha, obrigatoriamente, por volta do dia 5 (cinco), enquanto fatos tais como: falecimento, benefícios pelo INSS (previdenciário ou acidentário), etc, em razão dos prazos definidos pela CLT, continuam sendo processados no Vetorh, de onde se tem extraído, no dia 31/12 de cada exercício, os dados quanti-qualitativos repassados para a elaboração do Relatório de Gestão Anual."

"Em função do anteriormente explanado, concluímos que a conferência de "A" a "Z", das listagens geradas pelos dois sistemas, posição Dez/2007, se configura como o procedimento mais viável para identificarmos quais são os 8 (oito) empregados que constaram do Siape e não do Vetorh, o que demanda determinado tempo, por se tratar de processo a ser executado manualmente, em face do tempo decorrido."

Prazo limite de implementação: 4/10/2008.

LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ

Presidente Substituto

Audin/Gedop

gld./GLD.

NOTA TÉCNICA AUDIN N.° 020/2008

ASSUNTO: Plano de Providências – Exercício 2007

O objeto desta nota técnica é o de complementar esclarecimentos/informações ínsitos no Plano de Providências – Exercício 2007, encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, mediante o OFÍCIO PRESI n.° 0462, de 3/9/2008, conforme a seguir:

3. Item do Relatório de Auditoria: 3.4.1.1

No que diz respeito ao assunto deste item, anexamos cópia do Ofício Presi n.º 510/2008, de 6/10/2008 [Doc. n.º 001], endereçado ao Diretor Superintendente do Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, comunicando sobre o início dos trabalhos de auditoria.

6.3. Item do Relatório de Auditoria: 7.1.3.6

A Sureh/Gefop, no que pertine ao empregado João Chanoski, indicou o seu retorno ao trabalho, consoante informação da Sureg/PR e, conseqüentemente, ele foi incluído em folha de pagamento. Assim, o valor de R$2.942,59 será devolvido por meio da folha de pagamento, sendo que a primeira parcela será cobrada na folha de outubro/2008.

No que diz respeito as providências para levantar possíveis casos análogos, a Unidade *in lide* encaminhou as demonstrações de cópias anexas [Doc. n.º 002] com os esclarecimentos pertinentes.

6.9. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1 – 9.4.2.9

A propósito desta pendência, o Escritório Terceirizado Brom e Brom Advogados Associados, apresentou Parecer Jurídico, cópia em anexo [Doc. n.º 003], indicando novo posicionamento sobre a possibilidade de interposição da ação de cobrança, que está em análise pela Prore/GO, em sede preparatória, com subseqüente encaminhamento à Procuradoria Geral - Proge.

Na ocorrência de fato novo essa SFC será informada.

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (033)

Recomendação 002

Em Despacho à Audin, datado de 8/10/2008, a Suarm posicionou-se:

"**1** - [...].

2 - Quanto ao **item 1.1.3.2 – Constatação: - (033) – Recomendação: 002** informamos que:

a - Providenciamos a elaboração da Portaria, nomeando o Coordenador da Ação, Milton Libardoni (Superintendente da Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - SUARM), o novo Gestor do Convênio. Providenciamos, também, a Minuta de Termo Aditivo, visando regularizar a situação do Gestor anterior, indicado naquele instrumento, quando deveria ter sido mediante ato próprio (Portaria);

b - Nesse ínterim, a Diretoria decidiu, por interesse da administração, denunciar o Convênio de Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador firmado com a FUNARBE, conforme Ofício PRESI/DIGES N° 0476, de 16/09/2008, anexo.

3 - Dessa forma, entendemos que não cabe mais assinar Termo. Todavia, caso seja necessário regularizar o Convênio, sugerimos que seja emitida Portaria com o nome do representante da Conab, conforme registrado no Convênio, por entendermos que não há viabilidade de se assinar um novo termo aditivo, pois o convênio já foi denunciado e se extingue em 60 dias da data do Ofício citado acima (16/11/2008)."

A cópia do Ofício antes citada segue em anexo [Doc. n.º 004].

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.2 INFORMAÇÃO: (013)

Recomendação 005

Em Despacho à Audin, datado de 8/10/2008, a Suarm posicionou-se: - "**1** - [...], encaminhamos para conhecimento do **Parecer PROGE/SUMAD Nº BM – 648/2008**, acostado às fls 29 a 40, relativo ao **Relatório nº 208.221 da SFC**, **assunto constante do item 1.1.4.2 – Constatação: (013) – Recomendação: 005.** [...]".

A cópia do Parecer supracitado segue em anexo [Doc. n.º 005].

Item do Relatório de Auditoria: 1.2.3.2 CONSTATAÇÃO: (007)

A este respeito, sugerimos reportar à informação constante do ponto **3. Item do Relatório de Auditoria: 3.4.1.1**.

Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (032)

A Sureh, mediante o Despacho de cópia anexa [Doc. n.º 006], esclareceu sobre a divergência apontada por essa SFC.

Brasília/DF, 16 de outubro de 2008.

MARIA INÊS LASMAR ALVARENGA
Auditoria Interna
Chefe

EUGÊNIA MARIA ROCHA DE OLIVEIRA
Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional
Gerente

GILBERTO LUZZI DINIZ
Auditor Interno

gld./GLD.

NOTA TÉCNICA AUDIN N.° 024/2008

ASSUNTO: RESPOSTA À SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO - SFC

O objeto desta nota técnica é o de apresentar esclarecimentos/informações em face da Solicitação de Auditoria - SA n.º 04/219979, de 26/11/2008, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU/PR, tendo em vista a análise das respostas da Conab às recomendações constantes do Plano de Providências - Exercício 2007, e que ainda ficaram caracterizadas como pendentes.

Outrossim, e considerando que a CGU/SFC/PR não contemplou em sua avaliação/análise os esclarecimentos/informações constantes do Ofício PRESI n.º 0532, de 16/10/2008, deixamos de tecer considerações, nesta nota técnica, sobre os itens 3, 18, 19 - Recomendação 005, e 26.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2005

1. Item do Relatório de Auditoria: 5.1.2.1

A Corregedoria Geral - Coger, mediante Despacho COGER n.º 129, de 3/12/2008, informou *in verbis*: - “Face a complexidade das questões apresentadas no

curso da apuração, a Comissão Apuradora não conseguiu concluir os trabalhos apuratórios no prazo determinado pelo TCU (01/10/08), tendo sido solicitado à Presidência nova prorrogação de prazo, o que motivou-a a pedir, por meio do Ofício Presi nº 0558, de 05/11/08, nova prorrogação de prazo ao Egrégio Tribunal de Contas."

2. Item do Relatório de Auditoria: 5.1.2.5

Letra "c":

A Sureg/GO informou, mediante Despacho da Prore/GO, de 2/12/2008, *in verbis*: - "... o processo em curso na Vara de Família e Sucessões da Comarca de Rio Verde foi impulsionado pelo escritório de advocacia terceirizado visando a manifestação do nobre juiz da causa para que se proceda a verificação do crédito da CONAB e o seu respectivo pagamento (cópia da petição anexa [Doc. n.º 001])."

Letra "f":

A Superintendência de Finanças – Sufin, por Despacho de 3/12/2008, posicionou-se no sentido de esclarecer que:

1. As providências para a regularização do saldo da conta Contábil Depósitos Compulsórios n.º 121130000 – Eletrobrás**,** estão sendo encaminhadas à Área de Patrimônio, para os devidos registros;

2. A Eletrobrás em atendimento à CT. SUFIN n.º 1900, de 28/8/2008, enviou a CTA-DFT-10337/08, de 30/9/2008, informando que a posição acionaria decorrente da conversão, em ações, dos créditos do Empréstimo Compulsório, dos CICEs relacionados no SAC n.º 207428, de 30/11/2004, foram liberados, perfazendo o somatório de 21.841 ações Escriturais Preferenciais da Classe "B" - Eletrobrás;

3. Quanto ao CICE n.º 8026835-8, constante da Solicitação de Ações – SAC n.º 207428, de 30/11/2004, mencionado na CTA-DFT-10337/08 – Eletrobrás, item 4, informamos que foi enviado o Fax Sufin/Gepro n.º 2179, de 10/10/2008, à Sureg/RS – Gefad, e reiterado pelo Fax Sufin/Gepro n.º 2510, de 2/12/2008, solicitando cópia do citado CICE, para fins de atendimento à Eletrobrás.

Cópia dos documentos citados seguem em anexo [Doc. n.º 002].

4. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1/4.2.1.1

O Presidente da Comissão de TCE, mediante a CI n.º 001, de 5/12/2008, cópia em anexo [Doc. n.º 003], posicionou-se sobre o andamento dos trabalhos.

5. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1/5.1.1.6

O Procurador Geral, em DESPACHO PROGE n.º 1089/2008, de 28/11/2008, posicionou-se *in verbis*:

- "Em referência à CI AUDIN/PROGE Nº 469/2008, que solicita informações de questões enumeradas na Solicitação de Auditoria nº 04/219979 de 26/11/08, ratificamos todas as informações prestadas no despacho Proge/Suorc MG nº 828/2008 de 25/08/08 - CI Audin nº 301/08, ressaltando que não houve alteração nos andamentos das situações auditadas."

6. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1/5.1.1.7

O Presidente da Comissão de TCE, mediante a CI n.º 001, de 5/12/2008, cópia em anexo [Doc. n.º 003], posicionou-se sobre o andamento dos trabalhos.

7. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1/5.1.1.11

O Procurador Geral, em DESPACHO PROGE n.º 1089/2008, de 28/11/2008, posicionou-se *in verbis*:

- "Em referência à CI AUDIN/PROGE Nº 469/2008, que solicita informações de questões enumeradas na Solicitação de Auditoria nº 04/219979 de 26/11/08, ratificamos todas as informações prestadas no despacho Proge/Suorc MG nº 828/2008 de 25/08/08 - CI Audin nº 301/08, ressaltando que não houve alteração nos andamentos das situações auditadas."

8. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1/5.1.1.18

A Superintendência de Finanças – Sufin, por Despacho de 3/12/2008, posicionou-se no sentido de esclarecer que:

1. As providências para a regularização do saldo da conta Contábil Depósitos Compulsórios n.º 121130000 – Eletrobrás**,** estão sendo encaminhadas à Área de Patrimônio, para os devidos registros;

2. A Eletrobrás em atendimento à CT. SUFIN n.º 1900, DE 28/8/2008, enviou a CTA-DFT-10337/08, de 30/9/2008, informando que a posição acionaria decorrente da conversão, em ações, dos créditos do Empréstimo Compulsório, dos CICEs relacionados no SAC n.º 207428, de 30/11/2004, foram liberados, perfazendo o somatório de 21.841 ações Escriturais Preferenciais da Classe "B" – Eletrobrás;

3. Quanto ao CICE n.º 8026835-8, constante da Solicitação de Ações – SAC n.º 207428, de 30/11/2004, mencionado na CTA-DFT-10337/08 – Eletrobrás, item 4, informamos que foi enviado o Fax Sufin/Gepro n.º 2179, de 10/10/2008, à Sureg/RS – Gefad, e reiterado pelo Fax Sufin/Gepro n.º 2510, de 2/12/2008, solicitando cópia do citado CICE, para fins de atendimento à Eletrobrás.

Cópia dos documentos citados seguem em anexo [Doc. n.º 002].

9. Item do Relatório de Auditoria: 9.3.1.1/9.4.2.9

A Sureg/GO informou, mediante Despacho da Prore/GO, de 2/12/2008, *in verbis*: - "... não foi proposta a ação judicial pois os autos do processo administrativo estão na PRORE para novo estudo em face da manifestação do escritório de advocacia terceirizado de que não foi assegurado, no desenvolver do processo administrativo de apuração nº 00.1267/2004, as empresas envolvidas o contraditório e a ampla defesa em face das irregularidades apontadas. A demora na análise do procedimento administrativo deu-se por excesso de processos em análise nesta PRORE. Assim, nova análise está sendo realizada para apuração do melhor caminho a ser seguido para evitar prejuízos à CONAB por ajuizamento de ação sem respaldo jurídico necessário."

10. Item do Relatório de Auditoria: 5.2.2.1

A Gerência de Auditoria - Geaud informou que após atualização da posição referente às recomendações da Auditoria Interna - Audin, exaradas nos Relatórios de Auditoria emitidos nos exercícios de 2006 e 2007, restaram pendentes apenas 13 recomendações relativas a 4 Relatórios de Auditoria, conforme planilha, abaixo:

RESPOSTAS PARA O ITEM DO RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 5.2.2.1- Recomendações da Auditoria Interna/Conab pendentes de solução

RELATÓRIO Nº	RECOMENDAÇÃO Nº	SITUAÇÃO DA PENDÊNCIA
08/2006	58.1 e 65.1	**BAIXADO -** Processo nº 0752/2006 – As pendências relativas às Contas Títulos a Receber (débitos da antiga Rede Somar) e Débito de Terceiros em Prestação de Serviços – passarão a ser tratadas/acompanhadas no relatório referente aos trabalhos de Auditoria Contábil/Financeira, em curso na Superintendência Regional do Estado de São Paulo.
11/2007	238.1	**PENDENTE** – Processo nº 1.024/2007 – As medidas adotadas pela Sureg-RS, para solução das pendências, foram acatadas pelo Auditor Interno que analisou a resposta oferecida. Contudo, antes de proceder a baixa das pendências no controle *Follow-Up*, o Auditor solicitou que o processo fosse encaminhado(em 23.7.2008) à Gecob/Sufin/Diafi, para fins de ajuste no Sistema de Cobrança-SISCOB. A Audin aguarda posicionamento da área de cobrança quanto à conclusão dos ajustes, para considerar o item solucionado.
46/2007	348.1 e 353.1	**PENDENTE** – Processo nº 2.872/2007 - O Auditor Interno, após avaliação das respostas oferecidas pela Sureg-MS (CI/Sureg-MS/nº 1895, de 30.7.2008), manteve os dois itens na condição de não solucionado. O processo foi encaminhado à Sureg-MS, em 22.8.2008, para adoção de providências complementares, com vistas à solução das pendências. O processo retornou à Audin, em 03.12.2007, e foi encaminhado ao Auditor Interno para reanálise.
49/2007	361.1 a 361.3, 362.1 a 362.4 e 362.6	**PENDENTE** – Processo nº 0191/2008 - Sureg-TO – Processo encaminhado à Diges/Suope, em 21/10/2008, para reavaliação e posicionamento a respeito dos oito itens que permaneceram pendentes. O processo retornou à Audin, em 03.12.2007, e foi encaminhado ao Auditor Interno para reanálise.

11. Item do Relatório de Auditoria: 5.2.4.3

O Procurador Geral, em DESPACHO PROGE n.º 1089/2008, de 28/11/2008, posicionou-se *in verbis*:

- "Em referência à CI AUDIN/PROGE Nº 469/2008, que solicita informações de questões enumeradas na Solicitação de Auditoria nº 04/219979 de 26/11/08, ratificamos todas as informações prestadas no despacho Proge/Suorc MG nº 828/2008 de 25/08/08 - CI Audin nº 301/08, ressaltando que não houve alteração nos andamentos das situações auditadas."

PLANO DE PROVIDÊNCIAS RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2006

12. Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1

O Procurador Geral, em DESPACHO PROGE N.º 1089/2008, de 28/11/2008, posicionou-se *in verbis*:

- "Em referência à CI AUDIN/PROGE Nº 469/2008, que solicita informações de questões enumeradas na Solicitação de Auditoria nº 04/219979 de 26/11/08, ratificamos todas as informações prestadas no despacho Proge/Suorc MG nº 828/2008 de 25/08/08 - CI Audin nº 301/08, ressaltando que não houve alteração nos andamentos das situações auditadas."

13. Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.1

A Corregedoria Geral - Coger, mediante Despacho COGER n.º 129, de 3/12/2008, informou *in verbis*: - "Em atendimento à recomendação da Secretaria Federal de Controle, a Presidência encaminhou a CI Presi nº 595, de 02/12/2008, à Comissão Apuradora – Portaria 187/2007, estabelecendo o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Comissão conclua os trabalhos apuratórios."

14. Item do Relatório de Auditoria: 3.4.1.1

Conforme ajustado, a auditoria no Cibrius foi retomada no mês de outubro/2008. O relatório está em face de conclusão, e será encaminhado à CGU/SFC/PR, oportunamente.

15. Item do Relatório de Auditoria: 3.5.1.2

O Procurador Geral, em DESPACHO PROGE N.º 1089/2008, de 28/11/2008, posicionou-se *in verbis*:

- "Em referência à CI AUDIN/PROGE Nº 469/2008, que solicita informações de questões enumeradas na Solicitação de Auditoria nº 04/219979 de 26/11/08, ratificamos todas as informações prestadas no despacho Proge/Suorc MG nº 828/2008 de 25/08/08 - CI Audin nº 301/08, ressaltando que não houve alteração nos andamentos das situações auditadas."

16. Item do Relatório de Auditoria: 4.2.1.1

A Corregedoria Geral - Coger, mediante Despacho COGER n.º 129, de 3/12/2008, informou *in verbis*: - "A Comissão Apuradora – Portaria nº 186, de 06/08/08, está em fase de instrução do Processo Interno de Apuração."

PLANO DE PROVIDÊNCIAS RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2007

17. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.2

A Gerência de Auditoria - Geaud indicou que:

- " No que concerne ao Ponto "**17 Item do Relatório de Auditoria:1.1.2.2 - Inconsistências identificadas pela Auditoria Interna da Conab na operação de Prêmio para Escoamento de Milho-PEP nº 079/06...", matéria** tratada no Processo nº 0864/2007, estamos encaminhando anexo, cópia dos despachos: da Corregedoria-Geral - COGER, Procuradoria Regional do Estado do Mato Grosso do Sul - PRORE/MS, Procuradoria-Geral – PROGE e do Auditor Interno (analista da matéria), que **ensejaram a baixa do Item 176.2 do Relatório de Auditoria nº 030/2006.**

As cópias citadas compõem o [Doc. n.º 004].

19. Item do Relatório de Auditoria: 1.1.4.2

Recomendação 003

A Corregedoria Geral - Coger, mediante Despacho COGER n.º 129, de 3/12/2008, informou *in verbis*: - "A Comissão Apuradora constituída por meio da Portaria nº 037, de 04/03/2008; e alterada pela Portaria nº 065, de 03/04/08 apresentou o Relatório Preliminar à Presidência, o qual está sendo analisado por esta Corregedoria-Geral."

22. Item do Relatório de Auditoria: 1.2.3.2

A Presi/Codag, mediante Despacho de 27/11/2008, informou que, até o momento, não obteve a resposta da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, para o Ofício PRESI n.º 0432, de 20/8/2008. Aduzimos que na ocorrência de fato novo essa CGU/SFC/PR será informada.

23. Item do Relatório de Auditoria: 1.2.4.1

O Presidente da Comissão de TCE, Portarias n.ºs 108/2005 e 155/2008, posicionou-se nos termos da CI n.º 003, de 3/12/2008, e complementada pela CI n.º 004, de 8/12/2008, cujas cópias seguem em anexo [Doc. n.º 005].

No que diz respeito à solicitação para substituir um dos membros da Comissão, aduzimos que a Corregedoria Geral - Coger está ultimando a indicação do substituto.

24. Item do Relatório de Auditoria: 1.2.4.2

O Procurador Geral, em DESPACHO PROGE N.º 1089/2008, de 28/11/2008, posicionou-se *in verbis*:

- "Em referência à CI AUDIN/PROGE Nº 469/2008, que solicita informações de questões enumeradas na Solicitação de Auditoria nº 04/219979 de 26/11/08, ratificamos

todas as informações prestadas no despacho Proge/Suorc MG nº 828/2008 de 25/08/08 - CI Audin nº 301/08, ressaltando que não houve alteração nos andamentos das situações auditadas.”

Brasília/DF, 8 de dezembro de 2008.

EUGÊNIA MARIA ROCHA DE OLIVEIRA
Auditoria Interna
Chefe Substituta

MARCELO HENRIQUE COELHO
Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional
Gerente Substituto

GILBERTO LUZZI DINIZ
Audin/Gedop
Auditor Interno

13. Determinações e Recomendações do TCU

Item 13 do Conteúdo Geral por natureza jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008.

MATRIZ

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Acórdão n.º 1640/2007 - 2.ª Câmara.	Item 1.2. - apurar a responsabilidade de quem deu causa à perda do prazo para ajuizamento de ações, incorrendo em prejuízo de R$283.232,18, conforme narrado no item 5.1.2.1 do Relatório de Auditoria n.º 176103/2006-CGU, referente à auditoria de gestão do exercício de 2005, remetendo o resultado obtido à CGU, no prazo de 180 dias.	Presidência.	Mediante a Portaria n.º 223, de 9/11/2007, foi constituída a Comissão de Apuração, cujos trabalhos estão em andamento. Cabe o registro de que foram requeridas três prorrogações do prazo, sendo a última delas, por 120 (cento e vinte) dias, com aquiescência constante do OFÍCIO n.º 1625/2008-TCU/SECEX-5, de 5/12/2008.
Acórdão n.º 2120/2007 - 1.ª Câmara.	Item 1.1 determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que instaure, se ainda não o fez, tomada de contas especial, no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, destinada à apuração dos atos e fatos demonstrados nos autos do Processo n.º 0000.001233/2005-00-07, fixando-lhe o prazo de 180 dias para conclusão e remessa à Controladoria-Geral da União.	Presidência.	A Tomada de Contas Especial foi constituída consoante a Portaria n.º 188, de 26/9/2007, cujos trabalhos estão em andamento. Registra-se a prorrogação do prazo, em três oportunidades, sendo a última delas por 120 (cento e vinte) dias, consoante autorização constante do OFÍCIO n.º 1559/2008-TCU/SECEX-5, de 25/11/2008

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Acórdão n.º 631/2008 - Plenário	Alertar os dirigentes de unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Secretário-Executivo, o qual deverá cientificar as unidades subordinadas, que o não atendimento às diligências do TCU, no prazo fixado, sem causa justificada, sujeita o responsável à multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei n.º 8.443/92.	Presidência.	A Chefia de Gabinete expediu a CI n.º 245, de 8/5/2008, para todas as unidades da Matriz, e para as Suregs, encaminhando cópia do Ofício n.º 281/2008, para conhecimento e providências pertinentes.
OFÍCIO n.º 256/2008-TCU/SEMAB-Gabinete, de 24/4/2008.	Solicitação de encaminhamento das demonstrações financeiras, exercício 2007, para subsidiar o Relatório e Parecer Prévio sobre as contas do governo.	Diafi/Sucon	As informações e os esclarecimentos pertinentes foram objeto do Ofício PRESI n.º 235, de 5/5/2008.
OFÍCIO n.º 624/2008-TCU/SECEX-5, de 20/5/2008.	Solicitação de informações atinentes aos leilões PEPRO (Café) n.ºs 362/2007 e 407/2007.	Diges	Os esclarecimentos e informações foram objeto do Ofício PRESI n.º 0311, de 10/6/2008.
Acórdão n.º 991/2008-TCU-Plenário.	Denúncia efetivada por interessado com identidade preservada, alegando possíveis irregularidades em pagamento de pessoal contratado através do Convênio Conab x Pnud.	Presidência.	O assunto veio a conhecimento da Conab, uma vez que, em conclusão, a Corte de Contas, deliberou por não conhecer da Denúncia, por não atender aos requisitos do caput do art. 235 do Regimento Interno do TCU.

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Aviso n.º 824-GP/TCU, de 5/82008. OFÍCIO n.º 1009/2008-TCU/ SECEX-5, de 7/8/2008. Sobre o mesmo assunto, tem-se o Ofício n.º 117/2008/AECI-GM, de 12/8/2008.	Comunicação ao Ministro de Estado que as informações objeto do OFÍCIO PRESI N.º 0311, de 10/6/2008, não atenderam à diligência inerente ao OFÍCIO n.º 624/2008-TCU/SECEX-5, de 20/5/2008.	Diges	As informações e esclarecimentos foram objeto dos Ofícios PRESI n.ºs 0435 e 0437, ambos de 21/8/2008, endereçados para o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e à Diretora da 12.ª DT da 5.ª Secretaria de Controle Externo/TCU, respectivamente.
Aviso n.º 757-Seses-TCU-Plenário, de 2/7/2008, e objeto do Ofício n.º 102/2008/AECI-GM, de 28/7/2008.	Orientação em face dos entendimentos constantes do Acórdão n.º 1276/2008-TCU-Plenário, e em caráter normativo, sobre a concessão e utilização de suprimento de fundos e uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.	Diafi	Por meio do ATO DE DIREÇÃO DIAFI n.º 192, de 12/6/2008, a Conab implementou a concessão de suprimento de fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Acórdão n.º 2887/2008- 1.ª Câmara.	Trata-se do Processo de Prestação de Contas – Exercício 2006. As contas foram julgadas regulares com a determinação constante do item 1.6.1 do Acórdão in lide, para que a Conab exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Cibrius, ainda que o Instituto esteja sob a condição de intervenção. Além de determinar à SFC que informe nas próximas contas os itens do Acórdão n.º 1386/2006 – 1.ª Câmara que porventura estejam pendentes de acatamento, detalhando as ações tomadas pelo gestor e as conclusões daquela Secretaria. Determinou, ainda, a Corte de Contas que a SFC informe nas próximas contas os itens do Acórdão n.º 1386/2006 – 1.ª Câmara que porventura estejam pendentes de acatamento, detalhando as ações tomadas pelo gestor e as conclusões daquela Secretaria.	Audin	A intervenção foi levantada em 30/11/2007. A Audin retomou, em outubro/2008, a auditagem no Cibrius, contemplando a gestão 2006 e 2007, consoante entendimentos com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU/PR. O relatório elaborado foi encaminhando ao auditado, mediante o OFÍCIO PRESI n.º 639, de 31/12/2008.
Acórdão n.º 3170/2008-TCU - 2.ª Câmara. (DOU de 4/9/2008).	Quitação a responsável ante o recolhimento integral da multa cominada e inerente ao item 9.1 do Acórdão n.º 3208/2007 - TCU - 2.ª Câmara.	Ex-dirigente	NIHIL

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Acórdão n.º 3499/2008 - TCU - 2.ª Câmara	Determinação à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip para oficiar à Conab para que, no prazo de trinta dias, disponibilize no Sistema Sisac os dados de desligamento do cargo de Técnico de Nível Superior então ocupado por Luciano Sachetti (CPF 835.141.041-15), em razão de sua investidura em outro cargo público inacumulável.	Dirhu/Sureh	A Conab, mediante o OFÍCIO SUREH n.º 0680, de 22/10/2008, informou à Sefip que o empregado teve seu desligamento informado em 11/7/2008, consoante a Guia de Código: WKLS.Z682.DAGI.S26W
Acórdão n.º 3364/2008 - TCU - 1.ª Câmara. (DOU de 17/10/2008).	Julgamento sobre Processo de Tomada de Contas Especial. O Tribunal julgou as contas regulares com ressalva, dando quitação aos responsáveis, e pelo arquivamento do processo.		NIHIL

Número da Decisão ou do Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Acórdão n.º 5163/2008 - TCU - 1.ª Câmara	Representação formulada junto ao TCU pelo Sr. Edson Santos Cruz, vereador no município de Santa Luzia do Itanhi/SE, requerendo a determinação de auditoria no município para esclarecer a real aplicação do dinheiro público, em face de, entre outros, "Contratos de fornecimento de mariscos, produtos agrícolas, tapiocas, doces, etc. com recursos Federais em especial da CONAB, visto que, correm comentários sob pagamentos realizados em valores menores que os contratados (in loco);".		A Egrégia Corte deliberou em não conhecer da representação, por não preencher requisito de admissibilidade, e determinou seu arquivamento.

SUREG - AM

Acordão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.			

SUREG - CE

Acordão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
3518/08 1ª Câmara	Determinou que a Conab/CE preenchesse o Rol de Responsáveis de acordo com o previsto no art. 11 da IN/TCU n.º 57, de 27/08/2008.	SUREG/CE	Atendido conforme determinação.

SUREG - GO

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
2681/2008 TCU-Plenário	9.2. Com fundamento no art.71, IX, da Constituição Federal e o art. 45 da lei n° 8.443/92 e com o art. 251 do Regimento Interno do TCU, Assinar prazo de 15 (quinze) dias para que a Companhia Nacional de Abastecimento-Superintendência Regional de Goiás (Conab -Sureg/GO) dê exato cumprimento ao artigo 3°, caput e § 1°, inciso I, da lei n° 8.666/93, promovendo a anulação da concorrência Conab-Sureg/GO n° 1/2008, no estágio em que se encontra.	Superintendência Regional e Procuradoria Regional	Em face da decisão proferida no Acórdão foram protocolados os recursos de embargos de declaração, conforme determinação do Superintendente Regional, para correção da omissão na indicação da autoridade para anulação, que é o Sr. Presidente da CONAB, e o pedido de reexame, conforme determinação da PROGE para defesa do edital. O processo administrativo no qual tramita o procedimento licitatório está na Presidência da CONAB para deliberação sobre o cumprimento da decisão do TCU.
ACÓRDÃO Nº 2681/2008 TCU-Plenário	9.3. Determinar à Superintendência Regional em Goiás da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab -Sureg/GO), com fundamento no art.43, inciso I, da Lei n° 8.443/1992 e o art. 250, inciso II, do RI -TCU que, quando da elaboração de futuro edital de licitação para substituição da Concorrência n° 001/2008 - Conab – Sureg/GO, bem como nos futuros certames licitatórios do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, atente, quando do estabelecimento de critérios de pontuação e valorização dos quesitos de proposta técnicas dos licitantes, para fim de obtenção dos índices técnicos.	Procuradoria Jurídica Regional – PRORE e Procuradoria Geral – PROGE	Os editais de licitação na modalidade concorrência são elaborados e chancelados pela PROGE, os quais são utilizados pelas SUREGs para deflagração dos procedimentos licitatórios na modalidade concorrência.

SUREG - MT

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
3802	Controle e utilização das máquinas fotocopiadoras e da franquia de cópias contratadas.	Setor Administrativo - SETAD	A Superintendência Regional de Mato Grosso centralizou todas as máquinas em local apropriado e, a partir daí, designou empregados para a execução dos serviços reprográficos demandados pelos diversos Setores da Regional, mediante a apresentação de requisição específica. Quanto à franquia mencionada neste item, com base na orientação da CGU, a partir da nova contratação, em janeiro de 2008, as locações dos equipamentos reprográficos foram efetuadas sem o estabelecimento de limites, impondo à Conab pagar pelas cópias efetivamente reproduzidas e apuradas.
3802	Manter rigoroso controle quanto ao consumo de combustíveis da Unidade, compatibilizando a relação de autorizações de abastecimento com as respectivas notas fiscais e faça anexar uma via de cada autorização de abastecimento nos respectivos processos de pagamento	Setor Administrativo - SETAD	Os controles foram aprimorados, possibilitando a compatibilização das autorizações de abastecimento, através de formulário específico, com as respectivas notas fiscais, propiciando o acompanhamento do consumo, do custo envolvido e demais análise pertinentes.
3802	Realizar estudo sobre o consumo anual de combustíveis para subsidiar a futura contratação de fornecedor.	Setor Administrativo - SETAD	As contratações estão sendo realizadas de acordo com a média de consumo do período imediatamente anterior

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
3802	Regularizar a situação dos empregados cedidos ao DNIT, quer pelo retorno à CONAB ou cessão a outro Órgão Público	Setor Administrativo - SETAD	A regularização desta pendência deu-se com a devolução dos empregados à Conab-MT, por desinteresse de o DNIT mantê-los em seu quadro. Um dos empregados (Geraldo da Silva Linhares) ficou lotado em nossa Unidade Armazenadora de Rondonópolis e o outro (Antônio José de Oliveira), na Sede desta Superintendência, tendo este sido novamente cedido à UFMT/ Campos do Araguaia, dentro dos trâmites legais/normativos

SUREG - MG

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.			

SUREG - PE

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.			

SUREG - PR

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.			

SUREG - RS

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
1459/08 2ª Câmara DOU 05/06/08	Promover imediata apuração de fatos e identificação de responsáveis em ocorrências que envolvam prejuízos à empresa.	SUREG/RS	Ciente.

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
	Instaurar processo visando identificar responsáveis pela inépcia e inércia quanto condução processo de perdas em armazenagem – Coop. Vinícola Tamandaré Ltda.	SUREG/RS	Instaurados processos administrativos 06.0186/08 e 06.0187/08, em andamento.
	Instaurar Tomada de Contas Especial por desvio de produtos de terceiros no AFPA.	PRESI	Autuado processo administrativo nº 1754/08, já encerrado.
	Dimensionar força de trabalho do AFCAAL, fins evitar realização de horas-extras e reclamatórias trabalhistas.	GEFAD/RS e AFCAAL	Autuado processo administrativo 06.0242/08, em andamento.

SUREG - RO

Acórdão	Descrição da Determinação ou da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.			

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Suregs	Atos/Quantidades													
	Admissões							Demissões						
	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Diretor	Conselho	Total	Registro no SISAC	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Conselho	Aposentados	Total	Registro no SISAC
AM	1	48	-	-	-	49	1	1	1	-	-	-	2	1
BA	3	33	-	-	-	36	3	-	-	-	-	1	1	0
CE	4	19	-	-	-	23	4	-	-	-	-	1	1	0
ES	4	22	-	-	-	26	4	1	-	-	-	2	3	1
GO	8	60	-	-	-	68	8	-	-	-	-	1	1	0
MA	1	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	0	0
MG	4	74	-	-	-	78	4	1	-	-	-	6	7	1
MS	3	20	-	-	-	23	3	1	-	-	-	-	1	1
MT	3	31	-	-	-	34	3	3	-	-	-	1	4	3
PA	6	2	-	-	-	8	6	-	-	-	-	2	2	0
PB	0	72	-	-	-	72	0	1	-	-	-	-	1	1
PE	5	109	-	-	-	114	5	1	-	-	-	5	6	1
PI	4	22	-	-	-	26	4	-	-	-	-	1	1	0
PR	3	4	-	-	-	7	3	-	-	-	-	5	5	0
RJ	3	58	-	-	-	61	3	-	1	-	-	2	3	0
RN	1	22	-	-	-	23	1	-	-	-	-	-	0	0
RO	5	21	-	-	-	26	5	1	-	-	-	1	2	1
RS	3	12	-	-	-	15	3	-	-	-	-	1	1	0
SC	4	1	-	-	-	5	4	3	-	-	-	3	6	3
SP	1	11	-	-	-	12	1	2	-	-	-	-	2	2
TO	1	5	-	-	-	6	1	-	-	-	-	-	0	0
Matriz	56	139	10	1	3	209	56	31	1	4	4	37	77	31
Total	**123**	**786**	**10**	**1**	**3**	**923**	**123**	**46**	**3**	**4**	**4**	**69**	**126**	**46**

Fonte: Conab/Sureh

A divergência com o SISAC na quantidade de admissões e demissões se deve ao fato deste não considerar os empregados anistiados e de Contratos Especiais, 800 e 11 respectivamente, para fins de registros.

Com referência às aposentadorias, no caso da Conab estas informações não são prestadas, pois tal benefício se dá no âmbito do INSS, por solicitação do empregado, inclusive podendo este permanecer com vínculo com a Companhia.

Com relação a pensões, a Companhia não concede este benefício em função de sua natureza jurídica.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Item 15 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008.

Quadro II.A.13 – Processos dispensados de instauração de TCE e processos não encaminhados ao TCU em decorrência do arquivamento no órgão de origem[1]- Exercício.

MATRIZ

Motivo da dispensa ou do arquivamento	Nº do processo (Adm. Ou TCE)	Responsável		Cargo ou Função do Responsável	Valor do débito atualizado até 31/12/2008 (R$)	Data da ocorrência	Ocorrência (irregularidades detectadas)	Principais medidas administrativas adotadas
		CNPJ/ CPF	Nome					
Como resultado da análise do processo da TCE pela SFC/CGU-PR, essa observou o transcurso de mais de dez anos do fato gerador, até a instauração da tomada de contas, situação essa que se enquadra no disposto no § 4.º, art. 5.º da IN TCU n.º 56/2007, e deliberou por indicar o arquivamento do feito, porém não afastando a averiguação da responsabilidade dos que deram causa ao atraso.	0383/08	006.344.689-87	Luiz Norberto da Silva Ratto	Presidente	101.437,20	Abril de 1988 a março de 1989	Não pagamento de encargos inerentes à ocupação de residência funcional.	No tocante à apuração de responsabilidade, a Corregedoria Geral, mediante o PARECER COGER/N.º 56/2008, posicionou-se, em face da norma Processo Interno de Apuração, não haver a possibilidade da apurar a responsabilidade, uma vez que passaram-se mais de cinco anos do conhecimento do fato, estando caracterizada a prescrição. Esse posicionamento depende de manifestação da Procuradoria Geral, para deliberação presidencial. Para a recuperação do dano, existe uma Ação de Cobrança de n.º 2006.70.00.018875-3 (PR).

SUREG - AM

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

SUREG - CE

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

SUREG - GO

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

SUREG - MG

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

SUREG - MT

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

SUREG - PE

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

SUREG - PR

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

SUREG - RS

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

SUREG - RO

NÃO HOUVE OCORRÊNCIA.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

1) Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)
AM	70	2.171.719,44	67	2.459.881,74	116	3.081.783,83
BA	105	2.742.788,76	111	3.178.849,37	146	4.057.801,97
CE	217	6.133.876,45	217	6.827.480,67	241	7.731.946,61
ES	107	3.318.876,63	105	3.766.891,45	130	4.301.022,97
GO	272	8.672.410,07	274	9.562.666,64	344	11.145.561,21
MA	118	2.885.416,94	119	3.352.995,76	121	3.711.240,37
MG	143	5.616.904,96	144	6.313.805,60	219	7.515.102,39
MS	79	2.987.733,29	75	3.232.586,89	99	3.790.430,55
MT	96	2.766.926,81	95	3.131.801,74	125	3.912.615,43
PA	63	2.087.210,77	65	2.404.872,20	74	2.868.816,30
PE	233	6.698.276,04	225	7.427.493,28	339	8.668.360,05
PI	146	3.523.824,19	149	3.812.676,86	178	4.470.722,83
PR	108	4.158.766,50	110	4.720.791,30	117	5.314.660,99
RJ	159	4.378.010,48	134	4.522.286,19	194	5.502.800,09
RN	88	2.641.150,53	88	2.985.808,65	111	3.455.244,54
RO	51	1.609.237,58	51	1.848.130,90	75	2.365.825,19
RS	106	3.359.028,31	106	3.785.038,73	121	4.272.505,75
SC	53	2.050.279,71	54	2.304.592,56	57	2.631.628,97
SP	67	2.912.057,68	67	3.246.203,44	77	3.665.273,10
TO	46	1.835.712,98	45	2.090.845,88	51	2.418.756,08
Matriz	562	32.048.494,37	588	36.128.454,25	708	43.064.408,14
Total	**2.889**	**104.598.702,49**	**2.889**	**117.104.154,10**	**3.643**	**137.946.507,36**

Fonte: Conab/Sureh

Obs: Todos os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT

2) Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Matriz	11	845.283,48	20	1.046.035,20	29	2.411.721,94
Total	**11**	**845.283,48**	**20**	**1.046.035,20**	**29**	**2.411.721,94**

Fonte: Conab/Sureh

3) A Conab não tem empregados contratados em regime de contratação temporária, ao abrigo da Lei n.º 8.745/93.

4) Serviços Terceirizados

SUREG	Descrição:	2006		2007		2008	
		Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
AM	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	14,5	369.246,49	14,5	645.533,05	18	589.357,39
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	35.231,17	2	37.152,15	2	38.858,04
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	1	36.000,00	1	36.000,00	1	36.000,00
	Estagiários	4	20.254,21	5,0	25.049,55	16	68.233,25
	Total Pessoal Terc. + Estag	**21,5**	**460.731,87**	**22,5**	**743.734,75**	**37**	**732.448,68**
BA/SE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	30	505.618,81	32	514.817,23	32	567.717,16
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	34	10.715,36	31	107.923,29	29	151.306,32
	Estagiários	17	83.873,05	6	73.562,89	22	95.510,34
	Total Pessoal Terc. + Estag	**81**	**600.207,22**	**69**	**696.303,41**	**83**	**814.533,82**
CE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	27	394.068,67	29	417.577,93	27	540.447,41
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	8		11	50.915,16	13	71.389,77
	Total Pessoal Terc. + Estag	**35**	**394.068,67**	**40**	**468.493,09**	**40**	**611.837,18**
ES	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	24	423.722,02	20	418.249,92	20	457.975,18
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	1	61.643,00	1	64.720,00	1	54.220,00
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	30	108.435,42	30	79.753,28	30	138.163,52
	Estagiários	3	14.086,96	3	17.301,14	6	37.741,06
	Total Pessoal Terc. + Estag	**58**	**607.887,40**	**54**	**580.024,34**	**57**	**688.099,76**
GO	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	53	682.747,76	53	1.099.391,98	53	835.294,22
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	21	127.827,11	22	124.235,29	24	147.337,18
	Total Pessoal Terc. + Estag	**74**	**810.574,87**	**75**	**1.223.627,27**	**77**	**982.631,40**
MA	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	19	462.146,77	19	597.388,32	20	657.521,98
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	84.574,80	2	84.574,80	3	96.103,29
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	10	39.428,01	11	43.325,20	15	94.988,86
	Total Pessoal Terc. + Estag	**31**	**586.149,58**	**32**	**725.288,32**	**38**	**848.614,13**
MT	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	27	482.476,80	31	556.277,88	31	529.752,72
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	14	122.418,09	25	167.756,37	29	181.589,16
	Total Pessoal Terc. + Estag	**41**	**604.894,89**	**56**	**724.034,25**	**60**	**711.341,88**
MS	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	15	886.610,35	16	880.143,57	16	967.754,72
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	37	471.437,89	48	669.135,75	36	628.505,64
	Estagiários	21	79.423,83	14	80.339,34	17	93.734,92
	Total Pessoal Terc. + Estag	**73**	**1.437.472,07**	**78**	**1.629.618,66**	**69**	**1.689.995,28**
MG	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	24	591.046,34	29	709.394,68	37	718.938,03
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	1	34.005,88	1	40.167,91	1	48.793,92
	Estagiários	26	145.173,91	21	122.041,93	30	157.635,91
	Total Pessoal Terc. + Estag	**51**	**770.226,13**	**51**	**871.604,52**	**68**	**925.367,86**
PA	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	26	490.268,40	26	492.174,88	25	503.199,86
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	1	25.018,56	2	47.958,72	2	47.958,72
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	7	47.234,11	9	54.914,48	13	74.725,39
	Total Pessoal Terc. + Estag	**34**	**562.521,07**	**37**	**595.048,08**	**40**	**625.883,97**

SUREG	Descrição:	2006		2007		2008	
		Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
PB	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	15	238.005,54	15	257.280,91	17	318.644,39
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		42.099,96		42.099,96		42.099,96
	Estagiários	3	13.445,14	3	22.031,47	7	30.596,08
	Total Pessoal Terc. + Estag	**18**	**293.550,64**	**18**	**321.412,34**	**24**	**391.340,43**
PR	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	18	419.733,28	33	621.372,37	38	845.040,57
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	8	77.316,90	8	55.550,32	8	41.706,58
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	2	22.454,00			8	117.017,99
	Estagiários	18	45.482,90	15	51.085,72	24	95.792,40
	Total Pessoal Terc. + Estag	**46**	**564.987,08**	**56**	**728.008,41**	**78**	**1.099.557,54**
PE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	25	392.232,24	25	369.148,91	25	375.346,90
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	5	17.055,27	3	19.298,98	7	27.440,85
	Total Pessoal Terc. + Estag	**30**	**409.287,51**	**28**	**388.447,89**	**32**	**402.787,75**
PI	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	12	346.199,11	12	364.056,51	12	353.411,09
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	5	68.757,68	30	213.630,03	24	201.325,31
	Estagiários	7	35.593,76	8	48.902,14	10	63.600,19
	Total Pessoal Terc. + Estag	**24**	**450.550,55**	**50**	**626.588,68**	**46**	**618.336,59**
RJ	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	54	1.058.280,47	52	1.086.909,32	52	1.114.357,83
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo		63.856,23		63.530,64		65.530,64
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		12.956,00		5.075,00		14.298,00
	Estagiários	7	40.798,39	4	23.426,18	8	38.426,85
	Total Pessoal Terc. + Estag	**61**	**1.175.891,09**	**56**	**1.178.941,14**	**60**	**1.232.613,32**
RN	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	18	536.069,37	22	711.212,89	24	809.499,56
	Estagiários	5	29.169,85	3	23.800,65	12	53.920,35
	Total Pessoal Terc. + Estag	**23**	**565.239,22**	**25**	**735.013,54**	**36**	**863.419,91**
RS	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	23	444.923,98	25	534.939,55	25	541.403,19
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	4	42.417,36	4	44.976,99	4	46.723,56
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	100	2.052.524,99	110	3.141.947,30	123	3.829.922,26
	Estagiários	7	49.077,50	11	62.098,52	14	58.118,23
	Total Pessoal Terc. + Estag	**134**	**2.588.943,83**	**150**	**3.783.962,36**	**166**	**4.476.167,24**
RO/AC	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	16	265.842,16	16	285.613,24	16	295.361,93
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	30.486,66	2	23.918,08	2	37.899,96
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	24	33.787,83	24	110.761,31	24	53.414,88
	Estagiários	11	61.584,25	10	71.227,59	19	90.860,95
	Total Pessoal Terc. + Estag	**53**	**391.700,90**	**52**	**491.520,22**	**61**	**477.537,72**
SC	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	11	191.786,28	11	215.647,36	11	241.399,36
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	9	38.703,04	9	39.435,21	15	70.484,86
	Total Pessoal Terc. + Estag	**20**	**230.489,32**	**20**	**255.082,57**	**26**	**311.884,22**
SP	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	14	655.091,95	14	813.380,71	14	832.377,55
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	50.915,71	2	50.113,72	2	28.487,87
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		88.405,68		81.774,03		112.042,10
	Estagiários	10	52.597,21	12	60.536,90	13	75.273,54
	Total Pessoal Terc. + Estag	**26**	**847.010,55**	**28**	**1.005.805,36**	**29**	**1.048.181,06**
TO	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	18	373.239,14	18	368.054,31	18	405.541,77
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	12	292.477,04	12	368.387,10	16	206.430,28
	Estagiários	10	61.868,29	10	65.272,73	14	78.219,62
	Total Pessoal Terc. + Estag	**40**	**727.584,47**	**40**	**801.714,14**	**48**	**690.191,67**
MATRIZ	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	77	1.399.067,26	59	1.363.872,25	70	1.345.015,45
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	2	64.423,68	2	28.646,64	2	28.646,64
	Estagiários	62	364.611,21	64	391.739,01	77	422.214,97
	Total Pessoal Terc. + Estag	**141**	**1.828.102,15**	**125**	**1.784.257,90**	**149**	**1.795.877,06**
GERAL	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	543	11.072.353,82	549,50	12.611.224,88	577	13.035.858,70
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	22	471.460,39	23,00	472.495,42	24	457.488,66
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	266	3.874.550,78	311,00	5.636.514,49	318	6.417.466,38
	Estagiários	285	1.489.706,09	279	1.638.296,45	405	2.127.834,73
	Total Pessoal Terc. + Estag	**1115,50**	**16.908.071,08**	**1162,5**	**20.358.531,24**	**1324**	**22.038.648,47**

5) Pessoal requisitado de outros órgãos, com ônus para a Conab

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)
AM	13	232.606,04	14	258.271,03	39	456.065,48
BA	28	419.991,95	27	472.812,60	33	603.029,70
CE	68	1.004.655,59	67	1.117.213,60	57	1.230.521,16
ES	31	756.356,73	33	843.375,53	38	987.274,31
GO	67	1.271.241,53	76	1.454.781,24	106	1.907.449,36
MA	30	360.694,58	28	397.451,56	26	429.469,11
MG	0	0,00	0	0,00	53	420.205,89
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	10	148.703,37	8	166.051,08	14	222.700,43
PA	3	49.794,70	3	55.063,57	3	59.437,02
PB	33	457.981,79	30	511.116,93	81	987.620,15
PE	61	1.172.919,75	70	1.289.147,60	173	2.122.419,35
PI	22	486.120,76	22	473.451,87	34	624.816,73
PR	1	46.110,33	1	50.877,37	1	54.712,54
RJ	61	1.201.904,67	43	1.057.957,34	61	1.300.160,52
RN	12	148.454,29	12	165.468,03	20	252.614,69
RO	4	66.967,53	5	75.704,88	13	148.056,66
RS	12	224.095,07	12	245.708,52	15	300.292,13
SC	2	42.563,72	2	46.624,41	2	50.778,25
SP	4	114.113,12	4	127.855,24	6	143.383,12
TO	2	50.471,90	2	55.127,69	5	74.851,78
Matriz	230	9.798.748,22	264	11.033.032,40	295	12.510.523,08
Total	**694**	**18.054.495,64**	**723**	**19.897.092,49**	**1.075**	**24.886.381,46**

Fonte: Conab/Sureh

6) Pessoal cedido pela Conab, com ônus

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Matriz	227	10.180.560,18	229	11.533.696,73	290	12.987.773,56
Total	**227**	**10.180.560,18**	**229**	**11.533.696,73**	**290**	**12.987.773,56**

Fonte: Conab/Sureh

7) Pessoal cedido pela Conab, sem ônus

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)
CE	3	-	2	-	1	-
ES	2	-	2	-	2	-
GO	4	-	4	-	2	-
MG	1	-	1	-	1	-
PE	3	-	4	-	3	-
RN	0	-	0	-	2	-
SP	1	-	1	-	0	-
Matriz	8	-	0	-	0	-
Total	**22**	**-**	**14**	**-**	**11**	**-**

8) Pessoal envolvido em ações finalísticas e pessoal envolvido em ações de suporte

Sureg	Área Meio		Área Fim	
	Quantidade	Despesa(R$)	Quantidade	Despesa(R$)
AM	57	2.122.580,78	20	443.192,83
BA	84	2.541.922,80	28	912.849,47
CE	118	4.492.181,91	69	2.009.234,54
ES	48	2.224.198,80	39	944.567,00
GO	113	5.146.602,05	119	4.027.029,67
MA	65	2.517.916,94	31	741.822,12
MG	98	4.455.244,88	67	2.583.024,54
MS	50	2.093.342,07	49	1.697.088,48
MT	62	2.170.156,35	50	1.519.758,65
PA	48	2.185.591,86	23	623.787,42
PE	123	4.587.563,17	57	2.227.162,59
PI	92	2.674.839,65	53	1.159.839,04
PR	51	3.062.734,24	65	2.197.214,11
RJ	104	3.481.667,31	31	720.972,26
RN	56	2.382.050,80	35	767.704,09
RO	49	1.624.798,82	26	741.026,37
RS	66	2.640.550,55	40	1.331.663,07
SC	39	1.927.126,11	16	653.724,61
SP	52	2.517.811,63	19	995.677,87
TO	33	1.922.875,35	13	421.028,95
Matriz	431	23.903.612,76	276	19.201.209,73
Total	**1.839**	**80.675.368,83**	**1.126**	**45.919.577,41**

Fonte: Conab/Sureh

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Objetivando a melhoria da gestão, o desenvolvimento de estratégias e o envolvimento da Companhia nas dimensões política, social, ambiental e econômica do país, ampliando suas responsabilidades junto ao desenvolvimento do agronegócio brasileiro, que reserva desafios onde será necessário um novo modelo de gestão pautado no crescimento econômico sustentável e em harmonia com as questões sociais e ambientais, a Conab formulou 10 Programas de Desenvolvimento, conforme segue:

- Conab Futuro: definir novas políticas de atuação que ajudem o mercado e principalmente o pequeno produtor a encontrar um caminho viável e seguro para seu negócio, paralelamente à alternativa de aumento da receita própria da Conab, com consequente redução da sua dependência em relação aos recursos do Tesouro Nacional;
- Gestão Estratégica: pensar no futuro da organização, estudando a necessidade de modificações nos processos, apontadas pelo cenário político e sócio-econômico, interno e externo, preparando estudos que venham permitir estabelecer um redirecionamento dos objetivos estratégicos da Companhia, de forma a realinhá-los conforme as novas orientações da políticas de governança, e do Programa Conab Futuro;
- Câmaras Setoriais e Temáticas: a partir da atuação junto às câmaras setoriais e temáticas, enfatizar seu papel junto ao MAPA e ao setor privado, na concepção condução e execução de políticas públicas direcionadas para o fortalecimento e ampliação da competitividade das cadeias produtivas relacionadas ao agronegócio;
- Responsabilidade Social e Ambiental: buscar a realização de ações voltadas para uma conscientização do corpo funcional sobre o significado e a importância da Responsabilidade Social corporativa e o papel de cada um neste processo. Também, a necessidade de ações voltadas para uma maior internalização da missão e dos valores éticos da Conab junto aos principais parceiros, especialmente fornecedores e produtores rurais;
- Agroenergia: desenvolver estudos, ações, instrumentos e mecanismos que tratem direta ou indiretamente das questões ligadas à bioenergia ou agroenergia, meio-ambiente e sustentabilidade, de modo a contribuir para o desenvolvimento e conhecimento das recentes experiências e pesquisas para a produção e comercialização de cultivares destinados à produção de biocombustíveis e das novas tecnologias;
- Previdência Complementar: objetiva acompanhar, analisar e propor à Diretoria da Companhia, alternativas técnicas e legais pertinentes à modelagem do Saldamento do Plano de Benefícios Conab e do novo plano a ser oferecido aos empregados da patrocinadora;
- Certificação de Unidades Armazenadoras: coordenar, participar e acompanhar os trabalhos do Comitê Técnico Consultivo do Sistema Nacional de Certificação;
- Estudos e Avaliação de Impactos Sociais: avaliar e estudar os impactos sociais das políticas públicas voltadas para a melhoria de renda e abastecimento alimentar;
- Regulamentação dos Instrumentos de Política Agrícola: revisar e atualizar os instrumentos de comercialização, observando os aspectos legais, doutrinários e jurisprudência, com vistas a não geração de demandas judiciais, acompanhando as alterações ocorridas na legislação que afetem, diretamente ou indiretamente, os instrumentos de comercialização;
- Gestão da Segurança da Informação: aperfeiçoar os processos existentes e desenvolver novas ferramentas para segurança das informações da Conab, buscando apoiar as demais áreas na identificação, avaliação e priorização de eventos, prospectando novas tecnologias e ferramentas para aprimorar as atividades e criando na Organização, a consciência de riscos nos processos internos, nos negócios e ações institucionais.

18 – Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Item B do Anexo II da DN-TCU 93/2008.

18.1 – Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. (Item 11 do anexo).

Demonstrativo da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Conselheiros	Conselho		Total
	Administração	Fiscal	
José Sebastião Chaves dos Santos	-	2.067,47	2.067,47
Edilson Guimarães	24.861,18	-	24.861,18
Evanir Valentim de Melo da Mota	-	12.456,36	12.456,36
Guilherme Costa Delgado	24.861,18	-	24.861,18
José Menezes Neto	12.404,82	-	12.404,82
Lauro Cesar de Vasconcelos	-	12.404,82	12.404,82
Lúcia Aida Assis de Lima	-	24.861,18	24.861,18
Maçao Tadano	12.456,36	-	12.456,36
Marcus Vinicius Socio Magalhães	-	12.404,82	12.404,82
Maria das Graças Fontes	24.988,82	-	24.988,82
Maurício Andrade Coura	-	12.456,36	12.456,36
Silas Brasileiro	24.861,18	-	24.861,18
Wagner Gonçalves Rossi	24.861,18	-	24.861,18
Total	**149.294,72**	**76.651,01**	**225.945,73**

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

18.3 – Órgãos e Entidades Patrocinadores de Entidade Fechada de Previdência Complementar (independente da natureza Jurídica.)

Informações sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

A Patrocinadora CONAB, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 e o §2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acordão TCU nº 2.887/2008, 1ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/nº 032/2009).

A referida Auditoria Especial consignou as seguintes conclusões e recomendações:

Das Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas consoante os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Segundo a avaliação da empresa atuária, o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

3. De conformidade com o parecer da empresa de auditoria independente, a HLB Audilink & Cia Auditores, as demonstrações contábeis do exercício de 2007 " representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto", após o exame que compreendeu : a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade;b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; d) revisão do plano de gestão dos recursos, através de indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da entidade, bem como, de verificação e inspeção de documentação comprobatória, quando aplicável, ou outras evidências obtidas no curso dos trabalhos".

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes,

notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar. Entretanto, cabe destacar que o Interventor representante da Secretaria de Previdência Complementar-SPC, não assinou a Carta de Responsabilidade da Administração de que trata a Resolução CFC nº 1.054,/2005, sob alegação de o art. 15 da Instrução SPC nº 14/2007 estabelece que " não será considerada atendida a exigência normativa de apresentação dos relatórios anuais de auditoria independente, se neles houver cláusula que exclua a responsabilidade do auditor por seus trabalhos técnicos."

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

6. A carteira dos investimentos garantidores apresenta-se com perfil que pode ser considerado como conservador, já que 83% dos recursos estão alocados em renda fixa (73% em Letras do Tesouro Nacional LTN e Notas do Tesouro Nacional- NTN).

7. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 16,12%, bem superior, portanto, às metas atuariais (TR + 6% a . a.) e de referência (INPC + 6% a .a.).

8. No exercício sob análise, não houve terceirização da gestão dos ativos financeiros do Instituto.

9. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, que ainda estão em curso.

10. Cumprindo o disposto nas Resoluções CMN 3.121/2003 e 3.456/2007, a entidade procedeu a reavaliação do seu imóvel localizado em Goiânia, cujo valor elevou-se de R$747.075,83 para R$926.000,00, gerando um adicional nos rendimentos de investimentos imobiliários da ordem de R$178.924,17. O resultado da avaliação foi devidamente registrado no exercício, conforme Resolução CGPC 05/2002.

11. A exemplo do exercício anterior, o problema principal da entidade, e que permeou as avaliações atuariais e inúmeras tratativas entre as partes interessadas, reside na questão das insuficiências atuarias (reservas matemáticas a constituir), cujo montante posicionado em 31.12.2007 situou-se no patamar de R$ 432.706.122,22 (R$ 327.516.084,89 em 31.12.2006). A propósito, a SPC determinou o levantamento da intervenção sem o equacionamento das insuficiências atuariais, que se constituiu em um dos motivos que fundamentou o ato.

Das Recomendações

De conformidade com a análise documental e ainda aquilo que nos foi dado a observar, permitimo-nos fazer as seguintes recomendações :

Programa de Investimentos

Na comparação 2007 versus 2008 (até setembro), enquanto o saldo das aplicações expandiu na proporção de 7,57%, os rendimentos médios mensais experimentaram uma queda de 47,85%, evidenciando os efeitos da crise econômica sobre o capital circulante da entidade. Isto se deu com maior gravidade no mercado de ações (renda variável) que, além de neutralizar todos os ganhos obtidos anteriormente no exercício de 2008, apresentou um saldo negativo de R$ 15.861.343,00 em setembro de 2008.

Ao longo dos últimos exercícios os rendimentos imobiliários não alcançaram as expectativas esperadas (exclusive os rendimentos advindo de reavaliações), notadamente os aplicados em fundos de investimentos imobiliários, que atualmente representam 27,50% do total aplicado.

Diante do exposto, recomendamos:

a) que o Cibrius proceda uma avaliação prospectiva e de tendência de sua carteira de renda variável, verificando a viabilidade de manter posição ou estabelecer horizonte temporal para realização de lucros;

b) que o Cibrius proceda uma avaliação do seu portfólio de investimentos imobiliários, especialmente os fundos, verificando a viabilidade de manutenção da posição atual ou perspectiva de migração para outras modalidades no âmbito do programa de investimentos;

c) que as reavaliações de imóveis sejam realizadas, preferencialmente, pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Câmara de Valores Imobiliários.

Estrutura de Custos e Despesas

Caso seja viabilizado o saldamento do atual e constituição de um outro Plano – de Contribuição Variável -, haverá, naturalmente, reflexos na estrutura de custos e despesas da entidade, em decorrência da necessidade de administrações distintas dos dois planos.

Nesse sentido, recomendamos que a entidade promova, desde já, estudos relativos às previsões de aumento nos dispêndios previdenciais e de investimentos, assim como do impacto sobre as contribuições patronais e dos participantes.

Governança Corporativa

Com o levantamento da intervenção e, por conseqüência, a posse dos membros dos órgãos estatutários, as questões relativas à governança corporativa vem tendo maior ênfase no processo de gestão, culminando com a recente iniciativa da entidade na elaboração do Manual de Governança Corporativa, o qual já está em fase final de revisão.

Entretanto, recomendamos que o processo de governança, contemple, entre outros, os seguintes aspectos:

a) os participantes do plano de benefícios, da mesma forma dos sócios das corporações, devem ser cientificados tempestivamente sobre os aspectos relevantes relacionados à gestão do Instituto, por meio de informes claros, objetivos e em linguagem de fácil compreensão para qualquer parte interessada;

b) interagir com a empresa atuária responsável pelo Plano de Benefícios, no sentido de que as Avaliações Atuariais e outros estudos relacionados à espécie, sejam elaborados em linguagem didática mais acessível – inclusive com glossário -, de forma a

facilitar a compreensão das partes interessadas (stakeholders) que, via de regra, não possuem o domínio dos aspectos técnicos que envolvem as questões atuariais;

c) estabelecer regras de procedimentos entre as representações da patrocinada e patrocinadora, nas tratativas sobre as questões do Cibrius, especialmente no que se refere aos aspectos relacionados ao saldamento do atual Plano de Benefícios e criação de um outro de Contribuição Variável – CV.

Todas as tratativas e eventuais questionamentos entre as partes devem ser devidamente formalizados, em vista do momento sensível vivenciado pela entidade em relação às insuficiências atuariais em discussão, ficando a massa de participantes suscetível as mais diversas e incongruentes interpretações.

No contexto da governança corporativa, é natural e, acima de tudo, um direito do participante em acionar o Instituto, no sentido de questionar e /ou obter informações e esclarecimentos a respeito das questões que envolvam o Instituto.

Nesse sentido, recomendamos que o Instituto divulgue procedimentos a serem observados por ocasião das solicitações de informações e esclarecimentos relativos à espécie , sejam devidamente formalizadas de maneira objetiva, identificando claramente o objeto da solicitação. Recebida a solicitação, o Cibrius adotará as seguintes iniciativas:

a) elaborará e encaminhará ao consulente os esclarecimentos devidos;

b) quando se tratar de matéria institucional de interesse coletivo, procederá a divulgação do pedido de informações e/ou esclarecimentos e a resposta oferecida pelo Instituto, de forma a evitar interpretações distorcidas.

O Instituto vem estruturando, ainda que em caráter informal, uma área de compliance, com o objetivo de acompanhar as atividades da gestão, verificando o cumprimento das políticas corporativas e a aderência regulatória, a consistência e padronização dos controles internos e de processos.

Dentro desse contexto, recomendamos que a entidade mantenha atualizada a sua Matriz de Riscos, procedendo avaliações periódicas e formais, objetivando prevenir, minimizar ou eliminar riscos no âmbito dos processos corporativos. As análises conclusivas dessas avaliações deverão ser feitas em reunião conjunta do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Relativamente à atuação dos órgãos estatutários, cabe observar e recomendar o que se segue.

a) ao analisar as Atas relativas às reuniões, verifica-se que, vez por outra, surgem algumas questões que indicam a falta de clareza quanto à delimitação de cada órgão no processo de gestão da entidade, dentro das competências estatutárias prevalecentes. A se manter o status quo, a governança corporativa poderá, eventualmente, ser afetada por eventuais conflitos de competência, gerando reflexos negativos na gestão da entidade.

Nesse sentido, a recomendação é que seja viabilizada reunião conjunta de todos os membros dos órgãos estatutários, de forma a discutir e interpretar as competências estatutárias da cada um no contexto da gestão, dissipando as dúvidas prevalecentes.

b) objetivando uma maior transparência no processo de gestão, os posicionamentos de qualquer membro dos órgãos estatutários (críticas, sugestões, dúvidas, posicionamentos contrários às decisões de qualquer um dos órgãos), quando de

suas reuniões ordinárias e extraordinárias, mesmo que não sejam assuntos de pauta, deverão ser devidamente tomados a termo e consignados em ata.

Ajuizamento de ações relacionadas ao Plano de Benefícios

Constata-se o ajuizamento de um número expressivo de ações judiciais impetradas por empregados em desfavor do Cibrius e/ou Patrocinadora, pleiteando o ingresso no Plano de Benefícios, sob diversas formas, entre estas, o pagamento da jóia pela Patrocinadora, dispensa de pagamento de jóia, entre outras, além da revisão dos benefícios por meio da alteração do indexador de TR para INPC/IBGE. A propósito, torna-se preocupante o aumento de ações judiciais e pleitos administrativos (que deverão, por certo, desembocar em ações judiciais) originárias de empregados anistiados, pleiteando a entrada no Plano de Benefícios sem o pagamento de jóia, ou o pagamento por parte da Patrocinadora.

Dentro desse contexto, recomendamos :

a) que seja ajustado formalmente entre as respectivas áreas jurídicas (patrocinada e patrocinadora) uma espécie de ajuste de procedimentos, no sentido de que, quando do ajuizamento de ações contra a Patrocinadora envolvendo o Plano de Benefícios, o Cibrius seja formal e tempestivamente cientificado, o qual prestará, dentro dos prazos requeridos, as informações à espécie, necessárias à fundamentação da peça contestatória. Mesmo no caso de patrocínio de advogados terceirizados, as tratativas e encaminhamentos deverão ser feitos entre as instituições;

b) que a patrocinada e patrocinadora mantenham entendimentos, no sentido de buscar alternativas para as os problemas relacionados ao ajuizamento de ações para inserção de empregados no plano de benefícios sem o pagamento de jóia e o reajuste de benefícios por meio INPC/IBGE (enquanto o Cibrius, por força contratual, tem os ingressos corrigidos pela TR). Trata-se de uma questão séria e que envolve a responsabilidade, não só do Cibrius, como também da Patrocinadora principal. Dentro desse contexto, uma das alternativas é a agilização da modelagem do plano de saldamento e uma ação conjunta junto aos órgãos competentes, no sentido de aprová-lo o quanto antes, concomitantemente com a criação do Plano de Contribuição Variável – CV.

Elaboração do Plano de Saldamento

Relativamente aos trabalhos de Saldamento do atual Plano BD e constituição do Plano de Contribuição Variável – CV, que estão sendo conduzidos pela empresa GAMA – Consultores Associados, contratada para tal fim, recomendamos o que se segue:

a) que seja elaborado um cronograma detalhado sobre a execução dos trabalhos, referendado pela direção da Patrocinada principal e do Cibrius;

b) que o grupo de trabalho especialmente constituído para o acompanhamento da matéria, elabore e proceda a divulgação de relatórios parciais, dando conta do estágio dos trabalhos e dos eventuais fatores restritivos ao cumprimento do cronograma de execução estabelecido.

19 - Gestão Orçamentária e Financeira

19.1 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, para o exercício de 2008, conforme apresentado no **Quadro 19.01**, monta em R$3,23 bilhões como receita prevista e despesa fixada. Desse total, constata-se como realizado o valor de R$1.380.317.109,14 (equivalendo a 42,71% do total da receita estimada) e R$1.474.025.095,51 (correspondente a 45,61% da despesa fixada), sendo constatado no fim do período o déficit de R$93.707.986,67 conforme segue.

Na execução das receitas, que se classificam em Receita Corrente e Receitas de Capital, destaca-se a realização contabilizada no Grupo Receita Corrente, cujo resultado no fim do exercício foi de R$91.190.476,70, ultrapassando o valor previsto em 6,65%. Esse é composto pela Receita Patrimonial, com valor executado de R$11.097.648,81 (97,41%), pela Receita de Serviços, no valor de R$33.992.974,43 (ultrapassando 57,91%) e por Outras Receitas Correntes, com execução de R$46.099.853,46 (-12,33%).

No Grupo Receitas de Capital foi executado 4,93% (equivalente a R$5.175.960,40) do total de R$105.007.967,00 previsto para o exercício de 2008.

Quanto às despesas, houve maior expressividade no Grupo das Despesas de Capital, cuja execução atingiu o valor de R$663.242.919,11 representando 27,49% de sua previsão (R$2.412.542.977,00) para o exercício de 2008, destacando-se o grupo das inversões financeiras cuja execução foi de R$650.894.825,29 (despesas com aquisições de bens para revenda e outras a essas inerentes).

Nas Despesas Correntes as execuções atingiram percentual de 98,10% sobre o total de R$428.642.564,00 fixado para o exercício. Nessa, o subgrupo pessoal e encargos sociais teve predominância pois representou 70,64% (equivalente a R$420,50 milhões).

A relação apresentada pelo total da realização da receita corrente (R$91.190.476,70) com o total executado em despesa corrente (R$420.504.867,88) foi de déficit no valor de R$329.314.391,18.

Do total de R$3.041.164.809,68 previsto como Repasse da União foi executado o montante de R$1.283.950.672,04 (equivalente a 42,22%).

Quanto às despesas decorrentes dos “Créditos Orçamentários Suplementares Extraordinários”, cujo valor de previsão sendo R$247.324.929,54, para outras despesas correntes e R$ 92.473.385,68 para despesas de capital, seus percentuais de realização giraram em torno de 99,99% e 100,00%, respectivamente (R$247.305.386,52 e R$92.469.039,67).

De um resultado total de R$897.158.363,22 (Receita de R$1.283.950.672,04 menos despesa R$386.792.308,82), excluindo-se o resultado da receita e despesa corrente R$329.314.391.18) e o resultado da receita e despesa de capital (R$661.551.958,71), verificamos o deficit de R$93.707.986,67.

No exercício tem-se por executado da movimentação financeira prevista para 2008 (repasses de R$3.041.164.800,68) o equivalente a 42,22% (R$1.283.950.672,04, discriminados conforme segue:

- 43,26,% (fonte 0160) como Recursos das Operações Oficiais de Crédito (programação financeira para formação dos estoques públicos - produtos do Governo Federal – Estoque Estratégico), no valor de R$555.442.208,03;
- 31,73% (fonte 0100) equivalente a R$407.426.406,12, correspondem às despesas de pessoal e encargos sociais, aquisições de gêneros alimentícios para a agricultura familiar, contribuição previdência privada – Cibrius, cumprimento de sentenças judiciais trabalhistas, recuperação e modernização da rede própria de armazéns, compra direta referente a agricultura familiar, gestão e distribuição de cestas e outras despesas para custeio;
- 18,14% (fonte 153 - operacionalização do PAA), referente à contribuição social sobre o lucro das Pessoas Jurídicas; aquisições de gêneros alimentícios (da agricultura familiar), para composição de cestas às famílias em situação de insegurança alimentar;
- 3,62% (fonte 300) distribuição de gêneros alimentícios às famílias vitimadas por intempérie da natureza ou similar.
- 2,29% (fonte 350) equivalente a R$29.352.288,14 para distribuição de gêneros alimentícios -convênio MDA;
- 0,56% (fonte 0151), para cumprir obrigação relativa à contribuição social;
- 0,12% (fonte176), em cooperação com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária);
- 0,07% (fonte180) apoiar ao FUNCAFÉ (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira);
- 0,06% (fonte113) recurso diretamente arrecadado para atender Plano de Trabalho Anual - PTA ;
- 0,05% (fonte **(3**50) com recursos para atender agricultura familiar;
- 0,04% (fonte 150) apoiar ao FUNCAFÉ (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira);
- 0,01 (fonte 100), para atender o PTA.

Quadro 19.1
Balanço Orçamentário

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	EXERCÍCIO 2008	MÊS Dezembro
ÓRGÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO 22211		
GESTÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO 22211	EMISSÃO Dezembro de 2008	

RECEITA				ANÁL.
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	HORZ/ %
RECEITA CORRENTE	85.500.871,00	91.190.476,70	(5.689.605,70)	106,65
RECEITA PATRIMONIAL	11.392.476,00	11.097.648,81	294.827,19	97,41
RECEITA DE SERVIÇOS	21.527.450,00	33.992.974,43	(12.465.524,43)	157,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.580.945,00	46.099.853,46	6.481.091,54	(12,33)
RECEITAS DE CAPITAL	105.007.967,00	5.175.960,40	99.832.006,60	4,93
ALIENAÇÃO DE BENS	105.007.967,00	5.175.960,40	99.832.006,60	4,93
SUBTOTAL(1)	190.508.838,00	96.366.437,10	94.142.400,90	50,58
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				
REPASSE DA UNIÃO	3.041.164.809,68	1.283.950.672,04	1.757.214.137,64	42,22
SUBTOTAL (2)	3.041.164.809,68	1.283.950.672,04	1.757.214.137,64	42,22
RECEITAS	3.041.164.809,68	1.283.950.672,04	1.757.214.137,64	42,22
TOTAL (1+2)	3.231.673.647,68	1.380.317.109,14	1.851.356.538,54	42,71
DÉFICIT TOTAL	-	93.707.986,67	-	-
TOTAL GERAL	**3.231.673.647,68**	**1.474.025.095,81**	**1.757.648.551,87**	**45,61**

DESPESAS				
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	HOR/ %
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	2.841.185.541,00	1.083.747.786,99	1.757.437.754,01	38,14
DESPESAS CORRENTES	428.642.564,00	**420.504.867,88**	8.137.696,12	98,10
PESSOAL E ENCARGOS SOC.	298.944.625,00	296.896.587,33	2.048.037,67	99,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍV. INT.	-	-	-	-
OUTRAS DESP. CORRENT.	129.697.939,00	123.608.280,55	6.089.658,45	95,30
DESPESAS DE CAPITAL	2.412.542.977,00	**663.242.919,11**	1.749.300.057,89	27,49
INVESTIMENTOS	12.945.000,00	12.348.093,82	596.906,18	95,39
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.399.597.977,00	650.894.825,29	1.748.703.151,71	27,13
DESPESAS DE CAPITAL	3.485.000,00	3.485.000,00	-	
CRÉDITOS ESPECIAIS	3.485.000,00	3.485.000,00	-	100,00
SUBTOTAL (1)	**2.844.670.541,00**	**1.087.232.786,99**	**1.757.437.754,01**	**38,22**
MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO SUPLEMENTAR	339.798.315,22	339.774.426,19	23.889,03	99,99
DESPESAS CORRENTES	247.324.929,54	**247.305.386,52**	19.543,02	99,99
OUTRAS DEPESAS CORRENTE	247.324.929,54	247.305.386,52	19.543,02	99,99
DESPESAS DE CAPITAL	92.473.385,68	**92.469.039,67**	4.346,01	100,00
INVESTIMENTO	3.229.240,00	3.229.240,00	-	100,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	89.244.145,68	89.239.799,67	4.346,01	100,00
CRÉDITO ESPECIAIS	500.000,00	500.000,00	-	100,00
OUTRAS DEPESAS CORRENTE	500.000,00	500.000,00	-	100,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	46.524.791,46	46.517.882,63	6.908,83	99,99
DESPESAS CORRENTE	46.524.791,46	46.517.882,63	6.908,83	99,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	46.524.791,46	46.517.882,63	6.908,83	99,99
SUBTOTAL (2)	386.823.106,68	386.792.308,82	30.797,86	99,99
TOTAL(1+2)	3.231.493.647,68	1.474.025.095,81	1.757.468.551,87	45,61
SUPERÁVIT TOTAL		-	-	-
TOTAL GERAL	**3.231.493.647,68**	**1.474.025.095,81**	**1.757.468.551,87**	**45,61**

Fonte: Siafi

19.2 - Atividades Desenvolvidas pela Conab

As atividades desenvolvidas em 2008, tanto as caracterizadas como atividades-meio ou finalísticas, estão inseridas em uma ou mais Ações do Plano Plurianual – PPA, e a execução da despesa, por tipo de operação e por atividade, está detalhada no Quadro 19.02. As despesas contabilizadas nas Operações Governamentais, que incluem, entre outras, as operações de venda de mercadorias vinculadas às AGFs e aos Contratos Públicos de Opção de Venda, representaram 69,65% da despesa total. O maior reflexo, sobre o total de R$1.474.025.095,81 executado no exercício, ficou por conta das despesas inerentes às Atividades Próprias em Unidades Administrativas com 28,26% (R$416.522.686,45), que representam gastos com pessoal e manutenção da Matriz, da sede das Suregs e das diversas unidades operacionais. Nas Operações Governamentais esse ficou por conta do Mercado de Opções com 22,53% (R$332.097.793,07), seguido das Unidades Estoque Regulador com 21,92% (R$323.052.193,95).

Quadro 19.2
Demonstração da Execução da Despesa Orçamentária Por Operações e Atividades

Operação e Atividade	Valor (R$)	(%)
Operações Governamentais	**1.026.678.911,55**	**69,65**
Mercado de Opções	332.097.793,07	22,53
Unidades de Estoques Estratégicos	229.078.864,17	15,54
Unidades de Estoques Reguladores -PGPM	323.052.193,95	21,92
Unidades Programas Aquisição de Alimentos	142.450.060,36	9,66
Atividades Próprias	**447.346.184,26**	**30,25**
Unidades de Armazenagem - UA	30.823.497,81	2,09
Unidades Administrativas	416.522.686,45	28,26
Total Geral da Conab	**1.474.025.095,81**	**100,00**

Fonte: SIAFI

19.3 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Essa demonstração se destina a evidenciar contabilmente a composição do resultado formado durante o exercício de 2008, em seus vários níveis, e, para efeito prático, está dividido em dois quadros específicos. O primeiro, apresenta a evolução das receitas e despesas e do resultado líquido apurado no final do exercício social em comparação com os dos dois últimos exercícios anteriores, e o segundo, a composição do total nos dois grupos de atividades-próprias e governamentais.

19.3.1 - Resultado Comparado

O quadro a seguir demonstra a evolução do resultado do exercício da Companhia no exercício de 2008, a partir do ano de 2006, discriminando os principais itens que o compõe e sua participação relativa no conjunto. Esse quadro reflete todos os procedimentos determinantes para o encerramento do balanço do período em questão.

Quadro 19.3
Resumo Consolidado das Demonstrações do Resultado dos Exercícios 2006/2007/2008

Tipo	CONAB Dezembro/08	Análise H. (%)	Análise V. (%)	CONAB Dezembro/07	Análise H. (%)	Análise V. (%)	CONAB Dezembro/06	Análise V. (%)
RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	762.851.178,19	(13,83)	103,93	885.254.485,91	15,34	106,37	**767.486.699,22**	102,76
(-) DEDUÇÕES RECEITAS VENDAS E SERVIÇOS	(28.844.551,32)	(45,57)	(3,93)	(52.989.769,98)	156,72	(6,37)	-20.640.892,75	(2,76)
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS E SERVIÇOS	**734.006.626,87**	(11,81)	100,00	**832.264.715,93**	11,44	100,00	**746.845.806,47**	100,00
*CUSTOS LÍQUIDOS DAS VENDAS E SERVIÇOS-CLVS	(688.986.318,66)	(12,67)	(93,87)	(788.940.941,04)	7,09	(94,79)	-736.726.142,39	(98,65)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**45.020.308,21**	3,92	6,13	**43.323.774,89**	328,11	5,21	**10.119.664,08**	1,35
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**(445.774.018,10)**	11,27	(60,73)	**(400.641.069,22)**	9,99	(48,14)	**(364.246.109,98)**	(48,77)
DESPESAS DE PESSOAL	(277.573.755,22)	16,23	(37,82)	(238.811.054,50)	6,24	(28,69)	-224.786.539,47	(30,10)
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(168.200.262,88)	3,94	(22,92)	(161.830.014,72)	16,04	(19,44)	-139.459.570,51	(18,67)
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	**421.986.224,26**	8,21	57,49	**389.966.577,50**	9,82	46,86	**355.106.713,49**	47,55
TRANSFERENCIA DA UNIÃO	352.841.990,86	8,08	48,07	326.459.602,75	11,47	39,23	292.855.053,20	39,21
OUTRAS REC. OPERAC. DIV.	69.144.233,40	8,88	9,42	63.506.974,75	2,02	7,63	62.251.660,29	8,34
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**7.546.091,05**	(1.796,30)	1,03	(444.856,64)	42,49	(0,05)	**-312.194,58**	(0,04)
RESULTADOANTES DO IMPOSTO DE RENDA	**28.778.605,42**	(10,64)	3,92	**32.204.426,53**	**4.720,50**	3,87	**668.073,01**	0,09
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-	-	-	(2.048.811,50)	-	(0,25)	-	-
PROVISÃO P/CONTRBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO	-	(100,00)	-	(757.922,27)	-	(0,09)	-2.139,13	(0,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**28.778.605,42**	**(2,11)**	**3,77**	**29.397.692,76**	**4.314,51**	**3,53**	**665.933,88**	**0,09**
TOTAL DAS RECEITAS	1.213.616.007,87	(7,18)	159,09	1.307.425.489,94	16,40	157,09	1.123.261.485,72	150,40
TOTAL DE DESPESAS E DEDUÇÕES	(1.163.604.888,08)	(6,51)	(152,53)	(1.244.620.591,74)	10,97	(149,55)	(1.121.613.145,12)	(150,18)

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon
(*) Lucro bruto operacional, despesa operacional, receitas operacionais diversas e movimentação interna

19.3.2 - Resultado por Atividades

Apenas para efeito de demonstração em nível de Relatório, o quadro a seguir foi elaborado a partir do princípio de Atividades Próprias e de Programas Governamentais. Na prática, porém, elas se entrelaçam, e os custos de uma atividade acabam se sobrepondo ao da outra.

O resultado, apresentado no ano de 2008, foi positivo em R$28.778.605,13. Esse superávit compreende os totais de R$20.004.609,18 das Operações Governamentais e R$8.773.995,95 das Atividades Próprias, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 19.4
Resultado Sintético por Atividades/Operações

Tipo	Atividades Próprias	Análise Horiz.	Análise Vertic.	Atividades Governamentais	Análise Horiz.	Análise Vertic.	CONAB Dezembro/08	Análise Vertic.
RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	35.706.572,72	4,68	115,61	727.144.605,47	95,32	103,42	762.851.178,19	103,93
(-) DEDUÇÕES RECEITAS VENDAS E SERVIÇOS	(4.820.366,47)	16,71	(15,61)	(24.024.184,85)	83,29	(3,42)	(28.844.551,32)	(3,93)
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS E SERVIÇOS	**30.886.206,25**	4,21	**100,13**	**703.120.420,62**	95,79	**100,00**	**734.006.626,87**	**100,00**
CUSTOS LÍQUIDOS DAS VENDAS E SERVIÇOS	(40.274,16)	0,01	(0,13)	(688.946.044,50)	99,99	(97,98)	(688.986.318,66)	(93,87)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**30.845.932,09**	68,52	99,87	**14.174.376,12**	31,48	2,02	**45.020.308,21**	6,13
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**(420.848.901,35)**	94,41	(1.362,58)	**(24.925.116,75)**	5,59	(3,54)	**(445.774.018,10)**	**(60,73)**
DESPESAS DE PESSOAL	(277.573.755,22)	100,00	(898,70)	-	-	-	(277.573.755,22)	(37,82)
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(143.275.146,13)	85,18	(463,88)	(24.925.116,75)	14,82	(3,54)	(168.200.262,88)	(22,92)
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	**391.230.874,16**	92,71	1.266,68	**30.755.349,81**	7,29	4,37	**421.986.223,97**	**57,49**
TRANSFERENCIA DA UNIÃO	333.017.510,45	94,38	1.078,21	19.824.480,41	5,62	2,82	352.841.990,86	48,07
OUTRAS REC. OPERAC. DIV.	58.213.363,71	84,19	188,48	10.930.869,40	15,81	1,55	69.144.233,11	9,42
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**7.546.091,05**	100,00	24,43	-	-	-	7.546.091,05	1,03
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RANDA	8.773.995,95	30,49	28,41	**20.004.609,18**	69,51	2,85	28.778.605,13	3,92
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-	-	-	-	-	2,85	-	-
PROVISÃO PARA CONTRBUIÇÃO SINDICAL		-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**8.773.995,95**	**30,49**	**28,41**	**20.004.609,18**	**69,51**	**2,85**	**28.778.605,13**	**3,92**
TOTAL DAS RECEITAS	434.483.537,93	35,80	1.406,72	757.899.955,28	62,45	107,79	1.213.616.007,29	165,34
TOTAL DE DESPESAS E DEDUÇÕES	(425.709.541,98)	36,59	(1.378,32)	(737.895.346,10)	63,41	(104,95)	(1.163.604.888,08)	(158,53)

Fonte: Conab/Diafi/Gecon/Econt
(*) lucro bruto operacional, despesa operacional, receitas operacionais diversas e movimentação interna.

19.4 - Despesas Comerciais e Administrativas

Por serem significativas no contexto das despesas gerais da Companhia, e por representarem um grupo de gastos suscetíveis de cortes e contingenciamento na execução das programações orçamentárias anuais, as despesas comerciais e administrativas foram agrupadas num quadro comparativo envolvendo os períodos de 2008, 2007 e 2006, a seguir especificados:

Quadro 19.5
Despesa Acumulada-Comerciais e Administrativas

(R$ mil)

Natureza	Até Dez/08	Anál. H. (%)	Anál. V. (%)	Até Dez/07	Anál. H. (%)	Anál. V. (%)	Até dez/06	Anál. V. (%)
Iptu, Icms,Taxa,Cpmf,Contr.Prev.,Obrig.Patr. e Outros	**16.964,46**	(38,97)	**10,09**	27.799,11	108,17	17,18	13.354,08	9,58
Baixas, Fornec.,Repos.de Dív.Perdas e Créd. a L/P	**24.271,50**	129,62	**14,43**	10.570,26	55,84	6,53	6.782,94	4,86
Compl. e Contrib.da Prev.Priv. e Patron.Cibrius	**22.931,92**	6,09	13,63	21.615,98	7,75	13,36	20.061,88	14,39
Vigilância Ostensiva	**11.491,40**	3,38	6,83	11.115,21	8,59	6,87	10.235,56	7,34
Progr. das Nac.Unidas p/o Desenv. Trasnf. p/ Ex. Penud	**12.420,31**	(8,20)	7,38	13.529,83	(12,91)	8,36	15.535,45	11,14
Serviços de Energia Elétrica	**6.904,40**	(8,77)	4,10	7.567,80	4,30	4,68	7.255,99	5,20
Gêneros de Alimentação e PAT	**16.619,22**	18,06	9,88	14.077,27	11,17	8,70	12.663,29	9,08
Mat.e Ser. Hosp, Méd. e Periciais	**14.743,33**	29,45	8,77	11.389,31	(3,85)	7,04	11.845,95	8,49
Vales e Transportes	**1.057,95**	(36,15)	0,63	1.657,03	28,97	1,02	1.284,77	0,92
Serviços de Telecomunicações	**3.434,25**	16,25	2,04	2.954,32	(0,81)	1,83	2.978,54	2,14
Diárias no País, Ext., Hospedag.e Colab. Eventuais	**5.532,42**	13,39	3,29	4.879,11	2,33	3,01	4.768,11	3,42
Locação e Mat .p\Manut. de Bens Imóveis	**3.899,48**	4,81	2,32	3.720,70	(9,86)	2,30	4.127,89	2,96
Seguros em Geral	**3.169,89**	(2,86)	1,88	3.263,06	39,66	2,02	2.336,36	1,68
Mat.de Limpeza e Prod de Higieniz	**2.773,50**	3,82	1,65	2.671,35	15,79	1,65	2.306,97	1,65
Capatazia, Estiva e Pesagem	**6.516,48**	23,29	3,87	5.285,30	137,67	3,27	2.223,78	1,59
Passagens e Despesas com Locomoção	**3.373,22**	14,72	2,01	2.940,33	(1,40)	1,82	2.982,21	2,14
Mat.de Expediente e de Proc. de Dados	**1.779,04**	10,85	1,06	1.604,88	30,36	0,99	1.231,14	0,88
Serviços Técnicos Profissionais	**2.178,75**	5,40	1,30	2.067,14	(3,76)	1,28	2.148,01	1,54
Combust.e Lubrif. Automotível e p/Outras Finalidades	**3.002,34**	29,37	1,78	2.320,70	1,27	1,43	2.291,65	1,64
Material de Consumo Imediato	**13,13**	342,41	0,01	2,97	659,23	0,00	0,39	0,00
Aquisições de Bens para Revenda	**33,69**	(41,07)	0,02	57,17	(10,00)	0,04	63,52	0,05
Serviços de Água e Esgoto	**1.010,37**	13,46	0,60	890,53	(7,55)	0,55	963,25	0,69
Restos a Pagar	**-**	-	-	-	-	-	1.588,59	1,14
Loc., Manut. e Conservação de Equipam	**1.731,14**	(1,23)	1,03	1.752,65	(9,85)	1,08	1.944,11	1,39
Serv. e Mat. para Comunicações	**1.196,61**	156,67	0,71	466,20	(63,14)	0,29	1.264,82	0,91
Fretes e Transp. de Encomendas,Estacionamento	**6.718,33**	24,86	3,99	5.380,69	0,32	3,32	5.363,32	3,85
Serv.de Apoio Adm.Téc. e Operacional	**375,18**	(2,49)	0,22	384,77	(6,30)	0,24	410,63	0,29
Serviços Judiciários	**660,04**	14,91	0,39	574,40	16,72	0,35	492,10	0,35
Material p\Manutenção de Veículos	**734,20**	(27,14)	0,44	1.007,68	32,47	0,62	760,69	0,55
Serviço de Apoio ao Ensino	**2.127,83**	21,66	1,27	1.748,96	10,28	1,08	1.585,86	1,14
Gás Engarrafado e Mat/Químico	**1.148,88**	13,95	0,68	1.008,19	(32,70)	0,62	1.498,09	1,07
Aquisição, Manutenção e Locação de Software	**291,89**	(25,59)	0,17	392,25	(3,96)	0,24	408,43	0,29
Multas, Juros e Encarg. Financ. Indedutíveis	**10,96**	(82,88)	0,01	64,02	154,15	0,04	25,19	0,02
Condomínio	**712,01**	36,06	0,42	523,31	2,16	0,32	512,25	0,37
Mat. Elétrico,Protção, Segurança	**1.073,53**	2,83	0,64	1.043,96	201,96	0,65	345,73	0,25
Serv.de Cóp., Reprod.de Doc.e Teleprocessamento	**28,90**	(88,64)	0,02	254,45	(14,90)	0,16	299,00	0,21
Locação e Mat. p\Manut. de Bens Móveis	**388,30**	12,74	0,23	344,41	6,37	0,21	323,79	0,23
Mat.Téc. e Serviço de Seleção e Treinamento	**1.251,08**	72,65	0,74	724,63	28,73	0,45	562,92	0,40
Comissões e Corretagens	**750,31**	(6,30)	0,45	800,80	66,62	0,49	480,61	0,34
Serv., Mat. P/Utiliz. em Gráfica	**410,36**	(0,32)	0,24	411,69	(4,06)	0,25	429,13	0,31
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	**185,63**	44,99	0,11	128,03	37,22	0,08	93,30	0,07
Materiais de Consumo,Outros - Pagto. Antecipado	**(3.280,55)**	(979,50)	(1,95)	373,00	(120,16)	0,23	(1.850,15)	(1,33)
Mat.Odontológico, Farmac. e Hospitalar	**108,19**	4,48	0,06	103,55	78,32	0,06	58,07	0,04
Outros Serv. Terc. PJ - Pgto.Antecipado	**(23,75)**	-	(0,01)	6,35	-	0,00	-	-
Serviços Bancários	**248,44**	4.790,06	0,15	5,08	52,70	0,00	3,33	0,00
Classificação de Produtos	**155,19**	(49,05)	0,09	304,57	(0,82)	0,19	307,08	0,22
Mat. e Serv. de Cama, Mesa, Copa, Coz.e Doméstico	**111,12**	30,46	0,07	85,18	(18,18)	0,05	104,10	0,07
Exposições, Congressos e Conferências	**204,47**	33,05	0,12	153,67	(54,67)	0,09	339,00	0,24
Unifor., Tecidos e Aviamen. e Band., Flâ.e Insígnias	**159,11**	288,55	0,09	40,95	(55,48)	0,03	91,99	0,07
Serv. de Anál. e Pesq. Científica	**33,32**	14,43	0,02	29,12	(8,31)	0,02	31,76	0,02
Mat., Confec. de Acondicion. e Embalagens	**994,24**	232,54	0,59	298,98	74,71	0,18	171,13	0,12
Serv. e Mat. p\Áudio, Vídeo e Foto	**39,77**	167,86	0,02	14,85	(66,39)	0,01	44,17	0,03
Outros Serv; de Terc. PF-Pagto.Antecipado	5,80	(100,09)	0,00	(6.219,85)	(283.465,91)	(3,84)	2,19	0,00
Ferramentas e Mat. de Sinaliz. Visual	**31,64**	44,33	0,02	21,92	35,86	0,01	16,14	0,01
Sementes Plantas e Insumos	**4,62**	315,76	0,00	1,11	(42,74)	0,00	1,94	0,00
Armazenagem	**1.306,95**	(52,98)	0,78	2.779,31	342,08	1,72	628,69	0,45
Outros Serviços/ Pagto. Antecipado	(8.971,68)	-	(5,33)	-	(100,00)	-	(770,60)	(0,55)
Jur.da Dív.Contr.c/Inst.Financ e não Financ.At.Monet.	**(7.203,53)**	-	(4,28)	(6.016,58)	5,77	(3,72)	(5.688,22)	(4,08)
Mat. Bibliográfico não Imobilizável	**59,68**	175,39	0,04	21,67	53,31	0,01	14,14	0,01
Serviços de Telefonia Móvel – Celular	0,16	-	0,00	-	-	-	-	-
Obras Instalações e Imóveis	**-**	-	-	-	-	-	1,78	0,00
Material para Reabilitação Profissional	0,22	-	0,00	-	-	-	0,80	0,00
Transferência a Inst. Privada s/Fins Lucrativos	-	(100,00)	-	162,94	-	0,10	113,19	0,08
Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	126,84	-	0,08	-	-	-	1,50	0,00
Serv. de Conserv. e Rebenef. de Mercadoria	68,08	823,00	0,04	7,38	12,00	0,00	6,59	0,00
Serviços de Publicidade Institucionall	87,75	(86,21)	0,05	636,44	-	0,39	-	-
Serv. de Contr. Ambiental, Conserv.de Estradas	3,99	(61,29)	0,00	10,30	-	0,01	-	-
Serviços Funerários	2,31	-	0,00	-	(100,00)	-	0,65	0,00
Honorários Advocatícios-Ônus da Sucumbências	5,80	(88,77)	0,00	51,63	-	0,03	-	-
Tributos a Conta do Locatário	1,50	-	-	-	-	-	-	-
Patrocínio,Vistos Consulares., Tx de Adm	3,20	1.585,21	0,00	0,19	-	0,00	-	-
Perícia Técnica - Justiça Gratuíta	1,14	(76,73)	0,00	4,90	-	0,00	-	-
Desincorporação de Passivos p/ Retificação	-	(100,00)	-	(37,08)	-	(0,02)	-	-
TOTAL	**168.200,26**	**3,94**	**100,00**	**161.830,01**	**16,04**	**100,00**	**139.459,57**	**100,00**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Uma rápida análise deste Quadro mostra que o custo registrou, na rubrica em epígrafe, um acréscimo em torno de 3,94% em relação ao total apresentado no mesmo período de 2007, passando de R$161,83 milhões para R$168,20 milhões.

Verifica-se, no Quadro Resultado Sintético por Atividades/Operações **(19.04),** que o grupo em questão no exercício absorveu 22,92% do total da receita líquida de vendas e serviços (R$734.006.626,87) obtidas no exercício de 2008. No mesmo período de 2007 essa participação foi de 19,44% do total de R$832.264.715,93 (receita líquida alcançada) e, em 2006, foi de 18,67% do total de R$ 746.845.806,47.

Nas Despesas Comerciais e Administrativas (quadro n.º 19.5) também se destacam os maiores percentuais de participação que giraram em torno de 14,43%, 13,63%, 10,09%, 9,88%, 8,77% e 7,38%, referentes aos dispêndios correspondentes a Outras Despesas Operacionais, Contribuições a Entidades Fechadas (Cibrius), Obrigações Tributárias Contributivas, Gêneros de Alimentação (Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT), Material e Serviços Hospitalares, Médicos e Periciais e Programação das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Transferências para o Exterior), que, juntas, contribuíram com aproximadamente 64,18% para o resultado total de R$168.200.262,88, registrado no exercício de 2008.

Nesse grupo, as maiores variações ocorridas do exercício 2007 para o de 2008 ficaram por conta das seguintes despesas: Obrigações Tributárias e Contributivas com 24,27 milhões (129,62%), passando de R$10,57 milhões para R$24,27 milhões; Materiais e Serviços Hospitalares, Médicos e Periciais com R$14,74 milhões (crescimento de 29,45%), Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT /Gêneros de Alimentação com R$16,62 milhões (18,06%), passando de R$14,08 milhões para R$16.62 milhões, Fretes e Transportes de Encomendas com crescimento de 24,86% (passando de R$5,38 milhões para R$6,72milhões) e Capatazia Estiva e Pesagem R$6,52 milhões (23,29%), passando de R$5,29 milhões para R$6,52.

As demais contas contábeis que compõem o resultado do período serão analisadas mais detalhadamente nos resultados específicos, por unidades orgânicas.

19.5 - Resultado das Superintendências Regionais

19.5.1 - Demonstração do Resultado, por Suregs e Matriz

Essa demonstração contábil reflete a composição do resultado obtido pelas Superintendências Regionais e pela Matriz, no exercício de 2008, conforme o **Quadro 19.6** Demonstrativos do Resultado das Suregs e Matriz.

O quadro mostra, também, o resultado econômico acumulado no fim do exercício, em seus vários níveis e por superintendências, exceto as unidades dos estoques estratégico, regulador, mercado de opções e programa aquisição de alimentos. A Conab encerrou o seu exercício social com um superávit de R$8.773,98.

19.5.2 - Receitas de Vendas e Serviços

Nessas receitas, decorrentes das vendas de produtos e serviços prestados pela Companhia, o Quadro em questão especifica a participação das Superintendências para o resultado superavitário de R$8,77 milhões, sendo evidenciadas as Suregs da BA, PE, RN e TO seguidas pela Matriz, pois contribuíram com apenas 0,5% (R$29,44 mil) para o total da receita em epígrafe (de R$35,68 milhões) e 0,05% sobre a receita líquida (de R$30,89 milhões) obtida no ano de 2008. Já as Suregs PR (com 42,55%), RS (com 17,21%), GO (com 15,27%), MG (com 11,34%) e MS (com 6,96%) totalizaram o montante de R$26,68 milhões, equivalente a 94,56% dessa receita, e conseguiram cobrir o baixo índice apresentado pelas supramencionadas e demais Suregs. Esses percentuais tiveram por base a receita líquida na coluna “D”.

19.5.3 - Receitas Líquidas

Essa é resultante da diferença apresentada entre as receitas de vendas e serviços (R$35.706.572,72) e as deduções que incidem sobre elas (R$4.820.366,47), como ICMS, PASEP, COFINS e ISS, resultando no saldo de R$30.886.206,25.

Os montantes apresentados no encerramento de 2008 demonstram, para o total das 21 Superintendências Regionais e da Matriz, que as 5 Suregs mencionadas do item anterior, juntas, contribuíram com 81,82% para o saldo em questão, conforme segue: PR com 36,51%, RS com 14,92%; GO com 13,29%, MG com 10,14% e MS com 6,96%, equivalentes ao total de R$25,27 milhões.

19.5.4 - Custos e Despesas Operacionais

Os primeiros representam os custos líquidos de vendas de produtos (CMV) e serviços, arredondamento e cancelamentos, enquanto as despesas operacionais decorrem das despesas de pessoal, comercial e administrativa.

Em Despesa de Pessoal são agrupados os dispêndios que interferem nos cálculos para os vencimentos e vantagens fixas (salários, adicionais, gratificações, provisões e outros), obrigações patronais (FGTS, INSS, encargos sociais e outros), outras despesas variáveis (indenizações trabalhistas, auxílios e outros), sentenças judiciais e depósitos compulsórios.

As Despesas Comerciais e Administrativas agrupam as despesas/receitas financeiras (juros da dívida com instituições financeiras, atualizações e variações monetárias cambiais não-financeiras, títulos de emissão de Instituições Financeiras Federais e outros); contribuições a entidades fechadas de previdência, material de consumo (diversas); diárias; passagens e despesas com locomoção (diversas); outros serviços de terceiros, pessoa física e jurídica (diversas); locação de mão-de-obra; obrigações tributárias e contributivas (diversas); obras, instalações e imóveis; aquisições de bens para revenda (diversas) e outras despesas operacionais (créditos diversos a receber, adiantamentos recebidos, perdas diversas, sobras, ajustes financeiros ou não, depreciações, alienações e outros).

Os custos e as despesas operacionais apresentaram o montante de R$420.889.901,35 representado pelo total dos saldos de R$40.274,16 – Custos, R$277.573.755,22 - Pessoal e R$143.275.146,13 – Comercial e Administrativa.

As maiores participações para o resultado de R$420,89 milhões foram: a Matriz com 32,06% (R$134,94 milhões); seguida das Suregs de GO com 7,35% (R$30,93 milhões); PE com 6,30% (R$26,50 milhões); CE com 5,17% (R$21,78 milhões) e MG com 4,78% (R$20,13 milhões), perfazendo o total de R$234,28 milhões, equivalente a aproximadamente 55,66%.

No caso da receita líquida ser tomada por base, os custos e despesas operacionais no montante da Matriz (R$134,94 milhões) ultrapassou o total dessa receita (R$30,89 milhões) em 436,90%. Já as Suregs GO, PE CE e MG ultrapassaram suas respectivas receitas em 753,43%, 563.697,35%, 6.493,94% e 642,70%, respectivamente. No cômputo geral, as despesas em epígrafe (R$420,89 milhões) ultrapassaram as receitas líquidas em 1.362,71%.

É válido mencionar que essas despesas são parcialmente subvencionadas com repasses do Governo Federal, inclusos no grupo Receitas Operacionais Diversas.

19.5.5 - Receitas Operacionais Diversas

Destacam-se nesse grupo as transferências financeiras (repasses), que representaram 85,12% (R$333.017.510,45) do resultado total de R$391.230.874,16 registrado nessa rubrica; quanto aos 14,88% restantes representam multas, juros de mora, indenizações e restituições auferidas, receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários (dividendos) e receitas diversas.

Do saldo de R$333,02 milhões registrados na rubrica Transferências Financeiras, os valores que apresentaram maior expressividade foram os da Matriz com aproximadamente 34,62%, correspondendo a R$115,31 milhões, seguido dos estados de PE (com 7,17%), de GO (com 7,06%), do CE (5,95%) e de MG (com 4,35%).

O resultado da receita em epígrafe (R$391,23 milhões) ultrapassou em 1.166,62% o total de R$30,89 milhões apresentado na receita líquida (tomada por base).

19.5.6 - Resultado Não-Operacional

Esse resultado provém da diferença entre as receitas e despesas oriundas de atos e fatos contábeis ocorridos na Companhia, mas que não coadunam com as suas atividades-fim (alienações de bens móveis e bens imóveis, reversões de suas depreciações, desincorporações de ativos, baixas, doações, perdas e aquisições de bens móveis e imóveis)

Esse grupo de contas apresentou resultado negativo em R$7.546.091,05.

19.5.7 - Resultado Econômico

Esse resultado diz respeito à situação final que as Suregs e a Matriz apresentaram no fim do exercício, demonstrado no **Quadro 19.06**, ou seja, a diferença entre o montante das receitas obtidas (somatórios das colunas “B“, “I” e “L”) e o das despesas efetuadas (somatórios das colunas “C”, “E”, “G”, “H”e “L”), ambas no mesmo período.

A (coluna “M”), do quadro supramencionado, demonstra que as Suregs e a Matriz, em sua totalização, apresentaram superávit de R$8,77 milhões. Apenas a Matriz (com R$30,75 milhões) e quatro das 21 Suregs existentes (ES, MA, PR e RJ) encerraram o exercício com superávit (R$145,39 mil, R$1,52 milhões, R$9,32 milhões e R$2,15 milhões, respectivamente), cobrindo os déficits resultantes das demais.

19.5.8 - Relação Receita Total/Despesa Total

Essa relação se refere à proporcionalidade existente entre o total das receitas obtidas pelo total das despesas realizadas. Os indicadores dessa relação (coluna “M”), mostram que apenas a Matriz (R$1,23) e as quatro Suregs supramencionadas obtiveram receitas suficientes para suprirem as despesas efetuadas (RJ 1,16, MA 1,14, PR 1,43 e ES 1,01). No cômputo geral, esse indicador foi de R$1,02, face o reflexo dos resultados (déficit) apresentados pelas demais unidades. No período ora analisado, a Conab possuía apenas R$1,02 de receita para honrar cada R$1,00 de despesa contraída.

Quadro 19.06
Demonstrativo do Resultado das Suregs, UA-Brasília e Matriz
Até Dezembro / 2007

Em Mil

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
	Receitas	Deduções	Receita	Custos	Lucro	Despesas Operacionais (-)		Receita	Movimentação	Resultado	Resultado	Resultado	Relação
SUREG'S	Vendas e Serviços	(-)	Líquida	(-)	Bruto	Pessoal	Comercial e Administrativas	Operacional Diversas	Interna	Operacional	Não Operacional	Econômico	Rec.Total / Desp. Total
AM	20,24	-2,88	17,36	0,00	17,36	-5.225,15	-2.771,67	6.037,85	1.121,51	-820,09	139,18	-1.802,42	0,77
BA	11,42	-1,58	9,85	0,00	9,85	-7.759,40	-4.097,11	8.659,02	4.487,37	1.299,73	81,69	-3.105,95	0,74
CE	385,34	-49,99	335,35	0,00	335,35	-13.773,73	-8.003,91	19.991,22	3.475,26	2.024,19	429,87	-1.021,19	0,95
ES	**1.089,02**	**-154,82**	**934,19**	**0,00**	**934,19**	**-7.522,96**	**-2.755,76**	**9.489,73**	**1.051,74**	**1.196,95**	**0,17**	**145,39**	**1,01**
GO	4.715,20	-609,62	4.105,58	-40,53	4.065,05	-18.948,41	-11.943,80	23.429,23	-760,55	-4.158,48	-1.064,94	-4.462,87	0,86
MA	**992,01**	**-141,26**	**850,75**	**0,00**	**850,75**	**-6.587,77**	**-4.538,65**	**8.422,28**	**2.278,40**	**425,02**	**3.376,22**	**1.522,84**	**1,14**
MT	1.784,20	-246,41	1.537,79	0,00	1.537,79	-7.505,04	-5.898,91	9.469,85	2.215,98	-180,34	48,00	-2.348,32	0,83
MS	2.526,75	-378,54	2.148,21	0,00	2.148,21	-6.508,10	-5.827,79	7.926,01	1.564,27	-697,41	10,68	-2.250,99	0,82
MG	3.502,67	-371,33	3.131,34	0,00	3.131,34	-12.570,80	-7.554,44	14.888,62	-5.071,71	-7.176,98	222,72	-1.882,55	0,91
PA	127,29	-18,00	109,29	0,25	109,55	-5.037,69	-2.437,92	5.534,86	1.200,34	-630,88	38,37	-1.792,84	0,76
PB	120,83	-17,17	103,65	0,00	103,65	-7.056,57	-2.881,11	8.153,24	1.270,69	-410,10	30,30	-1.650,49	0,83
PR	**13.143,09**	**-1.866,59**	**11.276,50**	**0,00**	**11.276,50**	**-10.573,58**	**-9.076,27**	**12.763,79**	**-5.923,09**	**-1.532,66**	**4.929,72**	**9.320,16**	**1,43**
PE	5,51	-0,81	4,70	0,00	4,70	-16.651,45	-9.847,74	23.914,24	-1.389,88	-3.970,13	11,13	-2.569,12	0,90
PI	31,12	-4,37	26,75	0,00	26,75	-7.830,73	-3.063,13	9.344,22	1.416,82	-106,07	0,00	-1.522,89	0,86
RJ	**613,54**	**-87,43**	**526,11**	**0,00**	**526,11**	**-10.944,88**	**-2.138,79**	**15.233,35**	**-408,18**	**2.267,60**	**-524,76**	**2.151,03**	**1,16**
RN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.665,30	-2.812,43	7.658,88	1.842,83	23,98	83,22	-1.735,63	0,82
RS	5.316,83	-708,69	4.608,14	0,00	4.608,14	-9.213,29	-10.360,25	11.972,24	-34.849,01	-37.842,16	115,70	-2.877,45	0,86
RO	113,89	-13,37	100,52	0,00	100,52	-4.139,46	-2.084,10	4.576,68	21,14	-1.525,21	-5,99	-1.552,34	0,75
SC	137,45	-15,01	122,45	0,00	122,45	-4.633,10	-1.641,06	5.455,76	-3.531,71	-4.227,66	0,00	-695,95	0,89
SP	1.057,66	-123,77	933,89	0,00	933,89	-6.208,44	-3.510,92	6.811,77	-14.397,52	-16.371,22	82,85	-1.890,85	0,81
TO	12,51	-8,72	3,78	0,00	3,78	-4.185,22	-3.119,54	5.235,15	1.757,82	-308,01	107,36	-1.958,46	0,73
SUBTOTAL	**35.706,57**	**-4.820,37**	**30.886,21**	**-40,27**	**30.845,93**	**-179.541,07**	**-106.365,26**	**224.967,99**	**-42.627,51**	**-72.719,92**	**8.111,50**	**-21.980,91**	**0,92**
Matriz	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-98.032,69**	**-36.909,89**	**166.262,88**	**37.058,54**	**68.378,84**	**-565,41**	**30.754,89**	**1,23**
TOTAL	**35.706,57**	**-4.820,37**	**30.886,21**	**-40,27**	**30.845,93**	**-277.573,76**	**-143.275,15**	**391.230,87**	**-5.568,97**	**-4.341,08**	**7.546,09**	**8.773,98**	**1,02**

Fonte: Sucon/Gecon

20 - Gestão Patrimonial

20.1 - Análise do Balanço Patrimonial

Essa análise tem por finalidade confrontar os dados e valores que constituem o Balanço Patrimonial correspondente ao exercício de 2008, com os de 2007, e as variações ocorridas nos grupos de contas que integram o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido.

a) Ativo

O Ativo apurado no fim do período considerado foi de R$2.428.371.148,17 com decréscimo de 5,96% sobre o de igual período de 2007 (R$2.582.235.241,34), resultado da redução registrada, no Grupo Circulante (-12,91%), tendo por maior reflexo a rubrica "diversos responsáveis", cuja variação para menor foi de 89,39%. A variação do Realizável a Longo Prazo ultrapassou em 155,43% o exercício de 2007, entretanto o valor alcançado é bem inferior à redução ocorrida no circulante, conforme detalhado no Quadro 20.01.

Segue um breve comentário sobre os Grupos, Subgrupos e contas cujas variações ou participações são mais representativas.

- **Circulante**

Com valor apurado de R$2.005.718.354,75, os grupos que constituem esse título tiveram maior influência no total das realizações desempenhadas pela Companhia, pois representaram 82,60% do Ativo, tanto em 2008 quanto em 2007 (89,19%) e tiveram redução de 12,91% em relação ao valor de R$2.303.455.383,00, contabilizado em 2007.

O subgrupo Créditos em Circulação representou 24,36% do total do Ativo, com variação, para menor, de 22,32%, caindo de R$761.419.589,28, em 2007 para R$591.485.373,15, em 2008. Ele registra, entre outros, os direitos que a Companhia tem pelas vendas e recolhimento antecipado de ICMS. O decréscimo é reflexo das variações registradas nas contas Devedores - Entidades e Agentes (-) 78,65%).

Em Bens e Valores em Circulação estão agrupados os valores correspondentes aos estoques adquiridos pela Companhia, que representaram cerca de 55,60% do total do Ativo. Esse grupo apresentou uma queda em relação a 2007 de 8,52% (de R$1.475974.638,10 para R$1.350.174.865,96), tendo por maior evidência a rubrica estoque para alienação que decresceram R$188.531.148,38 (15,91%).

- **Realizável a Longo Prazo**

Esse grupo abrange créditos, financiamentos, recursos vinculados em longo prazo e depósitos compulsórios. O valor apurado no fim do período em 2008 foi de R$193.617.596,82 representando 7,97% do total do Ativo, ultrapassando o exercício anterior em 155,43% (sobrepondo valor de R$54.473.996,39).

- **Ativo Permanente**

Registra os investimentos da Companhia em caráter permanente, isto é, que não se destinam à venda, sendo composto por ações de outras Companhias, bens imóveis, bens móveis e outros, com redução de 0,32% nos investimentos e crescimento de 3,42% no Imobilizado.

Quadro 20.01
Balanço Patrimonial – Ativo

ATIVO	Até Dezembro/2008	Part. (%)	Até Dezembro/2007	Part. (%)	Var.(%)	Diferença
CIRCULANTE	**2.005.718.354,75**	**82,60**	**2.303.024.823,05**	**89,19**	**-12,91**	**-297.306.468,30**
Disponível	**64.025.791,55**	**2,64**	**65.594.023,13**	**2,54**	**-2,39**	**-1.568.231,58**
Bancos Conta Movimento	10.113,12	0,00	10.113,12	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	64.015.678,43	2,64	65.583.910,01	2,54	-2,39	-1.568.231,58
Créditos em Circulação	**591.485.373,15**	**24,36**	**761.419.589,28**	**29,49**	**-22,32**	**-169.934.216,13**
Créditos a Receber	**516.629.992,97**	**21,27**	**423.960.870,82**	**16,42**	**21,86**	**92.669.122,15**
Devedores por Fornecimento	27.351.450,08	1,13	18.247.372,00	0,71	49,89	9.104.078,08
Créditos Tributários	182.101.990,49	7,50	178.109.297,35	6,90	2,24	3.992.693,14
Recursos a Receber	141.356.424,50	5,82	217.057.251,88	8,41	-34,88	-75.700.827,38
Créditos Diversos a Receber	165.820.127,90	6,83	10.546.949,59	0,41	1.472,21	155.273.178,31
Devedores-Entidades e Agentes	**71.389.417,50**	**2,94**	**334.400.324,57**	**12,95**	**-78,65**	**-263.010.907,07**
Entidades Devedoras	30.380.315,61	1,25	14.117.667,42	0,55	115,19	16.262.648,19
Créditos Parcelados	117.426,68	0,00	119.421,09	0,00	-1,67	-1.994,41
Recursos da União	9.828.836,07	0,40	27.361.701,24	1,06	-64,08	-17.532.865,17
Diversos Responsáveis	31.062.839,14	1,28	292.801.534,82	11,34	-89,39	-261.738.695,68
Adiantamentos Concedidos	**3.465.962,68**	**0,14**	**3.034.442,47**	**0,12**	**14,22**	**431.520,21**
Adiantamentos a Pessoal	3.447.356,00	0,14	3.034.442,47	0,12	13,61	412.913,53
Adiant. Conc. – Suprimento de Fundos	18.606,68	0,00	0,00	0,00	0,00	18.606,68
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	**0,00**	**0,00**	**23.951,42**	**0,00**	**-100,00**	**-23.951,42**
Bens e Valores em Circulação	**1.350.174.865,96**	**55,60**	**1.475.974.638,10**	**57,16**	**-8,52**	**-125.799.772,14**
Estoques para Alienação	996.369.945,63	41,03	1.184.901.094,01	45,89	-15,91	**-188.531.148,38**
Estoques Internos-Almoxarifado	1.193.902,81	0,05	952.052,52	0,04	25,40	241.850,29
Títulos e Valores em Circulação	154.880,40	0,01	506.939,51	0,02	-69,45	-352.059,11
Estoques em Trânsito	51.841,04	0,00	86.666,10	0,00	-40,18	-34.825,06
Compra Antecipada – Entrega Futura	352.404.296,08	0,00	289.527.885,96	11,21	21,72	62.876.410,12
Valores Pendentes a Curto Prazo	**32.324,09**	**0,00**	**36.572,54**	**0,00**	**-11,62**	**-4.248,45**
Valores Pendentes	32.324,09	0,00	36.572,54	0,00	-11,62	-4.248,45
ATIVO NÃO - CIRCULANTE	**422.652.793,42**	**17,40**	**279.210.418,29**	**10,81**	**51,37**	**143.442.375,13**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**193.617.596,82**	**7,97**	**54.473.996,39**	**2,11**	**255,43**	**139.143.600,43**
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	**34.296.602,70**	**1,41**	**32.711.376,57**	**1,27**	**4,85**	**1.585.226,13**
Depósito Compulsório	838.265,17	0,03	838.265,17	0,03	0,00	0,00
Recursos Vinculados	33.458.337,53	1,38	31.873.111,40	1,23	4,97	1.585.226,13
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	**159.320.994,12**	**6,56**	**21.762.619,82**	**0,84**	**632,09**	**137.558.374,30**
Devedores – Entidades e Agentes	6.682.001,20	0,28	6.686.534,37	0,26	-0,07	-4.533,17
Créditos Diversos a Receber	152.638.992,92	6,29	15.076.085,45	0,58	912,46	137.562.907,47
Investimentos	**90.110.568,78**	**3,71**	**90.403.518,82**	**3,50**	**-0,32**	**-292.950,04**
Participações Societárias	35.026.030,10	1,44	35.026.030,10	1,36	0,00	0,00
Outros Investimentos	55.084.538,68	2,27	55.377.488,72	2,14	-0,53	-292.950,04
Imobilizado	**138.924.627,82**	**5,72**	**134.332.903,08**	**5,20**	**3,42**	**4.591.724,74**
Bens Imóveis	228.535.144,82	9,41	221.567.421,94	8,58	3,14	6.967.722,88
Bens Móveis	55.184.206,15	2,27	47.600.729,02	1,84	15,93	7.583.477,13
Depreciações	-144.794.723,15	-5,96	-134.835.247,88	-5,22	7,39	-9.959.475,27
TOTAL	**2.428.371.148,17**	**100,00**	**2.582.235.241,34**	**100,00**	**-5,96**	**-153.864.093,17**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

b) Passivo

Esse grupo do balanço patrimonial, composto pelas obrigações de curto e longo prazos, demonstra as origens dos recursos obtidos pela Companhia. Em 2008, as contas classificadas em grupos, por especificação, somaram R$2.428.371.148,08 com redução de 5,96% sobre as do ano anterior, cujo valor foi de R$2.582.235.241,34 (diferença, a menor de, R$153.864.093,26), reflexo das reduções no grupo Circulante (8,36% equivalente a (-) R$180.463.618,88) e aumento de 6,26% Patrimônio Líquido (correspondente à diferença de R$26.599.525,71).

O Quadro nº 20.2, demonstra a classificação e participação dos grupos em relação ao resultado total, e também as variações ocorridas no confronto com os valores registrados em 2007.

➢ **Circulante**

Representa as obrigações que serão liquidadas durante o exercício, tendo maior representatividade os financiamentos relativos às aquisições e despesas relacionadas com os estoques públicos. Com valor de R$1.977.015.414,84, apurado no fim do período, representou 81,41% do valor total do Passivo, com variação negativa de 8,36% sobre o registrado em 2007 (R$2.157.479.033,72). Nesse título o grupo Operações de Crédito, precisamente em operações especiais teve muita representatividade com o valor de R$1.320.149.310,36 (-14,90%) á menor em relação resultado registrado no exercício de 2007.

➢ **Exigível a Longo Prazo**

Constituído pelas obrigações exigíveis, cujas liqüidações se dão em prazo superior a um ano, totalizou R$69.420,00, sem alteração em relação ao ano anterior (R$69.420,00).

➢ **Patrimônio Líqüido**

Representa o capital dos acionistas, as reservas exigidas pela legislação, os resultados acumulados e os obtidos no período encerrado e em análise.

Respondendo por 18,58% do Passivo em 2008, o Patrimônio Líqüido teve crescimento de 6,26% sobre o valor apurado no ano anterior, passando de R$424.686.787,62, em 2007, para R$451.286.313,33, em 2008. Destaca-se o resultado de Lucros a Destinar de R$178.634.902,82 maior 8,80% em relação ao obtido em 2007 (R$164.193.462,25).

Quadro 20.2
Balanço Patrimonial – Passivo

PASSIVO	Até Dezembro 2008	Part.(%)	Até Dezembro 2007	Part.(%)	Var. (%)	Diferença
CIRCULANTE	**1.977.015.414,84**	**81,41**	**2.157.479.033,72**	**83,55**	**-8,36**	**-180.463.618,88**
Depósitos	**19.665.595,93**	**0,81**	**73.033.754,65**	**2,83**	**-73,07**	**-53.368.158,72**
Consignações	**2.197.623,35**	**0,09**	**1.862.081,26**	**0,07**	**18,02**	**335.542,09**
Pensão Alimentícia	13.824,55	0,00	329,14	0,00	4.100,20	13.495,41
Planos de Seguros	63.721,97	0,00	108.116,19	0,00	-41,06	-44.394,22
Empréstimos	146.647,60	0,01	63.813,10	0,00	129,81	82.834,50
Outros Tributos e Consignações	1.973.429,23	0,08	1.689.822,83	0,07	16,78	283.606,40
Recursos da União	**11.273.127,92**	**0,46**	**11.308.994,54**	**0,44**	**-0,32**	**-35.866,62**
Recursos Fiscais	3.839.400,46	0,16	4.188.798,34	0,16	-8,34	-349.397,88
Recursos Previdenciários	7.433.727,46	0,31	7.120.196,20	0,28	4,40	313.531,26
Depósitos de Diversas Origens	**6.194.844,66**	**0,26**	**59.862.678,85**	**2,32**	**-89,65**	**-53.667.834,19**
Obrigações em Circulação	**1.957.349.818,91**	**80,60**	**2.084.445.279,07**	**80,72**	**-6,10**	**-127.095.460,16**
Obrigações a Pagar	**94.532.826,15**	**3,89**	**27.770.031,44**	**1,08**	**240,41**	**66.762.794,71**
Fornecedores	79.015.682,58	3,25	19.623.083,45	0,76	302,67	59.392.599,13
Pessoal a Pagar	25.474,89	0,00	17.101,01	0,00	48,97	8.373,88
Encargos Sociais a Recolher	812.624,90	0,03	1.001.073,97	0,04	-18,82	-188.449,07
Obrigações Tributárias	1.839.277,06	0,08	38.153,75	0,00	4.720,70	1.801.123,31
Débitos Diversos a Pagar	6.447.969,74	0,27	3.453.243,58	0,13	86,72	2.994.726,16
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	6.391.796,98	0,26	3.637.375,68	0,14	75,73	2.754.421,30
Provisões	**84.091.252,89**	**3,46**	**82.229.990,85**	**3,18**	**2,26**	**1.861.262,04**
Provisão para Férias	19.686.415,75	0,81	17.576.796,37	0,68	12,00	2.109.619,38
Provisão para o INSS	9.250.889,13	0,38	9.250.889,13	0,36	0,00	0,00
ICMS s/ Mercadorias para Revenda	1.834.292,47	0,08	41,15	0,00	4.457.475,87	1.834.251,32
Provisão para ICMS	46.468.782,86	1,91	46.468.782,86	1,80	0,00	0,00
Provisão para /IRPJ e CSLL	0,00	0,00	2.806.733,77	0,11	-100,00	-2.806.733,77
Encargos Sociais sobre Provisões	6.850.872,68	0,28	6.126.747,57	0,24	11,82	724.125,11
Credores – Entidades e Agentes	**457.926.343,99**	**18,86**	**411.184.743,98**	**15,92**	**11,37**	**46.741.600,01**
Entidades Credoras	457.926.343,99	18,86	411.184.743,98	15,92	11,37	46.741.600,01
Operações de Crédito	**1.320.149.310,36**	**54,36**	**1.551.219.916,63**	**60,07**	**-14,90**	**-231.070.606,27**
Operações Especiais	1.320.149.310,36	54,36	1.551.219.916,63	60,07	**-14,90**	**-231.070.606,27**
Adiantamentos Recebidos	**558.848,51**	**0,02**	**11.800.655,08**	**0,46**	**-95,26**	**-11.241.806,57**
Adiantamentos de Clientes	558.848,51	0,02	11.800.655,08	0,46	-95,26	-11.241.806,57
Valores em Trânsito Exigíveis	**7.607,35**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**7.607,35**
Outras Obrigações	**10.714,51**	**0,00**	**239.941,09**	**0,01**	**-95,53**	**-229.226,58**
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	**72.915,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**72.915,15**
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	**69.420,00**	**0,00**	**69.420,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**69.420,00**	**0,00**	**69.420,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Depósitos e Cauções	69.420,00	0,00	69.420,00	0,00	0,00	**0,00**
PATRIMÔNIO LIQUÍDO	**451.286.313,33**	**18,58**	**424.686.787,62**	**16,45**	**6,26**	**26.599.525,71**
Capital	223.180.498,85	9,19	223.180.498,85	8,64	0,00	0,00
Reservas	**49.470.911,66**	**2,04**	**37.312.826,52**	**1,44**	**32,58**	**12.158.085,14**
Reservas de Capital	26.651.281,97	1,10	26.544.719,04	1,03	0,40	106.562,93
Reservas de Lucros	22.819.629,69	0,94	10.768.107,48	0,42	111,92	12.051.522,21
LUCROS A DESTINAR	**178.634.902,82**	**7,36**	**164.193.462,25**	**6,36**	**8,80**	**14.441.440,57**
Total	**2.428.371.148,17**	**100,00**	**2.582.235.241,34**	**100,00**	**-5,96**	**-153.864.093,17**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

c) Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC

O quadro das demonstrações dos fluxos de caixa espelha as alterações ocorridas durante o período (ou exercício), no saldo de caixa e equivalente (informando sobre o fluxo de ingressos e desembolsos de recursos financeiros resultantes das operações exercidas pela Companhia), segregadas em três fluxos: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamentos e, ainda o resultado do fluxo financeiro, tendo como base o Balanço Patrimonial apurado no final de 2008 e no fim do exercício de 2007, bem como das demais demonstrações.

O fluxo de caixa das atividades operacionais abrange as operações normais da Conab (depreciação, recebimento de vendas e serviços, pagamentos a fornecedores despesas operacionais diversas, créditos tributários, pessoal e encargos , além de outros) desde que não classificáveis como investimentos e financiamentos.

O fluxo de caixa de atividades e financiamentos representa a captação de recursos para aumento de capital (do proprietário ou acionistas), doações e subvenções.

Quadro 20.3
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Vrs em R$mil

DESCRIÇÃO	Dez/2008	Dez /2007
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	**28.778,61**	**29.397,69**
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	**-13.909,93**	**10.546,30**
Depreciação	9.959,48	9.563,49
Redução (Aumento) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-301.935,63	3.328,98
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	-2.227,44	53.189,15
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	75.700,83	-77.803,82
Aumento (Redução) nos Vrs. a Receber de Ent. e Agentes Devedores	263.010,91	9.620,46
Redução (Aumento) em Pessoal e Encargos	-603,99	-19.025,98
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	23,95	-13,22
Redução (Aumento) nos Valores pendentes a Curto Prazo	77,16	19.158,73
Redução (Aumento) nos Empréstimos – Estoques Públicos	-105.270,83	-56.335,13
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	62.493,64	-1.785,15
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-53.667,83	33.913,71
Aumento nos Dividendos a Pagar	2.754,00	3.637,38
Aumento nas Provisões	1.861,26	2.012,56
Aumento nas Entidades Credoras	46.741,60	30.681,59
Aumentos (Redução) nos Adiantamentos a Clientes	-11.241,81	1.937,95
Aumento nos Recursos Vinculados	-1.585,23	-1.084,27
Redução nas Operações de Crédito Externa	0,00	-450,14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**14.868,68**	**39.944,00**
ATIVIDADES DE INVSTIMENTOS		
Desincorporações de Participações Societárias	0,00	8,57
Desincorporações de Outros Investimentos	292,95	1.528,95
Aplicações no Imobilizado	-14.551,20	-10.059,07
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-14.258,25**	**-8.521,55**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Transferência p/ Aumento de Capital	0,00	443,50
Reserva Legal	46,20	0,00
Dividendos a Pagar	-2.066,00	-3.637,38
Doações e Subvenções p/Investimento	106,56	22,62
Resultado de Exercício Anterior	-266,22	-25,64
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES E FINANCIAMENTOS	**-2.179,46**	**-3.196,89**
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	**1.568,23**	**-28.225,55**
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**1.568,23**	**-28.225,55**
No Início do Exercício	65.594,02	37.368,47
No Final do Exercício	64.025,79	65.594,02

É valido mencionar que essa demonstração foi criada por dispositivo da Lei 11.638 de dezembro de 2007, alterando e revogando a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e a Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976 no que diz respeito à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras (em substituição à DOAR- demonstração das origens e aplicações de recursos).

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Com base no Balanço Patrimonial da Companhia, o Quadro 20.4, demonstra as mutações do Patrimônio Líquido (capital realizado, reservas, resultado acumulado do período) relativas aos exercício de 2008 e 2007.

Quadro 20.4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Discriminação	Capital Realizado	Reservas de Capital				Reserva de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
		Correção Monetária do Capital	Transf. P/Aumento de Capital	Outras Reservas de Capital	Doações e Subvenção P/ Investimento	Reserva Legal	Reserva de Retenção do lucro			
Saldo em 01/01/2007	**223.180.498,85**	**25.373.084,13**	**0,00**	**0,00**	**705.514,72**	**10.002.344,18**		**139.224.543,96**		**398.485.985,84**
Resultado de Exercício Anterior								-25.635,49		-25.635,49
Resultado do Exercício								29.397.692,76		29.397.692,76
Transf. P/ Aumento de Capital			443.496,71							443.496,71
Doações					22.623,48					22.623,48
Constituuição Reserva						765.763,30		-765.763,30		
Dividendos Propostos								-3.637.375,68		-3.637.375,68
Saldo em 31/12/2007	**223.180.498,85**	**25.373.084,13**	**443.496,71**		**728.138,20**	**10.768.107,48**		**164.193.462,25**		**424.686.787,62**
Resultado de Exercício Anterior								-266.219,57		-266.219,57
Lucros ou Prej. Acumulados								-163.927.242,68		-163.927.242,68
Luc. a Dest. de Exerc. Anteriores								152.356.786,73		152.356.786,73
Resultado do Exercício									28.778.605,59	0,00
Resut. do Exerc. a Destinar									-26.278.116,09	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								26.278.116,09		26.278.116,09
Reserva de Retenção do Lucro							11.570.455,95			11.570.455,95
Outras Reseva de Capital				834.701,13						834.701,13
Doações					106.562,93					106.562,93
Doações Transf. p/Res. de Capital					-834.701,13					-834.701,13
Constituição Rreserva						481.066,26			-434.867,74	481.066,26
DIVIDENDOS PROPOSTOS									-2.065.621,76	0,00
Saldo em 30/12/2008	**223.180.498,85**	**25.373.084,13**	**443.496,71**	**834.701,13**	**0,00**	**11.249.173,74**	**11.570.455,95**	**178.634.902,82**	**0,00**	**451.286.313,33**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

20.2 - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração de Valor Adicionado apresenta o valor da contribuição da Companhia para a geração da riqueza nacional, e a distribuição para a sociedade na forma de remuneração do trabalho, Governo e entidades comerciais.

Quadro 20.05
Demonstração do Valor Adicionado - Exercício 2008

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	Dez/2008	%	Dez/2007	%
1. RECEITAS	**770.397**	**195,71**	**884.937**	**228,95**
1.1 – Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	762.851	193,79	885.254	229,03
1.2 – Não Operacionais	7.546	1,92	-317	-0,08
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**794.602**	**201,86**	**874.057**	**226,13**
2.1 – Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	695.034	176,56	798.481	206,58
2.2 – Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	99.568	25,29	75.576	19,55
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**-24.205**	**-6,15**	**10.880**	**2,81**
4. RETENÇÕES	**11.811**	**3,00**	**10.770**	**2,79**
4.1 – Depreciação	11.811	3,00	10.770	2,79
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**-36.016**	**-9,15**	**110**	**0,03**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**429.659**	**109,15**	**386.415**	**99,97**
6.1 – Receitas/Despesas Financeiras	429.659	109,15	386.415	99,97
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**393.643**	**100,00**	**386.525**	**100,00**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**393.643**	100,00	**386.525**	**100,00**
8.1 – Pessoal e Encargos	316.356	80,37	273.515	70,76
8.2 – Impostos, Taxas e Contribuições	46.832	11,90	79.431	20,55
8.3 – Juros e Aluguéis	1.676	0,43	1.374	0,36
8.4 – Resultado Antes do IR e CSLL	**28.779**	7,31	**32.205**	**8,33**
8.5 – Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	0	0,00	2.049	0,53
8.6 – Provisão p/ContrbuiçãoSocial sobre o Lucro	0	0,00	758	0,2
8.7 – Resultado Líquido do Exercìcio	**28.779**	7,31	**29.398**	**7,61**
8.8 – Dividendos	2.066	0,52	3.637	0,94
8.9 – Destinados para Reserva Legal	435	0,11	766	0,2
8.10 – Lucros Retidos	**26.278**	6,68	24.995	**6,47**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

CONAB - GEADI
Processo nº 185 | Ano 09 | Folha 02 | Rubrica

CIBRIUS INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL

CARTA/CIBRIUS/SUP/N.º 007/2009

Brasília, 21 de janeiro de 2009.

Recebido, hoje.
Autuem-se. BSB 22/01/09.
Após, voltem-me
Alexandre Aguiar.:
Alexandre Magno Franco de Aguiar
Diretoria de Recursos Humanos e Modernização
Mat. SIAPE nº 0536585

Ao Senhor
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
Presidente Substituto - CONAB
Nesta

Assunto: Carta PRESI n° 011, de 08 de janeiro de 2009 - Relatório de Gestão

Prezado Senhor,

Em atendimento ao teor da carta supracitada, encaminhamos as informações e documentos solicitados, informando adicionalmente que no momento não dispomos de todas as informações, considerando que o fechamento do Balanço do exercício de 2008 segue um calendário de obrigações a cumprir junto à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – SPC/MPS, cujo prazo se expira em 31 de março de 2009.

Desta forma, estamos encaminhando as informações disponíveis no momento e, tão logo o Balanço do exercício de 2008 esteja consolidado, encaminharemos as informações complementares.

INFORMAÇÕES SOLICITADAS:

Decisões Normativas nºs 93 e 94, de 3 de dezembro de 2008, do TCU, Anexo II, item 6: "Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme disposto abaixo:"

DIRHU - RECEBIDO EM 22/01/09 Lucy - 11:15

1. **Nome:** CIBRIUS
2. **Razão Social**: Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIUS
3. **CNPJ**: 00.531.590/0001-89

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: dsup@cibrius.com.br

CONAB - GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rubrica
185	09	03	

CIBRIUS INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL

Plano de Benefícios: Plano de Benefícios Definido
CNPB: 19.790.007-19

4. **Demonstrativo Anual** contendo:

- **Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:**
  - Valor total de R$ 105.291.112,86 (conto e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e doze reais e oitenta e seis centavos) - Vide **Anexo I**.

- **Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:**
  - Valor total de R$ 10.158.898,88 (dez milhões, cento e cinqüenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos) - Vide **Anexo I**.

- **Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:**
  - Valor total de R$ 10.145.634,20 (dez milhões, cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte centavos) - Vide **Anexo I**.

- **Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:**
  - Valor total de R$ 12.786.273,98 (doze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos) – Regime de Competência (Termo de Convênio e Aditivo referente à entrada para o Plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM) - Vide **Anexo II.**

- **Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:**
  - Refere-se ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados oriundas da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM, formando a CONAB, que aderiram ao Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS em 1995.

- **Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:**
  - Composição dos Ativos, Carteira Diária, Política de Investimentos e Relatório Gerencial de Risco - Vide **Anexo III**.

- **Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar:**
  - A SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do Balanço 2008, cujo prazo final para envio é até dia 31 de março de 2009, conforme calendário de obrigações.

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: dsup@cibrius.com.br

- Logo que recebermos a manifestação solicitada, será encaminhado para a CONAB.

- **Parecer da Auditoria Independente.**
  - Conforme calendário, o Parecer da Auditoria Independente referente ao Balanço 2008, deverá estar pronto até 31 de março de 2009.

Norma de Execução nº 3, de 19 de dezembro de 2008, da Controladoria Geral da União – CGU, Anexo V – Modelo de Relatório de Gestão, item 6. Previdência Complementar Patrocinada:

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação:

- Não ocorreu descumprimento aos limites fixados.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão:

- Foram cedidos pela patrocinadora os seguintes empregados:
  - Fabrício Pereira Garcia;
  - José Carlos Alves Grangeiro; e
  - Rachid Mamed Filho.
- Segue cópia Carta PRESI nº 026, de 21/01/2009 - Vide **Anexo IV**.

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência:

- Em 12 de dezembro de 2002, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio de 07/10/1994, com a patrocinadora CONAB, referente ao equacionamento de parte da insuficiência de cobertura das Provisões Matemáticas, relativa ao serviço passado. O valor total do Termo de Convênio, de 07/10/1994, aditado é de R$ 99.649.779,50, tendo como data base 31/05/2000. Os pagamentos das parcelas são efetuados mensalmente não ocorrendo inadimplência. Foram efetuadas amortizações nos exercícios de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade como o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001:

- Foi executado, no exercício de 2008, trabalhos de auditoria pela patrocinadora relativos aos exercícios de 2006 e 2007, conforme ajustado entre a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e a Audin/CONAB.

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: dsup@cibrius.com.br

CONAB-GEADI
Processo nº | Ano | Folha | Rubrica
185 | 09 | 05 | Q

CIBRIUS **INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL**

Tão logo concluído o encerramento do Balanço de 2008, encaminharemos para essa Patrocinadora a documentação completa das obrigações referentes ao fechamento do exercício de 2008.

Atenciosamente,

RACHID MAMED FILHO
Diretor Superintendente – em exercício
Diretor de Seguridade

Anexo I: Participantes Ativos, Contribuição Normal e Jóia de Participantes
Anexo II: Dotação Global
Anexo III: Composição dos Ativos em 31/12/2008
Carteira Diária – HSBC
Política de Investimentos 2008
Relatório Gerencial de Risco – Risk Office
Anexo IV: Cópia Carta PRESI nº 026, de 21/01/2009

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: *dsup@cibrius.com.br*

CONAB DI
Processo nº Ass Rubrica
185 09 11

CIBRIUS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO X ENQUADRAMENTO

POSIÇÃO: 31/12/2008

DISCRIMINAÇÃO	ESP. TIPO	QTDE	VALOR (R$)	% ENQUADRAMENTO ATUAL	P.I.	Res. 3456
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS			359.739.285,52	100,00	100,00	
SEGMENTO RENDA FIXA			284.242.690,08	79,01	70,00	100,00
A. TÍTULOS PÚBLICOS DE RESP. DO TESOURO NACIONAL E/OU DO BACEN E CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOURO NACIONAL			279.641.778,63	77,73		
a1. NOTAS DO TESOURO NACIONAL			240.864.068,77	66,95		
a1.01. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/01/2006 a 15/05/2009	NTN	10.500	18.687.904,39	5,19		
a1.02 Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/02/2006 a 15/05/2009	NTN	3.500	6.232.280,68	1,73		
a1.03. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/03/2006 a 15/05/2009	NTN	12.150	21.675.478,29	6,03		
a1.04. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 13/04/2006 a 15/08/2010	NTN	4.400	7.626.308,59	2,12		
a1.05. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/11/2006 a 15/05/2011	NTN	20.000	34.128.255,66	9,49		
a1.06. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 30/11/2006 a 15/05/2011	NTN	7.500	12.804.859,42	3,56		
a1.07. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 20/12/2006 a 15/05/2011	NTN	16.600	28.732.763,62	7,99		
a1.08. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 26/07/2007 a 15/08/2012	NTN	30.680	55.029.598,63	15,30		
a1.09. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 30/01/2008 a 15/05/2013	NTN	5.550	9.465.537,29	2,63		
a1.10. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/04/2008 a 15/05/2013	NTN	6.200	10.439.667,97	2,90		
a1.11. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/08/2008 a 15/05/2013	NTN	3.000	4.978.643,08	1,38		
a1.12 Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/12/2008 a 15/05/2013	NTN	10.400	16.842.902,68	4,68		
a1.13. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-C 770100 - 05/01/2005 a 01/03/2011	NTN	1.500	3.288.955,61	0,91		
a1.14. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-C 770100 - 04/07/2005 a 01/03/2011	NTN	5.000	10.930.912,86	3,04		
a2. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO			38.777.709,86	10,78		
a2.01. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/01/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.02. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/02/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.03 Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/03/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.04. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/04/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.05. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/05/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.06. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/06/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.07. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/07/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.08. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/08/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.09. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/09/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.10. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/10/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.11. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/11/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.12. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/12/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.13. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/01/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.14. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/02/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.15. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/03/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.16. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/04/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.17. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/05/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.18. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/06/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.19. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/07/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.20. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/08/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.21. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/09/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.22. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/10/2010	LFT	19	49.327,11	0,02		
a2.23. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 06/07/2005 a 16/09/2009	LFT	5.250	19.514.715,24	5,43		
a2.24. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 31/08/2005 a 16/09/2009	LFT	4.150	15.423.002,20	4,29		
a2.25. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 14/09/2005 a 16/09/2009	LFT	800	2.972.873,86	0,83		
B. INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA (INSTITUIÇÕES)						
b1. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			4.600.911,45	1,28		
b1.1. QUOTAS DE FIF - RENDA FIXA			4.600.911,45	1,28		
b1.1.1. Banco do Brasil S/A - Institucional	FI	1.388.605,82926	4.387.867,78	1,22		
b1.1.2. UBS PACTUAL - Select Blosa Multimercado	FI	80.935,73030	213.043,67	0,06		
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			43.203.733,92	12,01	20,00	50,00
C. INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL			43.203.733,92	-		
c1. MERCADO DE AÇÕES			23.072.899,97	6,41		
c1.1. MERCADO À VISTA			23.072.899,97	6,41		
c1.1.1 Ambev	PN	6.000	608.040,00	0,17		
c1.1.2 América Latina Logística	UNIT	15.000	150.000,00	0,04		
c1.1.3 Bradesco	PN	112.500	2.541.375,00	0,71		
c1.1.4 Braskem	PNA	35.000	194.250,00	0,05		
c1.1.5 Brasil Telecom	PN	80.000	1.091.200,00	0,30		
c1.1.6 Brasil Telecomunicações Participação	PN	43.000	748.630,00	0,21		
c1.1.7 Companhia Energética de Minas Gerais	ON	67.121	1.681.381,05	0,47		
c1.1.8 Contax	ON	600	24.000,00	0,01		
c1.1.9. Contax	PN	1.350	55.755,00	0,02		
c1.1.10 Companhia Vale do Rio Doce	PNA	66.000	1.576.740,00	0,44		
c1.1.11 Companhia Siderúrgica Nacional	ON	5.000	145.000,00	0,04		
c1.1.12 Eletrobrás	PNB	50.000	1.209.000,00	0,34		
c1.1.13 Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A	ON	429.288	407.823,60	0,11		
c1.1.14 Energisa da Paraíba	ON	1.250.000	846.087,50	0,24		
c1.1.15 Energisa da Paraíba	PNA	1.250.000	846.087,50	0,24		
c1.1.16 Gerdau	PN	10.000	150.600,00	0,04		
c1.1.17 Itaubanco	PN	33.750	880.875,00	0,24		
c1.1.18 Itausa	PN	63.000	504.630,00	0,14		
c1.1.19 Lojas Americanas	PN	20.000	125.400,00	0,03		
c1.1.20. Minasfer S/A	PNA	500.000	206.470,00	0,05		
c1.1.21. Petrobrás	PN	267.000	6.098.280,00	1,70		
c1.1.22 Playcenter	ON	208.560	2.085,60	-		
c1.1.23 Playcenter	PN	391.440	3.914,40	-		
c1.1.24 Telemar	PN	27.000	869.670,00	0,24		
c1.1.25 Telesp Participações S/A	PN	7.092	324.175,32	0,09		
c1.1.26 Unibanco	UNIT	20.000	297.000,00	0,08		

CONAB-GEADI
Processo nº | Ano | Folha | Rubrica
185 | 09 | 12 | O

c1.1.27 Usiminas	PNA	22.000	583.440,00	0,16		
c1.1.28 Vivo Participações S/A	PN	120.000	847.200,00	0,24		
c1.1.29 Votorantim Celulose e Papel	PN	3.000	53.790,00	0,01		
c2. FUNDO DE AÇÕES			**20.130.833,95**	**5,60**		
c2.1. Bradesco dividendos	FIA	729.683,85036	1.918.863,34	0,53		
c2.2. Bradesco ibx ativo	FIA	265.155,66743	1.714.707,74	0,48		
c2.3. Bradesco infra-estrutura	FIA	1.971.050,65344	1.655.843,98	0,46		
c2.4. Fator Institucional	FIA	535,71603	4.992.797,92	1,39		
c2.5. Mercatto Geração Futuro	FIA	1.113.478,08818	4.665.160,28	1,30		
c2.6. Schroder Performance	FIA	753.255,12044	2.731.172,00	0,76		
c2.7. UBS Pactual Dividendos	FIA	2.577.682,10186	2.452.288,69	0,68		
SEGMENTO DE IMÓVEIS			**21.904.806,74**	**6,09**	**6,00**	**11,00**
d1. FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO			**6.257.212,95**	**1,74**		
d1.1. Mercúrio DTVM S/A (Fundo Hermes)	F.IMOB.	3.028	2.644.238,53	0,74		
d1.2. Ricci e Associados - Engenharia e Comércio LTDA (Memorial Office)	F.IMOB.	35.649	3.612.974,42	1,00		
d2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			**15.647.593,79**	**4,35**		
d2.1. EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	**IMOV**		**859.984,05**	**0,24**		
d2.1.1. SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 SALAS 101 À 302 - BSB - DF	IMOV	1	859.984,05	0,24		
d2.2. EDIFICAÇÕES PARA RENDA			**8.630.109,74**	**2,40**		
d2.2.1. SHN Q. 02 Lojas 142 E 150 Garvey Park - BSB - DF	IMOV	1	68.556,32	0,02		
d2.2.2. CENT. COM. Lt 24/25 Quadra 4c SIA - BSB - DF	IMOV	1	1.029.690,28	0,29		
d2.2.3. SCLN 307 LJS 37,39,59,65 E 69 - BSB - DF	IMOV	1	218.595,38	0,06		
d2.2.4. SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 TÉRREO E SUBSOLO - BSB - DF	IMOV	1	2.267.146,46	0,63		
d2.2.5. Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	5.046.121,30	1,40		
d2.3. INVESTIMENTO EM SHOPPING CENTER			**6.157.500,00**	**1,71**		
d2.3.1. Conjunto Nacional de Brasília - Setor de Diversões Norte	IMOV	1	6.157.500,00	1,71		
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTO			**10.388.054,78**	**2,89**	**4,00**	**15,00**
E. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES			**10.388.054,78**	2,89		
e1. Emergência	EMPR		27.730,66	0,01		
e2. Simples	EMPR		10.360.324,12	2,88		

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Ações

Código	Papel	Qtd. Disponivel	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF Sobre Pos.Própria	Valor de Mercado Liquido	% S/RV	% S/Total
*MNCO5	* MINASFER PNA	0	500.000	500.000	2.000,00	412,94	1.000.000,00	(793.530,00)	206.470,00	0,00	206.470,00	0,93%	0,06%
*PQTM3	PLAYCENTER	208.560	0	208.560	1,05	0,01	218.988,00	(216.902,40)	2.085,60	0,00	2.085,60	0,01%	0,00%
*PQTM4	PLAYCENTER	391.440	0	391.440	1,05	0,01	411.012,00	(407.097,60)	3.914,40	0,00	3.914,40	0,02%	0,00%
*SAEL3	ENERGISA	0	1.250.000	1.250.000	600,00	676,87	750.000,00	96.087,50	846.087,50	0,00	846.087,50	3,81%	0,25%
ALLL11	ALL AMER LATUNT N2	15.000	0	15.000	26,23	10,00	393.489,36	(243.489,36)	150.000,00	0,00	150.000,00	0,67%	0,04%
AMBV4	AMBEVPN	6.000	0	6.000	129,54	101,34	777.261,14	(169.221,14)	608.040,00	0,00	608.040,00	2,74%	0,18%
BBDC4	BRADESCOPN ED N1	112.500	0	112.500	6,60	22,59	742.173,49	1.799.201,51	2.541.375,00	0,00	2.541.375,00	11,43%	0,76%
BRKM5	BRASKEMPNA N1	35.000	0	35.000	13,42	5,55	469.751,26	(275.501,26)	194.250,00	0,00	194.250,00	0,87%	0,06%
BRTO4	BRASIL TELECPN EJ N1	80.000	0	80.000	13,18	13,64	1.054.400,00	36.800,00	1.091.200,00	0,00	1.091.200,00	4,91%	0,33%
BRTP4	BRASIL T PARPN EJ N1	43.000	0	43.000	25,64	17,41	1.102.710,99	(354.080,99)	748.630,00	0,00	748.630,00	3,37%	0,22%
CMIG3	CEMIGON N1	67.121	0	67.121	29,73	25,05	1.995.522,61	(314.141,56)	1.681.381,05	0,00	1.681.381,05	7,57%	0,50%
CSNA3	SID NACIONALON	5.000	0	5.000	80,97	29,00	404.846,62	(259.846,62)	145.000,00	0,00	145.000,00	0,65%	0,04%
CTAX3	CONTAXON	600	0	600	0,00	40,00	0,00	24.000,00	24.000,00	0,00	24.000,00	0,11%	0,01%
CTAX4	CONTAXPN	1.350	0	1.350	0,00	41,30	0,00	55.755,00	55.755,00	0,00	55.755,00	0,25%	0,02%
EBTL3	EBTL EMP BR TELEC SA EMBRATEL	429.288	0	429.288	2,50	0,95	1.073.220,00	(665.396,40)	407.823,60	0,00	407.823,60	1,83%	0,12%
ELET6	ELETROBRASPNB N1	50.000	0	50.000	25,04	24,18	1.252.187,78	(43.187,78)	1.209.000,00	0,00	1.209.000,00	5,44%	0,36%
GGBR4	GERDAUPN N1	10.000	0	10.000	41,76	15,06	417.556,99	(266.956,99)	150.600,00	0,00	150.600,00	0,68%	0,05%
ITAU4	ITAUBANCOPN EDJ N1	33.750	0	33.750	35,83	26,10	1.209.099,55	(328.224,55)	880.875,00	0,00	880.875,00	3,96%	0,26%
ITSA4	ITAUSAPN EJ N1	63.000	0	63.000	11,46	8,01	722.134,61	(217.504,61)	504.630,00	0,00	504.630,00	2,27%	0,15%
LAME4	LOJAS AMERICPN INT	20.000	0	20.000	16,67	6,27	333.412,40	(208.012,40)	125.400,00	0,00	125.400,00	0,56%	0,04%
PETR4	PETROBRASPN EJ	267.000	0	267.000	19,81	22,84	5.289.367,62	808.912,38	6.098.280,00	0,00	6.098.280,00	27,44%	1,83%
SAEL5	ENERGISA PNA	0	1.250.000	1.250.000	600,00	676,87	750.000,00	96.087,50	846.087,50	0,00	846.087,50	3,81%	0,25%
TLPP4	TELESPPN EJ	7.092	0	7.092	89,50	45,71	634.706,99	(310.531,67)	324.175,32	0,00	324.175,32	1,46%	0,10%
TNLP4	TELEMARPN	27.000	0	27.000	50,18	32,21	1.354.991,14	(485.321,14)	869.670,00	0,00	869.670,00	3,91%	0,26%
UBBR11	UNIBANCOUNT EDJ N1	20.000	0	20.000	26,64	14,85	532.882,18	(235.882,18)	297.000,00	0,00	297.000,00	1,34%	0,09%
USIM5	USIMINASPNA EJ N1	22.000	0	22.000	87,10	26,52	1.916.177,62	(1.332.737,62)	583.440,00	0,00	583.440,00	2,63%	0,17%
VALE5	VALE R DOCEPNA N1	66.000	0	66.000	26,14	23,89	1.724.981,96	(148.241,96)	1.576.740,00	0,00	1.576.740,00	7,09%	0,47%

CONAB-GEADI
Processo | Rub. | Fls. | Rubrica
185 | 09 | 13 | O

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Ações

Código	Papel	Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF Sobre Pos.Própria	Valor de Mercado Líquido	% S/RV	% S/Total
VCPA4	V C PPN N1	3.000	0	3.000	54,06	17,93	162.168,19	(108.378,19)	53.790,00	0,00	53.790,00	0,24%	0,02%
TOTAL		1.983.701	3.000.000	4.983.701			26.693.042,50	(4.467.342,53)	22.225.699,97	0,00	22.225.699,97	100,00%	6,65%

Empréstimos de Ações

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

Operações Doadoras

Cód. Operação	Dt. Operação	Dt. Vencto.	Cód.	Papel	Quantidade	Preço	Financeiro	% Remun	% Mercado	Remun. Bruta	IR	Remun. Liq.	% S/ EA	% S/ Total
25526	11/12/2008	12/01/2009	TNLP4	TELEMARPN	0,00	35,52	0,00	1,20%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
25273	09/12/2008	08/01/2009	VIVO4	VIVOPN EJ	30.000,00	35,13	1.053.900,00	1,20%	0,00%	748,57	0,00	748,57	100,00%	0,32%
Total							1.053.900,00			748,57	0,00	748,57	100,00%	0,32%
Total Bolsa							1.053.900,00			748,57	0,00	748,57	100,00%	0,32%
Resultado												748,57		

Renda Fixa

Código	Aplicação	Emitente	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% S/Total
16153	01/07/1997	PQTM	DEBPO	0,000000%	0,000000%	8,790908%	INPC	01/07/1996	31/01/2009	240,0000	0,00000010	255.072,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
16155	01/10/1997	PQTM	DEBPO	0,000000%	0,000000%	8,821675%	INPC	01/07/1996	31/01/2009	120,0000	0,00000010	131.554,80	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
16156	13/03/1997	PQTM	DEBPO	0,000000%	0,000000%	8,614856%	INPC	01/07/1996	30/01/2009	420,0000	0,00000010	435.422,40	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
28004	01/04/1997	PQTM	DEBPO	0,000000%	0,000000%	8,649853%	INPC	01/07/1996	31/01/2009	420,0000	0,00000010	436.703,40	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
SUBTOTAL										1.200,0000		1.258.752,60	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2520231	06/07/2005	STNC	LFT	0,000000%	1,568666%	0,369899%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	5.250,0000	3.717,08861702	12.207.278,04	19.514.715,24	0,00	19.514.715,24	6,98%	5,84%
2615470	31/08/2005	STNC	LFT	0,000000%	1,571872%	0,396914%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	4.150,0000	3.716,38607264	9.924.520,48	15.423.002,20	0,00	15.423.002,20	5,52%	4,62%
2731044	14/09/2005	STNC	LFT	0,000000%	1,573212%	0,408213%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	800,0000	3.716,09232570	1.924.916,83	2.972.873,86	0,00	2.972.873,86	1,06%	0,89%
SUBTOTAL										10.200,0000		24.056.715,35	37.910.591,30	0,00	37.910.591,30	13,56%	11,35%
873	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/01/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
874	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/01/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
875	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/02/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
876	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/02/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
877	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/03/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
878	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/03/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
879	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/04/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%

CONAB - GEADI
Processo nº | Folha | Rubrica
185 | 09 | 14 | 9

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Renda Fixa

Código	Aplicação	Emitente	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% S/Total
880	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/04/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
881	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/05/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
882	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/05/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
883	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/06/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
884	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/06/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
885	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/07/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
886	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/07/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
887	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/08/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
888	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/08/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
890	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/09/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
891	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/09/2010	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
892	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/10/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
893	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/10/2010	19,0000	2.596,16349130	19.000,00	49.327,11	0,00	49.327,11	0,02%	0,01%
894	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/11/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
895	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/12/2009	15,0000	2.596,16349130	15.000,00	38.942,45	0,00	38.942,45	0,01%	0,01%
SUBTOTAL										334,0000		334.000,00	867.118,56	0,00	867.118,56	0,23%	0,26%
3020947	25/01/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,631651%	10,107900%	IPCA - C	15/09/2003	15/05/2009	10.500,0000	1.779,80041804	14.939.486,97	18.687.904,39	0,00	18.687.904,39	6,68%	5,59%
3125648	09/02/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,615879%	9,962204%	IPCA - C	15/09/2003	15/05/2009	3.500,0000	1.780,65162218	5.035.013,20	6.232.280,68	0,00	6.232.280,68	2,23%	1,87%
3185985	09/03/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,554098%	9,393319%	IPCA - C	15/09/2003	15/05/2009	12.150,0000	1.783,98998241	17.936.556,10	21.675.478,29	0,00	21.675.478,29	7,75%	6,49%
3377046	13/04/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,606180%	9,872699%	IPCA - C	15/07/2000	15/08/2010	4.400,0000	1.733,25195118	6.177.488,43	7.626.308,59	0,00	7.626.308,59	2,73%	2,28%
4061131	09/11/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,481673%	8,730154%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2011	20.000,0000	1.706,41278275	29.982.007,88	34.128.255,66	0,00	34.128.255,66	12,20%	10,21%
4120794	30/11/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,478825%	8,704159%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2011	7.500,0000	1.707,31458972	10.971.698,72	12.804.859,42	0,00	12.804.859,42	4,58%	3,83%
4205246	20/12/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,404925%	8,031782%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2011	16.600,0000	1.730,88937449	24.941.810,20	28.732.763,62	0,00	28.732.763,62	10,27%	8,60%
6412436	26/07/2007	STNC	NTN-B	0,000000%	1,254333%	6,674414%	IPCA - C	15/07/2000	15/08/2012	30.680,0000	1.793,66357974	50.724.007,69	55.029.598,63	0,00	55.029.598,63	19,68%	16,47%
6776358	30/01/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,355275%	7,582366%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	5.550,0000	1.705,50221380	8.921.309,84	9.465.537,29	0,00	9.465.537,29	3,38%	2,83%
6947893	09/04/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,394909%	7,940974%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	6.200,0000	1.683,81741487	10.071.474,66	10.439.667,97	0,00	10.439.667,97	3,73%	3,12%
7254746	27/08/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,439929%	8,349750%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	3.000,0000	1.659,54769370	4.925.071,31	4.978.643,08	0,00	4.978.643,08	1,78%	1,49%
7600961	10/12/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,515781%	9,041965%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	10.400,0000	1.619,50987318	16.723.306,84	16.842.902,68	0,00	16.842.902,68	6,02%	5,04%

CONAB - GEADI
Processo nº | Nº | Folha | Rubrica
185 | 09 | 15 | 9

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Renda Fixa

Código	Aplicação	Emitente	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% S/Total
SUBTOTAL										130.480,0000		201.349.231,84	226.644.200,30	0,00	226.644.200,30	81,03%	67,83%
1420411	05/01/2005	STNC	NTN-C	0,000000%	0,518395%	8,037542%	IGP - M	01/07/2000	01/03/2011	1.500,0000	2.192,63707182	2.488.684,44	3.288.955,61	0,00	3.288.955,61	1,18%	0,98%
2518082	04/07/2005	STNC	NTN-C	0,000000%	0,530386%	8,193086%	IGP - M	01/07/2000	01/03/2011	5.000,0000	2.186,18257158	8.429.110,71	10.930.912,86	0,00	10.930.912,86	3,91%	3,27%
SUBTOTAL										6.500,0000		10.917.795,15	14.219.868,47	0,00	14.219.868,47	5,09%	4,26%
TOTAL										148.714,0000		237.916.494,94	279.641.778,63	0,00	279.641.778,63	99,91%	83,70%

Fundos de Investimento - Outros Fundos

Código	Fundo	Instituição	Quantidade	Qtde Bloq.	Valor Cota	Valor Aplic./Resg	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% S/FI	% S/Total
BBINST	BB INSTITUCIONAL	BB DTVM	1.388.605,82926	0,00000	3,159909	0,00	4.387.867,78	0,00	4.387.867,78	14,16%	1,31%
BRAD IBX	Bradesco IBX ATIVO	BRADESCO	265.155,66743	0,00000	6,466797	0,00	1.714.707,74	0,00	1.714.707,74	5,53%	0,51%
BRADINFR	BRAD FIA INFRA-ESTRU	BRADESCO	1.971.050,65344	0,00000	0,840082	0,00	1.655.843,98	0,00	1.655.843,98	5,34%	0,50%
BRAMDIVI	BRADESCO FIA DIVIDEN	BRADESCO	729.683,85036	0,00000	2,629719	0,00	1.918.863,34	0,00	1.918.863,34	6,19%	0,57%
FATINS	FIA FATOR INSTITUCIO	FATOR	535,71603	0,00000	9.319,859101	0,00	4.992.797,92	0,00	4.992.797,92	16,11%	1,49%
HERMEC	FDO IMOBIL HERMES	MERCSP	3.028,00000	0,00000	873,262395	0,00	2.644.238,53	0,00	2.644.238,53	8,53%	0,79%
MEMOR	MEMORIAL OFFICE	RMC	35.649,00000	0,00000	101,348549	0,00	3.612.974,42	0,00	3.612.974,42	11,66%	1,08%
MERCFIA	FIA MERCATTO GER FUT	MELLON	1.113.478,08818	0,00000	4,189719	0,00	4.665.160,28	0,00	4.665.160,28	15,05%	1,40%
PACTDIV	PACTUAL DIVID FIA	PACTUAL	2.577.682,10186	0,00000	0,951354	0,00	2.452.288,69	0,00	2.452.288,69	7,91%	0,73%
PACTSEL	PACTUAL SELECT BOLSA	PACTUAL	80.935,73030	0,00000	2,632257	0,00	213.043,67	0,00	213.043,67	0,69%	0,06%
SCHR PER	SCHRODER PERFOR FIA	SCHRODER	753.255,12044	0,00000	3,625826	0,00	2.731.172,00	0,00	2.731.172,00	8,81%	0,82%
TOTAL			8.919.059,75729				30.988.958,35	0,00	30.988.958,35	99,98%	9,27%

Contas a Pagar/Receber

Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Ajuste de Fatura de empréstimo doador de ações, papel [TNLP4], na [034]	(90,84)	(0,01%)	0,00%
Ajuste de Fatura de empréstimo doador de ações, papel [VIVO4], na [034]	(99,85)	(0,01%)	0,00%
COFINS s/ Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(242,06)	(0,02%)	0,00%
CSLL s/ Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(80,68)	(0,01%)	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 112,500 de BBDC4 em 02/01/2009 [CC/13003]	1.487,16	0,12%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 20,000 de UBBR11 em 31/12/2049 [CC/13003]	138,00	0,01%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 33,750 de ITAU4 em 02/01/2009 [CC/13003]	405,00	0,03%	0,00%

CONAB-GEADI
Processo nº
Folha
Rubrica
185
09
16

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Contas a Pagar/Receber

Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 63,000 de ITSA4 em 02/01/2009 [CC/13003]	882,00	0,07%	0,00%
Empr. de Ações a receber para o papel VIVO4 na 034 em 08/01/09	847.200,00	67,28%	0,25%
Fatura de Empr. de Ações Doadora do papel [VIVO4] na 034 em 08/01/09	748,57	0,06%	0,00%
Fatura de empréstimo doador de ações, papel [TNLP4], na [034]	590,33	0,05%	0,00%
IRRF s/ Taxa de Custódia a Pagar em 14/01/2009	(121,03)	(0,01%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.12 a rec. s/ 20,000 de UBBR11 em 30/01/09 [CC/13003]	2.328,59	0,18%	0,00%
Juros s/ capital de 0.14 a rec. s/ 80,000 de BRTO4 em 31/12/49 [CC/13003]	11.587,23	0,92%	0,00%
Juros s/ capital de 0.21 a rec. s/ 36,000 de BRTP4 em 31/12/49 [CC/13003]	7.726,59	0,61%	0,00%
Juros s/ capital de 0.21 a rec. s/ 7,000 de BRTP4 em 31/12/49 [CCI/13003]	1.502,39	0,12%	0,00%
Juros s/ capital de 0.39 a rec. s/ 33,750 de ITAU4 em 30/01/09 [CC/13003]	13.150,68	1,04%	0,00%
Juros s/ capital de 0.45 a rec. s/ 80,000 de BRTO4 em 31/12/49 [CC/13003]	35.807,08	2,84%	0,01%
Juros s/ capital de 0.52 a rec. s/ 36,000 de BRTP4 em 31/12/49 [CC/13003]	18.571,62	1,47%	0,01%
Juros s/ capital de 0.52 a rec. s/ 7,000 de BRTP4 em 31/12/49 [CCI/13003]	3.611,15	0,29%	0,00%
Juros s/ capital de 0.63 a rec. s/ 112,500 de BBDC4 em 09/03/09 [CC/13003]	70.720,95	5,62%	0,02%
Juros s/ capital de 0.73 a rec. s/ 27,000 de TNLP4 em 31/12/49 [CC/13003]	19.726,20	1,57%	0,01%
Juros s/ capital de 0.80 a rec. s/ 22,000 de USIM5 em 31/12/49 [CC/13003]	17.525,42	1,39%	0,01%
Juros s/ capital de 0.80 a rec. s/ 267,000 de PETR4 em 31/12/49 [CC/13003]	213.600,00	16,96%	0,06%
PIS/PASEP s/ Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(52,44)	0,00%	0,00%
Rendimento de 0.00 a rec. s/ 27,000 de TNLP4 em 31/12/2049 [CC/13003]	105,30	0,01%	0,00%
Tx Custódia Líquida a Pagar em 08/01/2009	(7 572,72)	(0,60%)	0,00%
TOTAL	1.259.154,64	99,98%	0,38%

Tesouraria

Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Saldo em Tesouraria	3.100,13	100,00%	0,00%
TOTAL	3.100,13	100,00%	0,00%

Patrimônio

Total do Patrimônio	334.118.691,72

CONAB-GEADI
Processo nº
Ass
185 09
Folha
17
Rubrica

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Rentabilidade Acumulada

Indexador	BenchMark	Rent. Real	Variação Diária	Variação Mensal	Variação Anual	Últimos 6 Meses	Últimos 12 Meses
CDI	67,3173%	(0,0165%)	0,05064830%	1,11013560%	12,36984500%	6,62668090%	12,36984500%
COTA			0,03409500%	1,07673070%	2,83893160%	(2,62643070%)	2,83893160%

Valor da Cota Bruta de Performance	245,34519200
Quantidade de Cotas (Liquida)	1.361.831,39187300
Quantidade de Cotas (Bruta)	1.361.831,39187300
Valor da Cota Unitaria (Liquida)	245,34512400
Valor da Cota Unitaria (Bruta)	245,34512400

CONAB - GEAD/I
Processo nº 185 / 09 / 18
Rubrica